

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Filipe Cambraia do Canto

APORIAS DA MEMÓRIA
EM *O IMPOSTOR*, DE JAVIER CERCAS

Porto Alegre

2019

Filipe Cambraia do Canto

APORIAS DA MEMÓRIA
EM *O IMPOSTOR*, DE JAVIER CERCAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Linha de Pesquisa: Teoria da História e historiografia

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Canto, Filipe Cambraia do
Aporias da memória em O impostor, de Javier Cercas
/ Filipe Cambraia do Canto. -- 2019.
193 f.
Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Teoria da História. 2. História e literatura. 3.
História e memória. 4. Traumas históricos. 5.
Testemunho. I. Nicolazzi, Fernando Felizardo, orient.
II. Título.

Filipe Cambraia do Canto

APORIAS DA MEMÓRIA
EM *O IMPOSTOR*, DE JAVIER CERCAS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi – Orientador
IFCH – UFRGS

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar
IFCH – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Caroline Silveira Bauer
IFCH – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Karina de Castilhos Lucena
Instituto de Letras – UFRGS

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante o período de minha pesquisa, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Temístocles Cezar, Prof.^a Caroline Bauer e Prof.^a Karina Lucena, pela paciência e disponibilidade em ler as páginas que virão. À Prof.^a Caroline Bauer e ao Prof. Temístocles Cezar de forma especial, por suas pertinentes e desafiadoras sugestões na banca de qualificação desta pesquisa, e por terem, do mesmo modo, apontado para certas questões que muito provavelmente teriam passado despercebidas por mim.

Devo minha gratidão também ao Prof. Fernando Nicolazzi, meu orientador, seja pelas proveitosas indicações de leitura, pela liberdade a mim concedida ao longo deste trabalho, por sua abertura e disponibilidade, como também, e sobretudo, pela leitura sempre atenta, exigente e rigorosa de meus textos. De resto, não poderia deixar de mencionar o apoio e incentivo que dele recebi quando surgiu a inesperada oportunidade de passar o semestre de 2018/1 na Universidade Autônoma de Madri. Por tudo isso, obrigado.

Sinto-me também em débito com o Prof. Benito Schmidt. Minhas primeiras reflexões acerca de *O impostor* coincidem com o curso que frequentei sobre a Shoah, ministrado por ele em 2016/1. Ali travei contato com uma bibliografia que tratava as questões memoriais de forma sistemática. Mas, para além disso, sou grato também pelas conversas que tivemos, à época em que ainda esboçava o projeto de pesquisa do qual saiu esta dissertação.

Não posso deixar de mencionar meu amigo de longa data, Ricardo Hiroyuki Okido, o “Java”, um dos poucos do círculo de antigas amizades que sabe que pesquisar é também sofrer, especialmente nestes tempos nebulosos em que vivemos. Uma menção carinhosa a esta camaradagem que o peso do tempo só fez acimentar. A cada novo encontro, bem como o velho Melquíades e José Arcadio Buendía o faziam, também nós sacudimos a poeira de nossa amizade.

Aos colegas e “vizinhos” João Evangelista e Fernando Garcia, que se dispuseram a ler algumas partes deste trabalho, aportando suas críticas e sugestões. Espero ter sido um bom anfitrião a eles que de longe vieram. Para além das trocas especificamente

acadêmicas, agradeço pela convivência e por ter podido contar, enfim, com a graça de sua amizade.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, e isso nas pessoas do Prof. Eduardo Neumann e do Prof. Benito Schmidt, por terem confiado em mim e em meu trabalho para realizar o estágio internacional na Universidade Autônoma de Madri (UAM). Foi um período muito profícuo para a pesquisa, e espero que isso tenha se refletido de alguma forma nas páginas que se seguem.

Aos Professores Jesús Izquierdo Martín e Gabriela de Lima Grecco, docentes do Departamento de História Contemporânea da UAM, agradeço pela acolhida gentil e cordial. Sou grato também por suas indicações bibliográficas, que serviram de bússola para minha navegação nas águas revoltas da produção historiográfica acerca do passado traumático espanhol.

Aos amigos e colegas de Madri, uma referência especial a Regis Mvondo e Guillermo Rubio, de quem sempre me recordo com saudade, esta palavra tão misteriosa para eles.

A meus pais, Gervásio e Ivani, por esse amor que me dirigem, que nada enfraquece. E a meu irmão, Gustavo, pelo carinho, mas também pelas conversas sempre divertidas e por seu humor afiado. E por este gosto um tanto insano que dividimos pelos filmes de Lars Von Trier, Tarantino e Buñuel.

Agradeço ainda à Cecília, minha esposa. Ela saberá de tudo aquilo por que devo agradecê-la. Tendo saído reiteradamente frustrado da tarefa impossível de homenageá-la com meras palavras, de resumir o infinito dos últimos oito anos, resigno-me em dizer “Agradeço a ti, meu amor, simplesmente, por tudo”, sabendo que dizer mais do que isto é dizer menos que o necessário.

Por fim, agradeço Àquele que nos amou primeiro, e por Quem tudo veio a ser.

Compensando a incapacidade de saber o que é o tempo, o homem enreda o seu fio invisível para, de balde, o apanhar. Assim como no tratamento do corpo morto (e da alma dos mortos), também aqui se trata de simular e de se apreender a ritualização do que não se quer nem pode ser olhado de frente. Ente memorioso imbuído de expectativas, o homem, ao narrar-se como história, apazigua os acontecimentos, inscrevendo-os em espaços e tempos que ordena por eixos de sentido. Como ele sabe que só com o esquecimento irreversível a morte se transforma em definitivo nada, o diálogo com os signos da ausência é uma re-presentificação, mediante a qual, ao darem futuros ao passado, os vivos estão a afiançar um futuro para si próprios.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*, pp. 7-8

O passado sempre é novo. Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Partes da vida que parecem ter afundado no esquecimento reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por serem menos importantes. O presente conduz o passado como se este fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo.

SVEVO, Italo *apud* ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*, p. 97

RESUMO

O presente trabalho toma como objeto de investigação um dos livros do romancista espanhol Javier Cercas, intitulado *O impostor*. Publicado em 2014, trata-se de uma obra que narra a vida do falsário Enric Marco Batlle, um homem que por quase trinta anos se fizera passar por um resistente ao franquismo e um sobrevivente dos campos de concentração nazistas. Para além disso, Javier Cercas procura traçar alguns paralelos entre a impostura de seu protagonista e a onda memorial na Espanha. Assim, o objetivo deste estudo é o de analisar as teses históricas desenvolvidas em *O impostor*. Tratam-se de teses que, por um lado, relacionam o protagonista do livro à maioria da população espanhola e, por outro, querem saber de que forma a impostura memorial sobre a qual se discorre pôde perdurar de 1978 a 2005. Investigou-se, então, de que modo essa “maioria” é construída, em quais argumentos se embasam as teses históricas de Javier Cercas e se tais hipóteses concorrem para uma confrontação e eventual elaboração em nível coletivo de um passado recente povoado por traumas. A fim de oferecer respostas a estas questões, foi preciso defrontar-se com as temáticas que aparecem ao fundo das teses históricas de Cercas, a saber: os efeitos sociais da guerra civil e do franquismo na Espanha atual, a valorização da figura da testemunha, o *boom* memorial e, por fim, a relação entre história e memória. E uma vez que tais temáticas são igualmente caras à historiografia do tempo presente, empreendeu-se primeiro uma discussão teórica acerca destes temas. Visando tornar mais exequível o escrutínio de *O impostor* a partir dos campos da teoria da história e da história do tempo presente, optou-se por lê-lo como um texto-investigação. Este conceito permite coadunar uma série bastante heterogênea de textos, sejam os das ciências humanas em geral, sejam os da literatura, unidos pela preocupação de compreender o passado recente e de formular hipóteses acerca deste mesmo passado. Buscou-se demonstrar também que tanto a história como a literatura são capazes de amplificar e dar visibilidade às discussões sobre traumas coletivos e de contribuir para o reconhecimento e a elaboração destes traumas. As análises que constituíram este estudo desaguam finalmente na hipótese de que, em que pese a abordagem frontal da temática candente dos passados traumáticos e do frenesi memorial, as teses históricas de Javier Cercas, pelo rasgo pejorativo que apresentam, possuem pouco valor explicativo. Parecem não oferecer a seu leitor uma chave interpretativa capaz de enxergar o pretérito em sua complexidade e dinamismo, aportando pouco para a superação das feridas históricas que são, em última instância, o pano de fundo do livro.

Palavras-chave: *O impostor*. Texto-investigação. Feridas históricas. História e memória. Testemunho.

ABSTRACT

The present work takes as object of investigation one of the books of the Spanish novelist Javier Cercas, titled *The impostor*. Published in 2014, it is a work that tells the life of the forger Enric Marco Batlle, a man who for almost thirty years had made himself a Franco-Resistant man and a survivor of the Nazi concentration camps. In addition, Javier Cercas tries to draw some parallels between the imposture of its protagonist and the wave of memory in Spain. Thus, the objective of this study is to analyze the historical theses developed in *The impostor*. These are theses that, on the one hand, relate the protagonist of the book to the majority of the Spanish population and, on the other hand, they want to know in what way the memorial imposture on which it is argued could last from 1978 to 2005. It was investigated, then, in what way is this "majority" constructed, in which arguments are the historical theses of Javier Cercas based and if such hypotheses contribute to a confrontation and eventual elaboration at a collective level of a recent past populated by traumas. In order to offer answers to these questions, we had to confront the themes that appear in the background of the historical theses of Cercas, namely the social effects of the civil war and the Franco regime in Spain today, the valorization of the figure of the witness, the memorial boom and, finally, the relation between history and memory. And since such themes are equally important to the historiography of the present time, a theoretical discussion about these themes was first undertaken. In order to make the impostor's scrutiny more feasible from the fields of history theory and the history of present time, it was chosen to read it as a text-investigation. This concept allows us to combine a very heterogeneous series of texts, both those of the social sciences in general and those of literature, united by the concern to understand the recent past and to formulate hypotheses about this past. It was also tried to demonstrate that both history and literature are capable of amplifying and giving visibility to the discussions about collective traumas and of contributing to the recognition and elaboration of these traumas. The analysis that constituted this study finally leads to the hypothesis that, despite the frontal approach of the hot topic of the traumatic past and the memorial frenzy, the historical theses of Javier Cercas, due to the pejorative feature they present, have little explanatory value. They do not seem to offer their reader an interpretive key capable of seeing the past in its complexity and dynamism, contributing little to overcoming the historical wounds that are, in the last analysis, the background of the book.

Keywords: *The impostor*. Text-research. Historical wounds. History and memory. Testimony.

SUMÁRIO

ABERTURA	11
1. INTRODUÇÃO.....	16
2. TESTEMUNHO, MEMÓRIA E HISTÓRIA	28
2.1 O TESTEMUNHO NA HISTORIOGRAFIA: um recurso controverso.....	27
2.1.1 Entre a imaginação e a anterioridade do real: a encruzilhada da memória	35
2.1.2 As controvérsias próprias ao testemunho	38
2.1.3 O testemunho como recurso historiográfico.....	42
2.2 AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	47
2.2.1 A tese clássica: Clio e Mnemósine pelo olhar de Aleida Assmann e Paul Ricoeur	48
2.2.2 A tese ilustrada: o conceito de memória coletiva e a oposição entre memória e história em Maurice Halbwachs.....	60
2.3 MEMÓRIA, HISTÓRIA E ÉTICA.....	70
2.3.1 O processo transicional e a Lei de Anistia na Espanha: entre o perdão decretado e a memória impedida.....	73
2.3.2 Trabalhando as feridas da memória coletiva: interlocução entre história e psicanálise	84
2.3.3 A memória dos traumas coletivos na Espanha: pacto denegativo, retorno do recalado, obsessão memorial e vitimismo	96
2.3.4 Performatividade historiográfica na lida com os traumas históricos: o historiador como testemunha da testemunha.....	111
2.3.5 O conceito de texto-investigação e a aproximação da história com a literatura na abordagem do passado recente: o caso de <i>O impostor</i> , de Javier Cercas	118
3. PERSCRUTANDO <i>O IMPOSTOR</i>, DE JAVIER CERCAS: um livro multifacetado	123
3.1 <i>O IMPOSTOR</i> COMO ROMANCE SEM FICÇÃO E COMO TEXTO-INVESTIGAÇÃO	125
3.2 <i>O IMPOSTOR</i> COMO AUTOBIOGRAFIA	131
3.3 <i>O IMPOSTOR</i> COMO BIOGRAFIA.....	137
3.3.1 A complexificação de Enric Marco.....	140
3.4 <i>O IMPOSTOR</i> COMO ENSAIO.....	153

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
FONTES	182
REFERÊNCIAS.....	184

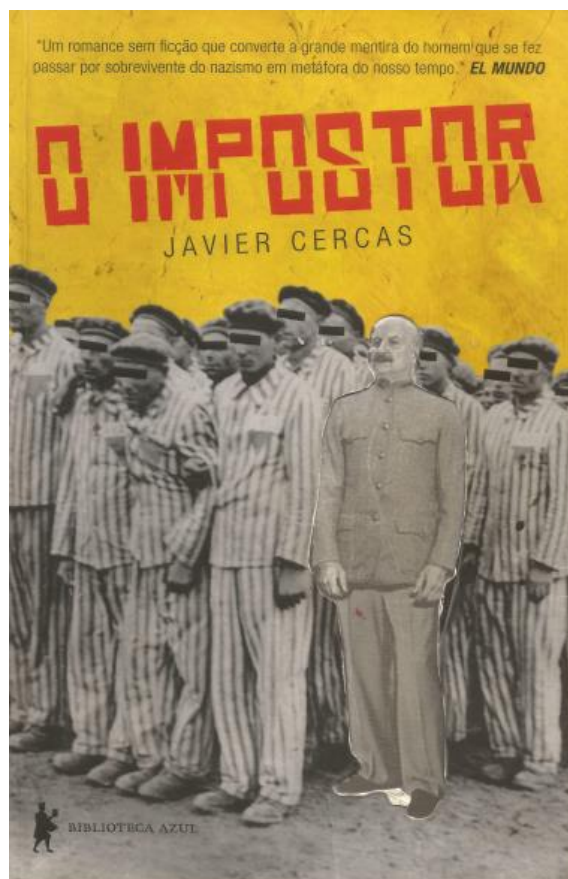
ABERTURA

De todos os venenos capazes de viciar o testemunho, o mais virulento é a impostura.

No entanto, para que o erro de uma testemunha torne-se o de muitos homens, para que uma observação mal feita se metamorfoseie em falso rumor, é preciso também que a situação da sociedade favoreça essa difusão.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*, pp. 96; 107

Observemos por um instante a capa e a contracapa da edição brasileira de *O impostor*. É um jogo provocativo esse que elas propõem ao leitor que as contempla. Insinuante, ao mesmo tempo que faz trabalhar uma curiosidade agora despertada, promessa de uma leitura ainda por vir, o jogo proposto, contudo, a deixará em suspenso. Não sem antecipar, talvez um tanto secretamente, os principais atores em torno dos quais a obra em breve começará a girar. Mas o movimento que é próprio da leitura, seja o dos olhos sobre as linhas ou o dos dedos sobre as páginas, iniciará de modo diferente. Não pertencerão às palavras as primeiras mensagens do livro, mas a imagens que, numa confusão ritmada, comunicam-se sem cessar entre si. Cenas de um curioso desfile, marcas de uma ambiguidade.



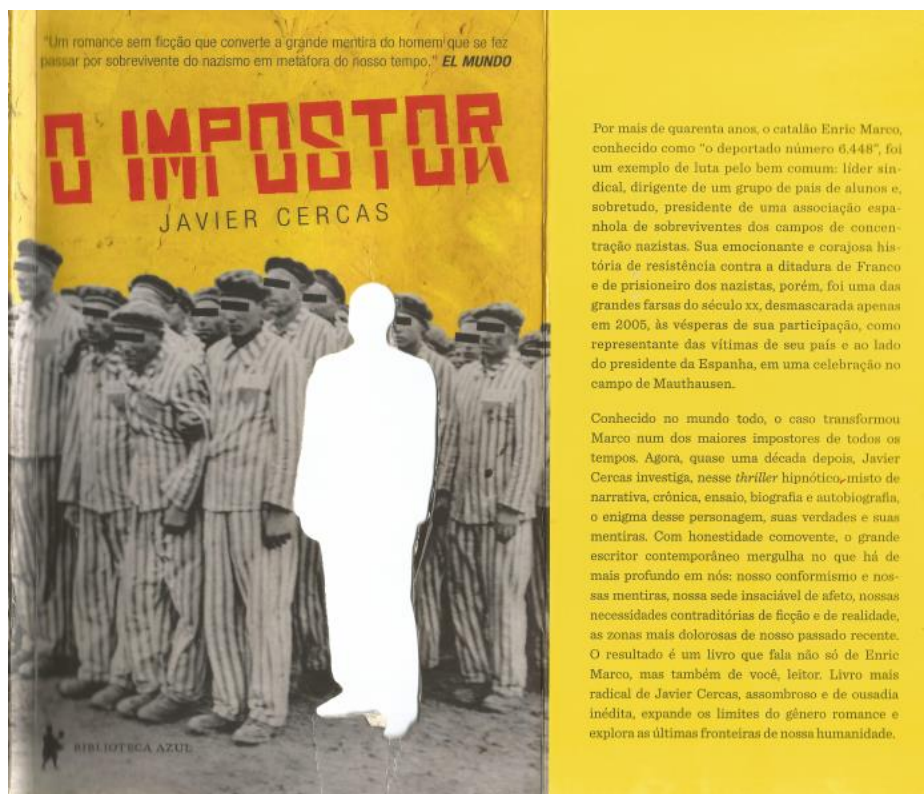
Capa de *O impostor*, por Renata Zucchini Reschiliani

Logo se percebe uma discrepância na imagem estampada da capa. Há uma figura que destoa do grupo fotografado. Pois entre os homens magros e encurvados, enfraquecidos e debilitados, vestidos com o inconfundível uniforme listrado dos campos de concentração nazistas, enxerga-se o impostor. Sua imagem exorbita a realidade dos prisioneiros; um simples, rápido olhar é bastante para perfazer o exame das diferenças: a postura empertigada e orgulhosa, o traje civil, o bigode. Tudo nele difere. É como se a capa entregasse, assim e de uma vez, impostor e impostura. O título da obra não paira, em vermelho, sobre a problemática imagem? Mais: ele próprio se remete diretamente à figura recortada e plantada do impostor na medida em que, como ela, também parece estar recortado, fora de lugar, como se suas metades tivessem sido reunidas numa descuidada e falha operação. Ademais, sob as letras vermelhas do título, é um fundo amarelo que se visualiza. É que, no anverso da capa, tudo ou quase tudo é concreto: a impostura e o impostor, os prisioneiros e, por fim, as cores que nos enviam ao lugar, ao país onde se viveu e se aturou, por quase três décadas inteiras (de 1978 a 2005), uma grave mentira histórica: a Espanha. Mas, digamo-lo também, trata-se de uma concretude irônica: se deixa ver o impostor, não é senão para sugerir que ali onde ele se situa, como veremos, não é o seu lugar. Tal é a estranheza que a capa nos permite entrever. Sua concretude é a do acontecimento; ela mostra-o sem, contudo, explicá-lo. E, no entanto, suas riquezas estão prestes a ser liberadas. Num simples virar de página, passamos do *que* ao *como* da impostura, isto é, ao modo pelo qual ela foi tecida.

O momento decisivo reside na observação tanto da contracapa como na do verso da orelha do livro. Não porque se possa inferir que tais imagens se encaixem à da capa como se peças de quebra-cabeça fossem – numa espécie de somatório de revelações do qual dependesse o segredo último de seu sentido –, hipótese sempre duvidosa; tampouco o é pelo fato de que apresentem outro ator de grande relevância na economia interna da obra (o público do impostor ou, se preferirem, uma sinédoque da população espanhola). Elas são decisivas na medida em que fazem corroer a aparência inicial de concretude da capa, desestabilizando seu conteúdo. As imagens de seu verso operarão sobre uma ausência que não deixará de se movimentar, produzindo toda a sorte de estranhamentos. Mas não nos enganemos a respeito da função negativa de toda esta agitação: é dela que apanhamos os deslocamentos do impostor no seio da sociedade espanhola. Numa palavra, as imagens da contracapa e da orelha explicitam esta ausência que a capa tenta – ironicamente – preencher.



Contracapa de *O impostor*, com o verso da orelha do livro na extremidade esquerda da imagem.



Outra imagem da capa, com um vazio por preencher.

E é neste ir e vir das imagens que se pode enfim apreender a impostura do impostor. É verdade que ele está bem visível na capa. Mas quando o leitor movimenta seu olhar do anverso para o verso, abrindo também a orelha do livro, eis que a figura que antes ocupava um lugar central é agora deslocada para a extremidade esquerda da imagem; lá onde ela se encontrava já não há o que divisar, exceto uma ausência e um vazio: indícios desses quase-lugares que o impostor gostaria de ocupar ou mesmo que esperaríamos que ele ocupasse, e não o lugar que na realidade ele ocupa. Uma vez localizados esses quase-lugares – os vazios da capa e da contracapa –, vê-se bem, e por contraste, aquele onde Enric Marco Batlle – registremos enfim seu nome – está de fato situado. Pois é na orelha do livro que o veremos não apenas numa posição periférica; é possível igualmente observar que as pessoas ali retratadas estão de costas para ele. Elas não o veem, de modo que ele se encontra livre tanto para criar sua impostura como, sobretudo, para mantê-la.

Mas como ele realiza essa proeza, movimentando-se de um lugar onde ninguém o vê para outro ao qual não pertence, tornando-se aí, enfim, espetacularmente visível? É cotejando os vazios da capa e da contracapa que os deslocamentos de E. Marco podem ser delineados. Pois há nelas, entre elas, um detalhe que não se deve negligenciar. Se concebermos essas duas imagens como que num movimento circular e articulado, poderemos também notar que o público aí presente não deixa de mirar os sobreviventes expostos na capa. Isso é revelador por duas razões: primeiro porque se percebe tanto o lugar que esperaríamos que Marco ocupasse – o vazio da contracapa –, visto que ele não foi um sobrevivente concentracionário, devendo pertencer, portanto, ao grupo retratado na contracapa; depois, na medida em que se divisa a posição que ele gostaria de ocupar, mas que não ocupa – é a ausência da capa, visível quando o leitor desdobra a orelha do livro. Em segundo lugar, este cotejamento é revelador mais precisamente porque nos mostra o modo pelo qual a impostura tornou-se possível. Miremos o verso da orelha outra vez. Já dissemos que Marco está ali de costas para a população retratada. O que não foi dito, todavia, é que é justamente pelo fato de não ser visto, e pela hipótese de que a população e os sobreviventes olham-se entre si, que o impostor pode deslocar-se, despercebidamente, de uma posição a outra, preenchendo, assim, o vazio da capa com a sua imagem entre os prisioneiros. O vazio da contracapa é simetricamente oposto ao da capa, vazios que ninguém vê exceto o leitor; é por isso que eles poderão ser preenchidos pelo recorte de Marco, exibido na capa. Esse é o jogo que ela resume, mascarando a

ausência nela presente através de uma suposta positividade, e que apenas o seu verso tornará inteligível, desnudando-a.

Como se vê, tais imagens antecipam algo da leitura do livro, provocam e açulam a curiosidade do leitor. Elas devem despertar o interesse pela leitura que, neste ponto, já se avizinha. Mas de modo algum a substituem. E se nos deixam esses estímulos visuais acerca do *que* e do *como* da impostura, nada nos mostram do questionamento *por que* (?) Marco se fizera passar por um sobrevivente dos campos nazi e por um resistente contumaz ao regime de Franco. *Por que* sua impostura memorial não foi revelada antes? *Por que* e *como* pôde transformar-se, através de uma engenhosa patranha, no *rockstar* da memória histórica, chegando mesmo a presidir a maior associação espanhola de sobreviventes dos campos de concentração, a Amical de Mauthausen?¹ De modo geral, estas são as questões centrais postuladas por J. Cercas. Questões com as quais ele se confronta ao longo de quase quinhentas páginas.

¹ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 13-14; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, pp. 15-16. A fim de situar o leitor, sempre que a edição brasileira de *O impostor* for referida ou mencionada, disponibilizarei também a página em que o trecho em questão aparece na edição em idioma espanhol de que me vali. Quando houver diferenças significativas entre tais edições, elas serão destacadas.

1. INTRODUÇÃO

Para a historiografia do tempo presente, o livro *O impostor* constitui, sem dúvida, um objeto de análise privilegiado, cuja riqueza pode ser notada desde a capa, conforme descrevemos. A centralidade da figura de Enric Marco entre os prisioneiros, o ágil desfile das ausências e a impostura memorial nos convidam a refletir sobre uma série de questões muito caras à historiografia. Qual é o estatuto e a condição social de que gozam as testemunhas, as vítimas e os sobreviventes da guerra civil espanhola e do regime de Franco na Espanha atual? Até que ponto a memória se relaciona e/ou se confunde com a imaginação, e o testemunho, com a realidade passada, com o ter-sido do tempo? De tais questionamentos, que sublinham em alguma medida a relação entre memória e indivíduo, a contracapa do livro realçará principalmente a dimensão social da memória, pois, se é verdade que a população observa os prisioneiros ou os sobreviventes, ela não atenta para as movimentações do impostor em seu interior. De modo que ela enxerga, a um só tempo, os sobreviventes e E. Marco, mas sem matizar a impostura. A relação entre Marco e seu público toca, assim, no âmago da condição dialogal do testemunho, de seu elemento fiduciário. Se é diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena a qual diz ter assistido ou vivido², é esse alguém que, em tese, pode autenticar o seu relato, tomando-o por credível, caso assim lhe pareça. Mas, se não quisermos perder de vista que a falsificação memorial do impostor perdurou por longos vinte e sete anos, temos também de indagar a respeito de como sua atestação pôde ter sido considerada fiel ao passado, enfrentando a dificuldade teórica que se apresenta à hora de abordar criticamente um dado testemunho, e mesmo de questioná-lo.

Garantida por sua alegada condição de sobrevivente e metáfora da notoriedade social de E. Marco, a centralidade do impostor na capa faz pensar: estaríamos vivendo, para seguir a expressão que intitula o sugestivo livro coordenado pelo sociólogo espanhol Gabriel Gatti, num “mundo de vítimas”?³ Estaríamos experienciando, enfim, este tempo que Annette Wieviorka chamou de “era da testemunha”?⁴ Conforme ela mesma não deixou de notar, um dos traços que marcam essa nova época seria o dado de que a

² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 1. ed. 6. reimp. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 173.

³ GATTI, Gabriel (ed.). *Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017.

⁴ WIEVIORKA, Annette. *The era of the witness*. Tradução de Jared Stark. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

testemunha já não relata suas vivências necessariamente em decorrência de uma espécie de compulsão interna que a impeliria a falar. Embora tal necessidade não tenha desaparecido, o rasgo mais evidente desta mudança nos testemunhos seria o de que, agora, eles são provocados do exterior, por uma demanda social cada vez mais voraz.⁵ Diante disso, grande é o risco e o perigo de um abuso da memória, esse mau uso sobre o qual, nas últimas décadas, e desde os mais variados matizes epistemológicos, numerosos intelectuais têm se manifestado. Num artigo publicado antes da descoberta da impostura de Marco, que gostaria de destacar pela forma tão direta em que nele são abordadas as relações entre as testemunhas e seus interlocutores e, portanto, o próprio elemento fiduciário do testemunho, François Hartog nos diz que

A testemunha de hoje é uma vítima ou o descendente de uma vítima. Esse estatuto de vítima fundamenta sua autoridade e alimenta a espécie de temor reverencioso que às vezes a acompanha. De onde o risco de uma confusão entre *autenticidade* e *verdade*, ou pior, de uma identificação da segunda com a primeira, ao passo que a distância entre a veracidade e a fiabilidade de um lado, e a verdade e a prova, de outro, deveria ser mantida.⁶

Ao investir a testemunha numa aura de sacralidade, o temor reverencioso de que fala Hartog acaba por dificultar qualquer aproximação crítica ao testemunho. E se as noções de verdade e autenticidade resultam daí confundidas, abre-se então à testemunha esse espaço no qual, intocável e como que livre de quaisquer intermediações, ela pode autenticar sozinha o próprio relato, guardando, também sozinha, o sentido e a veracidade daquilo que diz. Aspecto que a centralidade ocupada por E. Marco na capa de *O impostor* mostra exemplarmente.

Contudo, ao menos naquilo que toca ao testemunho, não interessa apenas realçar suas fragilidades. Abordá-lo criticamente é também uma maneira de o fortalecer. No momento oportuno, ressaltarei a importância de uma análise historiográfica da memória e do testemunho a partir de suas potencialidades, e mesmo de sua imbricação com a história do tempo presente. Se essas críticas ainda bem gerais foram apresentadas, foi porque não pude resistir à tentação de descrever a capa e a contracapa tão criativas da edição brasileira de *O impostor* – trabalho magistral de Renata Reschiliani – e de assim

⁵ *Ibidem*, pp. 135-136.

⁶ HARTOG, François. A testemunha e o historiador. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001, p. 40.

sublinhar os elementos sobre os quais, conforme me pareceu, elas nos impelem a refletir. Mas não adiantemos o passo! O que se segue, doravante, é uma breve apresentação tanto de *O impostor* – objeto de investigação deste estudo – como de seu autor e, como deve ser, dos capítulos que estão por vir.

Nascido em 1962 na província espanhola de Cáceres, Javier Cercas é um escritor cujas primeiras publicações datam dos meados da década de 1980. Notabilizou-se em 2001 com a publicação de *Soldados de Salamina*, romance que entrelaça relatos reais e fictícios, personagens históricas e imaginárias, abordando o passado traumático da guerra civil espanhola e seus desdobramentos. Livro muito elogiado por críticos do porte de Vargas Llosa e Jorge Semprún,⁷ e consagrado pelo público,⁸ sua vendagem massiva possibilitou a seu autor dedicar-se integralmente ao ofício de escritor, abandonando, assim, a docência universitária.⁹ Desde então, publicou uma porção de livros que, apesar de serem diferentes entre si, giram ao redor do passado recente de seu país, como *Anatomia de um instante* (2009), *O impostor* (2014) e *O monarca das sombras* (2017).¹⁰ Autor fartamente premiado e traduzido para mais de trinta idiomas, Javier Cercas é, portanto, uma celebridade literária. Em 2015, por exemplo, ele ocupou a cátedra Weidenfeld de Literatura Europeia Comparada da Universidade de Oxford, tendo sido precedido por figuras como Vargas Llosa, George Steiner e Umberto Eco.¹¹ Em outubro de 2018, numa de suas viagens ao Brasil, realizou conferência para o Fronteiras do Pensamento no Salão de Atos da UFRGS, juntamente com o romancista chileno Alejandro Zambra. Além disso, Cercas possui uma coluna quinzenal no jornal *El País*,

⁷ CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. 1. ed. Salamanca: Lulu.com, 2015, p. 110.

⁸ Em *La guerra civil como moda literária*, David Becerra Mayor considera que dentre o seu corpus documental de 181 romances produzidos entre 1989 e 2011, *Soldados de Salamina* está entre os três livros mais vendidos e traduzidos para outros idiomas. Ver BECERRA MAYOR, David. *La guerra civil como moda literária*. Madrid: Clave Intelectual, 2015, Edição Kindle.

⁹ CUESTA, Raimundo. *Op. cit.*, p. 114.

¹⁰ Excetuando *O impostor* – obra que consultei em edições em português e espanhol –, os demais livros de Cercas empregados neste trabalho foram acessados ou em versão em espanhol ou em versão em português. A título de uniformização, sempre que mencionados no corpo do texto, os títulos de tais livros aparecerão em português, ainda que nas notas de rodapé eles serão referenciados de acordo com a versão por mim consultada.

¹¹ Essas conferências proferidas por Cercas foram publicadas em forma de livro. Ver CERCAS, Javier. *El punto ciego: las conferencias Weidenfeld 2015*. Buenos Aires: Literatura Random House, 2016.

onde escreve textos de opinião sobre os mais variados temas, incluindo aqui seus artigos acerca da memória histórica e do prestígio da testemunha.

Quanto ao *O impostor*, que é meu objeto de análise, gostaria de destacar desde já o principal elemento, para além da própria temática do livro, que vem potencializar sua relevância social, tornando-o, por isso mesmo, um objeto de estudo privilegiado no campo da historiografia do tempo presente: refiro-me à visibilidade social de que gozam tanto o autor como o protagonista do livro. O alcance social de que goza a pena de Javier Cercas faz de seus livros importantes meios de análise do passado recente espanhol. Daí, creio, a relevância de um debruçar-se historiográfico sobre suas obras. Publicado originalmente em novembro de 2014, *O impostor* é um dos livros mais importantes de Javier Cercas, sendo a mais recente das obras que vêm formar, com *Soldados de Salamina* e *Anatomia de um instante*, aquilo que o historiador espanhol Raimundo Cuesta considerou ser a *trilogia cercasiana da memória*.¹² São livros de grande sucesso editorial e que abordam, apesar de algumas diferenças bem marcadas, a temática do passado recente espanhol, seja da guerra civil, do franquismo ou da transição à democracia. Assim, enquanto *Soldados de Salamina* se caracteriza pela exaltação da memória de um ex-combatente republicano na guerra civil (trata-se de Miralles, personagem ficcional), a narrativa de *Anatomia de um Instante* é consagrada, em grande medida, à figura histórica do Presidente Adolfo Suárez (talvez a principal personagem da transição), bem como a certo enaltecimento do processo transicional como um todo. Entretanto, o que se vê em *O impostor* é algo diferente. Não há nele qualquer elogio à memória. Trata-se, antes, de um livro que é, a um só tempo, uma biografia de Enric Marco e uma crítica incisiva à onda memorial na Espanha. São críticas que Cercas delinea através de expressões como “indústria da memória” e “chantagem da testemunha”, e que procuram dar conta da própria relação entre a testemunha (E. Marco) e seu contexto. Expressões estas que serão abordadas em momento oportuno.

O tema mais evidente de *O impostor* parece-me fascinante, e foi ele sem dúvida que me estimulou a acompanhar de modo mais sistemático a discussão acerca das memórias traumáticas, tão candente nas sociedades atuais. O livro trata, então, da trajetória do catalão Enric Marco Batlle que, a partir de 1978, na altura dos cinquenta anos de idade, no período em que a sociedade espanhola transitava da ditadura à

¹² CUESTA, Raimundo. *Op. cit.*, p. 111. Cuesta escrevia em 2014-15. Talvez hoje, com a publicação de *O monarca das sombras*, pudéssemos falar numa tetralogia cercasiana da memória.

democracia, começa a criar para si mesmo um passado fantástico, no qual ele pintava a si próprio como um resistente aguerrido ao franquismo e, entre outras coisas, como um sobrevivente dos campos de concentração nazistas. Suas patranhas só seriam descobertas em 2005, pelo historiador Benito Bermejo. Nesse ínterim, não obstante, Marco alcançou notoriedade social. Em setembro de 2001 recebeu a Creu de Sant Jordi – a mais alta distinção civil catalã –, honraria que lhe fora atribuída precisamente em razão, como Cercas nos diz, de “sua extensa trajetória como militante do movimento operário e posteriormente secretário-geral da CNT [a Confederação Nacional do Trabalho, que reúne sob o seu guarda-chuva uma gama de sindicatos autônomos] na Catalunha” e, por fim, “por sua luta contra o franquismo e o nazismo”.¹³ Não bastasse isso, em 2003 Marco é eleito presidente da Amical de Mauthausen.¹⁴ Em janeiro de 2005, quando era celebrado o sexagésimo aniversário da libertação de Auschwitz em homenagem oficial do Parlamento espanhol, Marco fora o único “sobrevivente” a tomar a palavra. Era presidente da Amical há dois anos e falava, portanto, em nome de todos os sobreviventes espanhóis. Seu discurso comove a muitos dos presentes, inclusive filhos e netos de deportados para os campos, que teriam saído às lágrimas da solenidade.¹⁵ O protagonista de *O impostor*, como se vê, era um homem importante.

Destarte, a falsificação de Marco e sua ascendência social nos colocam questões como a posição das testemunhas nas sociedades atuais, a confiabilidade da instituição testemunhal e, na medida em que fora um historiador quem de fato descobriu a impostura de E. Marco, coloca-se também a questão da relação entre história e memória. Aliás, é significativo que o próprio Javier Cercas não se furte a discorrer sobre essas temáticas, e seja levado a examinar, ao longo de seu livro, a relação entre as testemunhas e seus interlocutores, o modo como o passado recente tem impactado o tempo presente na Espanha, como também a natureza da relação entre história e memória. Tratam-se, de certa forma, de discussões inevitáveis, visto que *O impostor* gira em torno da história de vida de Marco e dos desdobramentos da descoberta de sua impostura. Por conseguinte, também minha atenção foi capturada por esses temas, de modo que procurei executar uma abordagem historiográfica sobre eles. Assim, no que toca à relação entre história e memória, questioneei: tal relação será marcada por uma dialética ou por um confronto? O

¹³ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 306-307; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 285.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 309-310; *ibidem*, p. 288.

¹⁵ *Ibidem*, 136-137; *ibidem*, p. 129.

que pressupõe tanto uma quanto outra posição quando pensamos no tratamento de passados traumáticos? E, para além disso, qual é a relação entre memória e imaginação? Até que ponto a história é objetiva? Ela não carregará consigo, do mesmo modo, traços ficcionais? Quais são os elementos éticos do testemunho e da história? Estes são, enfim, alguns dos temas que despertaram meu interesse numa leitura inicial de *O impostor*. Visto que tais questões aparecem ao fundo de meu objeto de estudo, sendo também muito caras à historiografia do tempo presente e à teoria da história, empreendi no capítulo inicial uma discussão teórica sobre estas temáticas. De modo que este capítulo mostra meus pertencimentos e filiações intelectuais, explicitando o lugar de que parto à hora de examinar as questões de fundo do livro estudado.

O capítulo inicial deste trabalho dividiu-se, então, em três seções. A primeira delas foi consagrada a uma discussão sobre o papel do testemunho para a historiografia do tempo presente. Defendi uma imbricação entre a história e o testemunho, procurando demonstrar que, a despeito das inumeráveis fragilidades que a narrativa testemunhal abriga, ela acaba por aportar à historiografia recursos de ordem ética e epistêmica. A segunda seção discorre sobre dois modos de enxergar a relação entre história e memória: uma mais detida nos pontos de afastamento e mesmo de oposição entre ambas, e outra que nos permite vislumbrar seus pontos de contato. Sob a ótica da continuidade e da complementaridade entre memória e história, pode-se igualmente dizer que esta é a herdeira erudita daquela¹⁶ – fortalecendo com isso a expectativa de que o passado não se perderá –, e que ela pode, do mesmo modo, recolher certas lições das memórias coletivas, chegando esperançosamente a instruir, ao fim de seu trabalho, estas memórias que são, em última instância, sua matriz. Mas o trabalho da história não tem, propriamente, um fim, não chega a termo. No horizonte de uma dialética aberta entre Clio e Mnemósine, ganha corpo uma discussão verdadeiramente pública e política sobre o passado e o presente. Discussão sempre renovável, na qual os elementos críticos da história são reavivados e dinamizados pela empatia que as vítimas e os sobreviventes dos horrores de outrora ainda inspiram; uma discussão na qual o projeto de fidelidade próprio da memória sai fortalecido após ter passado pelo crivo da crítica historiográfica. Memória e história entrecruzam-se, assim, na via da ética.

¹⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 248.

No apartado final do primeiro capítulo, voltei-me para os elementos éticos da historiografia, exame que foi possibilitado pela aproximação, efetuada nas seções anteriores, entre a história, a memória e o testemunho. O argumento está centrado na hipótese de que a escrita da história, em sua performatividade, pode fazer as vezes de um trabalho de luto em nível social, especialmente quando trata de traumas históricos. Nesse sentido, uma das funções éticas da história do tempo presente é a de promover uma compreensão crítica do passado, auxiliando no tratamento das feridas coletivas que eventualmente careçam de cicatrização. Esse trabalho, ressaltemos, nunca é simples, tampouco acontece de uma só vez, e nem sempre se completa, já que é preciso não perder de vista que nem todo trauma histórico pode ser plenamente elaborado ou superado.¹⁷ Tais questões serão tratadas ao longo do primeiro capítulo, em cujo preâmbulo constará uma breve contextualização da revalorização da memória no seio dos estudos historiográficos em geral. Em resumo, o primeiro capítulo quis servir de lastro teórico às discussões constituintes da segunda parte deste trabalho, em que minha atenção se voltou especificamente para *O impostor*.

Contudo, devo confessar, debruçar-se sobre *O impostor* não foi tarefa fácil. No nível introdutório em que nos situamos, poderia apontar duas grandes dificuldades: a primeira delas residiu na composição vária de meu objeto de análise, que pode ser lido tanto como uma autobiografia, como biografia, como crônica ou mesmo como ensaio. Uma autobiografia na qual Cercas narra os anseios e obstáculos que vencera a fim de tratar de tão espinhoso tema, em que fala sobre sua relação com Enric Marco, sobre a forma como desenvolveu sua pesquisa documental, etc. Trata-se, outrossim, de uma biografia que procura dar conta da trajetória de Enric Marco, passando por seu nascimento e sua infância, pelos anos difíceis de sua adolescência, chegando finalmente às razões e à época em que sua impostura ganha corpo, à descoberta de sua falsificação memorial e seus desdobramentos. Não obstante, lê-se em *O impostor* um conjunto de crônicas, nas quais Javier Cercas nos dá suas impressões do tempo em que vive, chegando mesmo a reproduzir na íntegra algumas de suas colunas opinativas no *El País*. Por fim, pode também tratar-se de um ensaio, no qual seu autor erige algumas interpretações sobre o ressurgir do passado na Espanha, sobre a impostura e a ascensão social de seu biografado

¹⁷ LACAPRA, Dominick. Revisitar el debate de los historiadores. Duelo y Genocidio. In: LACAPRA, Dominick *Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009, p. 71.

e, sobretudo, acerca da vida demasiadamente longa da falsificação memorial de Enric Marco. Não bastasse isso, reconhecendo a multiplicidade genérica de *O impostor*, Cercas classifica-o como um romance sem ficção, isto é, um relato que deseja ater-se somente ao real. Assim, e estando diante de um livro tão múltiplo, não pude deixar de formular o seguinte questionamento, cuja resposta será revelada em breve: de que forma abordar algumas questões mais específicas de meu objeto de estudo – recortando nele meu problema de pesquisa – sem perder de vista o seu multifacetado conjunto?

Deparei-me ainda com uma segunda e desafiadora dificuldade, na medida em que tive de procurar caminhos que legitimassem um exame historiográfico de *O impostor*. Tal procura mostrou-se custosa, especialmente porque travei contato com poucos textos historiográficos que se detivessem precisamente neste livro. De resto, e ainda que tenham sido de grande ajuda, tratam-se de textos muito breves, cujos argumentos pareceram-me condensar muitas coisas distintas, de sorte que um pouco do meu trabalho resumiu-se, então, a esmiuçar certas análises, tomando-as como fonte de inspiração ou ponto de partida.¹⁸ Do ponto de vista metodológico, penso que o trabalho mais esclarecedor, e também o último que a mim chegou, foi o artigo do historiador Ivan Jablonka intitulado “O terceiro continente”.¹⁹ A riqueza deste trabalho consiste na formulação do que Jablonka denomina *paradigma da investigação*, através do qual ele vincula uma série de textos que se atêm à dura realidade dos passados traumáticos: sejam romances, como *O impostor*, por exemplo, sejam textos das ciências humanas, como os historiográficos.

Mas mesmo numa fase anterior a esta que permite agrupar textos tão heterogêneos sob um amplo e único teto, o paradigma da investigação mostra-se valioso porque possibilita a análise de romances não tradicionais, nos quais a ficção está a serviço do entendimento e da formulação de hipóteses, construindo assim uma literatura que não se

¹⁸ Refiro-me aos seguintes textos: VINYES, Ricard. *J. Cercas o el Tratante de verdades*. Disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/12337/15096>. Último acesso em 10 out. 2016; JABLONKA, Ivan “O terceiro continente”. Tradução de Alexandre Sá Avelar. *Artcultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, jul.-dez. 2017, pp. 9-17; CUESTA, Raimundo. Juegos de ficción literaria y memoria histórica. Tres novelas ejemplares de Javier Cercas. In: CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. 1. ed. Salamanca: Lulu.com, 2015, pp. 107-118. Para além desses trabalhos, poderia ainda mencionar dois outros artigos, cuja matéria de análise, porém, não é *O impostor*, mas, entre outras coisas, a própria falsificação memorial de Enric Marco. Ver BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, pp. 807-835, set/dez 2016; HEUER, Wolfgang. A Síndrome de Wilkomirski: história falsificada. Tradução de René E. Gertz. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2, pp.35-47, 2006.

¹⁹ Gostaria de agradecer a preciosa indicação dos trabalhos de Jablonka à Prof.^a Caroline Bauer, que os sugeriu durante a banca de qualificação de meu trabalho.

desloca da realidade, mas que está propriamente empenhada em compreender os traumas que abundaram no século passado, bem como seu impacto nos dias atuais. Há uma série de escritores que vêm se destacando pela feitura de textos assim, e para além de Javier Cercas – o maior expoente desta tendência na Espanha –, poderia mencionar, entre outros, Svetlana Aleksíévitch, cujos livros lhe valeram, em 2015, nada menos que o Prêmio Nobel de Literatura.

Assim, gostaria de enfatizar a importância disto que chamei com Jablonka de *paradigma da investigação* para a economia interna deste estudo. E se o faço já nestas considerações iniciais, é porque tal conceituação pode de algum modo ser entrevista ao longo de toda a primeira parte do presente trabalho, embora seja diretamente trabalhada somente no fim do primeiro capítulo e no início da segunda parte. O que chama atenção neste conceito é que ele faz ver que tanto um livro como *O impostor*, como os textos das ciências humanas em geral costumam estar animados pela refutação e formulação de hipóteses. Nesse sentido, tais textos podem ser avaliados mais em função da qualidade e do vigor dos argumentos que apresentam do que propriamente pela preocupação em saber se se trata de livros de história, de literatura ou de antropologia, por exemplo.

O paradigma da investigação mostrou-se funcional na medida em que auxiliou a trabalhar as dificuldades elencadas há pouco. Sendo o laço que aproxima e amarra uma literatura do real à historiografia do tempo presente, o paradigma da investigação ajudou-me, em primeiro lugar, a vencer (ou ao menos a diminuir) as resistências naturais do texto de *O impostor* a uma abordagem historiográfica. De modo que se tornou viável dar vazão, no segundo capítulo, ao que mais chamou minha atenção numa segunda leitura de *O impostor*, e que vou reputar, doravante, como sendo as “teses históricas” de Javier Cercas. É bem verdade que Cercas não afirma em momento algum do livro que está a construir teses ou hipóteses “históricas”. Ele não emprega estes termos. Mas assevera reiteradamente que deseja “explicar” algumas questões, ou mesmo “compreender” melhor a outras. Este esforço de compreender e explicar, mais que o de narrar, parece ser próprio desta literatura emergente sobre a qual Ivan Jablonka escreve. Daí minha tentativa de relacionar algumas questões específicas de *O impostor* a uma análise propriamente historiográfica, e isto através do termo de teses ou hipóteses “históricas”.

Assim, o objetivo do segundo capítulo deste estudo foi o de examinar duas teses históricas construídas por Cercas, teses que de uma ou outra forma parecem sustentar o conteúdo inteiro de *O impostor*. Ambas procuram relacionar Enric Marco com o meio

que o circunda, analisando também, desta forma, os contextos históricos do surgimento e da revelação da impostura. Na medida em que buscam esclarecer o modo como se organizavam e organizam as memórias da guerra e da ditadura desde a transição até a atualidade, estabelecendo relações entre estes momentos específicos e a impostura de Marco, qualifiquei tais teses como históricas. Há todo um esforço interpretativo que anima o livro em questão, e que deseja apreender a própria falsificação memorial do impostor e o destaque social de que desfrutou, como fenômenos históricos. Assim, no âmbito de uma leitura que entende *O impostor* como um *texto-investigação*,²⁰ meu problema de pesquisa dilui-se na tentativa de oferecer respostas a algumas questões, a saber: qual é o poder de convencimento das teses propostas por Cercas? Elas nos ajudam a compreender em profundidade o passado recente espanhol, sem cair, de um lado, no registro de uma nostalgia acrítica, nem, de outro, no de uma denúncia hiperacrítica? A primeira destas teses, associada à tentativa cercasiana de complexificar sua personagem, caracteriza-se pela hipótese segundo a qual Marco esteve *sempre* com a *maioria* dos espanhóis.²¹ Ora, como essa tese é elaborada? E, se conforme veremos, a figura de Marco é complexificada, terei igualmente de perguntar como essa “maioria” é construída em *O impostor*. De que forma, então, a “maioria dos espanhóis” é compreendida? Ela é tratada em sua complexidade? Em suma: essa tese nos fornece elementos críticos para compreender melhor esse passado povoado por traumas? Nos dá balizas críticas para que compreendamos a relação que os espanhóis mantêm com o pretérito?

A segunda tese de Cercas que examinarei deseja responder uma pergunta fundamental: por que uma mentira tão grande como a de Marco pôde perdurar por tanto tempo, enganando tantas pessoas? Cercas nos diz, então, que a longevidade da impostura se deu em razão de que a maioria dos espanhóis ignora ou desconhece o passado recente de seu país. Em virtude de tal assertiva, procurei examinar o que significa, para Cercas – e isto estritamente a partir de *O impostor*²² –, ignorar o passado. E, na medida em que o

²⁰ Esse termo é empregado por Jablonka em um de seus livros, intitulado *L'histoire est une littérature contemporaine: manifeste pour les sciences sociales*. O artigo de que tenho me valido apresenta uma visão panorâmica deste livro, ainda que não aluda ao termo texto-investigação. Creio que basta salientar, por ora, que a expressão está naturalmente vinculada à categoria de investigação.

²¹ Tese cuja relevância pode ser observada pelo modo reiterado com que ela é evocada. Ver CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 41-44; 109-111; 118-119; 127; 159; 172; 251-252; 445-447, etc; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, pp. 41-44; 103-105; 112; 120-121; 149; 160; 234; 410-412.

²² Chegará o momento de nomear os motivos que nos levaram a circunscrever esta análise ao texto de *O impostor*, bem como os riscos que teriam de ser enfrentados caso não optássemos por tal restrição. Contudo,

autor não é muito claro a este respeito, tive ainda de indagar: Cercas aponta possíveis antídotos para combater esta suposta ignorância? Quais seriam eles? Estudar a história do passado recente? Procurar lembrar deste passado, mantendo viva a sua memória? E, por fim: as concepções que Cercas defende sobre a história e a memória podem nos fazer entender de que modo uma e outra poderiam contribuir para combater esta ignorância que ele vê atingir seus concidadãos?

Grosso modo, estas são as questões que marcaram uma segunda leitura deste livro, uma leitura que mostrou, ao longo de minhas rumações, seu acento crítico, e do qual não pude apartar-me. Apartei-me, isto sim, e para o bem e para o mal, de uma primeira leitura muito prazenteira mas impressionável, que fora marcada, confesso, por certo entusiasmo pela figura excêntrica de Enric Marco; um sujeito que é, segundo Cercas, mais impressionante que Dom Quixote, pois enganara um país inteiro por longos vinte e sete anos e alcançara notoriedade social, ao passo que o Cavaleiro da Triste Figura não pôde fazer mais, e isto nem sempre, do que fascinar, com seus disparates e loucuras rematadas, a figura bastante simplória de Sancho Pança. Foi esta curiosidade provocada pela figura de Marco, e mais especificamente por *O impostor*, que me provocou, em última instância, a investigar as questões memoriais em geral. Sendo assim, as críticas que serão sustentadas em relação a este livro não apagam, em absoluto, a dívida que contraí para com ele.

Não obstante isso, para além da possibilidade de ter podido delimitar, no interior de meu objeto de estudo, os contornos destas duas teses históricas construídas por Cercas, para depois escrutinar sua solidez argumentativa, o conceito de texto-investigação também deu azo ao enfrentamento daquela primeira dificuldade há pouco anunciada, relativa ao caráter múltiplo de *O impostor*. “Como abordar algumas questões mais específicas deste livro – recortando nele meu problema de pesquisa – sem perder de vista o seu multifacetado conjunto?” Talvez agora já disponha do argumento que justifique em alguma medida a abordagem realizada de *O impostor* a partir de quatro seções específicas, em que o vi como texto-investigação e como romance sem ficção, como autobiografia, como biografia e, finalmente, como ensaio. Se este livro é mesmo um romance sem ficção, como afirma seu autor, ou um texto-investigação, como assinalo com Jablonka, é justamente isto que o seu variegado conjunto nos deixa entrever. Pois se ele é ao mesmo

tratam-se de motivos que ainda não podem ser adiantados aqui. Eles serão apresentados na seção em que se discorre sobre os elementos ensaísticos de nosso objeto de estudo.

tempo uma autobiografia de Cercas e uma biografia de Marco, um conjunto de crônicas sobre a conjuntura espanhola atual e um ensaio sobre as razões que fizeram a impostura nascer e perdurar, nota-se que todos estes gêneros têm em comum o interesse pela realidade e, mais especificamente, pelo passado recente espanhol. Na medida em que este livro quer compreender e explicar uma porção de coisas, atendo-se ao real, podemos designá-lo como um texto-investigação. Portanto, a opção de perpassar, ao longo do segundo capítulo, por cada um destes gêneros, deveu-se tanto a meu interesse em mostrar o apego do livro ao passado recente e ao tempo presente espanhóis, como por destacar os modos pelos quais tais gêneros se entrelaçam e ativam reciprocamente, realçando, assim, a organicidade da obra como um todo. Nesse sentido, ainda que minha atenção tenha se voltado para as teses históricas de *O impostor*, situadas em grande medida no interior dos relatos biográfico e ensaístico do livro, senti necessidade de dar uma ideia do todo deste romance, procurando resguardar, de tal modo, não apenas o seu conjunto, mas também a eventual leitura desta dissertação por alguém que não tenha podido se aventurar pelas páginas de *O impostor*.

Seja como for, esta vinculação formal entre tipos variados de textos, promovida por Jablonka, possibilitou-me, quero crer, uma transição atenuada entre os conteúdos do primeiro e do segundo capítulos deste estudo. Defrontar as teorizações de Cercas com as discussões empreendidas no primeiro capítulo, permitiu-me interpretar, com os riscos inerentes a esta tarefa e a tudo o que até aqui se aludiu, as teses históricas cercasianas.

2. TESTEMUNHO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

Nos últimos decênios, a historiografia promoveu uma aproximação da história com a memória,²³ movimento que tem mostrado seu alcance através de complexos e variados matizes. Trata-se de uma aproximação que, grosso modo, pode ser vista como o corolário de uma preocupação cada vez maior dos historiadores e historiadoras em relatar

²³ Apesar de guardar uma plurissignificação que lhe é inerente, o vocábulo *memória* será empregado, ao longo deste trabalho, a partir de dois patamares, que eventualmente se justapõem, e possuem matizes variados. Num destes níveis, compreende-se o par memória individual-memória coletiva. O que se reterá aqui é a forma pela qual a memória coletiva depende da individual e vice-versa e, sobretudo, a existência de um ponto cego a partir do qual se torna impossível separar uma modalidade memorial da outra. Assim, diremos que, se cada indivíduo é, de um lado, um ser social, que participa de grupos (seja o familiar, o profissional, o político, etc.), e que suas memórias dependem ou são influenciadas em alguma medida pelas recordações que têm lugar nessas comunidades das quais se faz parte; diremos também, de outro lado, que cada grupo não é senão uma comunidade de indivíduos. Ora, são os indivíduos que compõem os grupos, que se movimentam de grupo em grupo, que os criam, os transformam e os desfazem. A memória de um grupo só pode existir na medida em que um determinado sujeito relata algo a outros sujeitos, que por sua vez retêm o conteúdo da atestação e o comunicam a outrem. Embora enfatizemos, neste trabalho, o polo coletivo da memória (da guerra civil, da ditadura franquista e da transição à democracia na Espanha), visto que é a memória coletiva que se relaciona com a historiografia, a própria estruturação do presente capítulo aposta numa série de discussões teóricas que estão situadas em grande medida no terreno da memória individual, mas que devem remeter-se, ao fim e ao cabo, ao nível coletivo da memória. Tal movimento só foi possível pela existência deste ponto cego a partir do qual já não se pode separar indivíduo e sociedade, nem tampouco a memória individual da coletiva, como se se tratassem de duas coisas inteiramente diferentes. No limite, poder-se-ia dizer, então, com Norbert Elias, que não existe grau zero da vinculabilidade social do indivíduo, nem um “começo ou ruptura nítida em que ele ingresse na sociedade como que vindo de fora. [...] O indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade”, ou dos grupos dos quais participa. (Ver ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 31). Para além deste patamar, exploraremos também o nível em que a *memória* abriga uma polaridade ativa (recordação) e uma polaridade passiva (evocação). O lado passivo da memória refere-se precisamente ao sujeito a quem as evocações aparecem de modo inopinado, e possivelmente à sua revelia. Sancho Pança e Lady Macbeth, ainda que de formas distintas, são bons exemplos literários do sujeito que *sofre* a ação da memória, o que será visto sem demora. A vilã shakespeariana pode representar um exemplo mais bem acabado disso, na medida em que suas alucinações guardam relação com a compulsão de repetição freudiana, na qual o indivíduo não é propriamente o agente da memória, mas o paciente do que foi recalçado, que o leva a agir. Já o lado ativo da memória, aquele em que a recordação se efetua, nos faz ver que o ato de recordar pressupõe um trabalho e um esforço do sujeito que busca apropriar-se da memória, de modo a poder dispor dela mais ou menos livremente. Mas este trabalho, por custoso que seja, prova-se vantajoso. É na medida, pois, em que se *pode* lembrar de algo, que a tarefa de esquecer torna-se igualmente *possível*. E assim como o dinamismo do par memória individual - memória coletiva não configura uma oposição, também os polos passivo e ativo da memória podem relacionar-se entre si. No que toca aos traumas históricos por exemplo, nem tudo pode ser elaborado, pois algumas feridas são profundas demais para cicatrizar integralmente. Reconhecer isto talvez seja um bom modo de iniciar um trabalho efetivo de recordação e elaboração do passado. Em que pese tudo isso, falaremos também, ao longo destas páginas, dos diferentes modos com que o esquecimento atua nos níveis ativo e passivo da memória. Adiantemos ao menos isso: que o esquecimento não age necessariamente em prejuízo da recordação; ele pode, muito antes, ser sua condição de emergência. Finalmente, se é o nível coletivo da memória que está apto a entrar numa relação com a história, e se a escrita da história pode, como outros campos do saber, auxiliar no trabalho de memória de uma sociedade, não há como pensar na dialética da história e da memória sem refletir, do mesmo modo, e eventualmente sem justapô-los, os dois grandes patamares da memória coletiva/individual e da memória ativa/passiva.

e analisar os eventos mais traumáticos do século XX, como o Holocausto e, no caso espanhol, a guerra civil, a ditadura franquista e seus desdobramentos. Consequentemente, falar sobre tal aproximação requer também que se considere a noção de testemunho – detendo-se em suas fragilidades e potencialidades –, bem como a dimensão ética da história.

Embora bem conhecida atualmente, não se pode visualizar os contornos mais precisos de tal aproximação para além das últimas duas décadas do século XX.²⁴ Ilustrando o caráter recente da revalorização da memória, o politólogo italiano Enzo Traverso lembra que, no âmbito das ciências sociais, e ao menos até meados da década de 1970, ela esteve praticamente ausente dos debates intelectuais, não aparecendo, para ficar apenas com um dos exemplos que ele traz, na obra coletiva *Faire de l'histoire*, publicada em 1974 sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora.²⁵

A partir de então o interesse de historiadores e historiadoras pelo passado recente e pela memória não parou de crescer. De lá para cá, diferentes perspectivas epistemológicas foram desenvolvidas, desde aquelas que apregoam uma imbricação da historiografia com a memória e com o testemunho, até outras que reatualizaram a defesa de uma oposição categórica entre história e memória, passando pelas que recomendam que a história tome a memória tão só como objeto de estudo. E se é verdade que hoje as sociedades ocidentais vivem sob o signo de uma “onda memorial”, para utilizarmos a expressão que François Hartog gosta de repetir, o que este movimento historiográfico em direção à memória vem aclarar é o próprio impacto dos interesses sociais na construção do conhecimento histórico acadêmico.

O interesse pela memória, e talvez seja igualmente correto falar em certo *poder de atração* que ela exerce sobre o mundo hodierno, é incontestável. Se a onda memorial cresce e invade nossas sociedades, adentrando também os espaços da cultura e do entretenimento, ela traz consigo, em sua crista, uma personagem que, surfando nela, foi alçada ao protagonismo. Refiro-me, naturalmente, à testemunha. Nesse sentido, é formidável o exemplo de Enric Marco, retratado em *O impostor*. Ele nos mostra não só o respeito, transformado amiúde em fascinação, no modo pelo qual os interlocutores das testemunhas costumam tratá-las; o que o caso Marco traz à superfície, para além disso, é

²⁴ MUDROVIC, María Inés. El recuerdo como conocimiento. In: MUDROVIC, María Inés. *Historia, narración y memoria: los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Akal ediciones, 2005, p. 111.

²⁵ TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso: Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007, p. 13.

a própria fragilidade do testemunho, e essa saudável desconfiança da qual muitas vezes nos livramos pela via da admiração, ao risco de pagar o preço, talvez excessivamente alto, da mentira, da falsificação e da impostura.

Annette Wieviorka foi certamente uma das primeiras intelectuais a perceber o lugar de proeminência social que as vítimas, especialmente as do Holocausto, têm ocupado desde o final dos anos 1970, início da era da testemunha.²⁶ Por seu turno, a historiadora argentina Beatriz Sarlo destacou certo “otimismo” teórico das ciências sociais contemporâneas,²⁷ ausente na década de 1970, caracterizado pela confiança na eficácia narrativa da primeira pessoa do singular, através de testemunhos, histórias de vida, entrevistas, autobiografias, lembranças e memórias, relatos identitários etc. Se o estruturalismo triunfante de então havia declarado a “morte do sujeito”, os estudos da memória e da memória coletiva parecem ter vindo, enfim, para “ressuscitá-lo”.²⁸ De todo modo, e apesar de suas posições críticas relativas ao papel das testemunhas e de seus relatos nas sociedades e nas ciências humanas, estas historiadoras não distanciaram a história da memória a ponto de provocarem uma ruptura entre ambas. Sem dúvida, é a dimensão crítica da história que a separa da memória, pois, para existir como campo do saber, ela deve liberar-se desta para, sem rechaçá-la, colocar-se à distância.²⁹ Mas se o que se fala é de distância, e não de rompimento, como fica, para a história, a questão da testemunha, desta figura que narra, para outrem, suas experiências passadas?

Reconheçamos, de saída, que a era da testemunha tem agitado a produção historiográfica do tempo presente em dois sentidos bastante evidentes, que, todavia, não custa esclarecer. Em primeiro lugar, se considerarmos que muitas fontes que nos permitiriam compreender melhor as violências perpetradas pelos regimes ditatoriais do século XX restam inacessíveis ou foram, ainda pior, simplesmente destruídas, vemos que a testemunha pode fornecer aos historiadores e historiadoras o acesso a elementos factuais do passado.³⁰ Em segundo lugar, lembra Traverso, os testemunhos são relevantes

²⁶ WIEVIORKA, Annette. *Op. Cit.*, pp. 96-144.

²⁷ Talvez para ela, um otimismo um tanto exagerado: “A atualidade é otimista e aceita a construção da experiência como relato em primeira pessoa, mesmo quando desconfia de que todos os outros relatos podem remeter de modo mais ou menos pleno a seu referente”. (SARLO, Beatriz. *Crítica do testemunho: sujeito e experiência*. In SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 38.).

²⁸ *Ibidem*, p. 30.

²⁹ TRAVERSO, Enzo. *Op. cit.*, p. 23.

³⁰ *Ibidem*, p. 17.

precisamente porque oferecem à história a possibilidade de restituir certa *qualidade* de uma dada experiência, já que, como sabemos, a tessitura do real não se esgota na nomeação dos fatos.³¹ Diante disso, a questão que se impõe à historiografia é a de saber se é possível questionar um determinado testemunho, abordando-o criticamente, sem perder de vista o sentimento de respeito, de admiração ou, mesmo, de dívida para com a testemunha. Teremos de nos deter, portanto, sobre a noção de testemunho. Como estar à altura do impasse criado entre a desconfiança e o respeito ante a testemunha? O que o conceito de testemunho vem agregar à historiografia nos níveis ético e epistemológico? De modo geral, estas duas perguntas serão os marcos balizadores da análise acerca do testemunho.

Não poderei me furtar, portanto, a empreender num primeiro momento a tarefa negativa que se constitui em apontar uma série de problemas que o testemunho apresenta à empreitada historiográfica. Mas a tais fragilidades e à pouca confiança que o relato em primeira pessoa comumente inspira, será preciso contrapor as potencialidades da instituição testemunhal e a posição privilegiada que ela ocupa no seio da historiografia do tempo presente. Em que pese a ligação visceral do testemunho com a imaginação, diremos, com Márcio Seligmann-Silva, indo na esteira de Walter Benjamin, que “[...] o testemunho, como exercício de narrar e elaborar traumas sociais, na prática, [...] é uma tentativa de escovar a história a contrapelo, abrindo espaço para aquilo que normalmente permanece esquecido, recalçado e legado a um segundo (ou último) plano”.³² Notamos, aqui, essa potencialidade própria à narrativa testemunhal, a um só tempo ética e epistemológica. Como posicionar-se, então, num ponto intermediário em que a empatia para com a vítima não implique num desarme crítico, numa suspensão generalizada da credulidade? Ora, como o filósofo Paul Ricoeur se compraz em dizer, a fala da testemunha se articula em três momentos distintos: “Eu estava lá; acreditem em mim; se não acreditam, perguntem a outra pessoa”³³. Esta citação mostra a dimensão fiduciária do

³¹ *Idem*. A esses dois modos de empregar o testemunho, Mudrovic chamou respectivamente de história oral *reconstitutiva* e história oral *interpretativa*. Na segunda forma de emprego testemunhal na prática historiográfica, nem a inexatidão e tampouco a distorção das recordações seriam consideradas negativamente, mas antes como vias distintas de acesso ao passado, pelas quais “os indivíduos expressam o sentido de si mesmos na história.” Ver MUDROVIC, Maria Inés. *Op. Cit.*, p. 114.

³² SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio. Edição Kindle, 2012, posições 2065-2075.

³³ RICOEUR, Paul. *Op. cit.*, p. 173.

testemunho. A testemunha não autentica seu próprio relato. Ela necessita que acreditem nela.³⁴ E sua atestação será confiável, tida por fiel ao passado, através de sua comparação com as que foram proferidas por outras testemunhas. É esta comparação, e mesmo este confronto de testemunhos, o procedimento pelo qual as suspeitas contra um determinado testemunho podem ser reduzidas a um nível tolerável.

Destarte, se o testemunho liga a memória à história através de certos relatos que, de outro modo, talvez não viessem a ser conhecidos pela historiografia, salvando-os do esquecimento definitivo; se ele permite aos profissionais da história ter acesso a certa *qualidade* inerente a determinados acontecimentos; se tudo isso é verdadeiro, pode-se também afirmar que, no nível epistemológico, como ressalva Ricoeur, o testemunho torna tratável a aporia que mobiliza, guardadas as proporções, as retrospectivas memorial e historiográfica. O que torna o passado enigmático é a dificuldade em certificar se aquilo que a história e a memória fazem presentes é, a cada vez, algo que pertence ao registro ficcional ou ao ter-sido do tempo.³⁵ O filósofo francês dirá então que, substituindo a metáfora da marca (a da memória),³⁶ o testemunho faz deslocar a problemática do rastro (a da história), pois, ao sair da problemática da semelhança, “[...] é preciso deixar de se perguntar se uma narrativa assemelha-se a um acontecimento, para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável”. E conclui: “[...] é preciso pensar o rastro a partir do testemunho, e não o contrário”.³⁷ De modo que o testemunho pode ser considerado, assim, como a estrutura que a marca a transição entre a memória e a história.

Enfrentada essa primeira dificuldade, que é a de saber como se pode confiar no testemunho, e estabelecendo que é a instituição testemunhal que assegura as trocas entre história e memória, será necessário se debruçar sobre a relação entre ambas, pontuando também as características que as aproximam e as afastam. Seguirei, então, a divisão

³⁴ Nesse sentido, é ilustrativo o prefácio de *É isto um homem?*: no último parágrafo da apresentação de seu livro, composto apenas por duas linhas, Primo Levi assevera, constrangido: “Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios [relatados] foi fruto da imaginação”. Ver LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 8.

³⁵ Ver RICOEUR, Paul. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz. *História da historiografia*. Ouro Preto, n.10, dezembro de 2012, pp. 329-349.

³⁶ “Ora, o testemunho introduz uma dimensão de uso linguístico ausente na metáfora da marca, a saber, a fala do testemunho que relata o que viu e pede que se acredite nele. A marca que o acontecimento deixa ver é o que se reveza entre o dizer e o crer, da mesma feita, o enigma da relação de semelhança se substitui pelo da relação fiduciária – talvez menos intratável –, constituinte da credibilidade de um testemunho”. *Ibidem*, p. 334.

³⁷ *Idem*.

adotada por Mudrovic entre os dois posicionamentos acerca da continuidade (tese clássica) ou descontinuidade (tese ilustrada) entre memória e história.³⁸

Discutirei primeiro a *tese clássica*, caracterizada, ainda que com matizes variados, por uma postura que sustenta a continuidade da memória em relação à história, através de uma visão menos cientificista da historiografia.³⁹ Segundo a filósofa argentina, a quem acompanho, seria inútil objetar, em razão de uma “[...] pretensa objetividade, o peso do passado recente, objeto intencional que porta a geração que deseja reconstruí-lo. A atitude crítica é a única possibilidade aberta a uma história do presente consciente da ligação ineludível com a memória do passado recente”.⁴⁰ Dentre a massa volumosa das produções que giram em torno dessa temática, destacarei as abordagens muito originais de Paul Ricoeur e Aleida Asmann, especialmente, e de modo respectivo, os estudos que constituem *A história, a memória, o esquecimento*, bem como os que fazem parte de *Espaços da recordação*.

No último momento de uma análise que deseja escrutinar a relação entre história e memória, atentarei para a *tese ilustrada*, e isto a partir do exame de *A memória coletiva*, livro póstumo de Maurice Halbwachs. A razão mais evidente para abordar a obra do sociólogo francês se radica, em última instância, em meu próprio objeto de estudo, visto que Javier Cercas faz referências ao livro de Halbwachs para fundamentar o regime de oposição que defende entre história e memória. E, também, porque é a partir do conceito de memória coletiva, cunhado pelo sociólogo, que se poderá conectar de forma menos problemática a história com a memória, como veremos na última seção deste capítulo.

Ao final desse percurso, se enfatizará o papel ético da historiografia. O conteúdo de todo o primeiro capítulo nos impelirá para este ponto. Depois de vermos a importância da noção de testemunho e das trocas entre história e memória, destacar esse elemento ético do “fazer história” terá efeito similar ao de fechamento de um círculo. De modo que tocaremos, ao fim do capítulo, no ponto de partida deste estudo, em que dissemos, com

³⁸ Ver MUDROVIC, María Inés. Algunas consideraciones epistemológicas para una “historia del presente”. In: MUDROVIC, María Inés. *Historia, narración y memoria: los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Akal ediciones, 2005, p. 120. Neste ensaio, a autora diferencia essas duas posturas segundo o modo com que história e memória se relacionam. A tese que marca a oposição entre elas, desenvolvida no Século das Luzes, será chamada então de tese *ilustrada*. Por outro lado, o entendimento que privilegia a complementaridade entre história e memória, bem como o caráter matricial desta, originado na Antiguidade e conhecido desde a *Teogonia*, atribuída a Hesíodo, será chamado de tese *clássica*.

³⁹ *Ibidem*, p. 122.

⁴⁰ *Idem*. A fim de tornar mais fluida a leitura deste trabalho, optei por traduzir livremente todas as citações advindas de idiomas estrangeiros.

Fernando Catroga, que o trabalho da história é semelhante ao de pacificar a alma dos mortos, a fim de que eles não voltem para assombrar os vivos no presente. De forma que o homem, esse ente memorioso imbuído de expectativas, ao narrar-se como história, dando assim futuros ao passado, afiança para si mesmo algum futuro.⁴¹ Michel de Certeau foi decerto um dos primeiros a ter percebido a relação entre a escrita da história e a ereção de uma lápide escriturária aos mortos, entre o trabalho da história e o trabalho de luto em nível social. Assim, no trabalho performático que a escrita da história executa, história e memória se tocam na via da ética, movimento assegurado, em grande medida, pelo ganho teórico que a noção de memória coletiva representa. Esse traço da história nos possibilitará uma breve incursão no terreno da psicanálise freudiana, a partir da qual poderemos nos apropriar de conceitos importantes – mas sempre remetendo-os para o nível da memória coletiva – como os de trauma, luto e repetição, entre outros.

É, enfim, ao exorbitar a dimensão meramente epistemológica da historiografia, pensando-a em suas potencialidades de atuação na esfera pública, que o primeiro capítulo deste trabalho se encontra com o segundo, onde residirá a análise das teses históricas de *O impostor*. Abordar esse aspecto da historiografia é ainda mais interessante ao tratar dos desdobramentos do passado traumático da guerra civil espanhola, cujo um dos efeitos é, concretamente, o de dezenas de milhares de mortos insepultos. Veremos como estas feridas históricas, não só da guerra civil, mas também as originadas pelo regime de Franco ainda assombram o tempo presente. E veremos também como a conjuntura da transição espanhola à democracia, que produziu a Lei de Anistia de 1977, tratou estas feridas, se é que as tratou. Acompanharemos ainda o debate sobre as memórias traumáticas que ressurgem com força no limiar do nosso século, do qual a Lei de Memória Histórica de 2007 é talvez a melhor expressão. De que forma, então, da transição aos dias atuais, as memórias da guerra de 1936 e da ditadura têm sido ativadas? O que é lembrado e o que é deixado de lado desse passado tempestuoso? Que papel a personagem vítima têm exercido ao longo deste período? Seja como for, é inconteste que a dívida para com os mortos do bando republicano ainda incomoda o presente; as reivindicações da Associação pela Recuperação da Memória Histórica (ARMH), bem como o recente debate sobre a exumação dos restos mortais de Franco do Vale dos Caídos são indícios disso. Veremos também o modo com que essas questões têm sido tratadas por parte da historiografia

⁴¹ CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 7-8.

espanhola. Ao fim desse círculo, outro se iniciará, quando, municiados por todo o trabalho do primeiro capítulo, poderemos analisar, no segundo, o modo como essas questões são tratadas em *O impostor*, tomando-o, em última análise, como um texto-investigação, conceito que aproxima a história do tempo presente a uma literatura cada vez mais imersa no passado recente e nos traumas coletivos, sendo Javier Cercas um de seus expoentes.

2.1 O TESTEMUNHO NA HISTORIOGRAFIA: UM RECURSO CONTROVERSO

A imaginação é a memória que enlouqueceu.

QUINTANA, Mario. *Poesia completa em um volume*, p. 281

A memória é do passado.

ARISTÓTELES *apud* RICOEUR, Paul. “A marca do passado”, p. 331.

Uma única testemunha não é suficiente contra alguém em qualquer caso de iniquidade. A causa será estabelecida pelo depoimento pessoal de duas ou três testemunhas.

Deuteronômio, 19:15

2.1.1 Entre a imaginação e a anterioridade do real: a encruzilhada da memória

O testemunho está sujeito a um número quase infinito de deformações, sendo incontáveis as suas fragilidades. Se excetuarmos aquelas advindas da desconfiança sobre o caráter pessoal de uma determinada testemunha – aspecto que afastamos da análise desde já –, todas as fragilidades atribuídas ao testemunho repousarão sobre a problemática da imaginação e da memória. A imaginação é uma memória enlouquecida, diz Mário Quintana, e compreende-se bem seu raciocínio. Dom Quixote, personagem inesquecível de Cervantes, era dotado de uma imaginação incomparável, ao contrário de seu *fiel* escudeiro, cuja memória o fazia lembrar até mesmo dos adágios sem fim que, conforme seu costume, emendava entre si até o ponto de perderem o sentido. Sancho montava num

burro, animal associado à memória.⁴² E na fábula satírica de Orwell em que os animais são as personagens artífices de uma nefasta revolução, é o burro chamado Benjamin o único a lembrar de como haviam sido os tempos anteriores a ela. Mas ele não pode imaginar qualquer saída para seu impasse, pois carece de imaginação.⁴³ O próprio Aristóteles afirmara, certa feita, “[...] que os homens que têm boa memória não são idênticos aos que são rápidos em recordar, se não que, de modo geral, os que são de penetração lenta têm melhor memória, enquanto os que são de penetração rápida e aprendem facilmente são melhores em recordar”.⁴⁴ Ao que parece, a rapidez na recordação está associada à inteligência, a certa capacidade de fazer associações novas com lembranças distintas e, da mesma forma, à imaginação que auxilia no aprendizado. Mas será que a imaginação e a capacidade de recordar rapidamente se opõem à memória? Sigamos Cervantes por um momento, no instante em que ele apresenta a *engenhosa*⁴⁵ personagem que intitula sua obra-prima:

É pois de saber que este fidalgo, nos intervalos que tinha de ócio (que eram os mais do ano) se dava a ler livros de cavalaria, com tanta afeição e gosto, que se *esqueceu* quase de todo do exercício da caça, e até da administração de seus bens; e a tanto chegou a sua *curiosidade e desatino* neste ponto, que vendeu muitas courelas de sementeira para comprar livros de cavalaria que ler. [...] Em suma, tanto naquelas leituras se enfrascou, que as noites se lhe passavam a ler desde o sol posto até a alvorada, e os dias, desde o amanhecer até fim de tarde. E assim, do pouco dormir e do muito ler se lhe secou o cérebro, de maneira que chegou a *perder o juízo*. [...] Encheu-se-lhe a *fantasia* de tudo que se achava nos livros [...] e assentou-se-lhe de tal modo na *imaginação* ser verdade toda aquela máquina de sonhadas invenções que lia, que para ele não havia história mais certa no mundo. [grifos meus].⁴⁶

Homem de imaginação inflamada, D. Quixote é esquecido de tudo que se refere à realidade. Esqueceu-se não só do exercício da caça, mas inclusive da administração de seus bens. O exemplo quixotesco mostra de forma dramática até onde pode chegar a imaginação, que, no ponto extremo de suas possibilidades, assume o risco do divórcio

⁴² Sobre este ponto, ver o ensaio de WEINRICH, Harald. Quanto de memória necessita o espírito? (Cervantes, Huarte/Lessing, Cordemoy, Helvécio). In: WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 77-90.

⁴³ Ver ORWELL, George. *A revolução dos bichos: um conto de fadas*. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁴⁴ ARISTÓTELES. *Del sentido y lo sensible; De la memoria y el Recuerdo*. S. I. Edição Kindle. S. d. Posição 761.

⁴⁵ Gostaria apenas de ressaltar que o título original da obra é *El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha*, ainda que, vertido para o português – ao menos na edição por mim consultada, traduzida por António Feliciano de Castilho –, tenha ficado simplesmente *Dom Quixote de la Mancha*.

⁴⁶ CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha* (Volume I). Tradução de António Feliciano de Castilho. São Paulo: Clássicos Jackson, 1948, pp. 11-13.

com o real. Sancho, por outro lado, não faz mais que evocar os ditados que memorizara, sem poder dar a eles qualquer significação.

Mas a distância entre memória e imaginação começa a ser reduzida quando esclarecemos o sentido das frases de Aristóteles. Entre a fidelidade da memória e a loucura da imaginação, o que significa o ato de recordar? Como veremos, a recordação quer ser fiel ao passado, mas não pode deixar de ser imaginativa. Se a memória de Sancho é uma simples evocação, ela se coloca, pois, no polo passivo da memória, pertencendo ao registro da “afecção”.⁴⁷ Mas Sancho não recorda os ditos populares, eles vêm a ele em profusão, que os repete ingenuamente. Já a recordação, por sua vez, relaciona-se à ideia de busca, de trabalho, estando ligada ao polo ativo da memória. Evocar é dizer algo que já está aí, que de certa forma não deixou de estar presente, ou que simplesmente irrompe de algum lugar, enquanto recordar é buscar não exatamente o que se perdeu, mas aquilo que não se sabe onde está. Vastos são os palácios da memória, dirá Agostinho, e, contudo, não são os objetos nem o passado em si que neles adentram, “[...] mas as suas imagens: imagens das coisas sensíveis prestes a oferecer-se ao pensamento que as recorda”.⁴⁸ Essa característica espacial da memória, cuja teorização permaneceria intocada por muitos séculos – segundo a qual recordar é buscar algo que deslocou-se para longe, que está momentaneamente esquecido, mas que a memória sabe que esqueceu – desdobra-se em elemento temporal. É num tempo outro, o presente de quem recorda, que o jogo retrospectivo da lembrança acontece. Como Aristóteles aclara, a memória pertence a um registro duplo, a um só tempo imaginativo e temporal. Ela é, então, como ele recapitula no fim de seu opúsculo, “[...] um estado produzido por uma imagem mental, referida, como uma semelhança, a aquilo de que é uma imagem; e explicamos também a que parte de nós [ela] pertence: a saber, que pertence à faculdade sensitiva primária, isto é, a aquela que percebemos com o tempo”.⁴⁹ Assim, somente no momento em que “[...] a afecção se produz no interior, há memória; de maneira que a memória não se produz ao mesmo

⁴⁷ Ricoeur associa a evocação ao “aparecimento” atual de uma lembrança. O termo está ligado, portanto, ao lado passivo da memória, à *mneme*. Contrária à evocação, e pertencente ao polo ativo da memória, temos o termo recordação, que Ricoeur associa com a ideia de busca, de trabalho, remetendo à *anamnesis*. Assim, a evocação estaria igualmente ligada a uma memória involuntária, que pode aparecer subitamente, ao passo que a recordação, ligada à ideia de trabalho, faz pensar em uma memória voluntária, como o resultado de um processo mais longo e intencional. Ver RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 1. ed. 6. reimp. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 45-49.

⁴⁸ AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, pp. 245-246.

⁴⁹ ARISTÓTELES, *Op. cit.*, posições 817-829.

tempo que a afecção originária. Pois a memória não se fixa até que *algum tempo se transcorra*, já que o indivíduo recorda no presente o que viu no passado” [grifo meu].⁵⁰ É que recordamos *sem* as coisas, mas *com* o tempo.

Consequentemente, por mais suspeitos que a recordação, a memória e, diríamos, o testemunho possam parecer, eles “são do passado”. E ainda que também sejam produtos do presente, e nesse aspecto é isso que assegura para a memória sua capacidade plástica de se reformular e se ressignificar incessantemente, é preciso que o *tempo passe* para que ela exista. É sua condição. Sem deixar de reconhecer a imbricação entre a imaginação e a memória, Ricoeur dirá que é preciso evitar a confusão entre elas, visto possuírem intencionalidades distintas, pois, ao contrário da memória, a imaginação não precisa de companhia. Divorciada da mãe de todas as musas, ela se volta para o fantástico, para o irreal, para a ficção, ao passo que a memória visa à anterioridade do real, isto é, ao passado. Diferenciá-la da imaginação é, então, uma forma de valorizá-la, reconhecendo suas potencialidades.⁵¹ E ainda que jamais possamos estar de todo seguros quanto à fidelidade ao passado de uma dada atestação – supondo inclusive que a testemunha esteja convicta do que diz e que não suspeitemos de suas boas intenções –, gostaria de lembrar, outra vez com Ricoeur, que, “[...] apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor do que o testemunho [...] para assegurar-nos de que algo aconteceu”.⁵²

2.1.2 As controvérsias próprias ao testemunho

Com efeito, o testemunho é de relevância crucial à história do tempo presente, ainda que esteja sujeito a inúmeras deformações. Mas, em que pese suas potencialidades, é preciso especificar a que deformações estamos aludindo e em que elas fragilizam a instituição testemunhal.

Primo Levi é muito atento a essas questões, fato singularmente importante, visto ter sido um sobrevivente de Auschwitz. Em *Os afogados e os sobreviventes*, publicado

⁵⁰ *Ibidem*, posição 829.

⁵¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 25.

⁵² *Ibidem*, p. 156.

em 1986, ele pontua algumas dentre elas. Abrindo o capítulo intitulado “A memória da ofensa”, escreve a seguinte passagem:

A memória é um instrumento maravilhoso, mas falaz. [...] As recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos. Sabem-no bem os magistrados: quase nunca sucede que duas testemunhas oculares do mesmo fato o descrevam do mesmo modo [...], ainda que o fato seja recente e nenhum[a] [delas] tenha interesse em deformá-lo.⁵³

Algumas linhas depois, ele arremata, dizendo:

É certo que o exercício [...] mantém a recordação fresca e viva [...], mas também é verdade que uma recordação evocada com excessiva frequência, e expressa em forma narrativa, tende a fixar-se num estereótipo, numa forma aprovada pela experiência, cristalizada, aperfeiçoada, ataviada, que se instala no lugar da recordação não trabalhada e cresce à sua custa.⁵⁴

Os historiadores e historiadoras acompanharam de perto, e não sem assombro, essas questões. Annette Wieviorka assinala uma postura muito comum entre os artífices da história, ao citar as críticas que a historiadora Lucy Dawidowicz elabora e dirige ao testemunho:

As transcrições dos testemunhos [de sobreviventes da Shoah] que eu examinei têm estado cheias de erros nas datas, nomes dos participantes e lugares, e é evidente a falta de compreensão dos eventos. Aos pesquisadores incautos, alguns testemunhos podem representar mais riscos do que ajuda.⁵⁵

Valendo-se de exemplos literários, Javier Cercas dirá coisas muito semelhantes a essas. Assim, sob o argumento simetricamente oposto ao de que o sobrevivente conhece melhor a realidade do passado justamente pelo fato de a ter experimentado diretamente, para ele, a testemunha não só não entende sua experiência, mas está justamente na pior condição possível para fazê-lo.⁵⁶ Conforme destaca,

⁵³ LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 19.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 20.

⁵⁵ DAWIDOWICZ, Lucy. *Apud*. WIEVIORKA, Annette. *Op. cit.*, p. XIII.

⁵⁶ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 298; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 277.

Tolstói afirma em *Guerra e paz* que ‘o indivíduo que desempenha um papel no desenrolar da história nunca entende o seu significado’. [...] Trinta anos antes de *Guerra e paz*, Stendhal criou uma cena semelhante: no começo de *A cartuxa de Parma*, Fabrice Del Dongo, fervente admirador de Napoleão, participa de Waterloo, mas assim como Bezúkhov em Borodinó, não entende nada, ou só entende que a guerra é um caos absoluto e não ‘aquele nobre compartilhamento de almas generosas que ele havia imaginado com base nas proclamações de Napoleão’.⁵⁷

Mas o que o historiador e a historiadora poderiam fazer que a testemunha não poderia? Para Cercas, eles podem, dotados de uma visão ampliada, “[...] encaixar Borodinó e Waterloo dentro da sequência da história do século XIX ou da história simplesmente, e, dessa maneira, dar um sentido ao relato daquele episódio”.⁵⁸ Cercas decerto não está negando à testemunha a sua verdade. Mas trata-se de uma verdade completamente distinta daquela que regeeria, segundo ele, a história. Se tratariam, pois, de dois regimes de verdade, que, se não se excluem mutuamente – e creio que essa possibilidade não está inteiramente descartada⁵⁹ –, pouco se tocam ou influenciam. Segundo essa visão de coisas, o testemunho – impreciso, esquecido e pouco confiável – seria, quando muito, mera fonte historiográfica.

Para além dos argumentos anteriores, não é raro que o sobrevivente de um evento histórico traumático seja hoje em dia uma espécie de celebridade. Ora, não foi precisamente na condição de sobrevivente dos campos de concentração nazistas e como ex-combatente republicano na guerra civil espanhola que E. Marco tornou-se conhecido?⁶⁰ De todo modo, isso nem sempre foi assim. A primeira publicação do livro mais importante de Primo Levi, intitulado *É isto um homem?*, acontece logo depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947. No entanto, a importante editora Einaudi só o publicaria onze anos depois, momento a partir do qual a obra vai se tornando mundialmente conhecida. O que se passou nesse intervalo temporal? No prefácio deste livro, seu autor revela o impulso que o animou a escrevê-lo:

Senão de fato, pelo menos com intenção e concepção, o livro já nasceu nos dias do Campo. *A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes*, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades

⁵⁷ *Ibidem*, p.298-299; *ibidem*, p. 278.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 299; *idem*.

⁵⁹ Abordarei este tópico no segundo capítulo deste estudo.

⁶⁰ Registre-se, aqui, que Marco participou da guerra civil espanhola ao lado dos republicanos; quanto a ser um sobrevivente dos campos de concentração, trata-se de uma invenção ou, mesmo, de uma mentira.

elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. [grifo meu].⁶¹

Uma necessidade interior o impelia. Mas excetuando os sobreviventes, talvez não houvesse, à época, qualquer interesse nas lembranças dos horrores de Auschwitz.⁶² No fim dos anos 1980, quatro décadas transcorridas, a situação era outra. As antigas urgências não haviam saído de cena, mas outras foram adscritas a elas, tornando-se cada vez mais relevantes. Agora, as testemunhas falam, e

Falamos, aliás (posso usar a primeira pessoa do plural [...]) falamos também porque *somos convidados* a fazê-lo [...]. Os outros, os ouvintes, amigos, filhos, leitores ou mesmo estranhos [...] compreendem a unicidade de nossa experiência ou pelo menos se esforçam por compreendê-la. Por isto, estimulam-nos a narrar e nos formulam perguntas, às vezes colocando-nos em embaraço: *nem sempre é fácil responder certos porquês, não somos historiadores nem filósofos, mas testemunhas*, e de resto não está assentado que a história das coisas humanas obedeça a esquemas lógicos rigorosos. Não está assentado que cada mudança decorra de um só porquê [...]. [grifos meus].⁶³

Há dois elementos desse excerto que merecem ser sublinhados, a saber: uma disposição renovada em ouvir e tentar compreender a experiência dos sobreviventes, de um lado; e a autoridade com que eles são investidos, de outro. Levi reconhece que não pode falar senão na condição de testemunha. Mas o interesse social sobre os eventos que ele vivenciou recai sobre o relato das vítimas, e não sobre o que é tecido por historiadores e historiadoras. Dois perigos resultam disso. Se a testemunha firma com quem a escuta um pacto de compaixão, inspirado pelo sofrimento (incomensurável e intransmissível por definição)⁶⁴, não fica comprometido o dever, quiçá inalienável, da história de promover

⁶¹ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 8.

⁶² Conforme o autor nota no prefácio de *Os afogados e os sobreviventes*, “As primeiras notícias sobre os campos de extermínio nazistas começaram a difundir-se no ano crucial de 1942. [Elas] delineavam um massacre de proporções tão amplas, de uma crueldade tão extrema, de motivações tão intrincadas que o público tendia a rejeitá-las em razão de seu próprio absurdo”. O medo da rejeição era grande, pois “[...] esse mesmo pensamento (‘mesmo que contarmos, não nos acreditarão’) brotava, sob a forma de sonho noturno, do desespero dos prisioneiros. Quase todos os sobreviventes [...] recordam um sonho muitas vezes recorrente nas noites de confinamento, variado nos particulares mas único na substância: o de terem voltado para casa e contado com paixão e alívio seus sofrimentos passados, dirigindo-se a uma pessoa querida, e de não terem crédito ou mesmo nem serem escutados.” (LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 9-10).

⁶³ *Ibidem*, p. 128.

⁶⁴ No que se refere a esse tema, ver o artigo de HEYMANN, Luciana Quillet. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f, p.11. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1685.pdf. Último acesso 14 set. 2016.

reflexões metodologicamente rigorosas na esfera pública?⁶⁵ Como então questionar criticamente a testemunha numa época em que ela é heroicizada e, sobretudo, em que as histórias individuais e as opiniões pessoais tomam amiúde o lugar da análise?⁶⁶

Mas se o testemunho é assim tão frágil no nível epistemológico e tão problemático no plano moral, como estabilizar seu uso e a instrução que ele fornece à historiografia? Isto requererá uma análise de suas potencialidades. Destarte, ao fim de uma seção que por mais de uma vez portou-se com suspicácia ante o testemunho, gostaria de encerrá-la com as palavras de um historiador que, se chegaram a nós, não foi senão por sua excelente memória. Constituem, pois, um apelo ao equilíbrio: “o ceticismo de princípio”, ele diz, “não é uma atitude intelectual mais estimável ou mais fecunda que a credulidade, com a qual, aliás, combina-se facilmente em muitos espíritos um pouco simplistas”.⁶⁷ Era o que escrevia Marc Bloch, em 1944, no afamado *Apologia da história*.⁶⁸

2.1.3 O testemunho como recurso historiográfico

Fazendo-nos lembrar do arrazoado da seção precedente, María Inés Mudrovic afirma que a posição da historiografia que denomina *standard*, no que tange às trocas entre história e memória, tende a se confundir com os postulados da *tese ilustrada*, desenhando uma linha de separação muito espessa entre história e memória.⁶⁹ O que uma

⁶⁵ WIEVIORKA, Annette. *Op. cit.*, p. 144.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 95; SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 52.

⁶⁷ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 89.

⁶⁸ Obra póstuma de Bloch, *Apologia da história* representa o ponto final de uma carreira que foi interrompida pelo fuzilamento do historiador francês em 1944 – então membro da Resistência francesa – pelo exército nazista, nos arrabaldes de Lyon. O livro, segundo o próprio autor relata, foi escrito sem consulta a fontes materiais. Em nota repleta de humildade, o cofundador dos *Annales*, toca a seu leitor com uma confissão: “Talvez não seja inútil acrescentar ainda uma palavra de desculpas; as circunstâncias de minha vida atual, a impossibilidade em que me encontro de ter acesso a uma biblioteca, a perda de meus próprios livros fazem com que deva me fiar bastante em minhas notas e em minha memória. As leituras complementares, as verificações exigidas pelas próprias leis do ofício cujas práticas me proponho a descrever permanecem para mim frequentemente proibidas. Será que um dia poderei preencher essas lacunas? Nunca inteiramente, receio. Só posso, sobre isso, solicitar a indulgência, diria assumir a culpa, se isso não fosse assumir, mais do que seria legítimo, as culpas do destino”. (*Ibidem*, p. 11).

⁶⁹ MUDROVIC, María Inés. Algunas consideraciones epistemológicas para una “historia del presente”. In: MUDROVIC, María Inés. *Historia, narración y memoria: los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Akal ediciones, 2005, p. 122. Contudo, permanece questionável o dado de que a tese ilustrada continue de fato sendo a padrão. Inúmeros intelectuais discordariam disso. Para Aleida Assmann, por exemplo, “[...] uma oposição [e talvez um distanciamento excessivamente pronunciado] entre memória e

história como essa gostaria de produzir é um saber essencialmente cognitivo “[...] que busca – através da prova ou do testemunho – uma representação objetiva e, portanto, desinteressada do passado”.⁷⁰ Assim, “[...] a separação entre passado e presente se transforma em condição necessária para a constituição de um objeto histórico não contaminado de ‘interesses práticos’.”⁷¹ Mas como ficam esses postulados quando pensamos na história do tempo presente, onde o estudo do passado de duas ou três gerações ainda vivas é discutido? Como fica tudo isso quando pensamos no passado traumático da guerra civil espanhola que, depois de oito décadas de sua deflagração e quatro após a morte de Franco, continua sendo objeto de acalorados debates? Neste ponto da discussão, Mudrovic posiciona-se:

Não obstante, ainda que esta concepção standard do conhecimento histórico siga vigente nos debates historiográficos contemporâneos, ela não dá conta adequadamente, em meu entender, das bases epistemológicas sobre as quais deveria assentar-se um gênero historiográfico que eclodiu nas últimas décadas: a história do presente.⁷²

Ainda que a autora não esclareça a contento quais seriam as bases epistemológicas desse novo gênero historiográfico, ela não deixa de lançar algumas luzes nessa questão. A noção determinante aqui é a de geração. A história do tempo presente se caracterizaria então, segundo ela, por tomar por objeto “[...] acontecimentos ou fenômenos sociais que constituem recordações de ao menos uma das três gerações que compartilham um mesmo presente histórico”.⁷³ A grande vantagem dessa concepção é a de redefinir a relação sujeito-objeto para além dos marcos de uma objetividade estrita. Assim, “[...] o recurso heurístico às gerações na definição da história do presente permite ao historiador despojar-se da assepsia epistêmica do ‘observador analítico’ [...] para recolocá-lo na imediatez do tecido social histórico”.⁷⁴

história [...] se sustenta cada vez menos. Há [...] um consenso quanto a não haver uma escrita da história que não seja ao mesmo tempo trabalho de memória e que deixe de estar irremediavelmente imbricada com as condições de atribuição de sentido, parcialidade e criação identitária [características associadas à memória]”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 37.

⁷⁰ MUDROVIC, María Inés. *Op. cit.*, p. 12.

⁷¹ *Idem.*

⁷² *Ibidem*, p. 124.

⁷³ *Ibidem*, p. 125.

⁷⁴ *Idem.*

Entretanto, no que toca à relação da história do tempo presente com o testemunho, o que isto vem aclarar? É que, no deslocamento do desejo de esgotar a realidade factual do pretérito para o esforço em compreender o que significa para o presente um trauma passado, o testemunho ganha outras colorações. Antes não passava de fonte, e das menos confiáveis, conforme vimos há pouco. A história o abarcava, tornando-o uma de suas partes.⁷⁵ Mas hoje, o que mudou talvez tenha sido isso: o testemunho já não somente instrumentaliza a história, mas também a *instrui*. Sabe-se melhor, a partir dele, o que foi o passado (seja pelos esclarecimentos e pelas informações que provê, como também por seus silêncios, seus desvios, esquecimentos e obsessões) para aqueles que o vivenciaram, e o que ele representa para o presente. Ao dignificar o testemunho como parceiro na empreitada retrospectiva, a historiografia possibilita a si mesma uma compreensão aprofundada do passado e, também, do presente.

O ganho não é nada desprezível, ainda que traga consigo alguns riscos, pois, a despeito do que foi dito, as fragilidades do testemunho não desaparecem. Ora, Enric Marco não construiu para si mesmo um passado ficcional? Não foi em função de sua impostura – o maior dos vícios testemunhais, como diz Marc Bloch – que acabou sendo socialmente reconhecido na condição de vítima e de sobrevivente? O que aprendemos com isso? Algo muito simples: que o fato de o testemunho instruir a história não apaga o fato de que ele igualmente a instrumentaliza. As duas primeiras epígrafes desse capítulo já nos remetem a uma confusão da memória que seria insolúvel caso a terceira delas não viesse em auxílio das demais. No limite, é impossível para um terceiro ter certeza se aquilo que uma testemunha profere é, ou não, fiel ao passado. A menos que também tenha estado presente na dita situação, sendo assim ele próprio uma testemunha, o interlocutor só pode hesitar entre graus variados de incerteza. O passado é opaco por definição, não sendo diretamente observável. Mas a dificuldade não está aí. Esta é uma constatação que podemos ampliar também para a história, guardadas certas proporções. Não se trata de resolver essa aporia, mas de torná-la tolerável, como diz Paul Ricoeur, porque é preciso, lembremos outra vez, não se deixar levar pelo “ceticismo de princípio”. Refletindo acerca

⁷⁵ “A história dota a memória de um sentido; a memória é um instrumento, um ingrediente, uma parte da história.” (CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 298; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 277). Esse viés objetivista marcou para Mudrovic, lembremos, a primeira fase da história oral, entre os anos 1960 e 1980, fase que chama de *reconstrutiva*. Ver MUDROVIC, María Inés. El recuerdo como conocimiento. In: MUDROVIC, María Inés. *Historia, narración y memoria: los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Akal ediciones, 2005, pp. 111-112.

do que poderíamos chamar de uma desconfiança exacerbada relativa ao testemunho, o filósofo questiona:

Mas será possível duvidar de tudo? Não é na medida em que confiamos num certo testemunho que podemos duvidar de outro? Uma crise geral do testemunho seria suportável ou mesmo pensável? Pode a história romper todas as suas amarras com a memória declarativa?⁷⁶

Pergunta retórica de Ricoeur. De todo modo, para a história em geral, creio que essa seria uma saída muito problemática, especialmente quando se observa quão aproximadas ficam a história e a memória através das semelhanças entre as noções de testemunho e de rastro. Contudo, à história do tempo presente, uma crise do testemunho nas proporções a que Ricoeur alude seria totalmente insustentável. O recurso que o testemunho oferece à historiografia é então, para além dos já mencionados, o confronto de testemunhos, tão velho quanto o livro de Deuteronômio. O confronto de testemunhos não resolve o problema, mas é capaz de tornar mais ou menos fiável uma dada testemunha. Marc Bloch já o sabia, e é preciso voltar a seu livro outra vez:

A crítica do testemunho, que trabalha sobre realidades psíquicas, permanecerá sempre uma arte de sensibilidade. [...]. Mas é também uma arte racional, que repousa na prática metódica de algumas grandes operações do espírito. Tem, em suma, sua dialética própria, que convém deduzir.⁷⁷

Como verificar um determinado episódio já atestado por alguém? “Recorrendo a outros testemunhos.”⁷⁸ E Bloch ainda nos lembra de uma importante derivação do confronto entre testemunhos, que é a noção de discrepância. A discrepância tem a potência para desmascarar um testemunho falso.⁷⁹ É na medida em que um relato testemunhal destoa ou discrepa de muitos outros, que se pode afastar o testemunho desviante, tomando-o por pouco confiável. Ora, é a imagem do frontispício de *O impostor* que agora me vem à memória: não é ela mesma a ilustração de uma discrepância, de uma impostura? Ela nos envia, por sua vez, ao conteúdo do livro. Nesse aspecto, é notável que Javier Cercas diga, entre feliz e espantado, referindo-se ao impostor, que

⁷⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 192.

⁷⁷ BLOCH, Marc. *Op. cit.*, p. 109.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 110.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 110-111.

O mais importante, porém, era que, apesar de ser um deportado, ele tinha a energia e a juventude que os demais deportados não reuniam mais. Além disso, não era tão econômico em palavras como eles, nem tão avesso a falar de sua experiência nos campos; *ao contrário*: sentia prazer em fazê-lo, e sabia fazê-lo, ou pelo menos sabia seduzir as pessoas com seus relatos vívidos. Com efeito, ao falar em público, *Marco era muito mais convincente do que os deportados verdadeiros*, e uma prova disso é que, nas oportunidades em que ia proferir alguma palestra junto com eles, acabava por ofuscá-los, transformando-se naquele que comovia e fascinava a plateia, no centro absoluto das atenções. [grifos meus].⁸⁰

A postura de Marco, sua energia e sua eloquência eram, elas próprias, discrepâncias. E, por algumas vezes em seu livro, Javier Cercas toca sem dizer, por não saber ou não achar relevante, nisso que chamamos de confronto de testemunhos. É o que ocorre, por exemplo, quando o novelista se empenha em averiguar se Marco havia participado da guerra civil. Não havia então quaisquer documentos e quase não sobrara nenhuma testemunha para prová-lo, de modo que tudo avançava no terreno das hipóteses.⁸¹ Apesar disso, Cercas consegue encontrar uma testemunha: Enric Casañas, de quem Marco dizia ter-se tornado amigo durante o conflito de 1936. “Marco me deu seu telefone”, Cercas diz, mas “[...] não sem antes lhe enviar uma carta em que anunciava minha visita e recordava a amizade de ambos [...]”.⁸² O romancista logo se decepciona, pois, ao ligar para Casañas, fala com a mulher deste e descobre que a testemunha em potencial havia perdido a memória. Contudo, numa de suas conversas com Cercas, a esposa de Casañas confessa que o ouvira falar

[...] infinitas vezes sobre a guerra de um modo geral e do 19 de julho [de 1936] em particular [data em que Casañas e Marco supostamente haviam se conhecido], e frequentemente o escutara contando coisas sobre seus companheiros da época, mas, de que ela se lembre, *o nome de Marco nunca fora mencionado nesses relatos*. [grifo meu].⁸³

Transcorridos alguns dias,

[...] a mulher de Casañas me telefonou para dizer que tinha perguntado sobre Marco ao irmão de seu marido, [...] mas que *este também jamais ouvira o nome de Marco pronunciado pela boca de seu irmão* no que se referia à guerra civil. Nessa ocasião, eu já tinha lido e ouvido todas as entrevistas dadas por Casañas e consultado alguns historiadores que o haviam entrevistado quando ele ainda estava com a memória intacta; *Marco não aparecia em lugar nenhum, ninguém*

⁸⁰ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 305; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 284.

⁸¹ *Ibidem*, p. 87; *ibidem*, p. 82.

⁸² *Ibidem*, p. 87-88; *idem*.

⁸³ *Ibidem*, p. 88-89; *ibidem*, p. 83.

ouvira Casañas falando dele, assim como Casañas não aparecia em lugar nenhum dos relatos de guerra que Marco tinha feito e que tinham sido publicados quando a memória de Casañas ainda o teria capacitado para confirmá-los ou não. Dessa forma, compreendi que o mais provável era que aquele fosse um exemplo da maneira como Marco se apropriava do passado alheio [...]: o mais provável, com efeito, era que Marco não estivesse no quartel de Sant Andreu naquele 19 de julho, e que, para provar que, sim, que estivera ali, tinha *procurado obter o aval de uma testemunha autêntica que, como no caso de seu amigo Casañas, já não estivesse em condições de desmentir o embuste*. [grifos meus].⁸⁴

Em suma, Marco tentara eliminar artificialmente a discrepância que oporia seu relato ao dos demais. De forma que, ironicamente, Cercas fornece ao leitor o próprio antídoto à crítica que dirige aos testemunhos.

Falamos de confronto de testemunhos e de discrepância. E falamos antes de instrução, que o testemunho instrui a história. Instruir a história é dotá-la de uma certa *profundidade* que a mera soma dos acontecimentos verificados jamais alcançará. No limite, é fazê-la exorbitar o exíguo círculo da epistemologia, para que tenha a desenvoltura de movimentar-se em torno de outro maior. Se o testemunho instrui a história, ela já pode, então, almejar o conhecimento acerca do que é o passado para o presente e o preço que se paga, ou o que se deve, ao pretérito, por aquilo que se é. Nesse sentido, o testemunho representa para a historiografia um de seus grandes recursos. Ao verificar as promessas não satisfeitas do passado, e o efeito dessas insatisfações no presente, ele dignifica a história, pois permite a ela que ajude uma dada sociedade a realizar um trabalho de luto em nível coletivo. A dívida que se tem para com as vítimas da guerra civil espanhola é, nesse sentido, um caso paradigmático de tal possibilidade. A noção de dívida, facilitada pelo emprego do testemunho, é aqui um recurso. O recurso com que, com o perdão da redundância, se pode tentar, em alguma medida, saldar a dívida para com o passado, ou ao menos reconhecê-la. É por isso que uma desconfiança exacerbada em relação ao testemunho, apesar de compreensível em muitos pontos, pode ser contraproducente.

2.2 AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

⁸⁴ *Ibidem*, p. 89; *ibidem*, p. 83-84.

La irrupción de la memoria ha alterado el panorama de la historia, de la política y, desde luego, el de la filosofía. Habíamos construido un logos sin tiempo y un concepto impasible de verdad, pensando que eran la condición para garantizar la universalidad de la razón. Eso no ha funcionado. Hemos logrado una universalidad muy particular pues queda limitada al Occidente, a los vencedores y al presente. Se impone un logos con tiempo. Es la hora de una racionalidad anamnética.

REYES MATE, Manuel. *La herencia del olvido*, p.175

En el debate sobre las relaciones entre Historia y memoria irrumpe la historia del presente, que rompió la tradicional noción positivista de una ruptura neta entre el pasado y lo actual como garantía para obtener un conocimiento histórico objetivo. Las sinuosas relaciones entre la memoria [...] y la Historia [...] es uno de los asuntos más apasionantes que preocupan a los estudiosos de la historia del tiempo presente, sobre todo cuando la memoria está emergiendo como una preocupación central de la política y de la cultura de las sociedades occidentales.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. *Memoria e Historia*, p. 111

2.2.1 A tese clássica: Clio e Mnemósine pelo olhar de Aleida Assmann e Paul Ricoeur

Analisaremos neste apartado as reflexões de Paul Ricoeur e Aleida Assmann acerca das trocas entre história e memória. Com terminologias distintas, seus estudos aproximam-se em muitos momentos, fortalecendo-se. Começaremos pelos trabalhos do filósofo francês, uma vez que foi ele quem defendeu o testemunho como estrutura de transição entre a memória e a história.⁸⁵ Procurarei ressaltar as semelhanças e as diferenças que o filósofo estabelece entre ambas para, depois, deter-me no modo pelo qual ele defende o rasgo de complementaridade que vê marcar suas trocas.

Vejamos primeiro as semelhanças.⁸⁶ A principal semelhança entre ambas seria a de que as visadas retrospectivas da memória e da história buscam representar o passado

⁸⁵ RICOEUR, Paul. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz. *História da historiografia*. Ouro Preto, n.10, dezembro de 2012, p. 334.

⁸⁶ Num artigo esclarecedor em muitos aspectos, Fernando Catroga assinala, na chave interpretativa de Ricoeur, as semelhanças entre história e memória. Assim, os elementos comuns entre história e memória atestariam tanto suas fragilidades quanto sua virtual inesgotabilidade. É na medida em que não são absolutas – em que não podem com um único gesto atrair todo o passado para si – que ambas mantêm aberta a possibilidade perpetuamente renovável de uma futura atualização. Três seriam as semelhanças entre memória e história: a) “[...] ambas referenciam objetos ausentes, embora se presuma a sua onticidade pretérita. Deste modo, a *imaginação memorial* e a *imaginação histórica* não podem ser confundidas com a *imaginação artística*” (p. 56); b) ambas efetuam “[...] *re-presentificações* a partir da interrogação de *indícios e traços*”, com o escopo de ordenar retrospectivamente o caos dos acontecimentos (p. 57); c) por

através do paradoxo da presença do ausente. Ricoeur dirá, então, que o conhecimento histórico atualiza a velha aporia grega do ícone ou *eikôn* (imagem-recordação) ligada à memória, pois, na medida em que a historiografia se torna confiável por seguir os rastros materiais do passado (arquivos, documentos), ela acaba por realizar algo muito semelhante ao que faz a retrospectiva memorial através da noção da marca ou da *impressão*. O próprio testemunho, perfazendo o caminho que vai da memória declarada para, depois, ser integrado a um arquivo, permite ver até que ponto memória e história estão imbricadas.⁸⁷ Ora, se a testemunha narra algo que viu ou vivenciou, sendo o seu relato uma mistura da imaginação narrativa com a marca deixada pelo passado, o processo pelo qual se constitui a narrativa histórica acaba por assemelhar-se, em alguns aspectos, à atestação testemunhal. É a noção de representância, própria da tarefa historiográfica, lembrará Ricoeur, que combinará o “ter-sido” com o “não é mais”, condensando um passado que é abolido pelo tempo, mas parcialmente preservado em seus rastros. O ter-sido só é recuperado pelos vestígios que dele recolhemos no presente. Assim, o conceito de representância, deixando-se ver numa escrita ao mesmo tempo indiciária e ficcional, acaba por reatualizar a opaca mistura entre lembrança e imaginação que é própria da memória, na medida em que tenta recuperar o passado através de uma narração que deseja tornar inteligíveis os vestígios recolhidos do pretérito. Noutras palavras, poder-se-ia dizer que

À representação mnemônica segue-se no nosso discurso a representação histórica. Esta é a razão profunda da escolha do termo ‘representação’ [...]. Ora, essa correlação fundamental impõe ao exame uma modificação terminológica decisiva: a representação literária ou escriturária deverá deixar-se soletrar em última instância como representância, a variação terminológica proposta enfatizando não só o caráter ativo da operação histórica, mas também

fim, ambas se edificam sobre silêncios e recalcamientos (p. 57). Pode-se notar, ademais, que tais características se conectam harmoniosamente entre si: por referenciam objetos ausentes, história e memória precisam se fazer valer da imaginação. Entretanto, a fim de não se tornarem reféns desta, elas conduzem suas investigações pela senda dos traços e dos vestígios. Por último, é justamente pela dupla restrição da imaginação e dos vestígios que se torna impossível lembrar-se ou fazer história de todo o passado, de modo que história e memória deverão ater-se aos eventos passados que são caros ao momento presente, selecionando portanto aquilo de que tratam, desenhando uma inteligibilidade à medida que ordenam o caos dos acontecimentos. Ver CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, pp. 43-69.

⁸⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 192. E como lembra François Dosse, “Ricoeur toma o cuidado de distinguir os traços memoriais corticais, psíquicos e materiais. Com essa terceira dimensão da memória, a dos rastros materiais e documentais, entramos no campo de investigação do historiador.” (DOSSE, François. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 293).

a visada intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora.⁸⁸

Não obstante, a aporia da representação historiográfica torna-se tratável se lembrarmos da forma como Ricoeur resolve o problema da falta de confiança nos testemunhos, de modo que podemos afirmar, com ele, que a representância deve se portar mais ao lado do “como” do testemunho que do “como” da metáfora.⁸⁹ Vemos, então, que a ambição veritativa da história, apesar de passar pelo registro ficcional, não é posta em xeque em momento algum.

Talvez a diferença mais marcante entre memória e história seja esta: a de que a primeira quer ser fiel ao passado, enquanto a segunda é movida por uma ambição de verdade. Assim, se a questão para o testemunho é ser confiável e crível, a história deverá ser eminentemente crítica.⁹⁰ Nessa conformidade, a historiografia “[...] é mais distante, mais objetivante, mais impessoal em sua relação com o passado, [e] pode desempenhar um papel de equidade a fim de moderar a exclusividade das memórias particulares”.⁹¹ Assim, se, por um lado, a memória é muito mais do que uma província da história, sendo mesmo a sua matriz, por outro, faz-se necessário ressaltar a capacidade historiográfica de “[...] ampliar, corrigir e criticar a memória”, compensando “[...] suas fraquezas no plano tanto cognitivo quanto pragmático”.⁹² No entanto, como observa o historiador espanhol Eduardo González Calleja ao comentar a tese ricoeuriana, uma atitude de “[...] forte desconfiança frente aos erros da memória conduziria a sacralizar a postura historiográfica”, ao passo que, uma memória que substituísse plenamente a história acabaria por “[...] obstaculizar o nível epistemológico da explicação/compreensão [a segunda fase da operação historiográfica, segundo Ricoeur, precedida pela fase documental e sucedida pela fase escriturária]”.⁹³ É por isso que, para além do aspecto de

⁸⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 248.

⁸⁹ RICOEUR, Paul. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz. *História da historiografia*. Ouro Preto, n.10, dezembro de 2012, p. 336.

⁹⁰ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Nunes. 2. ed; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 22.

⁹¹ DOSSE, François. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, pp. 296-297.

⁹² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 155-156.

⁹³ GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. *Memoria e historia*. Madrid: La catarata, 2013, p. 108.

continuidade por que são marcadas história e memória, sua relação não deveria ser definida como sendo essencialmente de subordinação. Nesse sentido,

A conclusão de Ricoeur é que a veracidade que se adscrive à história e a fidelidade que se vincula à memória não são valores e princípios irreconciliáveis, mas que podem reformular-se em função da dialética entre história e memória. Não há uma relação de subordinação entre história e memória, mas de *complementaridade*: são duas estratégias de aproximação ao conhecimento do passado, que se enriquecem mutuamente, mas que não se substituem. [grifo meu].⁹⁴

Sem dúvida, trata-se de uma dialética aberta, pois não será

Numa aporia paralisante que deve desembocar o debate incessantemente retomado entre as pretensões rivais da história e da memória de cobrir a totalidade do campo aberto, por trás do presente, pela representação do passado. Certamente, nas condições de retrospectão comuns à memória e à história, o conflito permanece indecível. [...] [Elas] podem se confrontar numa dialética aberta, que as preserva dessa [...] *hubris* que seria, de um lado, a pretensão da história de reduzir a memória à categoria de um de seus objetos, de outro, a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés desses abusos de memória, nos quais podem se transformar as comemorações impostas pelo poder político ou pelos grupos de pressão.⁹⁵

O rasgo de complementaridade que Ricoeur vê marcar as trocas entre memória e história está expresso com clareza no artigo intitulado “A marca do passado”, produzido ao tempo em que o filósofo redigia *A memória, a história, o esquecimento*. No fim do artigo, o filósofo destaca as riquezas que podem advir do diálogo entre ambas:

Ao final deste exame das trocas entre história e memória, o que podemos dizer a respeito desta oposição entre verdade e fidelidade introduzida por François Bédarida? Minha sugestão seria a de que estas duas virtudes não estão opostas uma à outra, mas que deveriam ser reformuladas em função da dialética que acaba de ser elaborada entre memória e história. Somente uma história reduzida a sua função crítica satisfaria o único imperativo de verdade. Somente uma memória privada da dimensão crítica da história satisfaria, por sua vez, o único imperativo de fidelidade, como se lhe inclina um uso não crítico da ideia de tradição. *Mas uma memória submetida à prova crítica da história não pode aspirar à fidelidade sem passar pelo crivo da verdade. E uma história, substituída pela memória na dialética da representação e do projeto, não pode mais separar a verdade da fidelidade que se prende, em última análise, às promessas não cumpridas do passado.* Pois é em relação a estas que estamos primordialmente endividados.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 109.

⁹⁵ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 403.

No mesmo momento em que as duas virtudes – da fidelidade memorial e da verdade histórica – são dispostas em uma relação dialética, os dois significados maiores da história se reconciliam: não é possível “fazer história” [produzir no modo historiográfico], sem, da mesma forma, “fazer a história” [agir no mundo]. [grifo meu].⁹⁶

Tudo está dito num tom muito elegante, numa escrita animada, ousaria dizer, por um olhar de esperança e mesmo utópico. O gesto ético – que nos levará até o fim do capítulo – e metodológico que aproxima a história da memória é o mesmo que permite aos artífices da história desempenhar um papel cidadão. E a ideia de dívida para com as vítimas ou os sobreviventes de acontecimentos traumáticos – essas figuras que inquietam historiadores e historiadoras, colocando-os em situações impossíveis⁹⁷ –, é a um só tempo algo a saldar, como também se trata, no nível epistemológico, de um recurso. Pois a noção de dívida, ao projetar a memória para o futuro, faz com que a indecidibilidade entre a vontade de fidelidade e a falta de fiabilidade da memória, próprias de uma visada fundamentalmente retrospectiva, seja resolvida, em última instância, na dimensão do compromisso ético no presente. Não se trata mais de perseguir a verdade absoluta e irrefutável daquilo que um dia “foi”, projeto fadado ao malogro, mas de buscar uma verdade “mais verdadeira”, amparada na ideia de justiça.⁹⁸ É aqui, sem dúvida, que se pode vislumbrar uma história substituída pela memória na dialética da representação e do projeto, que já não pode mais separar a verdade da fidelidade. E se a história quer defrontar-se dessa forma com as dívidas que pesam sobre o futuro, fazendo-as trabalhar no interior dessa dialética, o que se pode esperar já não é um futuro cerrado pelas fantasmagorias de um passado que assombra o presente, mas antes um passado *ressignificado* no presente, uma modalidade de futuro passado cujo objetivo não é outro senão o de imaginar futuros.

Pobre será, portanto, toda historiografia que mantiver a memória apartada de si ou subordinada a si. Como vimos, uma história como essa deve encarecer demasiadamente seus pressupostos cientificistas e, numa preocupação exclusiva com seus aspectos

⁹⁶ RICOEUR, Paul. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz. *História da historiografia*. Ouro Preto, n.10, dezembro de 2012, pp. 348-349.

⁹⁷ WIEVIORKA, Annette. *Op. cit.*, p. 130.

⁹⁸ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 98-99. Sobre esse ponto, ver também o texto esclarecedor de Sabina Loriga. LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. In: GOMES, Angela de Castor; SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 23.

epistêmicos, tende a não atentar para suas potencialidades sociais. Refletindo sobre isso, e com a elegância habitual, Fernando Catroga escreve:

Só um cientificismo ingênuo pode aceitar a existência de uma radical separação entre a retrospectiva da memória e a retrospectiva historiográfica, tanto mais que ambas não são exclusivamente criadas pela imaginação, e ainda que por vias diferentes, aspiram ao verossímil, seja por fidelidade ou veridicção. [...] As [próprias] características apresentadas como típicas da memória (*seleção, presentismo, verossimilhança, representação*) encontram-se, igualmente, no trabalho historiográfico, sobretudo porque, hoje, este não se restringe à busca de explicações por causalidade mecânica, elevada a *deus ex machina* da visão linear, acumulativa, homogênea e universalista do próprio progresso.⁹⁹

Mas a partir de quais critérios podemos fundamentar a ideia segundo a qual a história não é essencialmente objetiva? Entre muitas outras opções, continuaremos na esteira de Ricoeur, destacando algumas de suas teorizações sobre o tema. Dizíamos antes que a história comunga com a memória a aporia relativa ao passado, ainda que sob a especificidade do conceito de representância. Para o historiador Breno Mendes, tal conceito se situaria entre um realismo do objeto e o relativismo. De modo que o conceito de representância exprimiria a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado. A representação do passado “‘tal como’ ocorreu designaria não as pretensões de um realismo ingênuo, mas a função de ‘lugar-tenência’ [aspecto vicário, portanto]. A visão de Ricoeur se aproxima da de Certeau, para quem a escrita da história se mostra como um discurso que organiza uma presença faltante”.¹⁰⁰ Ora, o que falta é o passado em si, que já não existe. A história então, apesar de suas ambições cognitivas, não pode deixar de se valer da imaginação, de modo que “[...] o imaginário se incorpora à perspectiva do ter-sido, sem enfraquecer sua perspectiva ‘realista’. [Logo, o] lugar marcado do imaginário está indicado pelo próprio caráter do ter-sido como não observável”.¹⁰¹

Ricoeur disserta longamente sobre essa matéria em *Tempo e narrativa*. Mas o que nos interessa de momento é o sumo de sua teoria. Bruscamente delineada, a tese narrativista de Ricoeur seria a de que a narração historiográfica deixa visível ou dá roupagem narrativa ao tempo cosmológico, relacionando-o, assim, com o tempo vivido.

⁹⁹ CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 53.

¹⁰⁰ MENDES, Breno. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 19, 2015, p. 88-106.

¹⁰¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 3: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 312.

Mas essa narrativa é ela mesma uma formulação artificial do tempo, um todo coerente que, ao contrário do tempo cosmológico, teria início, meio e fim; ela seleciona, descarta, destaca. A narração é produzida por uma imaginação produtora, que aproxima termos afastados e produz uma novidade de sentido. Assim, tempo e narrativa remeter-se-iam um ao outro reciprocamente: o tempo vivido enquanto objeto da narrativa, e esta enquanto consciência de si do tempo vivido.¹⁰² Portanto, a narrativa histórica seria inevitavelmente poética, não sendo totalmente objetiva, tampouco coincidindo integralmente com o real. O texto historiográfico está, portanto, imbricado com o texto ficcional, de modo que o entrecruzamento entre história e ficção poderia ser entendido como “[...] a estrutura fundamental, tanto ontológica quanto epistemológica, em virtude da qual a história e a ficção só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando de empréstimo a intencionalidade da outra”¹⁰³, pois

A história é quase fictícia sempre que a quase presença dos acontecimentos colocados ‘diante dos olhos’ do leitor por uma narrativa animada a suprir, por sua intuitividade e sua vivacidade, o caráter elusivo da preteridade do passado, que os paradoxos de representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é por isso que se parecem com acontecimentos passados e que a ficção se parece com a história. [...]. A relação é, aliás, circular: é por assim dizer, como sendo quase histórica que a ficção dá ao passado essa vivacidade de evocação que faz de um grande livro de história uma obra-prima literária.¹⁰⁴

Tomando de empréstimo a fórmula de Michel de Certeau, Ricoeur salienta também o fato de que a interpretação ou a imaginação historiadora faz-se presente em todas as fases da *operação historiográfica*, e não somente na fase escriturária. No nível documental, isto ocorre com a escolha das fontes; e no nível explicativo-compreensivo, com a seleção entre modos explicativos concorrentes. Se poderia dizer, ainda, que os três momentos epistemológicos não são sucessivos, mas antes níveis intricados aos quais somente uma “[...] preocupação didática confere uma aparência de sucessão cronológica”.¹⁰⁵ Como se vê, para Ricoeur o sujeito do conhecimento não se separa do

¹⁰² REIS, José Carlos. Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. In: *Locus, revista de história*. v. 12, n. 1, 2006, p. 17-40.

¹⁰³ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 3: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 311.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 325.

¹⁰⁵ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 247-248. No capítulo em que trata especificamente da

objeto de estudo. Eles influenciam-se mutuamente. O que então esperar da história? Algo acerca do que o filósofo já meditava nos anos 1950: “esperamos da história”, ele escreve, “uma certa objetividade, a objetividade que lhe convém”.¹⁰⁶ A frase é surpreendente, pois não se enxerga nela, ao explorar o termo *objetividade*, qualquer matiz cientificista. Ele prossegue: “[...] é objetivo tudo aquilo que o pensamento metódico elaborou, ordenou, compreendeu e aquilo que pôde fazer compreender”.¹⁰⁷ E esclarece: todavia, “[...] não quer dizer isto que pensemos com a mesma objetividade da física ou da biologia. Há tantos níveis de objetividade como comportamentos metódicos”.¹⁰⁸ Considerando-se o mesmo aspecto pelo seu reverso, espera-se, do historiador e da historiadora, “[...] uma certa qualidade de subjetividade, não uma subjetividade qualquer, mas uma subjetividade que seja adequada à objetividade que convém à história”.¹⁰⁹ Temos, agora, tanto uma objetividade *incompleta* para a história como uma *boa* subjetividade do historiador e da historiadora. Em que consiste, pois, esta objetividade incompleta? Em compreender, entre outras coisas, que o acontecimento histórico total, *o passado integral*, é propriamente uma ideia, o limite jamais alcançado de um esforço de integração cada vez mais vasto e complexo.¹¹⁰ E a boa subjetividade do historiador e da historiadora, em que consiste ela? Num ponto de equilíbrio entre o que Ricoeur chama de “fetichismo do fato” e de “eu patético”. A relação entre sujeito e objeto é mobilizada através de uma dialética que faz, por um lado, a história refletir a subjetividade do(a) historiador(a) e, de outro, com que o ofício do(a) historiador(a) eduque e instrua a subjetividade deste(a).¹¹¹

Eis o belo excerto com que gostaria de encerrar a análise que propus sobre o pensamento ricoeuriano, coerente, de resto, com as obras que percorremos, apesar do tempo que as separa:

interpretação em história (pp. 347-356), Ricoeur sublinha o fato de que se ela está presente em todas as fases epistemológicas do “fazer história”, então seria impossível, para a historiografia, reclamar quaisquer direitos sobre uma eventual *reflexão total do conhecimento histórico sobre si mesmo*. Isto é explicitado através de alguns exemplos: a) deve-se reconhecer o fato de que é sempre possível interpretar de outra forma o mesmo complexo, e, portanto, admitir a existência de um grau inevitável de controvérsia; b) deve-se dotar a interpretação de critérios plausíveis, possivelmente prováveis, submetidos à parte adversa; c) deve-se confessar, finalmente, que por trás da interpretação subsiste sempre um fundo impenetrável, opaco, inesgotável de motivações pessoais e culturais, do qual o sujeito jamais acaba de dar conta.

¹⁰⁶ RICOEUR, Paul. Objetividad y subjetividad en Historia. In: RICOEUR, Paul. *Historia y Verdad*. Tradução de Alfonso Ortiz García, Madrid: Encuentro Ediciones, 1990, pp. 23.

¹⁰⁷ *Idem*.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 24.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.26.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 32.

Antes se costumava opor a razão ao sentimento, à imaginação; hoje nós a introduzimos de certo modo na racionalidade, mas em compensação a racionalidade por que optou o historiador faz com que o desnível se estabeleça dentro mesmo do sentimento e da imaginação, separando o que poderíamos chamar o *eu investigador* do *eu patético*: o eu dos ressentimentos e dos ódios. Ouçamos pela última vez a Marc Bloch: ‘compreender não é julgar’. [...] A objetividade se nos apresentava primeiro como a intenção *científica* da história; agora assinala a distância entre uma boa e uma má subjetividade: a definição de objetividade deixou de ser ‘lógica’ para ser ‘ética’.¹¹²

Seguiremos agora com o exame das proposições de Aleida Assmann naquilo que tange aos diálogos entre memória e história. Já dissemos que a autora vê como insustentável qualquer modelo teórico que apregoe a ruptura entre elas. Mas a isso ela adscrive que “[...] a polarização entre história e memória parece-me tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas”.¹¹³ Logo em seguida propõe que se considere a história e a memória “[...] como dois modos de recordação, que não precisam excluir-se nem recalcar-se mutuamente”.¹¹⁴ Há que se notar nessas afirmações dois elementos muito originais, pois, diferentemente de Ricoeur que, para advogar pela complementaridade entre história e memória, tem de construir uma análise calcada nos elementos ontológicos comuns a ambas, isto é, que giram em torno do enigma do passado, Assmann apostará nas diferenciações entre história e memória. Assim, podemos dizer que a primeira originalidade de Assmann repousa no fato de que, apostando nas diferenças, ela defenderá a complementaridade, visto que tradicionalmente as dessemelhanças são sublinhadas para reforçar o caráter de oposição entre história e memória. Tratam-se, pois, de diferenças não polarizadas. Mas como ela pode movimentar-se assim? Eis a segunda originalidade: ela pode fazê-lo porque define memória e história como dois modos distintos de recordação. Dois modos de recordação vinculados pelo campo maior da memória cultural. É girando em torno dela que se pode diferenciar história e memória sem o risco de opô-las uma à outra. E, na medida em que a memória cultural tem como “núcleo a

¹¹² *Idem.*

¹¹³ ASMANN, Aleida. *Op. cit.*, p. 147.

¹¹⁴ *Idem.*

memoração dos mortos”,¹¹⁵ podemos concluir que há uma visada social e mesmo ética em sua reflexão sobre história e memória.

A partir daí, Assmann diferencia a memória habitada ou *funcional* (vinculada à memória), da memória inabitada ou *cumulativa* (vinculada à história):

O passo essencial para além da polarização ou equiparação dos conceitos de memória e história consiste em compreender a relação entre memória habitada e inabitada como dois modos complementares de recordação. Denominaremos a memória habitada *memória funcional*. Suas características mais marcantes são referência ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro. As ciências históricas, por sua vez, são uma memória de segunda ordem, uma memória das memórias, que acolhe em si aquilo que perdeu a relação vital com o presente. Sugiro atribuir a essa memória das memórias a designação de *memória cumulativa*. Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional.¹¹⁶

Oferecer novas possibilidades à memória funcional, tal é a potencialidade da história. Não obstante, é notável que a autora adote a metáfora da psicoterapia para explicar a dialética entre as memórias funcional e cumulativa. Salta-se, nessa alegoria, da memória coletiva para a memória individual, do analisando. Ela teria dois níveis distintos:

Um plano é o da memória consciente. Nele, lembranças e experiências são mantidas à disposição, à medida que se situam em determinada configuração de sentido. [...]. Dessa configuração da memória para o indivíduo depende o quadro de oportunidades futuras à disposição do indivíduo e quais delas estão excluídas de seu horizonte. A terapia é capaz de auxiliar na reconfiguração e reestruturação das lembranças; ela pode ocasionar que isso ocorra de uma maneira mais consciente e inclusiva, pode refletir sobre a atenuação de limites e atenuar ou eliminar barreiras autoagressivas e paralisantes [...]. O outro plano na economia das memórias se constitui de elementos bastante heterogêneos, em parte inertes, em parte improdutivos; em parte latentes, fora do alcance da atenção; em parte sobredeterminados e, portanto, inacessíveis a uma tentativa ordenada de recuperação; em parte dolorosos ou escandalosos e por isso enterrados bem fundo. Os elementos da memória cumulativa pertencem ao indivíduo, mas constituem uma reserva que [...] em certo momento deixa de estar disponível para resgate. A fim de que a memória possa desenvolver uma função orientadora, é preciso apropriar-se desses elementos, ou seja, é preciso selecioná-los segundo sua importância, torná-los acessíveis e interpretá-los em determinado quadro de sentido.¹¹⁷

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 37. Pois a “[...] piedade da memória dos mortos responde a um tabu cultural universal: os mortos devem ser sepultados e levados ao repouso, pois de outra forma eles vão incomodar o descanso dos vivos e pôr em perigo a vida da sociedade.” *Ibidem*, p. 42.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 147.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 147-148.

Assmann estabelece, desse modo, uma fronteira entre memória cumulativa e funcional que, longe de ser estanque, tem a capacidade de produzir novas configurações de sentido. A memória funcional seleciona dentre as possibilidades ofertadas pela massa amorfa de informações que constitui a memória cumulativa. Mas, para que haja uma novidade, uma reapropriação de velhos elementos, uma ressignificação das lembranças que possibilitem a construção de uma narrativa inédita, é preciso que um trabalho seja realizado no limiar dessas memórias, um trabalho similar ao da terapia. É contornado assim o problema da velha oposição binária entre história e memória. O modelo dos dois planos – consciente e inconsciente –, prosa e pano de fundo, deixa de ser dualista para tornar-se perspectivístico.¹¹⁸ A riqueza da teoria de Assmann está na sugestão de que a potencialidade cultural de tais memórias não reside isoladamente no aspecto seletivo da memória funcional, e tampouco na massa disforme de informações que a memória cumulativa abriga; tudo é decidido na interação entre ambas, pois sem a primeira, na medida em que é seletiva, não haveria uma busca direcionada à mudança, enquanto que sem a memória cumulativa toda e qualquer novidade de sentido estaria inviabilizada de antemão. E o que conecta tais modalidades de memória é o esforço, o trabalho de memória em aproximá-las ao ponto de as fazer trabalhar em conjunto. Destarte, contrapô-las seria então algo bastante problemático, seja por “privar a historiografia de seu valor”, seja por “atribuir à memória um caráter mítico.”¹¹⁹ Assmann aposta no imbricamento de ambas, pois, “[...] da mesma forma que a memória cumulativa é capaz de verificar, sustentar ou corrigir a memória funcional, também a memória funcional é capaz de orientar e motivar a memória cumulativa”.¹²⁰

Verificação, correção e crítica de um lado; de outro, orientação e motivação. Essa dialética aberta entre história e memória, que as permite entrecruzar-se e influenciar-se mutuamente, faz lembrar a dialética da memória e da história proposta por Ricoeur. Gostaria, porém, de chamar atenção para outro elemento desse debate, no qual as reflexões de Assmann e Ricoeur parecem estar em contato. Falamos de duas modulações memoriais distintas, mas nada dissemos sobre o esquecimento. Se a memória funcional opera no plano consciente, é preciso notar ainda que, mesmo neste nível em que se supõe haver uma série de informações disponíveis, só é possível recordar de algo na medida em

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 149.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 155.

¹²⁰ *Idem*.

que se esquece de muitas outras coisas, tal é a plasticidade da memória. Não obstante isso, parece ser igualmente adequado dizer que boa parte do que a memória funcional deixa intocado acaba sendo relegado para o inconsciente ou para o subconsciente, aos quais não se tem acesso direto. De sorte que, nesses casos, só um trabalho posterior de elaboração poderá buscar e ressignificar, com mais ou menos êxito, aquilo que até então parecia “esquecido”, mas que, em verdade, estava recalcado e momentaneamente inacessível. Aleida Assmann toca nesse tema ao diferenciar o procedimento de recordação de um simples procedimento de armazenamento. A memória, para ela, não seria mero depósito de informações, mas uma força imanente. A autora, assim, não apenas diferencia, mas chega inclusive a opor essas duas operações. Vejamos:

A recordação procede basicamente de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma *deformação*, uma distorção, uma *revalorização* e uma renovação do que foi lembrado até o momento de sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada num repositório seguro, e sim sujeita a um processo de *transformação*. A palavra ‘potência’ indica, nesse caso, que a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias. Essa energia pode dificultar a recuperação da informação – como no caso do esquecimento – ou bloqueá-la – como no caso da repressão. Porém, ela também pode ser controlada pela inteligência, pela vontade ou por uma nova situação de necessidade, e proporcionar uma nova disposição das lembranças. O ato do armazenamento [que é o da mnemotécnica, procedimento mecânico que objetivava a identidade entre o depósito e a recuperação de informações] acontece contra o tempo e o esquecimento, cujos efeitos são recuperados com a ajuda de certas técnicas. O ato da recordação, por sua vez, acontece dentro do tempo, que participa ativamente do processo. No que diz respeito à psicomotricidade da recordação, *esquecimento e recordação estão indissociavelmente intrincados*. Um é possibilitador do outro. Podemos dizer: o esquecimento é oponente do armazenamento, mas cúmplice da recordação. [grifos meus].¹²¹

Mas que esquecimento é esse do qual vem depender a recordação? Ora, na seção que encetou este capítulo houve uma breve discussão sobre os dois polos da memória: o polo passivo, vinculado à evocação, e o polo ativo da recordação. Não poderíamos ligar agora o polo ativo da memória com o polo ativo do esquecimento pelo ato de recordar? Se a evocação irrompe de algum lugar, como vimos com Sancho Pança, mas não garante ao indivíduo que a realiza nenhum ganho de sentido naquilo que é proferido, essa memória não pode fazer muito mais que lutar contra o esquecimento, visto aqui como a mais grave das ameaças. No entanto, o esquecimento contra o qual se engalfinha não é

¹²¹ *Ibidem*, pp. 33-34.

ativo, ele seria algo próximo daquilo que Ricoeur chama de esquecimento por apagamento dos rastros. Trata-se de um esquecimento *sofrido*. No caso da memória cultural, poderíamos pensar no incêndio de um museu¹²² ou de uma biblioteca, por exemplo, e na perda irreparável daquilo que eles contêm. Seja como for, é curioso que Ricoeur designe o campo ativo do esquecimento como esquecimento de *reserva*, e que Aleida Assmann diga que a memória cumulativa, própria das ciências históricas, venha a constituir uma espécie de reserva da qual a memória funcional pode se apropriar a fim de ressignificar tanto o passado como o presente, pois, através do esquecimento de reserva, o “[...] esquecimento ganha um significado positivo, na medida em que o ter-sido prevalece sobre o não ser mais na significação vinculada à ideia do passado. O ter-sido transforma o esquecimento no recurso imemorial oferecido ao trabalho da lembrança”.¹²³ Na última seção deste capítulo, procurarei esboçar uma reflexão que articule recordação, ressignificação da memória e esquecimento ativo com o *boom* memorial próprio das sociedades contemporâneas. Falar disso é tratar dos usos e abusos da memória, bem como do papel da história para uma melhor compreensão desse processo. Destacarei, por ora, tão somente que o polo ativo da memória e seu jogo plástico com o esquecimento está muito próximo do elogio que Tzvetan Todorov rende à noção de memória exemplar, bem como aquilo que diz o historiador espanhol Ricard Vinyes, ao pensar no prestígio exagerado que se dá atualmente às testemunhas: ele impede ou dificulta, nos diz, uma ressignificação das memórias.¹²⁴

2.2.2 A tese ilustrada: o conceito de memória coletiva e a oposição entre memória e história em Maurice Halbwachs

Como já foi referido acima, um exame relativo à noção de memória coletiva e à oposição entre memória e história em Halbwachs se mostrará inteiramente proveitoso no momento em que forem passadas em revista as teorizações de Javier Cercas sobre tais

¹²² Impossível deixar de mencionar aqui o episódio lamentável do incêndio do Museu Nacional, ocorrido no início de setembro de 2018.

¹²³ RICOEUR, Paul. *Apud*. DOSSE, François. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 296.

¹²⁴ Ver TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Tradução de Miguel Salazar. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 2000; VINYES, Ricard. *La memoria del Estado*. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009, pp. 23-66.

temáticas, o que será feito no segundo capítulo. Notadamente, por defender seja uma oposição entre memória e história, seja, quando muito, que a memória seja completamente abarcada por Clio, tornando-se uma de suas províncias; e por arguir também que a memória só pode ser individual, desconsiderando sua dimensão social ou coletiva. Não poderemos deixar de reputar esta postura epistemológica como estranha, visto que Cercas se vale da obra do sociólogo francês para defender a oposição entre memória e história, desapercibendo-se do elemento mais original do empreendimento halbwichiano, a saber, a assunção do conceito de memória coletiva. Neste tópico, porém, discorrerei tão só sobre esses dois aspectos do trabalho de Halbwachs e, do mesmo modo, formularei uma ou outra crítica às suas proposições.

Após uma longa e estável tradição que acostumou-se a investigar a memória a partir de um “olhar interior”¹²⁵ – que remonta a Platão e Aristóteles, chegando a Husserl e passando por Agostinho e Locke –, é com Halbwachs, enfim, que ela se fará coletiva.¹²⁶ O sociólogo durkheimiano confrontou-se com essa questão pioneira pela primeira vez em *Os quadros sociais da memória* (1925), livro que *A memória coletiva*, sua obra póstuma, quis corrigir e aprofundar. Debruçar-nos-emos, então, sobre os dois primeiros capítulos de *A memória coletiva*

No capítulo inicial, intitulado “Memória individual e memória coletiva”, é abordada a relação entre esses dois regimes memoriais. Todavia, a ênfase recai por completo no conceito de memória coletiva, pois o autor mostra que é “[...] impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos *memória*”.¹²⁷ Conforme observa a socióloga francesa Marie-Claire Lavabre, a teoria halbwichiana da memória está lastreada em alguns pontos chave, como a compreensão de que “[...] o passado não se conserva, mas é reconstruído a partir do presente” e de que, “[...] como o indivíduo isolado é uma ficção, a memória

¹²⁵ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, pp. 107-129.

¹²⁶ CUESTA, Raimundo. La memoria se hace colectiva: Maurice Halbwachs. In: CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. Salamanca: Lulu.com, 2015, pp. 63-67.

¹²⁷ DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*, pp. 7-8. Embora Duvignaud esteja se referindo ao *Os quadros sociais da memória*, o trecho é inteiramente aplicável à *A memória coletiva*.

do passado não é possível senão em razão dos marcos sociais da memória”.¹²⁸ Ou seja, a memória coletiva é a própria condição da memória individual, ainda que ela não tenha outra realidade que aquela que lhe é conferida pelas memórias individuais.¹²⁹ Mas, para além disso, isto é, do fato de que para recordar “[...] seu passado as pessoas precisam recorrer à lembrança de outras”, o funcionamento da memória individual “[...] não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente”.¹³⁰ Observadas todas essas características, Halbwachs pode dizer, portanto, que

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se tratem de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e de objetos que somente nós vimos. *Isto acontece porque jamais estamos sós.* Não é preciso que outros estejam presentes, porque sempre levamos conosco e em nós uma certa quantidade de pessoas que não se confundem. [grifo meu].¹³¹

Mas se é realmente assim, resta saber se uma memória inteiramente individual pode de fato existir. Halbwachs não é de todo insensível a essa controvérsia e antecipa tal objeção. Pondo sua tese à prova, questiona-se:

Não [haverá] lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo, cuja imagem não esteja no pensamento de nenhum conjunto de indivíduos, algo que recordamos (espontaneamente, por nós), nos situando em um ponto de vista que somente pode ser o nosso? Ainda que fatos desse tipo sejam muito raros, [...] bastaria que pudéssemos confirmar alguns deles para estabelecer o fato de que a memória coletiva não explica a todas as nossas lembranças e talvez não explique por si a evocação de qualquer lembrança.¹³²

A resposta se corporificará, então, no conceito um tanto misterioso e um tanto problemático de *intuição sensível*. Vejamos a situação em que uma pessoa adulta acredita recordar-se de algum evento através de “[...] um estado de consciência puramente individual, que chamamos intuição sensível”:¹³³

Para esses exemplos poderíamos sempre denunciar a mesma *ilusão*. Se certo membro do grupo vier ao mesmo tempo a fazer parte de outro grupo, se os

¹²⁸ LAVABRE, Marie-Claire. Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (Eds.) Guerra Civil: Mito y memoria. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006, p. 46.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 48.

¹³⁰ HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*, p. 71-72.

¹³¹ *Ibidem*, p. 30.

¹³² *Ibidem*, p. 42.

¹³³ *Idem*.

pensamentos que ele tem de um e outro grupo se encontram de repente em seu espírito ... teoricamente só ele perceberá esse contraste. Como deixaríamos de acreditar que nele se produz uma impressão sem medida comum com o que pode sentir os outros membros desses dois grupos, se estes não têm outro ponto de contato senão ele? Esta lembrança entra ao mesmo tempo em dois contextos. Um desses contextos impede de ver o outro e vice-versa – ele prende sua atenção no ponto em que eles se encontram e não tem mais suficiente atenção para percebê-los em si. [Assim,] não percebemos que na realidade estamos levando em conta os dois grupos ao mesmo tempo – mas cada um do ponto de vista do outro. [grifo meu].¹³⁴

Portanto, é do ponto de intersecção entre dois ou mais grupos aos quais um indivíduo concomitantemente pertença que a intuição sensível – em última análise uma ilusão – é produzida. O que o primeiro capítulo deste livro definirá, por conseguinte, é a proeminência da memória coletiva sobre a individual. Assim, mesmo que pensemos que os relatos em primeira pessoa do singular sejam pouco confiáveis, para Halbwachs, isto acontece justamente em virtude de que a hipótese da *impressão* ou da *marca*, metáforas da memória individual, não são senão ilusões – *intuições sensíveis* –, e, somando-se a isso, que a retrospectiva memorial se dá apenas de acordo com os lugares ocupados pelos indivíduos em seus grupos.¹³⁵ Se a recordação se deforma desde o presente no qual a retrospectiva memorial tem início, ela acontece no presente dos grupos, que são a condição de emergência da memória individual. As lembranças mudam, porque a memória coletiva se altera no decurso do tempo, de modo que a plasticidade das memórias individuais não é mais do que um reflexo da plasticidade das memórias coletivas. Destarte, apoiar-se em Halbwachs, para defender o regime de oposição entre história e memória e a hipótese de que as memórias são apenas individuais, é problemático por duas razões: em primeiro lugar, porque, como vimos, embora Halbwachs não apague de suas considerações a dimensão individual da memória, sua razão de ser, ao que parece, é a de dar corpo às memórias coletivas¹³⁶; em segundo lugar, porque, como mostrarei, o que o sociólogo contrapõe à história é a própria memória coletiva, e não a individual. Não há

¹³⁴ *Ibidem*, p. 49. Sobre as reticências do trecho citado, a tradutora adverte que “A tradução é fiel. Em raros pontos, dois, três ou quatro, como no original, extraídos de fragmentos deixados pelo autor, há ‘buracos’ – que estão marcados por reticências.” *Ibidem*, p. 27.

¹³⁵ “De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. [...] Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são *todas* de natureza social. [grifo meu].” *Ibidem*, p. 69.

¹³⁶ Aliás, conforme sublinha Fernando Catroga, o próprio ato de recordar é em si mesmo uma ação de alteridade, pois lembrar de si é lembrar também de outros sujeitos diferentes daquele que recorda; além disso, lembra o autor, para que o pronome pessoal ‘eu’ seja compreensível, é preciso de outros que dele se destaquem. Ver CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 13.

espaço, portanto, para defender tão só a individualidade da memória a partir dos trabalhos halbwichianos. Ademais, a existência da memória coletiva é, na atualidade, uma evidência, e os grupos identitários que reclamam seus direitos, como os dos familiares de ex-combatentes republicanos da guerra civil, conformam um exemplo entre muitos possíveis.

Não obstante, gostaria de apontar alguns aspectos discutíveis na teoria da memória coletiva. No fundo, creio que este conceito de intuição sensível não permite à tese halbwichiana muito mais do que dar uma volta inteira na questão por ele proposta, sem, no entanto, resolvê-la, fazendo-a parar no ponto em que se situava anteriormente. Maurice Halbwachs não terá debilitado a memória individual a ponto de torná-la incapaz de ser o par da memória coletiva? Lavabre apresenta as críticas de dois intelectuais à teoria de Halbwachs, que se contrapõem, sobretudo, às páginas de *Os quadros sociais da memória*. Ela lembra das reservas de Marc Bloch a esta obra, para quem não se deveria esquecer que, “[...] quando se fala de memória coletiva se está falando, em última instância, sobre os mecanismos de transmissão do passado entre as gerações”.¹³⁷ Na mesma linha, Roger Bastide afirma que o grupo, ponto de referência da memória coletiva, não é mais do que um sistema de relações interindividuais.¹³⁸ Essas críticas fazem ver a abordagem talvez insuficiente que, na obra em questão, é dada às categorias de geração e de testemunho, por exemplo. Em que pesem tais críticas, vemos que as categorias supracitadas são trabalhadas com pouca intensidade nos capítulos ora estudados de *A memória coletiva*.

Paul Ricoeur elabora críticas bastante similares a essas, dirigindo-se precisamente ao livro de que ora tratamos. Ele nota, por exemplo, que há, na tese de Halbwachs, uma desimplicação da referência à memória coletiva do próprio trabalho da memória pessoal, ou seja, uma debilitação das lembranças individuais.¹³⁹ Corroborando tal argumento, passa-se, na memória coletiva, do papel do testemunho dos outros na recordação das lembranças aos papéis que temos enquanto membros de um grupo. “Portanto, é por seu lugar no conjunto que os outros se definem.”¹⁴⁰ A crítica derradeira de Ricoeur exprimirá também uma possível contradição quanto ao emprego do conceito que parece estruturar a relação entre memória individual e memória coletiva. O filósofo pergunta a si mesmo

¹³⁷ LAVABRE, Marie-Claire. *Op. cit.*, p. 47.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 49.

¹³⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 130.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 131.

se, ao assumir a tese da intuição sensível, o sociólogo francês não estaria ultrapassando uma linha invisível que separa a tese do “nunca nos lembramos sozinhos” da tese do “não somos um sujeito autêntico de atribuição de lembranças”.¹⁴¹ Como nota o filósofo, o próprio ato de *se recolocar* num grupo e de *se deslocar* de grupo em grupo já supõe uma espontaneidade capaz de dar sequência a si mesma. Pois, caso contrário, a sociedade não teria atores sociais.¹⁴² Assim, “[...] a réplica que Halbwachs opõe à teoria sensualista repousa num profundo acordo com ela a respeito do estatuto da impressão originária, da intuição sensível”.¹⁴³ De modo que o próprio Halbwachs assevera, ao final do capítulo estudado, que, “[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, *são os indivíduos que se lembram*, enquanto integrantes do grupo”¹⁴⁴. [grifo meu]. O que sugerimos, portanto, é menos a hierarquização entre essas memórias do que sua complementaridade.

Seguiremos, doravante, com o exame do segundo capítulo de *A memória coletiva*, intitulado “A memória coletiva e a memória histórica”. Encareçamos outra vez o que foi dito acima: o próprio título do capítulo denota que, seja qual for sua relação com a história, a dimensão memorial que se relaciona com ela é a coletiva, não a individual. É como se Halbwachs se desse por satisfeito com a discussão precedente, apesar das lacunas que nela apontamos, e avançasse na investigação acerca da relação entre memória e história.¹⁴⁵ Como é bem sabido, para Halbwachs, memória e história opõem-se uma a outra; da mesma forma, a concepção de história assumida no livro é de um viés “estritamente positivista”. A história surge como o lugar de “objetividade absoluta”, do “[...] não envolvimento do sujeito historiador, da simples descrição do que esteve no plano puramente factual”.¹⁴⁶ Isto pode ser verificado textualmente, e em diversas ocasiões, em *A memória coletiva*, de modo que Halbwachs dá testemunho desse olhar externo da historiografia em relação à memória coletiva.¹⁴⁷ Algo muito comum na época em que escrevia. Por isso, dissemos, esse elemento da teoria halbwachsiana, por importante que

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 132.

¹⁴² *Idem*.

¹⁴³ *Idem*.

¹⁴⁴ HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*, p. 69.

¹⁴⁵ Façamos, todavia, todas as justças para com as eventuais lacunas desse livro: elas são próprias de uma obra póstuma, cuja redação final seu autor não pôde, evidentemente, revisar nem corrigir.

¹⁴⁶ DOSSE, François. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 284.

¹⁴⁷ MENDES, Breno. Memória, testemunho e escrita da história nos arquivos da ditadura militar brasileira. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*: Dossiê n. 16. Cascavel: Março de 2016, p. 19.

seja, é de longe o menos original. Revisitemos, porém, algumas passagens onde tanto a relação entre história e memória como os traços gerais da história são explicitados. Pincemos estes elementos, mas também para saber se é possível avançar em relação ao entendimento já consolidado acerca de *A memória coletiva*.

Segundo o sociólogo, a memória coletiva opõe-se à história em pelo menos dois pontos: se a primeira é uma corrente de pensamento contínuo, a segunda só começa no ponto em que termina a tradição. Pois, à medida que

[...] existe uma lembrança, é inútil fixá-la por escrito [...]. A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade [...] só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado [...]. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo [...], o único meio de preservar essas lembranças é fixá-lo por escrito numa narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem.¹⁴⁸

Vemos aqui que a história se atém ao reino do factual. Vejamos ainda a segunda grande diferença que separa memória coletiva e história: “existem muitas memórias coletivas”, tantas quantos forem os grupos sociais, mas “só existe uma história”.¹⁴⁹ Desenhadas estas linhas de corte, Halbwachs define os traços gerais daquilo que entende por história: a) um esquema onde as histórias nacionais se somam para conformar um *quadro total*, resultado de infinitas somas sucessivas, em que “[...] nada está subordinado a nada, em que qualquer fato é tão interessante como qualquer outro”;¹⁵⁰ b) “[...] esse gênero de avaliações acontece quando não se leva em conta o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem ou existiram”;¹⁵¹ c) portanto, está justificada a percepção segundo a qual o historiador é “muito objetivo e imparcial”.¹⁵² A história, diferentemente da memória, que é parcial e interessada, residiria fora e acima dos grupos.¹⁵³

Conforme vimos anteriormente, uma história como essa não pode satisfazer minimamente as exigências de uma historiografia como a do tempo presente. Mas, não

¹⁴⁸ HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*, p. 101.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 105.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 105-106.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 106.

¹⁵² *Idem*.

¹⁵³ Quando retomarmos as discussões sobre o modo como Javier Cercas enxerga a história, veremos que o romancista (provavelmente) lança mão, ainda que sem o dizer explicitamente, de algumas reflexões halbwachsianas a esse respeito. Seja como for, são teorizações que pouco aportam para uma história como a do tempo presente, preocupada em refletir sobre traumas coletivos.

obstante essa suposta objetividade “completa” da história, tal como ela é pintada por Halbwachs, resta ainda um nó a ser desfeito acerca de sua teoria. Sem dúvida, Cercas lança mão da argumentação de Halbwachs para sustentar uma oposição entre história e memória, através da qual a objetividade historiográfica situaria a história numa posição de franca superioridade ante a memória. A questão é a de saber se ele não descontextualizou os dizeres do sociólogo francês, pois se está claro que, para Halbwachs, história e memória representam em princípio modos opostos de retrospecto,¹⁵⁴ ele não confere superioridade à história em momento algum. Diria ainda que, em mais de uma ocasião, chega a parecer que Halbwachs atribui à memória certa superioridade em relação à história; mais: que ele inclusive deseja – mas o faz de modo um tanto truncado – dispor ambas a partir de uma complementaridade, pois, lembremos, elas se opõem em *mais de um ponto*, mas talvez não em todos eles. Assim, em *A memória coletiva*, ele se questiona sobre qual seria o melhor meio para aprender sobre a Paris dos anos 1860:

Existiu uma Paris de 1860, cuja imagem está estreitamente ligada à sociedade e aos costumes contemporâneos. Para [lembrar], *não basta procurar as placas que comemoram as casas em que viveram e em que morreram alguns personagens dessa época, nem ler uma história das transformações de Paris. É na cidade e na população de hoje que um observador nota muitos traços de outrora*, principalmente nas zonas menos nobres em que se refugiaram as pequenas oficinas e ainda certos dias ou certas noites de festas populares na Paris comercial e operária que mudou menos do que a outra. Talvez encontremos a Paris de outrora melhor nessas cidadezinhas da província, de onde não desapareceram os tipos, os próprios costumes, e as maneiras de falar que já estive na *rue de Saint-Honoré* e nos *boulevards* parisienses do tempo de Balzac. [grifos meus].¹⁵⁵

Sem dúvida, a história, para Halbwachs, não deixou de ser objetiva, mas foi despida de qualquer superioridade em relação à memória. Duas páginas depois, ele conclui seu argumento, ao afirmar que “[...] a história vivida se distingue da história escrita: *ela tem tudo o que é necessário para constituir um panorama vivo e natural sobre o qual se possa basear um pensamento para conservar e reencontrar a imagem de seu passado*”¹⁵⁶ [grifo meu]. Mas, se é a partir do momento que um grupo desaparece – rompendo portanto a transmissão de experiências pela via intergeracional – que a história

¹⁵⁴ “De tudo o que foi dito antes, concluímos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto.” *Ibidem*, p. 100.

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 88-89.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 90.

tem início (ainda que a memória seja mais indicada e mais natural que a história para o aprendizado acerca do passado – conforme os trechos citados o sugerem¹⁵⁷), a definição desse momento é difícil de ser matizada. Mas, se é assim, o autor não estará nos possibilitando imaginar uma situação de complementaridade entre história e memória? Não poderíamos imaginar uma memória coletiva parcialmente desaparecida, ou em vias de desaparecimento, instruindo uma dada historiografia em emergência?

Em todo caso, como [o grupo] se esboroa lentamente pelas bordas que marcam seus limites, à medida em que cada um de seus membros, especialmente os mais velhos, desaparecem ou se isolam, a memória de uma sociedade não para de se transformar, e o próprio grupo está sempre mudando. Aliás, *é difícil dizer em que momento desapareceu uma lembrança coletiva, e se ela saiu realmente da consciência do grupo, precisamente porque basta que se conserve uma parte limitada do corpo social para que ali sempre se consiga reencontrá-la.*¹⁵⁸ [grifos meus]

Não poderíamos ver nessa passagem, com alguma liberalidade, a antecipação daquilo que hoje está tão em voga, de uma percepção da memória como possível ponto de apoio e de instrução à história (aspecto que Halbwachs certamente não formulou, ao menos não de modo consciente)? Pensando a relação entre a memória coletiva e a história na obra de Halbwachs, numa leitura de matriz benjaminiana, Reyes Mate sustentará que, se existe a dificuldade em precisar o momento em que se rompe o vínculo entre o passado e o presente, é porque muitas vezes os vestígios restam *ocultos*,

De modo que num determinado momento o presente declara ver a si mesmo refletido neles. Imaginemos uma injustiça passada. Enquanto não seja saldada, ficará aí, oculta ou latente, à espera de que haja uma consciência moral sensível que a desperte. Esse vestígio restará aí, acompanhando a história, porque a história foi construída sobre ele. Ainda que esteja presente sobre a forma de ausência, [...] fará parte da memória coletiva.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Essa superioridade da memória em relação à história é muito enriquecedora, especialmente se nos ativermos nos limites de uma história “objetiva”. Conforme assinala Reyes Mate ao pensar as teses halbwachianas, elas poderiam ter a desenvoltura de um enriquecimento sobre a compreensão do passado, pois a história, ao se ater aos fatos, só pode ter a autoridade daquilo que chegou a ser, ainda que sob o risco de confundir faticidade com realidade, confusão que, como vimos, Halbwachs não faz. A memória em contrapartida, além de poder verificar o que passou, carregaria consigo as riquezas marcadas pela possibilidade de se ater ao que não chegou a ser, mas que era esperado ou prometido. Assim, “[...] a superioridade da memória depende de como se entende a realidade: como factual ou contrafactual”. REYES MATE. *Tierra y huesos. Reflexiones sobre la historia, la memoria y la memoria histórica*. In: REYES MATE. *La herencia del olvido: ensayos en torno a la razón compasiva*. 2. ed. Madrid: Errata naturae editores, 2009, p. 159. Sobre este ponto ver também GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. *Memoria e historia*. Madrid: La catarata, 2013, p. 94.

¹⁵⁸ HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*, p. 105.

¹⁵⁹ REYES MATE. *Op. cit.*, p. 160.

Vestígio oculto que fará parte, portanto, da história e da memória. Não resta dúvida, contudo, de que esta é uma leitura um pouco forçada e mesmo perigosa, pois, por um lado, Halbwachs jamais situou a história para além dos limites estritamente objetivos; e, por outro lado, a noção de memória coletiva parece estar desprovida de qualquer implicação ética, se seguirmos o autor francês literalmente. Halbwachs não pensa num termo como o de latência. Muito antes, para ele, as memórias emergem ou não, e aquelas que não são repetidamente recordadas e/ou evocadas pelos grupos, tendem a desaparecer. Nesse sentido, Lavabre escreve, pensando em acontecimentos traumáticos, que “[...] não podemos nos conformar com uma concepção de memória como pura reconstrução [...] do passado. Se encontra aí um limite em Maurice Halbwachs”.¹⁶⁰ Paul Ricoeur, por seu turno, e com a sutileza que lhe é característica, aponta que

[...] o texto de M. Halbwachs [o segundo capítulo] descreve uma curva: da história escolar, exterior à memória da criança, elevou-se para uma memória histórica, que funde-se na memória coletiva que, por sua vez, ela amplia, e enfim desemboca numa história universal que se interessa pelas diferenças de época e reabsorve as diferenças de mentalidade *sob um olhar dirigido de lugar nenhum*. A história, assim considerada, merece ainda o nome de memória histórica? *Memória e história não são condenadas a uma coabitação forçada?*¹⁶¹ [grifos meus]

Ora, é preciso observar o preço a ser pago por essa história dirigida por um olhar advindo de lugar nenhum, de fora e acima dos grupos: é o da coabitação forçada com a memória. Ricoeur vê no texto de Halbwachs um trabalho talvez desastrado em aproximar memória e história, mas esse esforço é, por si mesmo, notável. Por que então colocar ao lado dessa leitura mais ortodoxa da obra de Halbwachs, cujos intérpretes foram Ricoeur, Lavabre e Dosse, a leitura arriscada empreendida por Reyes Mate? É porque as faíscas produzidas por sua fricção jogam alguma luz nas potencialidades que a categoria de memória coletiva representa para a história. Halbwachs apontou, de algum modo, para um possível diálogo entre memória e história e fê-lo porque o conceito de memória coletiva permitiu que desenvolvesse uma hipótese nessa direção. Todavia, ele o fez em seus próprios termos e em sua época. Sendo ele próprio uma vítima do horror nazista –

¹⁶⁰ LAVABRE, Marie-Claire. *Op. cit.*, p. 53.

¹⁶¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 408.

cujas últimas semanas de vida foram descritas com singeleza pelo escritor espanhol Jorge Semprún, seu companheiro no campo de concentração de Buchenwald¹⁶² –, não poderia prever o peso que a memória coletiva teria logo ali, nos anos 1960, e depois com mais força, a partir da década de 1980. A virada ética da memória e da história ainda não se deixava capturar no horizonte. Não obstante, a relevância da noção de memória coletiva é irrefutável. Na medida em que cresceu e ganhou massa, ela própria forçou a história a gravitar ao seu redor e, em seu deslocamento, também a história se modificou. Halbwachs, quero crer, foi um precursor. Uma leitura justa de seu trabalho deveria enfatizar precisamente a novidade que a categoria de memória coletiva veio constituir, e não a oposição entre memória e história que, como vimos, ainda que não seja possível negá-la, parecia estar em vias de transformação no ponto em que o sociólogo fora impedido de prosseguir seus trabalhos.

2.3 MEMÓRIA, HISTÓRIA E ÉTICA

Macbeth – Como tem passado sua paciente [Lady Macbeth], doutor? Ainda enferma?

Médico – Nem tanto enferma, Majestade, mas sim perturbada por fantasias que se sobrepõem umas às outras e que a impedem de repousar.

Macbeth – Cure-a disso, doutor. Não pode o senhor ministrar-lhe remédio para sua mente adoentada, arrancar-lhe da memória [a] dor enraizada, apagar de seu cérebro as preocupações ali gravadas? Com algum doce esquecimento, não pode esvaziar-lhe o peito oprimido das perigosas matérias que lhe pesam sobre o coração?

Médico – Nesses casos, o paciente deve encontrar o seu próprio remédio.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*, Quinto Ato, Cena III, pp. 109-110

Esquecer não é uma simples vis inertiae [força de inércia], como creem os superficiais, mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças ao qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido, não penetra mais em nossa consciência; [...] eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, zelador da ordem psíquica [...]. O homem no qual esse aparelho inibidor é danificado e deixa de funcionar pode ser comparado (e não só comparado) a um dispéptico – de nada consegue ‘dar conta’... Precisamente esse animal que necessita esquecer, no qual

¹⁶² Essas descrições fazem parte das belas páginas de *La escritura o la vida*, de Jorge Semprún.

o esquecer é uma força, uma forma de saúde forte, desenvolveu em si uma faculdade oposta, uma memória com cujo auxílio o esquecimento é suspenso em determinados casos – nos casos em que se deve prometer: não sendo um simples não-mais-poder-livrar-se da impressão uma vez recebida, não a simples indigestão da palavra uma vez empenhada, da qual não conseguimos dar conta, mas sim um ativo não-mais-querer-livrar-se, um prosseguir-querendo o já querido, uma verdadeira memória da vontade.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*, pp. 43-44

Uma reflexão que busque articular memória, história e ética deve caracterizar-se, sobretudo, por um esforço intelectual voltado à ação. De que modo uma historiografia instruída pela noção de testemunho, enriquecida pela noção de memória coletiva e dignificada pelo conceito de dívida pode mostrar-se atuante em nível social? Vimos anteriormente a forma pela qual a historiografia do tempo presente se beneficia do diálogo que mantém com a memória e com a utilização de tais conceitos. Se o uso da noção de memória coletiva é profícuo, isso se dá em razão de que essa categoria nos faz ver algumas articulações entre aquilo que é individual e aquilo que é coletivo na constituição de cada sujeito. Poderíamos lembrar, aqui, do célebre texto de Norbert Elias, em que essa fronteira entre sujeito e meio social é borrada, fazendo-nos compreender a partir daí que se, por um lado, cada indivíduo é um ser social, por outro, cada sociedade não é senão uma comunidade de indivíduos.¹⁶³ Mantenha-se a ambiguidade, mas também porque é ela que se quererá destacar ao pensar os traumas históricos da guerra civil espanhola e do franquismo. É a categoria de memória coletiva, enfim, que nos auxiliará a transpor o nível individual da noção de trauma.

Por seu turno, e apesar de suas fragilidades, parece ser dupla a contribuição que a noção de testemunho aporta a essa historiografia. A instituição testemunhal funciona como ferramenta ética na medida em que, ao publicizar uma dada atestação, de modo a vincular a fidelidade memorial com a ambição de verdade da história, os artífices de Clio habilitam-se a mostrar o que muitas vezes resta oculto ou mesmo recalcado, que não é discutido em nível social, ainda mais quando pensamos nos efeitos de uma guerra civil e de um regime fascista que perdurou por quase quatro décadas. Por outro lado, e já o vimos, o testemunho é valioso também no nível epistemológico. Em primeiro lugar,

¹⁶³ ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, pp. 13-60.

porque a testemunha pode oferecer aos historiadores certos elementos factuais do passado, haja vista que muitas fontes documentais acerca de regimes autoritários, e a Espanha não é exceção, permanecem tendo seu acesso restrito.¹⁶⁴ Mas, em segundo lugar, porque o conceito de testemunho torna mais tratável a aporia do passado comungada pela história e pela memória, na medida em que o “como” da reconfiguração historiográfica pode ser visto ao lado do “como” do testemunho antes que do “como” da metáfora. Este é o processo possibilitado pelo confronto de testemunhos, no qual a relação com o passado passa da ordem da semelhança para a ordem fiduciária.

Contudo, é a noção de dívida que vem coroar o deslocamento da objetividade historiadora que, deixando de ser inteiramente epistemológica, torna-se ética, como anunciava Ricoeur em *Historia y Verdad*. Ora, se a boa subjetividade do historiador se deixa a um só tempo refletir e ser instruída pela objetividade incompleta da história, então se pode compreender melhor porque a verdade historiográfica jamais revelará o passado tal como ele foi, mas o contará, muito antes, tal como ele é. Não é, pois, de um não-lugar que parte o historiador, como se pudesse ver o passado panorâmica e transparentemente, como que do alto de um Olimpo acadêmico. Por ampla e acurada que seja, sua visão jamais abarcará tudo; ela está inserida num emaranhado de redes de pertencimento: familiar, acadêmica, política etc. São desses lugares que ele parte, reunindo suas fontes a partir de questionamentos prévios, para depois as comparar e indagar, formular uma hipótese, elaborar uma explicação. Terminado seu trabalho, tendo escrito sua dissertação, tese ou livro, a obra retorna outra vez para o espaço social que, de certa forma, a originou, pois também a academia pertence em última análise a este âmbito. Tudo isso é ainda mais verdadeiro, visível e detectável para a história do tempo presente, que tem tido de se haver com os traumas recentes que deixaram fundas marcas no tecido social de diversas coletividades, tempos dos quais, felizmente, ainda restam testemunhas e sobreviventes que, se por um lado confiam-nos o valioso recurso de seu testemunho, por outro, nos lembram da dívida social que temos para com eles. A riqueza do conceito de dívida é esta: ao projetar a memória para o futuro, ele faz com que a indecidibilidade entre a imaginação e a anterioridade do real, hesitação que marca tanto a história como a memória ainda que de modos diferentes, seja resolvida na base do compromisso ético no presente.

¹⁶⁴ Ver AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. *El resurgir del pasado en España: Fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018, Edição Kindle, posição 262.

Se a reconstituição exaustiva e objetiva do passado é um projeto inexecutável, a historiografia, ao voltar-se para os eventos traumáticos do século XX, tem a importante tarefa de elaborar um passado que seja útil ao presente, um trabalho performático de uma história que, sem abrir mão de buscar a verdade, não se exima de vincular tal busca à noção de fidelidade, própria da memória.

Esse deslocamento historiográfico que faz com que a história saia parcialmente do círculo epistemológico pode igualmente ser entendido pelo que se convencionou chamar de giro ético-político. Estou compreendendo esta expressão com os termos de Fábio Muruci dos Santos e Marcelo de Mello Rangel, nos quais por *ético* entende-se “[...] uma preocupação com o âmbito no interior do qual vivemos, a saber, o mundo contemporâneo”, e, por *político*, “[...] uma atuação mais decisiva no que podemos chamar de ‘esfera pública’, a partir de um conjunto de orientações mais específica[s] (sistemática[s]) tendo em vista transformações num curto ou médio espaço de tempo”.¹⁶⁵ De modo que compreender os traumas históricos do passado torna-se, doravante, uma “tarefa do mundo contemporâneo”.¹⁶⁶ Mas por que compreender tais traumas e seus impactos é importante? E por que tal questionamento atinge a esfera ético-política? A resposta se dá na forma de uma memória negativa: é preciso lembrar os traumas do passado para que eles não se repitam.

2.3.1 O processo transicional e a Lei de Anistia na Espanha: entre o perdão decretado e a memória impedida

Ora, se é preciso manter esta memória negativa, é preciso do mesmo modo perguntar: o que o verbo lembrar implica? É interessante aqui encarecer uma vez mais o laço que aproxima e amarra a memória ao esquecimento através do ato de recordar. Dissemos anteriormente, com Paul Ricoeur, que o esquecimento ativo ou de reserva caracteriza-se justamente pela prevalência do ter-sido sobre o não-mais-ser do tempo, e, com Aleida Assmann, que o esquecimento é cúmplice da recordação. Isso quer dizer que o recordador não busca ou produz, através de um esforço, uma lembrança perfeitamente

¹⁶⁵ RANGEL, Marcelo de Mello; SANTOS; Fábio Muruci dos. Algumas palavras sobre o giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, nº 21, 2015, p. 8.

¹⁶⁶ *Idem*.

fiel ao passado, mas que, ao lembrar, ele articula um sentido dentro de uma série de percepções agora disponíveis, isto é, acessíveis, criando uma espécie de “presente recordado”, imaginando, construindo cenas.¹⁶⁷ O trabalho da memória resulta então num esforço de *apropriação, reavaliação e acomodação* do passado, “[...] ato que se vincula com o presente através da ação”.¹⁶⁸ Se o passado é sempre novo, como diz Italo Svevo, a novidade é construída em função de que a lembrança de um mesmo acontecimento deve ser reelaborada forçosamente num contexto inédito. De modo que o esquecimento não é necessariamente o inverso da memória; ele pode representar sua condição de emergência.¹⁶⁹ O esquecimento ativo apresenta-se, então, como uma forma de disponibilizar a reapropriação do passado a um futuro trabalho de lembrança. E não conheço exemplo melhor em que memória, esquecimento e ação estejam articulados – apesar de um embaraço que será abordado em breve – do que este que se lê nos belos e imorredouros versos de Dante, nos quais o poeta-peregrino do Além é informado do processo pelo qual as almas dos mortos podem transpor o limiar que separa o Purgatório do Paraíso. Na cena em questão, ele contempla as águas do Letes, rio do esquecimento:

A água que vês, não surge de nascente
que restaure vapor que o frio converta,
como rio que em seu curso apouque e aumente,

mas nasce de uma fonte firme e certa
que, quanto a graça de Deus lhe fornece,
tanto verte, pra dois lados aberta.

Para esta parte, co’ a virtude desce
que cancela a memória do pecado,
noutra, a das boas ações restabelece.

Este é o Letes, e o do outro lado
chama-se Eunoé, mas nada vale
antes de um e outro ter provado.¹⁷⁰

¹⁶⁷ FEIERSTEIN, Daniel. *Memorias y representaciones: Sobre la elaboración del genocidio*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012. Edição Kindle, posição 744.

¹⁶⁸ *Ibidem*, posição 850.

¹⁶⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 449-450. “A título de que, então, a sobrevivência da lembrança teria valor de esquecimento? Ora, precisamente em nome da impotência, da inconsciência, da existência, reconhecidas na lembrança na condição do ‘virtual’. [...] O esquecimento designa então o caráter *despercebido* da perseverança da lembrança [...]”. *Ibidem*, p. 448.

¹⁷⁰ ALIGUIERI, Dante. Purgatório. In: ALIGUIERI, Dante. *A Divina Comédia*. 2 ed. Tradução de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34, 2014, Canto XXVIII, versos 121-132.

Eunoé é o rio que faz par com o Letes, pois significa “boa disposição”, “boa memória”.¹⁷¹ Na medida em que não representa uma memória total, podemos imaginar um tanto livremente que ele está disposto em relação ao Letes “ativo”, do esquecimento de reserva.¹⁷² É notável que ambos estejam situados no ponto mais alto do Purgatório, e que provenham da mesma nascente: memória e esquecimento são, portanto, como que as duas faces de uma mesma moeda. E é também por isso que se pode afirmar, com o poeta florentino, que a purificação só termina quando a alma penitente tiver mergulhado nas águas de ambos os rios. No entanto, é com a noção de *trabalho*, esse escalar a montanha escarpada do Purgatório, que se inicia o jogo entre memória e esquecimento.¹⁷³ O alvo de cada penitente é uma meta possível: chegar ao Paraíso. Mas para tanto é necessário, antes mesmo de banhar-se no Letes, mostrar-se à altura do enorme desafio que essa montanha representa, pois, de início, “Alto era o cume, de vencer-me a vista”.¹⁷⁴ Ora, um trabalho tão penoso não fica sem recompensa, e, ao atingir a cornija correspondente a seu pecado, um anjo apaga ou “lava” um dos sete “Pês” (alusão aos pecados capitais) da testa do penitente, que pode então prosseguir mais leve o caminho. Consequentemente, podemos compreender, por um lado, que o Purgatório provoca as almas ali presentes a confrontar-se com suas falhas e pecados. Contudo, esse reconhecimento das faltas não é bastante: deve-se purgá-las para adentrar o Paraíso, e arrepender-se das más ações praticadas. Por outro lado, esse esforço ocorre numa perspectiva de esperança, em que a ação visa não apenas a transformação da memória, mas sobretudo a abertura de um futuro que abarca até mesmo a Salvação.¹⁷⁵ Salvação esta que se deixa traduzir por um perdoar, cuja imagem repousa nos mergulhos sucessivos dos penados nas águas do Letes e do Eunoé. Cancelada a memória dos pecados, resta então uma “boa memória”. No fim do percurso, toma lugar uma nova disposição das memórias ou, dito de outra forma, sua *reapropriação*

¹⁷¹ WEINRICH, Harald. Lembrar e esquecer diante de Deus e dos homens (Dante). In: WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 53.

¹⁷² No último canto do *Purgatório*, Matelda, a pedido de Beatriz, relembra a Dante algumas coisas, “como quem de uma culpa se desliga”: “Muito mais coisas, além desta, eu/ já tenho lhe explicado, e estou segura/ que a água do Letes não lho escondeu.” (ALIGHIERI, Dante. *Op. cit. Purgatório*, XXXIII, 121-123).

¹⁷³ Como lembra o tradutor e comentador Italo Eugenio Mauro, o rio Letes pode de fato “[...] cancelar a memória das culpas passadas, [mas só] quando já expiadas”. Os mergulhos nos dois rios são então os prêmios a resgatar pelo difícil trabalho de encarar as faltas passadas. (ALIGHIERI, Dante. *Op. cit.*, p. 447. Nota de rodapé referente aos versos 121-132 do Canto XXVIII do *Purgatório*).

¹⁷⁴ ALIGHIERI, Dante. *Op. cit.*, *Purgatório*, IV, 40.

¹⁷⁵ Para uma exposição aprofundada sobre a lógica do *Purgatório* de Dante, ver LE GOFF, Jacques. O triunfo poético: a *Divina Comédia*. In: LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Tradução: Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, pp. 395-424.

através do jogo do lembrar e do esquecer, culminado pelo perdão, cujo horizonte chama-se Paraíso.

Podemos agora perguntar: mas o que acontece com o jogo do esquecer e do lembrar quando entramos na escala humana do perdão? Vê-se, aqui também, que o perdão tem o poder de ressignificar memórias. E se o ato de perdoar só pode relacionar-se com o esquecimento ativo,¹⁷⁶ o que afinal é esquecido com o perdão? Ora, é “[...] o esquecimento da dívida e não o esquecimento dos fatos. É preciso guardar um vestígio dos fatos para poder entrar numa terapia da memória; o que importa curar é a capacidade destrutiva das recordações”.¹⁷⁷ Mas para que a dívida possa ser paga é necessário em primeiro lugar reconhecê-la, gesto que deve acompanhar a contrição e o pedido de perdão. O ofensor roga: “Perdoa-me”; ao que o ofendido *pode* (sem ter contudo o dever de) responder: “Eu te perdoo,¹⁷⁸ pois tu vales mais que os teus atos.”¹⁷⁹ Observada a dialética do perdão, a dívida é então cancelada, desligada de seu agente e desprovida de seu antigo poder; ela foi superada, e sua memória, ressignificada.¹⁸⁰

Entretanto, e muito embora a categoria de perdão ajude a compreender uma porção de coisas, ela pode igualmente constituir um embaraço que é preciso superar desde já. Nesse sentido, gostaria de fazer um uso bastante livre da imagem potente que Dante descreve, considerando-a apenas no âmbito de uma economia memorial, no limite da ressignificação de memórias e de uma terapia da memória, de modo a esclarecer que a visada ética da historiografia do tempo presente não terá como horizonte, neste estudo, o perdão. A razão mais evidente para esta prudência metodológica pode ser compreendida quando pensamos num processo como o da transição espanhola à democracia, no qual a Lei de Anistia de 1977 teve papel destacado. Vamos agora ao encontro dessa temática, a fim de arrazoar que a Anistia, na Espanha, ao afastar-se da categoria de perdão, acabou

¹⁷⁶ Ver RICOEUR, Paul. *A Crítica e a Convicção*. 1. ed. 1. reimp. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 201.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ “O reconhecimento da culpa e sua confissão por parte do culpado são condições para exercitar essa capacidade de perdão que está nele [em quem perdoa, no misericordioso].” GILBERT, Paul. Fenomenología de la misericordia y el evangelio. *Isidorianum: centro de estudios teológicos de Sevilla*. Sevilha, n. 49, 2016, p. 17.

¹⁷⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 501.

¹⁸⁰ Para uma exposição mais pormenorizada do tema, sobre o qual não me alongarei, é possível ler o artigo de Mateus Pereira em que é analisado o epílogo de *A memória, a história, o esquecimento*, dedicado ao que Ricoeur denominou “Perdão difícil”. Ver PEREIRA, Mateus Henrique Faria. Tempo de perdão? Uma leitura da utopia escatológica de Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*. *História da Historiografia*. Ouro Preto: n. 19, dez 2015, pp. 66-87.

por aproximar-se da noção de amnésia.¹⁸¹ Um processo de anistia política como o espanhol impede de antemão a possibilidade do perdão, pois tornou os agentes franquistas inimputáveis por seus crimes.¹⁸² Se o espírito do perdão pode, por um lado, através de uma superabundância, desligar o agente de seu ato, é o lugar da acusação moral e jurídica como também o da confissão de culpa que marcam, por outro, a região da imputabilidade pela qual o agente se liga à má ação outrora praticada.¹⁸³ Assim, poderíamos dizer que, na “[...] dimensão social, só se pode perdoar quando se pode punir, e deve-se punir quando há infração a regras comuns”.¹⁸⁴ Como, então, falar em perdão, se os agentes franquistas são considerados até hoje, passadas mais de oito décadas do início da guerra civil e quatro desde a morte de Franco, inimputáveis por suas ações? Ora, qual o impacto disso na memória coletiva de um país?

Refletindo sobre o tratamento de passados traumáticos, Harald Weinrich assevera, em tom de crítica, que dos processos de anistia espera-se por vezes uma forma de *esquecimento decretado*, cujo desiderato seria a consecução do perdão.¹⁸⁵ Apesar de ser uma postura recorrente, acabamos de ver que o ato de perdoar jamais pode ser imposto, haja vista que o ofendido ou os grupos ofendidos não têm obrigação de perdoar. Ademais, a obrigatoriedade deste esquecer, que se contrapõe ao esquecimento de reserva, associa-se a um esquecimento que, *impedindo* a memória de vir à tona, acaba por recalá-la. Por

¹⁸¹ A anistia pode representar uma caricaturização do perdão, “[...] porque ela pretende ser um apagamento da dívida e do fato. A anistia, como notamos, [pode ser] uma forma institucionalizada da amnésia.” (RICOEUR, Paul. *A Crítica e a Convicção*. 1. ed. 1. reimp. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 201).

¹⁸² Conforme o artigo segundo da Lei de Anistia, promulgada em 15 de outubro de 1977. No item “e” deste artigo, é afirmado que “estão compreendidos na Anistia [...] os delitos e faltas que possam haver cometido as autoridades, funcionários e agentes do poder público, com motivo ou ocasião da investigação [...] dos atos incluídos nesta Lei”. O item “f” do mesmo artigo reforça a noção de impunidade aos agentes franquistas, pois lê-se, ali, que “estão compreendidos na Anistia [...] os delitos cometidos por funcionários e agentes do poder público contra o exercício dos direitos das pessoas”. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/pdf/1977/BOE-A-1977-24937-consolidado.pdf>. Último acesso 17 mai. 2019.

¹⁸³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 465-466.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 476. Mesmo admitindo que um verdugo venha a reconhecer seus crimes, arrepender-se e pedir perdão por eles, supondo ainda que ele fosse juridicamente imputável pelas más ações passadas, ainda assim deveríamos sublinhar a relação bastante difícil que o perdão mantém com a justiça. Seguindo o excerto que citamos de Ricoeur de onde paramos, diremos com ele que “[...] onde há regra social, há possibilidade de infração; onde há infração, há o punível, a punição visando restaurar a lei ao negar simbólica e efetivamente o dano cometido à custa de outrem, a vítima. Se o perdão fosse possível nesse nível, ele consistiria em retirar a sanção punitiva, em não punir quando se pode e se deve punir. Isso é impossível diretamente, pois o perdão cria impunidade, o que é uma grande injustiça. Sob o signo da inculpação, o perdão não pode encontrar frontalmente a falta, mas apenas marginalmente o culpado. O imperdoável de direito permanece.” *Idem*.

¹⁸⁵ WEINRICH, Harald. *Op. cit.*, p. 13.

seu turno, Paul Ricoeur nos diz que, enquanto forma de esquecimento institucional, a anistia *dissimula* amiúde sua relação com um passado declarado proibido, de modo que “[...] a proximidade entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação da memória, que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação”.¹⁸⁶ Tal mandamento de esquecimento equivaleria a uma amnésia comandada. E se esta “[...] conseguisse ter êxito [...], a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida com o passado e de sua carga traumática”.¹⁸⁷ Como, pois, o perdão poderia associar-se à denegação da memória, que é contrária ao reconhecimento das faltas?

Com efeito, as ponderações de Weinrich e Ricoeur podem ser aplicadas em larga medida ao caso espanhol. Em seu *Políticas de la memoria y memorias de la política*, a politóloga Paloma Aguilar dedicou um capítulo inteiro à temática da transição espanhola à democracia.¹⁸⁸ E são notáveis os destaques que a autora dá tanto às memórias que então eram promovidas como àquelas que foram reprimidas ou recalcadas, como também, da mesma forma, à narrativa resultante dessa curiosa economia memorial. Quando Franco morre em novembro de 1975, a Espanha tem de se haver com uma situação de grave incerteza política. Após quase quarenta anos de autoritarismo, ocasionado precisamente pela vitória do bando “nacional” capitaneado por Franco na guerra civil (1936-1939), a democracia surgia outra vez no horizonte da política espanhola. Mas é interessante notar o modo como despontam as memórias da experiência democrática anterior, constituída pelo período da Segunda República (1931-1939). Proclamada em abril de 1931, ela perduraria oficialmente até 1939, quando as forças republicanas são derrotadas pelos rebeldes fascistas do bando nacional.¹⁸⁹ É interessante notar, sobretudo, o modo como essas memórias eram projetadas para um futuro imediato. Como sugere um dos subtítulos do capítulo da obra de Aguilar que ora examinamos, a memória ativada durante a

¹⁸⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 460.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 462.

¹⁸⁸ AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Memorias de guerra y lecciones de paz en la transición democrática*. In: AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política: el caso español en perspectiva comparada*. Madrid: Alianza Editorial, 2008, pp. 233-412.

¹⁸⁹ Para uma exposição detalhada desse contexto, abarcando também as conexões que o movimento liderado pelo general Francisco Franco mantivera com Mussolini e Hitler, ver SANTOS JULIÁ. *Donde comienza esta historia: una guerra civil que acaba sin mediación ni paz*. In: SANTOS JULIÁ. *Transición: Historia de una política española (1937-2017)*. S. L.: Galaxia Gutenberg, 2017, pp. 17-72. Ver também GRAHAM, Helen. *Guerra Civil Española*. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: L&PM, 2013.

transição democrática pode ser vista como uma espécie de atualização às avessas do velho tópos ciceroniano da história como *magistra vitae*.¹⁹⁰ A relação com o passado, não mais definida por um desejo de emulação, caracterizava-se agora pelo medo de que uma nova guerra civil fosse deflagrada, o que tipificava a experiência da Segunda República como o exemplo cuja repetição deveria a todo custo ser evitada. Assim, a memória da guerra civil espanhola mostrava as fundas marcas que havia deixado naquele tecido social. De modo que o trauma da guerra civil e o desejo “[...] obsessivo de ‘nunca mais’ [repeti-la] foi tão potente que impediu que muitos percebessem as enormes diferenças que existiam entre a situação em que a República se desenvolveu e a que se encontrava na sociedade espanhola dos anos setenta [...]”¹⁹¹ Com efeito, Paloma Aguilar sublinha que o advento de uma nova guerra era improvável àquelas alturas, pois

[...] nos anos setenta existia uma série de condições que poderíamos denominar ‘vantagens objetivas’, em comparação com as que pôde contar a Segunda República. O contexto econômico, social e político [especialmente com o surgimento de uma nova e majoritária classe média] era, em termos gerais, muito mais favorável para o estabelecimento de uma democracia. Inclusive o contexto internacional parecia estar mais aberto à emergência de um regime democrático do que ao de um autoritário.¹⁹²

Não obstante isso, essa memória fixada na guerra civil e preocupada com o futuro imediato transformou-se rapidamente em estímulo para a negociação com os dirigentes do regime franquista. As novas palavras de ordem eram consenso, reconciliação, tolerância, esquecimento, perdão, etc.¹⁹³ E o medo de que um novo conflito armado sobreviesse terminou por vedar qualquer possibilidade de um acerto de contas com o franquismo. Sendo assim, é possível ressaltar dois desdobramentos importantes dessa memória fixada na guerra: de um lado, a despolitização da guerra civil, que deixou de ser vista como um enfrentamento entre os bandos nacional e republicano, motivado por ideologias políticas muito destoantes e cujo desfecho se concretizou com o rompimento de um regime democrático. Ou seja, pensava-se somente na guerra, mas não em suas causas políticas. Despolitizada, a guerra de 1936 passou a ser vista como a “guerra dos

¹⁹⁰ O subtítulo em questão é “A história como *magistra vitae*”. AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. Memórias de guerra y lecciones de paz en la transición democrática. In: AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política: el caso español en perspectiva comparada*. Madrid: Alianza Editorial, 2008, pp. 250-254.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 236.

¹⁹² *Ibidem*, p. 251.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 237; 303.

loucos”, produto de um período de loucura coletiva pelo qual todos são igualmente culpados. Uma guerra fratricida, cujos efeitos era preciso superar através de uma grande reconciliação entre todos os filhos da pátria espanhola. Contudo, como observa Aguilar, se todos são culpados, a culpa não recai sobre ninguém.¹⁹⁴ Nada de utilizar o passado recente como arma política, portanto. Ora, foi esse pensamento que ditou e deu ritmo ao segundo grande desdobramento da memória sobre a guerra no contexto transicional: o processo e o urdimento da Lei de Anistia.¹⁹⁵

Em seu *Transición*, o historiador político Santos Juliá vê surgir, na metade final de 1976, uma ebulição social em movimentos pró-anistia. Relata um sem-fim de

Mesas redondas e convocatórias de manifestações, [...] declarações e petições de anistia por organizações cívicas, colégios de advogados, escritores e artistas, e até abades [...] das ordens religiosas da Catalunha [...], culminaram com a convocatória pela Coordenação Democrática de uma semana de anistia entre 5 e 12 de julho com dezenas de milhares de manifestantes nas ruas de Barcelona e Madri, Valência e Sevilha, Granada e Corunha, Guadalajara e Valladolid [...].¹⁹⁶

Tais convocatórias, como assinala, coincidiram com a formação do segundo Governo da Monarquia¹⁹⁷ que, sensível a tais manifestações, lançava, em 30 de julho, um decreto no qual eram declarados anistiados “todos os delitos e faltas de intencionalidade política e de opinião”. Era uma anistia limitada, pois permaneciam fora de seu alcance todos os que houvessem “posto em perigo ou lesionado a vida ou a integridade das pessoas”.¹⁹⁸ O que se evidenciava naquele momento era o dado de que os presos de grupos terroristas, especialmente os do ETA, não seriam anistiados.¹⁹⁹ Ainda não era a anistia

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 318. Não bastasse isso, há uma curiosa expressão ainda hoje aventada para qualificar a guerra civil, própria de um país predominantemente católico como a Espanha: é a de conflito “cainita”, numa clara alusão à história de Caim e Abel, retratada no quarto capítulo do *Gênesis*. É curioso notar essa incompletude ou mesmo incorreção na expressão assinalada. Ela dá a entender que os dois bandos eram igualmente “cainitas”, deixando cuidadosamente de lado a personagem Abel, que é assassinada por Caim, seu irmão. Como se vê, a despolitização do conflito é observável em mais de uma frente.

¹⁹⁵ Para uma abordagem destacadamente política acerca do urdimento da Lei de Anistia aprovada pelo Parlamento espanhol em outubro de 1977, ver SANTOS JULIÁ. *Amnistía In: SANTOS JULIÁ. Transición: Historia de una política española (1937-2017)*. S. L.: Galaxia Gutenberg, 2017, pp. 409-452. E a fim de deixar a leitura fluir um pouco mais, gostaria de esclarecer que, doravante, sempre que o termo “anistia” surgir, ele remeter-se-á à anistia espanhola, já que é do passado traumático espanhol que agora estamos tratando.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 424.

¹⁹⁷ As primeiras eleições pós-ditadura seriam celebradas em junho do ano seguinte.

¹⁹⁸ *BOE*, n. 186, 04 de agosto de 1976, pp. 15097-15098. O Decreto encontra-se disponível em <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1976-14963>. Último acesso 18 mai. 2019.

¹⁹⁹ SANTOS JULIÁ, *Op. cit.*, p. 426.

irrestrita de 1977. Mas para além da disposição em anistiar diversos combatentes e opositores do regime de Franco, gostaria de sublinhar, com Ricard Vinyes, aquele que é talvez o principal traço do Real Decreto Lei 10/1976, e que estaria sem dúvida no espírito da lei que seria promulgada no ano seguinte: uma vocação ao esquecimento.²⁰⁰ A grande missão que anima o referido Decreto, revelada em seu preâmbulo, é a de,

Ao dirigir-se a Espanha para uma plena normalidade democrática, é chegado o momento de encerrar este processo com o *esquecimento* de qualquer legado discriminatório do passado, [e] ditar normas que sem menoscabo do espírito deste Real Decreto Lei, *harmonizem o esquecimento e a total abolição do delito em que a anistia consiste*. [Grifos meus].²⁰¹

Ao falar em esquecimento, o texto do Decreto quer sem dúvida aproximar-se do perdão, pois fala na “abolição do delito”. Entretanto, vimos anteriormente que o que é possível apagar é a dívida que a má ação gera, e não o delito em si. Por conseguinte, o que se pode fazer, em relação ao passado, é encará-lo de outro modo, mas não nos é permitido apagá-lo, nem confundir o não-ser-mais com o ter-sido do tempo que passou. Ao confundir anistia com amnésia, o Decreto Real impunha às memórias republicanas da guerra civil e da ditadura a manutenção de seu afastamento da esfera pública, impedindo-as de emergir. Mas assim como a anistia não se confunde com a amnésia, também a denegação da memória não está sujeita ao esquecimento. É por isso que, conforme veremos nas seções que virão, irrompe a partir dos anos 1990 estas memórias que, seja por medo ou cálculo político, permaneceriam até então abafadas.

Seja como for, Juliá observa que, uma vez decretada a anistia, ela passou a ser celebrada por jornais à época tão distintos como o *El País* e *La Vanguardia*. Para o periódico madrilenho, a anistia era “a melhor das possíveis, embora não a mais ampla das desejáveis”. O jornal barcelonês considerava a anistia como a porta de reconciliação entre os espanhóis, um sinal que permitiria “*apagar os vestígios de uma guerra iniciada há, [então], quarenta anos*”.²⁰² A questão é saber se estes vestígios poderiam de fato ser apagados da memória coletiva. De todo modo, crescia a demanda por uma anistia geral.²⁰³

²⁰⁰ VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009, pp. 26-27.

²⁰¹ *BOE*, n. 186, 04 de agosto de 1976, pp. 15097-15098. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1976-14963>. Último acesso 18 mai. 2019

²⁰² SANTOS JULIÁ, *Op. cit.*, p. 426.

²⁰³ Como conta Juliá, entre outros exemplos que ele traz, “no mesmo dia em que apareceu o decreto, doze mil pessoas se concentravam no Palácio dos Esportes de Barcelona, convocadas pela Assembleia da

Conforme sublinha Juliá, tal era o clima e o discurso da oposição, que desejava ampliar os efeitos da anistia decretada em 1976: “*apagar as sequelas do regime de Franco, necessidade de esquecimento, situar no passado a Guerra Civil e os quarenta anos de ditadura em que a divisão de vencedores e vencidos não tinha sentido nem podia se prolongar*” [Grifos meus].²⁰⁴

Pensando nas pressões conjunturais daquele período, Ricard Vinyes explica que “o antifranquismo concentrou todos seus esforços de negociação e mobilização em exigir uma ampliação dos atos políticos que deviam ser anistiados e que não estavam abarcados [...] na anistia de 1976”.²⁰⁵ O resultado disso resumiu-se na promulgação da Lei de Anistia em outubro de 1977, “a primeira aprovada pelas Cortes democráticas, que ampliava a anistia aos delitos de sangue para favorecer, segundo se pode deduzir do contexto, o processo de dissolução do ETA.”²⁰⁶ Contudo, a Lei de 1977, aprovada por 296 votos afirmativos, dois negativos, 18 abstenções e um nulo,²⁰⁷ apresentava uma grande novidade: “uma blindagem judicial às responsabilidades políticas e criminais que tivessem cometido os funcionários do Estado e seus responsáveis políticos contra os direitos dos cidadãos, um tema que a Lei de anistia de 1976 não havia tocado.”²⁰⁸ A novidade era apresentada no artigo segundo da Lei. No apartado “e”, se afirma que são dignos de anistia “os delitos e faltas que possam haver cometido as autoridades, funcionários e agentes da ordem pública, com motivo ou ocasião de investigação de perseguição judicial dos atos incluídos nesta lei”. No apartado “f” do referido artigo, a anistia é estendida “aos delitos cometidos pelos funcionários e agentes da ordem pública contra o exercício dos direitos das pessoas.”²⁰⁹ Segundo Vinyes, o debate parlamentar que precedeu a aprovação da lei fora vertebado a partir de três argumentos:

Catalunha”. A marcha foi finalizada com “a exigência de uma anistia total como primeiro passo rumo a uma abertura democrática”. Outro argumento que fortalecia a tese da anistia geral era de que, conforme pensava, Júlio de Jáuregui, representante do Partido Nacionalista Basco, “a anistia total ou incondicionada [era] um meio seguro de acabar com o terrorismo”. (*Ibidem*, pp. 428-429)

²⁰⁴ *Ibidem*, pp. 433-434.

²⁰⁵ VINYES, Ricard. *Op. cit.*, p. 28

²⁰⁶ *Idem*.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 29; SANTOS JULIÁ, *Op. cit.*, p. 437.

²⁰⁸ VINYES, Ricard. *Op. cit.*, p. 28.

²⁰⁹ BOE, n. 248, 17 de outubro de 1977. Disponível em <https://www.boe.es/buscar/pdf/1977/BOE-A-1977-24937-consolidado.pdf>. Último acesso 17 mai. 2019. Não há como deixar de notar a vagueza da terminologia empregada. Os “direitos das pessoas” incluiriam, em última análise, não apenas o direito de ir e vir ou mesmo o de expressar-se politicamente, mas o direito à vida.

“reconciliação como objetivo; consenso como programa; e esquecimento como instrumento.”²¹⁰

O historiador Juan Sánchez González destaca que, para a oposição, isto é, para os antifranquistas, o único modo de “deixar para trás” a ditadura e iniciar um processo constituinte seria através de uma anistia total para os presos políticos, inclusive para terroristas e acusados de cometer crimes de sangue. Os franquistas aceitaram a exigência, mas com a contrapartida de que também fossem anistiados os funcionários e autoridades do regime por quaisquer responsabilidades a eles imputáveis (como as de perseguição política, tortura, assassinato, etc.), de forma a impossibilitar que se prestasse contas pelo longo passado de arbitrariedades. Esta anistia ampla e irrestrita, que visava a reconciliação a qualquer custo, acabaria por despolitizar não só a guerra de 1936, mas também a ditadura de Franco.²¹¹ Assim,

Quando hoje em dia se discute se durante a transição o passado foi silenciado ou, pelo contrário, houve uma presença arrasadora do mesmo, penso que em ambos argumentos há um pouco de verdade. Por um lado [...] é inegável que a recordação do passado bélico esteve presente durante todo o processo de mudança política [...]. Mas, por outro lado, precisamente em razão da recordação traumática do passado e ao medo de que o exército pudesse subverter o processo de mudança [...], é certo que algumas questões foram relegadas ao segundo plano: a reflexão sobre o franquismo [...] era pouco plausível dadas as circunstâncias, e muito pouco desejável; os vencidos da Guerra Civil não foram reabilitados simbolicamente; as forças políticas da recém estreada democracia não aprovaram qualquer condenação explícita à ditadura; e algumas das questões sensíveis do passado foram, cuidadosamente, afastadas do campo político.²¹²

Memória de mais, de um lado, memória de menos, do outro: em ambos os casos, uma memória insuficientemente crítica. De todo modo, essa resistência em confrontar o passado franquista não era um privilégio dos atores políticos, seja os da direita ou os da esquerda; como vimos, grande parte da imprensa, progressista ou conservadora, também comungava dessa visão de coisas; ademais, parecia ser esse o desejo da maioria da sociedade espanhola.²¹³ Ao despolitizar a guerra e a ditadura, a sociedade espanhola não

²¹⁰ VINYES, Ricard. *Op. cit.*, p. 29.

²¹¹ SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Juan. De la ley a la ley: amnistía y memoria histórica. In: PASAMAR, Gonzalo (ed.). *Ha estallado la memoria: las huellas de la Guerra Civil en la Transición a la Democracia*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2014, pp. 120-122.

²¹² AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política: el caso español en perspectiva comparada*. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 344.

²¹³ *Ibidem*, pp. 344-345. Conforme pontua a autora, cerca de 80% da população espanhola mantinha ainda tal sentimento no raiar do novo século. *Ibidem*, p. 397.

deu a si mesma os meios para compreender as razões pelas quais esses dois processos aconteceram. Pois uma anistia tão ampla como a que foi implementada não apenas dificultou o esclarecimento de certos acontecimentos; ela chegou mesmo a equiparar vencedores e vencidos.²¹⁴ Essa equiparação, na verdade, essa impunidade equitativa produziu um esvaziamento de valores políticos, na medida em que promovia uma suposta simetria entre democracia e ditadura. Para o historiador catalão Ricard Vinyes, tal processo acabou impedindo que o passado passasse, instaurando com isto um vácuo ético na medida em que impossibilitou que as memórias traumáticas fossem amplamente discutidas.²¹⁵ De forma que este deixar de lado, este “esquecer” as causas políticas da guerra e do franquismo e esta vontade de dar como superado todo e qualquer conflito não pode ser minimamente comparada com o processo do perdão. A própria evidência de que o relato hegemônico da transição só começaria a ser “assaltado” nos anos 1990, para usarmos a feliz expressão que intitula o livro de Vinyes, demonstra que os horrores do passado não haviam sido confrontados nem passados a limpo.

2.3.2 Trabalhando as feridas da memória coletiva: interlocução entre história e psicanálise

Importa agora falar daquilo que fora entrevisto desde o uso livre que fizemos das palavras de Dante: a ressignificação das memórias. A imagem poética que extraímos de o *Purgatório*, que dispunha dialeticamente os rios Letes (esquecimento) e Eunoé (boa memória), ensejou em primeiro lugar uma breve incursão na problemática do perdão, que logo nos forçou a justificar sua impertinência para o presente estudo. Contudo, ela possibilitou também a entrada na questão da anistia espanhola que, conforme vimos, não se confunde com o perdão, mas se relaciona com o recalque. Por fim, a imagem pintada por Dante nos ajuda a visualizar um terceiro elemento que não desprezaremos. Associado ao jogo da memória e do esquecimento, ou como estágio inicial desse jogo, visualizamos com o poeta o *trabalho* descomunal que a escalada do Purgatório representa. Se o perdão é o horizonte utópico da ressignificação memorial, esta deve ser, por seu turno, a meta e o desfecho mais modestos, mas também mais exequíveis, do trabalho de memória.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 297.

²¹⁵ VINYES, Ricard. La reconciliación como ideología. In: VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria: Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. 1. ed. Barcelona: Los libros del lince, 2011, pp. 15-18.

O que vemos então com as imagens que destacamos nas epígrafes deste apartado? É o contraste, precisamente o contraste comportamental entre a realização e a não realização deste trabalho de memória. Conhecemos bem o trágico fim que Shakespeare reserva a Lady Macbeth, sem dúvida uma das maiores vilãs da literatura ocidental. Após levarem a cabo o plano de assassinar algumas das personagens da peça, entre elas o Rei Duncan e Banquo, um de seus generais, Macbeth e sua mulher ascendem ao trono da Escócia. Mas a violência logo cobra seu preço, de modo que eles são constantemente assombrados pelos fantasmas de suas vítimas.²¹⁶ Atormentada e enlouquecida, Lady Macbeth toma o curto caminho do suicídio. E como se pode perceber na passagem epigrafada, ela e seu esposo não compreendem a regra de ouro que Shakespeare coloca na boca do médico, pois cada *paciente* – e o termo denota paciência, diria ainda um trabalho paciente – deve encontrar o seu próprio remédio. Não há, pois, como “arrancar” magicamente da memória as preocupações e tampouco as dívidas para com os mortos, pois o caráter mágico deste desejado esquecer implica justamente a resistência ao esforço e ao trabalho dos quais pode advir a ressignificação memorial. Ora, é com Nietzsche, então, que nos aventuramos a pronunciar as primeiras palavras sobre isso que temos chamado de terapia da memória. Assim, conforme fizemos notar com a epígrafe, o filósofo atenta primeiro para o alto custo da não realização do trabalho memorial, associando-o ao fenômeno da dispepsia. Ao não poder “dar conta de nada”, o sujeito memorioso²¹⁷ (e traumatizado) caracteriza-se por um triste “não-mais-poder-livrar-se da impressão uma vez recebida”;²¹⁸ incapaz de metabolizar suas memórias, ele adoece.

²¹⁶ Aleida Assmann viu exemplos das categorias psicanalíticas do recalque e do retorno do recalçado em *Hamlet e Macbeth*: “O tempo latente tem algo de uma ampulheta que se esvai, porém não se pode determinar nem controlar o momento em que o prazo se esgota. A memória temporariamente inerte, até que seja resgatada ou reconstruída, mantém a forma do esquecimento. Se a recordação, e é disso que trata, contém um potencial de afeto que não cabe sob o esquecimento retentor, mas que se deve excluir da consciência pelo recalçamento, então se anuncia o retorno da memória como algo demoníaco. Nesse caso, suspende-se o controle voluntário da consciência, e o processo da recordação passa a seguir os ritmos de uma energia imanente. A imagem dos fantasmas presta-se a significar essa estrutura procedimental involuntariamente coerciva das recordações. [...] Um exemplo típico desse ‘esquecer não pacificado’ [...] são os mortos que não descansam, por terem sido assassinados ou ficarem insepultos. Eles retornam como aparições, como fantasmas. [...] Um passado impacificado ressurgue de forma inesperada e assombra o presente como um vampiro. [...] O fantasma de Banquo ou de Hamlet que atormenta o filho no terraço do castelo, é ele mesmo uma metáfora da memória – uma imagem para *unfinished business*, um passado irresolvido e inconcluso que sobrevive tácito e interdito de geração a geração.” (ASSMANN, Aleida. *Op. cit.*, p. 187).

²¹⁷ Fazemos aqui uma tímida menção ao gênio de Borges, que nos presenteou com seu *Funes, o memorioso*: personagem dotada de uma memória infinita, cuja contrapartida repousava numa assombrosa paralisia.

²¹⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Tradução de Paulo César de Souza. 1.ed. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 43-44.

Mas Nietzsche, que sempre almejou ser mais que um diagnosticador, prescreve também a saída e a cura para esta situação: ela é atravessada pela potência do esquecimento ativo, transformando o “não-mais-poder-livrar-se” num “não-mais-querer-livrar-se” e num “prosseguir querendo o já querido”.²¹⁹ Essa terapia da memória ressignifica o passado que, deixando de obsedar o presente, libera-o para imaginar futuros. De forma que essa memória da vontade evolui de um não poder esquecer (que hoje sabemos ser a temporalidade do trauma, fixada no passado²²⁰) para um poder lembrar, chegando ao estágio de *poder prometer*. Por conseguinte, o tempo da promessa é definido pelo “sim!” diante do prometido, reatualizado sempre outra vez, a cada novo presente. Afirmativa máxima da memória da vontade e de sua constância, ela exige que o próprio querer queira a memória, e que a própria vontade possa afirmar-se na formulação e no cumprimento da promessa.²²¹ E se a capacidade de lembrar está vinculada à capacidade de esquecer – uma vez que o esquecimento é uma força inibidora *ativa* –, a economia da memória, em Nietzsche, deve passar necessariamente pela *apropriação das lembranças*. A memória, aqui, deixa de ser um entrave para transformar-se num recurso ético. De modo que o ato de prometer salvaguarda no presente um futuro que *deve* vir, porque assim se *quis* e se *quer*.

Mas a que estou aludindo, afinal, quando falo em apropriação de memórias e em ressignificação memorial? Para esclarecer tais questões será preciso adentrar brevemente o território da psicanálise desbravado por Freud, talvez o primeiro grande terapeuta da memória, e ver de perto o modo como funcionam alguns de seus conceitos centrais, como os de trauma, repetição, elaboração e trabalho de luto. Entretanto, essa discussão será realizada através de uma matização conceitual que nos permita transitar da memória individual para a memória coletiva. Vemos que tal transposição tem sido efetuada por uma série de autores que se ocupam com questões muito semelhantes às minhas. Um

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ Para Daniel Feierstein, o trabalho de memória é explicado pela metáfora do “fundir” e do “congelar”. As fundições dizem respeito às memórias ressignificadas, enquanto as congeladas aludiriam ao trauma e ao déficit do trabalho de memória, que impossibilita qualquer ressignificação. Essas memórias mantêm-se congeladas também porque estão inacessíveis à consciência, que não pode trabalhá-las. Assim, o autor argentino pode afirmar que “[...] é por isso que aquilo que não se pode recordar é precisamente aquilo que, ao mesmo tempo, não se pode esquecer: que se encontra presente tal e como impactou o sistema perceptivo [congelada, portanto], já que sua falta de integração na consciência impede a ‘fundição’ e, portanto, seus efeitos continuam operando com a mesma força que operavam desde o primeiro dia em que impactaram como estímulos. FEIERSTEIN, Daniel. *Op. cit.*, posição 812.

²²¹ AZEREDO, Vânia Dutra de. Memória. In: MARTON, Scarlett (ed.). *Dicionário Nietzsche*. São Paulo: Edições Loyola, 2016, p. 298-300.

autor como Daniel Feierstein, preocupado com a questão do regime de terror instalado na Argentina nos anos 1970, fez um esforço admirável em seu *Memorias y representaciones* para aproximar campos epistemológicos aparentemente tão distantes como os das neurociências, da psicanálise e das ciências sociais em geral.²²² Por outro lado, ao pensar na questão da terapia de memória e de seus possíveis vínculos com a história, Paul Ricoeur justifica esta transposição de que falamos ao dizer que “[...] é a constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária que [...] justifica estender a análise freudiana do luto ao traumatismo da identidade coletiva”.²²³ Por sua vez, um historiador como Dominick Lacapra, atento às possibilidades dialógicas entre história e psicanálise, justifica a transposição de algumas noções próprias da cena analítica para a cena histórica de forma um tanto mais radical. Num texto em que aborda a célebre querela dos historiadores alemães sobre a Shoah, ele parte da

[...] premissa básica [de] que os conceitos fundamentais da psicanálise [...] atravessam a oposição binária entre indivíduo e sociedade. Freud desenvolveu estes conceitos num contexto clínico e pensou que poderiam ser aplicados a conceitos coletivos unicamente por analogia; uma de suas preocupações recorrentes é como ampliá-los a coletividades. Creio que esta preocupação, de Freud e de outros [...], baseia-se em equivocados pressupostos ideológicos individualistas e tem dado lugar a argumentações duvidosas. [Pois] estes conceitos se referem a processos que implicam sempre modos de interação, reforçamento mútuo, conflito, censura, orientação aos demais, de modo que não se deve julgar açodadamente seu status relativamente individual ou coletivo.²²⁴

Vou abordar agora o conceito psicanalítico de trauma que, como se sabe, deriva do grego e quer dizer “ferida”.²²⁵ Conforme relata o psicanalista Paulo Seganfredo,

²²² Feierstein lembra que o próprio Freud buscara entrecruzar a psicanálise com as ciências sociais em alguns de seus trabalhos, como em *Além do Princípio do Prazer*, em *Inibição, sintoma e angústia*, em *Totem e tabu* e, por fim, em *Moisés e o monoteísmo*. Ver FEIERSTEIN, Daniel. *Op. cit.*, posição 104. Creio que poderiam ser somados a esses trabalhos dois dos ensaios freudianos mais conhecidos, intitulados *Mal-estar na civilização* e *Psicologia das massas e análise do eu*.

²²³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 92.

²²⁴ LACAPRA, Dominick. Revisitar el debate de los historiadores. Duelo y Genocidio. In: LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009, p. 59. Embora ressalve que o inconsciente coletivo não se confunde com o inconsciente individual, a psicanalista Maria Rita Kehl parece ir em direção similar quando observa que não se pode definir que “[...] o inconsciente freudiano seja estritamente individual,” pois o domínio do discurso (que caracteriza a originalidade do método psicanalítico) é o “campo da realidade transindividual do sujeito.” Ver KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 25.

²²⁵ SEGANFREDO, Paulo. Algumas considerações sobre o conceito de trauma psíquico. *Contemporânea – Psicanálise e transdisciplinaridade*. Porto Alegre, n. 06, Abr/Mai/Jun 2008, p. 6.

“Freud se apropria do vocábulo, inicialmente, com o sentido de injúria [lesão], algo vindo de fora e que produz um dano [...]”.²²⁶ Assim, “[...] o trauma é decorrente de um afluxo excessivo de excitações e que produzem uma marca indelével no aparelho psíquico. Este, por sua vez, fica incapacitado de elaborar, reinterpretar ou traduzir, sob novas lógicas”,²²⁷ os acontecimentos vividos. O rasgo excessivo desse afluxo de excitações define-se pelo ferimento e pela quebra da barreira psíquica do indivíduo. Conforme Freud assinala em *Além do princípio do prazer*, “[...] às excitações externas que são fortes o suficiente para romper [est]a proteção nós denominamos *traumáticas*. Acho que o conceito de trauma exige essa referência a uma defesa contra estímulos que normalmente é eficaz”.²²⁸ Vou me valer também de uma definição um pouco mais abrangente de trauma, apropriando-me das palavras da historiadora Beatriz Vieira, que, por sua capacidade de sintetizar elementos complexos em enunciados muito claros, merecem ser reproduzidas. Para ela,

[...] o trauma pode ser compreendido como o desdobramento de um sofrimento desmedido para quem o viveu, gerando uma desorganização psíquica que viola a capacidade de enfrentamento e domínio prático e simbólico da experiência dolorosa. Produz-se por isso um certo “apagamento” da dinâmica mental que permitiria a elaboração “cicatrizante”, por assim dizer, reduzindo então o poder de ordenar, estabelecer ligações, suportar afetos e representar o acontecido, seja pela memória ou expressão. Individual ou coletivo, o trauma, como uma ‘experiência impronunciável’ ou obscura, é difícil de ser apreendido, pois sua condição tardia (todo trauma compreende um período de latência [...]) e sua irrepresentabilidade estrutural frustram a possibilidade de formação subjetiva e social (*Bildung*), vista como aprendizado experiencial e cognitivo, bem como processo de normalização contextual. Em outras palavras, as ocorrências catastróficas podem provocar grandes desarranjos psíquicos, interferindo no processo de subjetivação dos indivíduos, uma vez que desencadeiam um transbordamento de afetos e intensidades que não comportam sentido em si, de modo que a psique buscará soluções para dar significação àquilo que se configura como dor, o que sempre demandará uma rede intersubjetiva que dependerá tanto das possibilidades “internas” de quem sofreu o trauma quanto da sustentação propiciada pela rede sociocultural.²²⁹

Como se vê, a condição de elaboração do trauma parece estar ligada tanto às possibilidades individuais como ao meio sociocultural do sujeito traumatizado. Mas quando o “afluxo de sensações” é muito impactante e violento, o trauma tem efeito

²²⁶ *Idem.*

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 14 (1917-1920)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 192.

²²⁹ VIEIRA, Beatriz. A Dor da História (I) – *Estudos de História, Historiografia e Literatura: A Perplexidade no Brasil nos Anos 1970*. (Fragmento do Projeto de Pesquisa, Rio de Janeiro, PPGH/UERJ, 2013. Mimeo.). Texto utilizado pela autora em seu minicurso sobre trauma histórico, realizado entre os dias 21 e 24 de novembro de 2017 na UFOP, integrando o I Encontro de Pesquisa em Teoria e História da Historiografia.

paralisante para o indivíduo, cuja identidade passa então por uma clivagem, uma dessubjetivação. Estamos aqui sob a funcionalidade da repressão e do recalque. Em casos assim, segundo Vieira,

[...] é comum que se instaure o recalque e um pesado silêncio, pois nem aquele que vivenciou o trauma é capaz de criar uma rede de representações, nem a sociedade sustenta uma interlocução com ele. Antes, como o senso comum decidiu que o tempo e o silêncio resolvem por si só as feridas, produz-se o efeito cruel da solidão e da dor tornada em segredo a ser guardado, ocultado e esquecido, de forma que se cria uma espécie de atemporalidade ou suspensão – suspensão histórica, inclusive – do evento traumático, que não pode ser lembrado como fato vivo no tempo e no espaço. Os destinos do silenciamento são imprevisíveis, espalhando efeitos em âmbito pessoal, familiar e intergeracional e, portanto, atingindo um registro social e coletivo.²³⁰

Em breve insistiremos no caráter contraproducente da crença segundo a qual o mero distanciamento temporal e o silêncio sobre as causas da guerra civil e do franquismo poderiam fazer desaparecer, como num passe de mágica, essas nódoas do passado, mais ou menos como Macbeth sugere para o médico de sua esposa. Nesse sentido, Harald Weinrich nota com admiração que a “[...] genial descoberta de Freud consiste em [ter percebido] que esse reprimido/esquecido não desaparece simplesmente nem foi resolvido, mas continua agindo como inconsciente [...]. Essa coisa mal esquecida é patogênica e produz diversas enfermidades [...]”.²³¹ O recalque amarra a memória traumática ao inconsciente, inacessível ao sujeito; daí a expressão “mal esquecido”, empregada por Weinrich. Mas essa memória continua de fato *agindo* sobre o indivíduo, que agora é limitado a uma posição de passividade diante dela. É que, conforme encarece Aleida Assmann, “[...] ao ato de recalque segue [...] o retorno do que foi recalcado”.²³²

O retorno do recalcado pode ser pensado, talvez, como o sintoma visível de um recalque que malogrou parcialmente, que deixou algum traço do impacto primevo, e que retorna a fim de que o indivíduo ou sociedade traumatizada possa trabalhar de alguma forma esse “resto” que permaneceu. Nesse sentido, seu percurso é sempre circular: o impacto violento que rompe as defesas psíquicas, o recalque que o configura como trauma, um período de latência que a isto se segue e, por fim, seu retorno. O retorno do recalcado é, assim, sempre parcialmente outro e sempre parcialmente o mesmo. É numa

²³⁰ *Idem.*

²³¹ WEINRICH, Harald. *Op. cit.*, p. 188.

²³² ASSMANN, Aleida. *Op. cit.*, p. 188.

conjuntura inédita que ele reaparece, de uma forma inteiramente nova talvez; mas sua mesmidade é assegurada pela característica fundamental do sintoma, que é a de manter em algum nível a fidelidade para com a situação desencadeadora do trauma.²³³ Essa passividade do sujeito e essa fixação ou congelamento da memória ferida *age* sobre o indivíduo através da compulsão à repetição. O sujeito é levado a agir inconscientemente, de modo que o trauma dita, ao menos em parte, suas ações.

Freud trabalhou esse argumento no ensaio *Recordar, repetir e elaborar* (1920). O ponto de partida é, aqui, a identificação do obstáculo que faz com que o trabalho de memória de algum modo seja interrompido, não seguindo o caminho da recordação das lembranças traumáticas.²³⁴ Portanto, o trabalho de recordação está contrariamente disposto à compulsão de repetição, que se caracteriza pelo fato de que o “[...] paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação [...]. Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação [passagem ao ato]; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo.”²³⁵ Não obstante, podemos pensar que a passagem ao ato, quando reconhecida, acaba por oportunizar a elaboração, que consistiria na apropriação consciente da memória recalcada, ressignificando-a, e desativando com isso o caráter destrutivo da memória através da construção de uma nova narrativa. Freud fornece nos textos ora examinados dois exemplos do que chamou de compulsão à repetição. Em *Além do princípio do prazer*, ele menciona o caso dos sonhos dos neuróticos, comuns nas neuroses de guerra, que “[...] fazem os doentes voltarem regularmente à situação do acidente. [...]. Tais sonhos buscam lidar retrospectivamente com o estímulo, mediante o desenvolvimento da angústia, cuja omissão tornara-se a causa

²³³ Se pensarmos aqui nesse traço “literal” da memória traumática, sempre considerando que “[...] o que fica registrado no inconsciente nos casos de situações traumáticas não é a literalidade do vivido, mas a efetividade intacta da sensação [...]” (FEIERSTEIN, Daniel. *Op. cit.*, posição 1214).” Se acrescentarmos a isso a metáfora de que Feierstein lança mão, a das memórias congeladas para o trauma e das memórias “fundidas” para aquelas que emergem à consciência, poderemos relacionar a isto uma das teses elaboradas por Freud em *Além do princípio do prazer*, segundo a qual “A consciência surge no lugar da lembrança”, de modo que o que distinguiria o sistema consciente seria “[...] a peculiaridade de que, nele, diferentemente de todos os demais sistemas psíquicos, o processo de excitação não deixa uma permanente mudança dos elementos, mas como que se exaure no fenômeno de tornar-se consciente.” FREUD, Sigmund. *Op. cit.*, p. 186.

²³⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 84.

²³⁵ FREUD, Sigmund. *Recuerdo, repetición y elaboración*. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. S. I., Golden Deer Classics, S. d., Edição Kindle. Posição 40805.

da neurose traumática”.²³⁶ Logo em seguida, ele esclarece que esses sonhos obedecem “[...] à compulsão de repetição, que na análise, de fato, é favorecida pelo desejo (encorajado pela ‘sugestão’) de evocar o que foi esquecido e reprimido”.²³⁷ Assim, os sonhos “forçam” o indivíduo a trabalhar suas memórias feridas através da angústia. Outro exemplo de compulsão à repetição é fornecido em *Recordar, repetir e elaborar*, quando Freud nos diz que o paciente, através de uma neurose de transferência, pode portar-se de forma exageradamente crítica com o analista, sem lembrar que costumava ter na infância a mesma postura desafiadora com os pais.²³⁸ Vemos então que o sujeito é levado a agir, em outro contexto, de forma muito semelhante à de como agia numa situação passada específica, mas sem nada lembrar da remota situação. No fim do ensaio, Freud diz que o papel do analista é encorajar o paciente a confrontar o passado recalçado, e que sua enfermidade deve ser considerada como um inimigo digno de atenção.²³⁹ O caminho a ser percorrido não é fácil, mas uma montanha a escalar! De modo que, para atingir o objetivo de reconciliação com o material recalçado que se expressa nos sintomas do paciente, é preciso dar a ele tempo, um tempo de elaboração. Freud conclui o ensaio lembrando seu leitor de que a elaboração é uma tarefa árdua para o sujeito da análise e uma prova de paciência também para o psicanalista.²⁴⁰ E se é assim, convém não esquecer que se, por um lado, a elaboração é o caminho que idealmente desagua na cura, por outro, o curar-se integralmente é configurado num horizonte nem sempre alcançável.²⁴¹

Não obstante isso, a noção de elaboração relaciona-se ainda com um conceito psicanalítico importante, especialmente nos casos de traumas históricos, pois o trabalho

²³⁶ FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 14 (1917-1920)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 195. O sentimento de angústia tem, nesse caso, função positiva. Por desagradável que possa ser, ele é visto como um “[...] estado de expectativa do perigo e preparação para ele, ainda que seja desconhecido.” Ele distancia-se do terror, cujo traço marcante seria, para Freud, o de ser “[...] o estado em que ficamos ao correr um perigo sem estarmos preparados para ele, [o que] enfatiza o fator de surpresa.” *Ibidem*, p. 169.

²³⁷ *Ibidem*, p. 196. Impossível não associar essas atividades oníricas com as que são relatadas por Primo Levi em seus livros.

²³⁸ FREUD, Sigmund. Recuerdo, repetición y elaboración. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. S. 1., Golden Deer Classics, S. d., Edição Kindle. Posição 40805.

²³⁹ *Ibidem*, posições 40842-40854.

²⁴⁰ *Ibidem*, posição 40903.

²⁴¹ Segundo Lacapra, “[...] ante um trauma severo, uma das exigências da elaboração é o reconhecimento ativo de que nem tudo pode ser elaborado (ao menos no sentido de superá-lo).” Ver LACAPRA, Dominick. Conclusión: psicoanálisis, memoria y giro ético. In: LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009, p. 233.

de elaboração deve redundar, amiúde, no *trabalho de luto*.²⁴² Ora, o luto é sempre relacionado a uma perda, seja a de um ente querido, seja a de uma abstração, como pátria, democracia ou república. Essa temática foi trabalhada por Freud em *Luto e melancolia* (1915).²⁴³ Vemos neste ensaio que a melancolia partilha com o luto a situação da perda, mas com uma diferença essencial: se o trabalho de luto caracteriza-se pelo reconhecimento pleno da perda, na melancolia ela é subtraída da consciência, ou melhor, o indivíduo sabe o que perde, mas não está em condições de avaliar o que *no* objeto agora indisponível foi de fato perdido.²⁴⁴ Freud parece espantar-se que um trabalho tão doloroso, cumprido aos poucos e com grande investimento de energia como o do luto possa nos parecer natural.²⁴⁵ Mas se isto ocorre, é porque através da elaboração da perda, o trabalho de luto acaba por localizar um novo objeto de destino para a libido outrora investida naquilo que se perdeu. Freud nos diz, então, que no trabalho de luto o princípio da realidade é respeitado e que, após a consumação deste trabalho, o Eu fica novamente livre e desimpedido.²⁴⁶ Isso quer dizer que a recompensa por tão penoso esforço é a de que a identidade do sujeito não fica ameaçada nem se dessubjetiva. Ao saber o que perdeu *no* objeto perdido, ele está em condições de saber ao mesmo tempo quem é.

Passados em revista estes conceitos freudianos, podemos dizer agora com alguma segurança que o trabalho de memória é, em geral, duplo: ele deve, em primeiro lugar, identificar o que foi recalcado e, portanto, recuperar o que havia sido afastado da consciência; depois, deve possibilitar, do mesmo modo, a reconciliação com a memória do acontecimento em questão. Tal reconciliação permitiria uma apropriação e

²⁴² Para Lacapra, o luto se insere “[...] no contexto mais amplo de elaboração; [...] permite enfrentar o trauma e lograr uma nova ‘recatexia’ [um novo investimento libidinal] da vida.” Ver LACAPRA, Dominick. Revisitar el debate de los historiadores. Duelo y Genocidio. In: LACAPRA, Dominick *Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009, p. 60.

²⁴³ O que se nota nesse ensaio é, sobretudo, um esforço didático em explicar os processos do luto e da melancolia. Freud aponta algumas semelhanças e diferenças entre as duas noções, ainda que aposte muito mais nas diferenças. Uma possível crítica a esse trabalho poderia repousar talvez no argumento de que, em seu esforço de didatismo, Freud tenha afastado demasiadamente o luto da melancolia, pois não se pode perder de vista que o trabalho de luto nem sempre é levado até o fim e de que poderia, portanto, misturar-se eventualmente com o processo melancólico. O trabalho de luto pode ser interrompido por uma série de razões, e a própria elaboração, mecanismo pelo qual esse trabalho é executado, não exclui necessariamente a passagem ao ato, vinculada à melancolia. Há aqui toda uma dialética a ser observada. Conforme nota Lacapra, “[...] dado que a elaboração pode não superar por completo a passagem ao ato [...], ela deve diferenciar-se da fantasia do controle absoluto”. Assim, “[...] o problema não é tanto o de confundir o luto com a melancolia, mas de gerar uma tensão entre passagem ao ato e elaboração”. *Ibidem*, p. 71.

²⁴⁴ FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 12 (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 130.

²⁴⁵ *Ibidem*, p. 129-130.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 130.

ressignificação da memória, e um recordar apaziguado, na medida em que o indivíduo disporia (mais ou menos) livremente da memória, fazendo-a trabalhar de acordo com seus interesses presentes, ao invés de agir inconscientemente através de sua repetição. Se o tempo do trauma pressupõe uma fixação do passado recalçado, que não cessa de assombrar o presente do indivíduo, obstaculizando o futuro, o tempo da elaboração deve pertencer necessariamente ao presente. O passado, aqui, está subordinado ao presente e à consciência de quem lembra de algo. E esse *poder* lembrar, pressupondo o esquecimento ativo, deve abarcar um *poder prometer*, que transforma a memória numa categoria ética suficientemente desenvolta para projetar futuros. De modo que, no fundo, só se pode esquecer aquilo que também se pode lembrar. Conforme destaca Aleida Assmann,

[...] lembrar para esquecer é também o objetivo da psicanálise freudiana, através do qual o fardo do passado emerge à consciência, a fim de que possa ser deixado para trás. E o processo de lembrar de forma *pública* e *política* ocorre de [...] modo semelhante: uma verdade dolorosa deve ser trazida à público, as vítimas devem ter a oportunidade de falar sobre seu sofrimento e suas histórias devem ser escutadas e reconhecidas com *empatia* a fim de aliviar esse doloroso fardo da memória. [grifos nossos].²⁴⁷

Como Feierstein, Ricoeur e Lacapra, vê-se que, na passagem acima, Assmann também aplica alguns conceitos psicanalíticos a situações históricas, pois a noção de consciência, para ela, é correlata à de esfera pública. Discutir um passado traumático na esfera pública é, portanto, uma forma de oportunizar que uma memória recalçada em nível social emerja à consciência de uma dada população. É nesse sentido que Assmann poderá afirmar, pensando nos casos de sociedades pós-ditatoriais, que se, por um lado, só se pode lembrar daquilo que se pode esquecer, por outro, se deve lembrar precisamente do que não se quer repetir. A discussão na esfera pública potencializa a superação da repetição, fazendo do lembrar “[...] um modo de deixar a violência para trás, a fim de constituir um futuro comum”.²⁴⁸ Ao que parece, nesse trabalho de luto coletivo a que Assmann se refere, lembrar da violência passada é um modo de reconhecer a dívida para com todos aqueles que foram mortos violentamente ou ainda restam insepultos. A compensação por este esforço de reconhecimento se traduz na possibilidade de construir um futuro em comum. A mensagem é notadamente esperançosa, pois a negatividade da

²⁴⁷ ASSMANN, Aleida. To remember or to forget: which way out of a shared history of violence? In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (eds.). *Memory in a global age: discourses, practices and trajectories*. S. l.: Palgrave Macmillan memory studies, 2010, p. 62.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 64.

dívida que se reconhece para com esses mortos e seus descendentes encontra, no seio de uma discussão pública e política, a positividade da promessa que, perfazendo o longo caminho que vai do não-mais-poder-livrar-se da memória recalcada ao não-mais-querer-livrar-se da memória elaborada, desagua enfim na promissora memória da vontade. Resta, portanto, um futuro comum a ser construído. E se a noção de dívida projeta a memória para o futuro, é a noção de promessa que, apaziguando tal memória, torna-a confiável o bastante para ser a base desse futuro comum que há de vir, porque assim se quer. Logo, o reconhecimento público do endividamento para com as vítimas deve implicar – no âmbito do trabalho de memória – a promessa de que um choque traumático como o que gerou a dívida não se repita. Não obstante isso, e por sua própria razão de ser, a promessa tem de exorbitar a lógica da fixação do passado, pois é nisto, enfim, que reside sua verdadeira positividade. Superando o mecanismo inconsciente da repetição, ela imagina e trabalha por um futuro mais desejável.

Ora, adentramos com isto a região fronteira que marca as trocas entre história e psicanálise. Para pensar a questão do trauma histórico ou coletivo, que certamente não se confunde com o trauma individual,²⁴⁹ creio ser útil lançar mão do conceito de *ferida histórica* (“historical wound”) trabalhado pelo historiador indiano Dipesh Chakrabarty. Este conceito nos permitirá corrigir em certa medida as palavras do médico de Lady Macbeth, para quem “[cada] paciente deve encontrar o seu remédio”.²⁵⁰ Vimos, com Freud, que o analista é parte ativa do processo de elaboração, na medida em que é ele quem aponta ou sugere ao analisando os traços da compulsão de repetição que se deixam ver em suas ações. Não obstante, Freud diz que se, por um lado, o trabalho de elaboração requer muitos esforços do analisando, também requer do analista, por outro, grandes doses de paciência, já que o trabalho de elaboração possui uma temporalidade própria. Portanto, o paciente não encontra sozinho o seu remédio. A noção de ferida histórica

²⁴⁹ Para Lacapra, todo indivíduo carrega consigo alguns traumas a que chama de transhistóricos ou existenciais. Ele diferencia esse tipo de trauma, de caráter individual, do trauma histórico, associado a eventos de grande magnitude, como o Holocausto. Ver LACAPRA, Dominick. *Op. cit.*, p. 64. Creio que se pode pensar igualmente em guerras civis ou, mesmo, em ditaduras militares como possibilidades de traumas históricos. Aliás, conforme assinala Julio Aróstegui, um dos maiores estudiosos da memória coletiva espanhola, “uma guerra civil é a forma mais densa de trauma coletivo que pode afetar uma comunidade”. De modo que “[...] o trauma coletivo por excelência [...] não é a guerra exterior, mas a guerra civil, pois produz a ruptura de uma coesão interna historicamente construída.” Ver ARÓSTEGUI, Julio. Traumas colectivos y memorias generacionales: el caso de la guerra civil. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (Eds.) *Guerra Civil: Mito y memoria*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006, pp. 60; 67.

²⁵⁰ SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2015, Quinto Ato, Cena III, pp. 109-110.

também pressupõe esse outro, que é de fato o interlocutor do paciente, extrapolando a dimensão individual do trauma e mesmo a condição individual desse interlocutor que na psicanálise é o analista. O que o conceito de ferida histórica nos ajuda a perceber, assim, é a necessidade de um contexto social sensível aos grupos traumatizados por um evento histórico impactante. O diálogo só ocorre quando esses grupos podem narrar seus traumas numa conjuntura disposta a acolher tais sofrimentos. Nesse sentido, como ressalta Aleida Assmann, o conceito de ferida histórica possui uma “vida precária”, na medida em que depende de um consenso social que aceite discutir abertamente algumas questões particularmente sensíveis do passado, visto que a

[...] evidência do sofrimento dos grupos em questão não costuma aparecer nos arquivos históricos nem estar fortemente firmado na historiografia, mas nas práticas do dia a dia [...]. O conceito de ferida histórica é, portanto, um misto de história e memória, com a memória das vítimas suplementando aquilo que a história não registrada só reconhece tardiamente.²⁵¹

Por fim, Chakrabarty enfatiza, segundo Assmann, a importância para os grupos traumatizados de adquirir uma linguagem, alguns conceitos e, sobretudo, uma memória que os ajude a metabolizar tais eventos, o que não pode ocorrer, lembremos, sem a existência de um contexto aberto a tais discussões.²⁵² Isso quer dizer que, para aplicar o conceito de elaboração para além do marco estritamente terapêutico e individual, é necessário relacioná-lo com questões éticas e políticas.²⁵³ Assim, quando um trabalho de luto de fato acontece, é toda uma sociedade que se torna capaz de diferenciar o passado do presente (uma vez que o processo do luto possibilita a constatação clara da perda). Conseqüentemente, o trabalho de luto pressupõe não só um novo arranjo dos afetos, mas, pouco a pouco, possibilita também “[...] o distanciamento crítico, [...] a retomada da vida social, a responsabilidade ética e a renovação da vida”.²⁵⁴ Noutras palavras, uma vez desimpedida pela efetuação do trabalho de luto, a sociedade pode viver o presente sem os efeitos mais nocivos das assombrações de outrora. Isso ensinaria, por sua vez, o planejamento de futuros desejáveis, se quisermos insistir nessa expressão que é cara a

²⁵¹ ASSMANN, Aleida. Theories of Cultural Memory and the Concept of ‘Afterlife’. In: TAMM, Marek (ed.). *Afterlife of events: perspectives on mnemohistory*. S. l.: Palgrave Macmillan memory studies, 2015, p. 88.

²⁵² LACAPRA, Dominick. *Op. cit.*, p. 221.

²⁵³ *Ibidem*, p. 224.

²⁵⁴ LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. In: LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 3. ed., 2014, p. 66.

Lacabra. Mas se é de fato assim, resta voltar à questão de por que, durante a transição espanhola, um futuro distópico marcado pela repetição da guerra “cainita” de 1936 fora largamente vislumbrado.

2.3.3 A memória dos traumas coletivos na Espanha: pacto denegativo, retorno do recalcado, obsessão memorial e vitimismo

Mais confortavelmente do que antes, retomamos agora a discussão sobre o passado recente espanhol. Haja vista as discussões precedentes, torna-se razoável a tarefa de aplicar alguns conceitos psicanalíticos, como os de trauma e repetição, para pensar tanto a guerra de 1936, como o franquismo, a transição e, finalmente, o assalto mais ou menos exitoso à memória hegemônica desses processos históricos, que ocorreria a partir da década de 1990. Do ponto de vista psicanalítico, como vimos, uma capacidade pequena para projetar futuros costuma ser associada a um trauma não elaborado. Assim, e para além da dificuldade de projetar um futuro que exorbitasse a lógica da repetição violenta da guerra de 1936, assinalemos a magnitude e a causa do impacto traumático causado pela guerra civil, para depois nos determos no impacto causado pela ditadura, a fim de atentar, em seguida, para as condições de elaboração destes eventos. Algumas estimativas atestam a gravidade do impacto causado pela guerra e pela ditadura. Vejamos: 55 mil assassinados do bando republicano durante a guerra; 150 mil assassinados pela repressão franquista durante as primeiras décadas da ditadura; 114 mil desaparecidos²⁵⁵ e, ao menos, 2400 valas comuns por levantar. Ao lado dessas chocantes descobertas, temos o número irrisório de 332 fossas investigadas, das quais exumaram-se o total igualmente irrisório de 6300 corpos.²⁵⁶ Vislumbra-se, portanto, a magnitude da perda a elaborar. Nessas condições específicas, como então realizar o trabalho de luto, visto que este pode

²⁵⁵ Pensando especificamente nos casos das ditaduras latino-americanas, que, todavia, pode ser remetido para o caso espanhol, Márcio Seligmann-Silva assevera que “[...] a figura do *desaparecido* torna essas manifestações políticas de e da memória ainda mais difíceis. Essa prática destrói qualquer possibilidade de luto ligado a um determinado espaço, ela quebra o *cadre de la mémoire*.” SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 83.

²⁵⁶ Estes dados encontram-se em IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. *Memoricidio. Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática*. In: IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. *La guerra que nos han contado y la que no: Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017, p. 385.

ser caracterizado justamente por uma prática social que exige a “identificação ou especificação das vítimas”? Sem essa especificação, adverte Lacapra, é grande a possibilidade de que o luto seja interrompido.²⁵⁷ E por que, passadas oito décadas do início da guerra, tão poucos corpos foram exumados? Paloma Aguilar tece um argumento que nos ajuda a compreender essas cifras impressionantes, assinalando que ainda hoje

[...] a maioria dos espanhóis segue *sem ser plenamente consciente* de que logo depois da guerra civil houve aproximadamente 40 mil execuções [dos combatentes ou apoiadores republicanos], e alguns o negam. As forças conservadoras conseguiram insuflar em setores consideráveis da população a ideia de que houve uma ditadura benevolente que propiciou níveis consideráveis de riqueza e bem-estar na Espanha. [grifo meu].²⁵⁸

Ao mencionar os níveis de bem-estar da população espanhola, Aguilar quer remeter-se ao período que a historiografia convencionou chamar de franquismo desenvolvimentista, que marcou aproximadamente os últimos quinze anos do regime. A esse frágil argumento, cujo núcleo repousa na concepção de uma “ditadura benevolente”, o historiador Jesús Izquierdo Martín denomina “relato redentor” que, segundo ele,

[...] começou a ser forjado durante o franquismo desenvolvimentista, quando o conflito deixou de residir na legitimidade da ditadura [...], e em que a guerra civil passou a ser interpretada como loucura coletiva e o regime podia converter-se como uma força restauradora de uma sociedade onde agora imperava a paz e a ordem [não mais a violência e a loucura, portanto], conjuntamente com o crescimento econômico e a modernização social.²⁵⁹

Noutras palavras, o relato redentor, que entendia a guerra de 1936 como período de “loucura coletiva”, deu curiosamente à ditadura uma função pacificadora, o que a tornava, finalmente, um capítulo *necessário* da história recente espanhola.²⁶⁰ Ora, mas

²⁵⁷ LACAPRA, Dominick. *In: Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009, p. 87.

²⁵⁸ AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. *El resurgir del pasado en España: Fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018, Edição Kindle, posição 317. Seria interessante complementar essa observação com um argumento de Maria Rita Kehl, para quem “[...] o que permanece ‘inconsciente’ na vida social são os fragmentos não simbolizados do Real, à margem das formações de linguagem que organizam o campo coletivo da experiência. O recorte que a linguagem opera sobre o Real deixa sempre um resto.” (KEHL, Maria Rita. *Op. Cit.*, p. 26). Trabajemos este resto, portanto, ou, pelo menos, façamos-lo visível.

²⁵⁹ IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. ¿Víctimas sin victimismo? Por una memoria elaborada del genocidio. *In: GATTI, Gabriel (ed.). Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017, p. 172.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 173.

falar em paz e ordem é subtrair do debate público a violência e as causas da guerra, bem como evitar qualquer discussão sobre a repressão massiva dos primeiros anos da ditadura. É não falar, sobretudo, das forças que originaram esse trauma e que, deixando-se trair pelo recalque, ainda hoje se mostram visíveis a quem é sensível ao drama da compulsão à repetição. Qual foi, pois, a causa da guerra civil? Como observa Jesús Izquierdo, ela não se originou de uma “loucura coletiva”, tampouco de um “cainismo” congênito da população espanhola. Atualmente, ele diz, “[...] poucas são as interpretações [historiográficas] que não sublinham a origem da guerra no fracassado golpe de Estado de uma parte do exército reacionária ao pensamento e às práticas republicanas”.²⁶¹ Portanto, não seria legítima, para Izquierdo, a tentativa de despolitizar uma guerra cuja motivação principal fora irrefutavelmente política. Mas se isto foi feito e logrou algum sucesso, resta saber a razão que faz perdurar, ainda hoje, a ignorância dos espanhóis sobre seu próprio passado. Essa ignorância é, em alguma medida, o próprio indício do trauma, cuja repetição toma a forma de um silêncio cada vez mais pesado acerca de suas causas, e que parece renovar-se a cada geração.²⁶² Mas, se uma discussão pública sobre essas temáticas sensíveis não tem tido espaço nem vez, talvez isso ocorra em virtude de uma vontade geral de despolitização da guerra e da ditadura que veio assentar aquilo que uma miríade de estudiosos têm chamado de “pacto de esquecimento”. De modo que, para

[...] muitos [espanhóis], esse pacto de esquecimento continua sendo a garantia da estabilidade democrática, e estimam sua capacidade para eliminar da sociedade os detalhes conflitivos sobre o passado, como se a democracia não fosse suficientemente madura para abordá-los de forma aberta e com serenidade.²⁶³

Dissemos há pouco, com Paloma Aguilar, que mesmo à época da transição já parecia algo infundada a alegada necessidade do pacto de silêncio, haja vista a conjuntura interna e externa daquele momento, de modo que era improvável a repetição da guerra de 1936.²⁶⁴ Entretanto, essa sensação de perigo predominou fartamente, com uma série de

²⁶¹ IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. *Memoricidio. Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática. In: IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. La guerra que nos han contado y la que no: Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017, p. 397.

²⁶² *Ibidem*, p. 393.

²⁶³ AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. *El resurgir del pasado en España: Fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018, Edição Kindle, posição 344.

²⁶⁴ Lacapra observa muito bem que a capacidade em distinguir passado e presente costuma colapsar em situações de estresse pós-traumático, caracterizadas via de regra pela assombração do passado no presente.

implicações que veremos agora. De forma que gostaria de chamar atenção para dois elementos que, desde os anos 1970, conquanto de modos distintos, não pararam de se repetir na Espanha: de um lado, isso que autores como Vinyes, Izquierdo e Aguilar têm reputado como privatização das memórias; de outro, o desconhecimento da população sobre as dimensões sociais da guerra e da ditadura. Tais elementos potencializam a inibição do debate público sobre os processos vividos, inviabilizando a elaboração dos traumas. E o próprio Estado tem tido um papel muito relevante nessa lamentável situação.²⁶⁵

O primeiro grande silenciamento sobre a causa da guerra e do franquismo se dá logo após o bando nacionalista de Franco derrotar de vez as forças republicanas, instalando, assim, um regime político lastreado no terror. Vencida a guerra civil, era necessário vencer a guerra da memória, e legitimar o autoritarismo. Era preciso, sobretudo, deslegitimar o lado republicano da história. Este primeiro silenciamento tem o efeito de um recalque, na medida em que abafa as memórias republicanas e impede-as de circular na esfera pública. Como assinala o historiador Gonzalo Pasamar, os espanhóis permaneceram ignorantes de qualquer outra narrativa que não fosse a oficial, com exceção das recordações familiares e dos círculos clandestinos.²⁶⁶ Entretanto, este silenciamento se repete durante a transição que, como vimos, teve como valores centrais a reconciliação e o esquecimento. Na verdade, tratou-se de uma reconciliação ao preço de um esquecimento ou, dito de outra forma, de um silenciamento acerca das questões políticas da guerra e da ditadura. E é só por isso que Aleida Assmann poderá dizer, interessada em refletir sobre o trauma coletivo espanhol, que

[...] a guerra civil foi prolongada na ditadura, e a ditadura na democracia [...]. O pacto de silêncio [...] protegeu os franquistas [...]. E as memórias dos republicanos não tiveram qualquer espaço na sociedade, mas encapsularam-se [...] nas contra-memórias dos grupos marginalizados e de seus familiares.²⁶⁷

Ver LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. In: LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 3. ed., 2014, p. 46.

²⁶⁵ Um dos textos de Vinyes de que tenho me valido gira precisamente em torno desta questão. Ver VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009, pp. 23-66.

²⁶⁶ PASAMAR, Gonzalo. Los teatros de la memoria durante la transición a la democracia em España. In: PASAMAR, Gonzalo (ed.). *Ha estallado la memoria: las huellas de la Guerra Civil en la Transición a la Democracia*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2014, p. 26.

²⁶⁷ ASSMANN, Aleida. To remember or to forget: which way out of a shared history of violence? In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (eds.). *Memory in a global age: discourses, practices and trajectories*. S. l.: Palgrave Macmillan memory studies, 2010, pp. 64-65.

Se as memórias dos grupos republicanos permaneceram silenciadas durante a democracia, foi porque, por um lado, tanto a população como as classes políticas creram nas vantagens do pacto de silêncio desde a época da transição. Por outro lado, o Estado limitou-se a dar como socialmente superado qualquer passado conflituoso. Ou seja, o poder público se inibiu de criar um marco adequado para que o conjunto da cidadania compreendesse seu passado,²⁶⁸ privando a população da benfazeja crise de identidade que o processo de elaboração faz aflorar. Numa entrevista em que discorre sobre esse tema, publicada em seis de março de 2016 pelo jornal *El Diario*, Ricard Vinyes assevera que “[...] a memória é conflito. Não se deve ocultar nem exacerbar nada, se deve geri-la com uma regulação”.²⁶⁹

Tal dificuldade em manter uma discussão pública e plural sobre as memórias dos diferentes grupos pode ser exemplificada no tratamento da guerra civil, período de alegada loucura coletiva, e também no tratamento das vítimas, que serão mais tarde equiparadas pelo sofrimento, aspecto que abordaremos em breve. A despeito disto, chama atenção esse silenciamento, ou dificuldade de discussão, que intelectuais como Jesús Izquierdo e, principalmente, Daniel Feierstein (que está pensando no caso argentino) têm denominado “pacto denegativo”. Para este último, o pacto denegativo está invariavelmente ligado à compulsão de repetição, “[...] estabelecendo um acordo inconsciente em nível social que exclui toda referência ao passado traumático, evitando não só a cena reprimida, mas também qualquer elemento que possa produzir alguma associação”.²⁷⁰ Assim, o pacto denegativo estabelece um consenso que “[...] opera coletivizando o que não pode nem deve ser formulado, calando os sujeitos que tentam fazê-lo aparecer”.²⁷¹ Não bastasse isso, o pacto denegativo se desdobra numa “[...] ideologia do sem sentido”, que se constituiria no “[...] momento superior do processo de repressão, uma tentativa de semantização que, longe de desafiar o pacto denegativo, busca instalá-lo no plano da consciência, e outorgar-lhe uma solidez narrativa ao restabelecer

²⁶⁸ VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009, p. 46.

²⁶⁹ Disponível em http://www.eldiario.es/norte/euskadi/Memoria-Historica-deber-derecho-civil_0_491701217.html. Último acesso em 13 set. 2016.

²⁷⁰ FEIERSTEIN, Daniel. *Op. cit.*, posição 1302.

²⁷¹ *Ibidem*, posição 1318.

algum tipo de coerência identitária [...]”.²⁷² De modo que podemos pensar que os relatos do sem sentido buscam obscurecer a perda, objetivando efetuar, ainda que com isso inviabilizando, o processo de luto.²⁷³ Izquierdo repara na forma que esse relato assumiu na Espanha:

Esse silêncio, acompanhado de muitas formas de compulsão [à repetição], se manifesta sobretudo como um medo que acaba gerando na esfera do consciente um substitutivo à quebra identitária, uma ideologia do sem sentido, segundo a qual a Guerra Civil é considerada comumente como uma loucura coletiva da qual todos os espanhóis são culpados. Poderíamos estabelecer aqui a origem explicativa do fato de que durante algumas décadas após a morte do ditador, os perseguidos do franquismo não tenham podido ser verbalizados como vítimas. Pois a vítima não cabia num relato em que a reponsabilidade e a culpabilidade *coletivas* foram a pauta principal do reconhecimento dos atores do conflito. [grifo nosso].²⁷⁴

Em vista de tudo isso, podemos confirmar a impressão de que o silenciamento das memórias republicanas, efetuado desde o início do franquismo, toma a forma, em nível coletivo, de um recalque da violência gerada na guerra e no início da ditadura. Esse silenciamento é estendido, por sua vez, às causas desses dois processos históricos, sendo reatualizado quatro décadas mais tarde, quando, durante a transição, tanto a sociedade espanhola como seus principais atores políticos pareciam dar como superado todo e qualquer conflito. Aquela vocação ao esquecimento e à reconciliação que vimos marcar o espírito do Decreto Lei de 30 de julho de 1976 e a Lei de Anistia de 1977, não foram mais, portanto, do que um segundo impedimento para que as memórias da guerra e da

²⁷² *Ibidem*, posição 1347.

²⁷³ *Idem*.

²⁷⁴ IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. Memoricidio. Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática. In: IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. *La guerra que nos han contado y la que no: Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017, p. 389. É com Lacapra que observaremos outra vez algo que a nós é significativo. Parece-nos que um dos efeitos do relato redentor, baseado na “loucura coletiva” e no “cainismo congênito” dos espanhóis, é precisamente o de “esconder” a perda histórica, e oferecer, em troca, uma narrativa que naturaliza a guerra: em vista do cainismo, não poderia ter acontecido outra coisa que não um confronto bélico. Mas isso transforma a perda (o fim da democracia e a morte de milhares pessoas, que são dados históricos) em ausência (visto que em razão de uma predisposição transhistórica à violência a democracia jamais poderia vicejar, argumento este, aliás, recorrente na retórica franquista). Contudo, e de acordo com o que vimos anteriormente, o não reconhecimento da perda ou de suas causas impossibilita o trabalho de luto. Segundo Lacapra, “[...] quando a perda é convertida em ausência, [...] tem lugar uma melancolia sem fim, um luto impossível, e uma interminável aporia na qual os processos de elaboração do passado e suas perdas históricas [...] são prematuramente abortados”. Ver LACAPRA, Dominick. Trauma, Absence, Loss. In: LACAPRA, Dominick *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 3. ed., 2014, p. 46.

ditadura pudessem alcançar uma esfera pública de discussão. Pensando nesse estado de coisas, Júlio Aróstegui afirma o que se segue:

Só fez aumentar a carga traumática da guerra, o fato de que as expressões da memória jamais puderam durante os 40 anos seguintes refletir em igualdades de influência social as posições de ambos bandos simultaneamente. [...]. Durante muito tempo, só os vencedores o puderam. [...] *Essa é uma das razões pela qual a memória da guerra persiste no tempo.* [grifo meu].²⁷⁵

A memória da guerra não só persiste, mas retorna de modo não apaziguado, próprio do material recalado por elaborar. Portanto, cada retorno é uma nova oportunidade de recomeçar o trabalho de elaboração. Se, em 1939, ocorre o recalque da memória e, em 1977, seu primeiro retorno, diversos autores, como Aróstegui, Aguilar, Izquierdo e Vinyes destacam que, desde os meados dos anos 1990, parece ressurgir na Espanha, e sob uma forma inteiramente nova, a memória da guerra de 1936 e do franquismo. O relato hegemônico começava a ser questionado pela geração dos netos da guerra, e a memória da “reconciliação” passava a ceder espaço, pela primeira vez, a uma memória da “reparação”.²⁷⁶ Era enfim a terceira geração, nascida no seio de um regime democrático, aquela que não iria se eximir de procurar pelos esqueletos de seus avós nem de questionar o pacto de silêncio instaurado na transição. Seus membros pareciam estar convencidos de que a lembrança, e não o esquecimento, deveria ser a pedra angular da democracia.²⁷⁷ Entre os meados da década de 1990 e os dias atuais, dá-se na Espanha um surto sem paralelo de criação de associações memoriais que viriam questionar o franquismo e o pacto de silêncio; 2006 foi considerado pelo Parlamento espanhol o ano

²⁷⁵ ARÓSTEGUI, Julio. Traumas colectivos y memorias generacionales: el caso de la guerra civil. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (Eds.) *Guerra Civil: Mito y memoria*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006, p. 74.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 89.

²⁷⁷ ASSMANN, Aleida. To remember or to forget: which way out of a shared history of violence? In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (eds.). *Memory in a global age: discourses, practices and trajectories*. S. l.: Palgrave Macmillan memory studies, 2010, p. 65.

da Memória Histórica²⁷⁸ e, em 2007, foi aprovada a Lei²⁷⁹ que ficaria popularmente conhecida pelo mesmo nome.

Há, claramente, um renovado interesse pelo passado, que passa a enfatizar os silêncios, as vítimas e os horrores do franquismo. O assalto à memória constituía assim uma novidade, mas cuja figura central acolhia em seu seio, graças aos olhares que se lhe dirigiam, o rasgo mais acabado da repetição. É, pois, em torno da vítima e da testemunha que irão girar simultaneamente a novidade e a mesmidade de um tempo que parecia ser inteiramente novo, mas não o era. Perguntemos, portanto: o que separa e o que identifica esta conjuntura com as que a precederam, a saber, a do início do franquismo e a da transição? Numa palavra, a resposta se traduz nesta expressão que em breve será deslindada: a despolitização da figura da vítima.

O ressurgir do passado na Espanha fez vicejar as discussões públicas acerca da memória da guerra e do franquismo. Elas culminam precisamente na promulgação da Lei da Memória Histórica, em dezembro de 2007. Vou me deter por alguns instantes nesta lei, a fim de analisar algumas de suas potências e fragilidades, para depois me debruçar sobre os efeitos que ela teve sobre o fenômeno que chamaremos, com Ricard Vinyes, de privatização das memórias, ou melhor, sobre o reforço desta privatização, iniciada nos anos 1930. A lei apresentava alguns avanços importantes no que toca à questão das vítimas e das memórias republicanas da guerra civil e da ditadura franquista.

²⁷⁸ Paloma Aguilar escreve num pequeno artigo, em que cita parcialmente o texto da Lei, que “[...] finalmente, 2006 é declarado por lei o Ano de Memória Histórica, com o fim de ‘recordar e honrar a todos que se esforçaram para conseguir um regime democrático na Espanha, a todos que sofreram as consequências do conflito civil e aos que lutaram contra a ditadura e em defesa de liberdades e direitos fundamentais dos quais hoje disfrutamos’”. Ver AGUILAR, Paloma. Los debates sobre la memoria histórica. *Claves de Razón Práctica*, nº XX, p. 5. O *El País* noticiava esta resolução em 27 de abril de 2006 com a seguinte manchete: “Todos os partidos salvo o PP aprovam declarar 2006 o ano da Memória Histórica: a proposição de lei propõe que se reconheça a II República como antecedente da atual democracia”. Disponível em https://elpais.com/elpais/2006/04/27/actualidad/1146125825_850215.html, último acesso em 04 jan. 2019. Contudo, o tema era polêmico, haja vista que a Lei foi aprovada com 172 votos a favor e 131 contra (todos do partido PP – Partido Popular), mais quatro abstenções (do partido ERC – Esquerda Republicana da Catalunha). Como se sabe, para o PP a Lei não era mais que puro revanchismo.

²⁷⁹ Em 31 de outubro de 2007, o *El País* noticiava: “O congresso aprova a Lei de Memória Histórica sem o apoio do PP e do ERC. Disponível em https://elpais.com/elpais/2007/10/31/actualidad/1193822222_850215.html, último acesso 04 jan. 2019. A Lei, que entraria em vigor em dezembro daquele ano, não teve aprovação maciça, contando com 185 votos favoráveis e 137 contrários. O jornal destacava ainda que, diferentemente do PP (um dos partidos politicamente mais conservadores da Espanha), o ERC não endossava a lei por acreditar que ela “não terminava com o sistema espanhol de impunidade”. Tanto a consagração do ano de 2006 à Memória Histórica, como os debates parlamentares que teriam como ápice a aprovação de Lei homônima em 2007 são gestos característicos do momento político espanhol. Em 2004, o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol) voltava ao poder, sob a liderança de José Luis Zapatero, que se manteria como Presidente do Governo Espanhol até 2011, quando é derrotado pelo PP, de Mariano Rajoy.

Diferentemente do Decreto Lei de 1976, ela não faz qualquer menção ao esquecimento, ainda que, como no referido Decreto, apele à concórdia e à reconciliação, reclamando para si a herança do “espírito que guiou a Transição”.²⁸⁰ Já nas declarações iniciais, ou “exposição de motivos”, a Lei de Memória Histórica fazia saber que

O espírito de *reconciliação e concórdia* [...] que guiou a Transição nos permitiu erigir uma Constituição, a de 1978, que traduziu juridicamente essa vontade de reencontro dos espanhóis, articulando um Estado social e democrático de direito com clara vocação integradora. [Grifo meu].²⁸¹

Já era tempo, portanto,

[...] de a democracia espanhola e as gerações vivas que hoje desfrutam dela hon[ra]rem e recupe[ra]rem para sempre a todos os que padeceram diretamente as injustiças e agravos produzidos por motivos políticos ou ideológicos ou de crenças religiosas, naqueles dolorosos períodos de nossa história.²⁸²

Tratava-se, assim, de recuperar a memória, de lembrar de todos os espanhóis que tenham *perdido*, por estas razões, quer a vida, quer a liberdade, os bens, a pátria (em função do exílio) e, finalmente, por todos que tenham lutado por valores democráticos, como os brigadistas internacionais e os guerrilheiros.²⁸³ Ainda nesta exposição geral de motivos, a Lei declarava sua pretensão de “contribuir para cicatrizar as feridas abertas nos espanhóis e dar satisfação aos cidadãos que sofreram diretamente ou, na pessoa de seus familiares, as consequências da tragédia da Guerra Civil ou da repressão da Ditadura.”²⁸⁴ Finalmente, dizia querer assentar “as bases para que os poderes públicos [levassem] a cabo políticas públicas dirigidas ao conhecimento de nossa história e ao fomento da memória democrática”, proclamando o “caráter injusto de todas as condenações, sanções e expressões de violência pessoal produzidas por motivos

²⁸⁰ Apesar de propagar a concórdia, há quem repete como ambíguo o texto da Lei. Em entrevista publicada em 27 de dezembro de 2017 no *El Diario*, no décimo aniversário da Lei de Memória Histórica, o magistrado emérito do Supremo Tribunal espanhol José Antonio Martín Pallín, afirma que a redação era “pouco clara e, sobretudo, não resolvia o problema de fundo. Já no preâmbulo se falava de reconciliação, [...] mas sem querer admitir que o que se produziu em nosso país foi um assassinato em massa. [...] Enquanto não se admitir isso, até que não se condene firmemente o ocorrido e não se recuperem os valores constitucionais republicanos, este país terá um problema.” Disponível em https://www.eldiario.es/sociedad/simbolos-financiacion-acabado-desmemoria-historica_0_723028328.html. Último acesso 20 mai. 2019.

²⁸¹ *BOE*, n. 310, 27 de dezembro de 2007, p. 53410. O texto integral da Lei de Memória Histórica encontra-se disponível em <https://www.boe.es/boe/dias/2007/12/27/pdfs/A53410-53416.pdf>. Último acesso 19 mai. 2019.

²⁸² *Idem*.

²⁸³ *Idem*.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 53411.

inequivocamente políticos ou ideológicos, durante a Guerra Civil, assim como as que, pelas mesmas razões, tiveram lugar na Ditadura posterior.”²⁸⁵

Entre os artigos mais expressivos da Lei de Memória Histórica, poderíamos citar o terceiro, onde é declarada “a *ilegitimidade* dos tribunais [...] ou órgãos de qualquer natureza administrativa criados a fim de fragilizar as mais elementares garantias do direito a um processo justo”, assim como “a *ilegitimidade* das sanções e condenações de caráter pessoal impostas por razões políticas, ideológicas ou de crenças religiosas. Se sublinha assim, de forma inequívoca a carência atual de vigência jurídica daquelas disposições [...] contrárias aos direitos humanos” [Grifos meus].²⁸⁶ No artigo décimo segundo, afirma-se que o Governo elaborará “um protocolo de atuação científica e multidisciplinar que assegure a colaboração institucional e uma adequada intervenção nas *exumações*” [Grifo meu]. Do mesmo modo, o Estado, doravante, deveria *subvencionar* entidades sociais que participem destes trabalhos.²⁸⁷ O artigo décimo quinto discorre sobre a necessidade de se retirar “insígnias, placas e outros objetos ou menções comemorativas de exaltação pessoal ou coletiva da sublevação militar,²⁸⁸ da Guerra Civil e da repressão da Ditadura.”²⁸⁹ O décimo sexto artigo atentava especificamente para o Vale dos Caídos (monumento no qual, em que pese estarem sepultados os restos mortais de mais de 34 mil combatentes na guerra civil, tanto de republicanos como de golpistas, pode também ser visto como um mausoléu em homenagem a Franco, um monumento de exaltação fascista e, também, um ponto de encontro para os admiradores do ditador). Dizia a lei, no referido artigo, que “em nenhum lugar do recinto serão realizados atos de natureza política nem exaltações da Guerra Civil, de seus protagonistas, ou do franquismo”.²⁹⁰ Apesar disto, o periódico *El Diario* noticiava, no último 20 de novembro, que

Centenas de pessoas se dirigiram esta manhã à Basílica da Santa Cruz, no Vale dos Caídos, para ‘render homenagem’ ao ditador Francisco Franco, no quadragésimo terceiro aniversário de sua morte. A missa, que aconteceu, como sempre, às 11h, foi dedicada em honra do ditador e de José Antonio Primo de Rivera [fundador da Falange], também enterrado ali.²⁹¹

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 53410.

²⁸⁶ *Idem*.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 53413.

²⁸⁸ Repare-se que se fala em “sublevação militar”, não em golpe de Estado.

²⁸⁹ *BOE*, n. 310, 27 de dezembro de 2007, p. 53414.

²⁹⁰ *Idem*.

²⁹¹ Disponível em https://www.eldiario.es/madrid/Centenaes-Franco-Valle-Caidos-Almudena_0_837816537.html. Último acesso 20 mai. 2019.

A despeito dos avanços que a lei proporcionou, especialmente através destes artigos para os quais atentamos acima, diversos autores têm apontado suas insuficiências. No que toca à declaração de ilegitimidade das condenações franquistas, a insuficiência residiria no fato de que a lei as considerou ilegítimas, mas não tornou nulas tais decisões judiciais. Ricard Vinyes afirma que, com isso, a lei viria consolidar o “modelo espanhol de impunidade”.²⁹² Entre outras fragilidades da Lei da Memória Histórica, poder-se-ia mencionar o fato de que ela segue sem atribuir ao Estado a responsabilidade de esclarecer a verdade sobre o passado; encomenda a busca de restos mortais às associações de vítimas, sem contudo lhes conceder recursos suficientes;²⁹³ e, por fim, não exige um acerto de contas com o passado.²⁹⁴ Quanto à retirada de símbolos públicos que exaltassem a vitória de Franco na guerra civil ou a ditadura franquista, também tratou-se de uma medida que só foi cumprida parcialmente. Nesse sentido, o jornalista Juan Miguel Baquero apontava, em outubro de 2017, que ao menos 350 cidades espanholas ainda mantinham símbolos franquistas em suas ruas, em pleno desacordo com a lei de dez anos antes.²⁹⁵ A própria permanência dos restos de Franco no Vale dos Caídos, que começou a ser fortemente questionada após o retorno dos socialistas ao poder em junho de 2018, na pessoa de Pedro Sánchez, nos ajuda a entender a complexidade das questões atinentes à memória do passado recente espanhol.²⁹⁶

²⁹² VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria: Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona: Los libros del lince, 2011, pp. 22-23.

²⁹³ Com os efeitos da crise de 2008 e uma visão política pouco propensa a dar vazão aos preceitos da Lei de Memória Histórica, os governos de Mariano Rajoy, do PP (2011-2018), se caracterizaram pela redução drástica do financiamento público que contribuía para a localização de fossas e exumações de restos mortais das vítimas. Em 5 de outubro de 2013, o *El País* publicava uma reportagem cujo título dizia: “A promessa que Rajoy cumpriu: o Governo derroga a Lei de Memória Histórica ao deixá-la sem fundos”. No corpo da matéria, se dizia que “no orçamento de 2012, o Governo havida efetuado o primeiro grande corte: de 6,2 milhões de euros do último Executivo socialista, passou-se a 2,5 milhões (redução de 60%) [...]. As associações memoriais aguardaram a convocatória no BOE [Boletim Oficial de Estado] do concurso de subvenções, que nunca chegou. No ano seguinte, o orçamento foi de 0 euros e, em 2014, idem”. Disponível em https://elpais.com/politica/2013/10/05/actualidad/1380997260_542677.html. Último acesso 20 mai. 2019. Este estado de coisas permaneceria até o fim do governo Rajoy, como demonstra a reportagem do *El Diario* de abril de 2017, disponível em https://www.eldiario.es/sociedad/Gobierno-vuelve-ningunear-Memoria-Historica_0_629237898.html. Último acesso em 20 de mai. 2019.

²⁹⁴ Todas essas considerações sobre a Lei da Memória Histórica aqui reunidas podem ser consultadas em AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. *La resistencia de España a afrontar su pasado. In: AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. El resurgir del pasado en España: Fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018, Edição Kindle, posições 331-398.

²⁹⁵ Disponível em https://www.eldiario.es/sociedad/Nuevo-franquistas-denunciados-incumplen-Memoria_0_700280839.html. Último acesso 20 mai. 2019

²⁹⁶ Nesse sentido, Fernando Martínez, Professor do Departamento de História Contemporânea da Universidade de Almeria, então há poucos meses nomeado Diretor Geral de Memória Histórica pelo

Mas há ainda um aspecto da Lei de Memória Histórica que não tocamos, sem dúvida o mais relevante para a temática de que temos tratado até aqui: é a questão da vítima. De que forma a vítima é reconhecida? Como a lei de 2007 pretende recuperar e proteger a memória das vítimas da guerra civil e da ditadura? A temática é abordada nos artigos primeiro e quarto da lei. Ambos contêm a mesma orientação, e ela é bastante clara. O artigo inicial delimita o objeto da lei, que é o de “reconhecer e ampliar direitos a favor daqueles que sofreram perseguição ou violência, por razões políticas, ideológicas, ou de crença religiosa, durante a Guerra Civil e a Ditadura, promover sua reparação moral e a *recuperação de sua memória pessoal e familiar*” [Grifo meu].²⁹⁷ O artigo quarto reforça a mesma ideia, declarando que “se reconhece o direito de obter uma Declaração de reparação e reconhecimento *pessoal* a quem durante a Guerra Civil e a Ditadura sofreu os efeitos das resoluções a que se referem os artigos anteriores” [Grifo meu].²⁹⁸ Aliás, já no preâmbulo da lei se falava em garantir o reconhecimento de “*direito individual à memória pessoal e familiar de cada cidadão*” [Grifo meu].²⁹⁹

Se nos detivermos nesse destaque sempre reiterado de um direito *individual à memória pessoal e familiar de cada cidadão*, deduziremos daí sem maiores dificuldades que as famílias das vítimas do franquismo não foram dignificadas pelo reconhecimento oficial dos delitos cometidos por um regime brutal e ilegítimo, nem tampouco pelo reconhecimento de que os afetados não mereciam os agravos sofridos durante a ditadura.³⁰⁰ As memórias das feridas históricas já circulavam no âmbito familiar, ainda que quase restritas a ele. O abafamento destas memórias, portanto, parece continuar. Vemos, aqui, um indício de que a Lei da Memória Histórica segue ativando o princípio da privatização das memórias. Nesse quesito em especial, ela pode dizer-se herdeira da Anistia de 1977. Ricard Vinyes se detém especificamente sobre esse ponto, quando escreve, em seu *Asalto a la memoria*, que a dita Lei “[...] consolidou a linha de atuação

Conselho do Governo Pedro Sánchez, afirma, ao *El Diálogo*, em entrevista publicada em primeiro de agosto de 2018, ao ser perguntado da importância da retirada dos restos de Franco do Vale dos Caídos, que essa “é uma demanda simbólica muito importante de ruptura com o passado. Sobretudo para cicatrizar as feridas. Muitas vezes o argumento revisionista e de alguns setores é que, com isso, se iria reabrir as feridas. As feridas estão abertas.” Disponível em https://www.eldiario.es/sociedad/Sacar-Franco-plantamiento-simbolico-importante_0_798970763.html. Último acesso em 20 mai. 2019.

²⁹⁷ *BOE*, n. 310, 27 de dezembro de 2007, p. 53411.

²⁹⁸ *Idem*.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 53410.

³⁰⁰ Ver AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. La resistencia de España a afrontar su pasado. In: AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. *El resurgir del pasado en España: Fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018, Edição Kindle, posição 398.

que o Estado de direito tem mantido desde a sua fundação em 1977” na medida em que ela estaria contribuindo para perpetuar

[...] o confinamento da memória ao âmbito privado. É o que diz o preâmbulo da Lei bem como seus artigos: ‘se reconhece o *direito individual à memória pessoal e familiar de cada cidadão*’. O que é sem dúvida solenizar uma obviedade, para qual não era necessário lei alguma. A privatização da memória tem sua melhor e mais brilhante expressão no artigo quarto, que estabelece o direito de cada afetado em obter um título de reconhecimento de *vítima do franquismo*. Uma declaração certificada do padecimento que poderão obter também ‘seus descendentes e familiares até segundo grau’. Resulta impressionante a realidade vicária e delegada pelo sujeito-vítima, sua autoridade biologicamente transmissível. [...] A Lei não está orientada a iniciar e desenvolver uma política pública de reparação e memória dirigida ao conjunto da cidadania. Está orientada, porém, a evitar precisamente essa política, substituindo-a por uma *política da vítima*. [grifos meus].³⁰¹

Nesta linha de despolitização das causas que tornaram o cidadão uma vítima de um Estado autoritário, atribuindo tudo a questões individuais e à memória pessoal, a vítima passa a ser dignificada em razão de seu sofrimento, isto é, dos horrores que sofreu. Vinyes opõe claramente o que chama de política pública da memória àquilo que diz ser uma política da vítima. Mas em que essas noções diferem? Para definir o que seria uma política pública da memória, o historiador catalão procura responder a uma pergunta que apareceu com força no contexto da promulgação da Lei da Memória Histórica: quem tem autoridade sobre a memória? Para ele, a resposta deveria ter redundado numa “[...] política pública que não considerasse a memória como um imperativo moral, um dever, mas um direito civil [...] que garantisse o acesso da cidadania à construção e modelação da memória pública”. Contudo, ele arremata, “não foi assim.”³⁰² Ao contrário disso, acabou sobrepondo-se a política da vítima, que

[...] impõe a ideologia da reconciliação em substituição das memórias diversas, posto que *o sofrimento equipara a todos*, criando uma memória única e autoritária, [...] que constitui o melhor relato para justificar o vazio ético gerado, além de *outorgar ao sujeito-vítima uma autoridade que impede a resignificação das memórias*, e, portanto, sua transmissão patrimonial a outras gerações. [grifos meus].³⁰³

³⁰¹ VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria: Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona: Los libros del lince, 2011, p. 23.

³⁰² *Ibidem*, p. 22.

³⁰³ *Ibidem*, p. 24.

Resulta impressionante que a vítima seja reconhecida não em razão de sua biografia, nem de suas convicções e atuações políticas, mas de seu sofrimento.³⁰⁴ Como se vê, a reconciliação – constituída por um desejo de esquecimento das causas do trauma e pela despolíticação do debate em torno do passado – assumia uma nova forma, reatualizando, assim, um silêncio. No epicentro desse movimento, contudo, já não estava o suposto espírito de bom senso que teria animado a transição; o poder pacificador emanava, agora, do sofrimento da vítima. E se a personagem que se busca através de políticas públicas de memória e mesmo das iniciativas dos movimentos memoriais em geral não é o cidadão, mas a vítima, conclui-se que, ao elevá-la à condição de autoridade, sobrevém uma confusão entre experiências (como a da tortura ou a perda de um familiar) e valores (como educação, cidadania, democracia etc).³⁰⁵ Ademais, deveríamos ter sempre em mente que o sofrimento é uma experiência incomensurável por definição, pois, como lembra Lucina Heymann, “[...] não há escala Richter dos sofrimentos”.³⁰⁶ Em adição a isso, a própria transmissibilidade dos agravos é dificultada quando nos centramos majoritariamente na experiência em detrimento dos valores, que deveriam igualmente pautar as interlocuções entre as vítimas e seus ouvintes. Consequentemente, é preciso dizer que o reconhecimento e a reparação das vítimas constituem uma etapa necessária para a discussão acerca de passados traumáticos, mas não poderiam jamais ser confundidos com um substitutivo dessa discussão. Aliás, o próprio reconhecimento e a reparação das vítimas deveriam ser realizados publicamente. Ou seja, um debate tão relevante como esse, que pode fazer as vezes do trabalho de elaboração em nível social,

³⁰⁴ IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. *Memoricidio. Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática*. In: IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. *La guerra que nos han contado y la que no: Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017, p. 383.

³⁰⁵ VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria: Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona: Los libros del lince, 2011, p. 31. Segundo o historiador Jesús Izquierdo Martín, “o ativismo das associações memoriais tem sido muito mais determinante na difusão do conceito de vítima, especialmente através de ações que reivindicavam a identificação de vítima como elemento fundamental para reconhecer a quem foi afetado pelo levantamento de 1936 e o posterior genocídio. Não obstante, o que pode estar ocorrendo é que este reconhecimento esteja sendo realizado em grande parte através do destaque dos agravos perpetrados e *sem atender às razões e causas da condição de vítima* de um terror que se prolongou por mais de quarenta anos. Se o ativismo memorial tem sido crucial na introdução do direito humanitário na sociedade espanhola e, portanto, na apresentação do afetado como vítima, também é responsável pela difusão de uma noção de vítima segundo a qual toda vítima o é independentemente dos motivos e argumentos que a produziram como tal.” [grifo meu]. Ver IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. *¿Víctimas sin victimismo? Por una memoria elaborada del genocidio*. In: GATTI, Gabriel (ed.). *Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017, p. 176.

³⁰⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f, p.11. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1685.pdf. Último acesso 14 set. 2016.

não deve ser levado a cabo sem ter certos valores como parâmetros. No caso em que nos atemos, é lastimável que esse debate aconteça sem levar em conta as causas políticas da guerra civil e do surgimento do franquismo.

Seja como for, ao situar a figura da vítima – e não a do cidadão – no centro de um debate que deveria ser pautado por valores ético-políticos, se eleva o sofrimento como um princípio de autoridade substitutivo da razão.³⁰⁷ Trata-se de uma tentativa de pacificar todos os conflitos memoriais, despolitizando a discussão e homogeneizando as vítimas em torno do sofrimento. Poderíamos perguntar em que medida uma política de memória que despolitiza a vítima e a torna praticamente o referente único do debate público pode efetuar algo como o trabalho de luto em nível social. Uma memória intransitiva como essa, voltada ao sofrimento passado e protagonizada exclusivamente pela vítima, poderia estar aberta ao presente e à ressignificação das memórias? Infelizmente, creio que ela serviria, sobretudo, a uma aproximação melancólica com o passado, na qual a perda ou mesmo a dimensão e profundidade sociais da perda são desconhecidas. Assim, “o passado hipertrofiado ocupa[ria] todas as dimensões da temporalidade, anulando o futuro”.³⁰⁸ A reconciliação, tendo a vítima como protagonista, desanda então para um perigoso *vitimismo*. Jesús Izquierdo define como *vitimismo* o fenômeno de

Reconhecer no afetado não as razões que o amparam, mas os agravos de que foi objeto[...]. Se a identificação do afetado como vítima pode ser um método entre outros para que ele seja dotado de visibilidade pública e para dar início aos exercícios de responsabilidade reparadora e jurídica, esta responsabilidade [não] [...] pode estar sustentada num trabalho de luto que considere uma ‘natureza’ vitimizada que afínque no sujeito patologias traumáticas e/ou desate formas de ação que convertam o debate político em um auto afirmativo (e irracional) memorial de agravos.³⁰⁹

A fixação da experiência de sofrimento no presente, como sabemos, é característica da temporalidade do trauma. Assim, para escapar à lógica da vitimização, é preciso politizar as ações da vítima, para além do reconhecimento de seus agravos e

³⁰⁷ VINYES, Ricard. *Asalto a la memoria: Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona: Los libros del lince, 2011, p. 32. Não deveríamos perder de vista que é na condição de cidadão que o indivíduo se torna objeto da repressão estatal. É a condição da cidadania, que o Estado autoritário, com sua violência, quer erradicar.

³⁰⁸ BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: História, Historiadores e Comissão Nacional da Verdade*. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017, p. 144.

³⁰⁹ IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. ¿Víctimas sin victimismo? Por una memoria elaborada del genocidio. In: GATTI, Gabriel (ed.). *Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017, p. 174.

padecimentos, justamente para que ela tenha condições de diferenciar o passado do presente.

Baseados nos argumentos precedentes, podemos afirmar que, em linhas gerais, as discussões sobre o passado recente na Espanha estão relacionadas à hipertrofia da memória, caracterizada a um só tempo por uma superabundância memorial e por um debate público insuficientemente crítico. Uma das formas com que esse déficit crítico costuma aparecer repousa justamente nas discussões que giram em torno da figura da vítima. Quanto ao crescimento hipertrofiado da onda memorial na Espanha, poderíamos sintetizá-lo – junto à realidade da hipervalorização das vítimas – em poucos dados: em 2000 é fundada a Asociación por la Recuperación de la Memoria Histórica (ARMH), uma das mais conhecidas e citadas associações memoriais espanholas.³¹⁰ Entre 2003 e 2005, há uma “[...] verdadeira explosão associativa” no país, fazendo saltar o número de associações, que eram cerca de 30, para a quase totalidade de 170 grupos afins.³¹¹ E, como já sabemos, 2006 é considerado o Ano da Memória Histórica e, em 2007, é aprovada a Lei de mesmo nome.

2.3.4 Performatividade historiográfica na lida com os traumas históricos: o historiador como testemunha da testemunha

Após haver sublinhado, ao longo deste capítulo, as potencialidades da memória, destacamos o caráter hipertrofiado que ela parece assumir nos dias atuais. Mas em que pese isso, as críticas realizadas sobre a conjuntura memorial hodierna jamais deveriam perder de vista que, conforme lembra François Hartog, “[...] os crimes do século XX [...] e suas indústrias da morte são as tempestades de onde partiram essas ondas memoriais [...]. O passado não havia ‘passado’ e, na segunda ou terceira geração, ele estava sendo questionado”.³¹² Seguindo um tanto livremente as palavras de Hartog, poderíamos dizer que o interesse renovado pelo passado como fenômeno ocidental assume a forma do

³¹⁰ Ela “[...] tem tido um papel crucial à hora de dar visibilidade social a uma série de assuntos pendentes que eram desconhecidos pela maioria da cidadania”. Ademais, suas atividades estão centradas na localização das fossas comuns e exumações dos restos mortais das vítimas da guerra e do regime de Franco. AGUILAR, Paloma. Los debates sobre la memoria histórica. *Claves de Razón Práctica*, n° XX, p. 4.

³¹¹ *Idem*.

³¹² HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências de tempo*. Tradução de Andréa Souza de Menezes, Bruna Belfart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 25.

retorno do recalçado. De maneira que uma crítica equilibrada dessas ondas memoriais não deveria analisar as fragilidades da memória para, em seguida, tomar como fútil qualquer discussão pública e/ou acadêmica sobre esta matéria, tampouco promover a confusão entre lembrança e revanchismo. É preciso, em suma, discutir esses passados traumáticos, reconhecendo e reparando suas vítimas, sem, contudo, cair no vitimismo. Assim, é fundamental recordar o passado, mas de um modo simultaneamente crítico e apaziguado, de um modo em que a crítica não se confunda com revanchismo e, por sua vez, que o tom apaziguado não se confunda com um lembrar encobridor. Se Tzvetan Todorov nos lembra com razão que o elogio incondicional da memória é problemático,³¹³ é importante advertir, por outro lado, que uma crítica incondicional da memória é igualmente indesejável. Temos, pois, de criar os meios para fundamentar uma crítica equilibrada da conjuntura memorial em que vivemos.

Mas se o lembrar no qual culmina o trabalho de memória é algo tão relevante, como pensá-lo em tempos de hipertrofia memorial e de uma valorização quase religiosa da personagem da vítima? A primeira pista reside, talvez, numa observação de Ricoeur na qual ele nos diz que a obsessão pela memória em nível coletivo é semelhante àquilo que a alucinação representa para a memória individual. Vimos isso quando falamos sobre *Macbeth*. A alucinação é, assim, essa “[...] espécie de vertigem suscitada em particular pela fuga diante de uma proibição [...]. Todo esforço para não pensar mais naquilo [transforma-se espontaneamente em] pensamento obsessivo”.³¹⁴ Vimos, também, a saída que Nietzsche apresenta para esse dilema, e que Freud esclareceu e aprofundou como ninguém: é preciso elaborar o passado, apropriando-se das lembranças de forma a ressignificá-las. Em suma, fazer com que elas emergam até o nível da consciência. Isso nos remete outra vez à Todorov que, sem eximir-se de elencar uma série de críticas à conjuntura memorial atual, também não se furtou a render à memória um justo elogio. Este elogio é direcionado à memória que ele reputa *exemplar*, em contraposição à memória reputada literal. Todorov está pensando nos testemunhos das vítimas e de seus descendentes, fazendo lembrar daquela política da vítima sobre a qual falávamos a partir da obra de Ricard Vinyes. Em que reside, então, a memória literal? Em sua *intransitividade*, numa literalidade que não conduz a nada além dela mesma, fazendo

³¹³ TODOROV, Tzvetan. *Op. Cit.*, p. 15-16.

³¹⁴ SARTRE, Jean-Paul, *Apud*. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al.]. 1. ed. 6. reimp. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 69.

estender as consequências do trauma a todos os instantes vindouros da existência. Ela tornaria o acontecimento traumático insuperável, remetendo o presente ao passado até o ponto da obsessão.³¹⁵ Já a *memória exemplar*, dando corpo àquilo que o autor identifica com um bom uso e uma boa seleção do passado,³¹⁶ residiria numa espécie de modelo em que o sujeito se serve do pretérito para compreender situações novas, uma forma de memória na qual, ao inverso da anterior, é o passado que se remete ao presente.³¹⁷ Tornando indispensável a recuperação do passado, a memória exemplar faz dele o uso que o presente desejar.³¹⁸ A própria memória traumática, não tendo mais um papel dominante, retrocederia a uma posição periférica em que poderia ser controlada e desativada.³¹⁹ Se o primeiro grande passo da memória exemplar é o de controlar mais ou menos livremente o passado, o segundo repousaria, por sua vez, na passagem da conduta privada à *conduta pública*, na qual o sujeito, liberado de sua dor, pode então abrir-se ao outro.³²⁰ O processo memorial que Todorov apregoa deve desaguar, ao que parece, numa discussão pública e plural sobre o passado, tal como Vinyes e Izquierdo insistem em seus trabalhos.

No fim de seu opúsculo, e refletindo sobre a necessidade desse debate público, Todorov toca na questão atinente ao papel social dos historiadores nesse processo. Ele advoga pela ideia de que o trabalho do historiador, como qualquer outro sobre o passado, consiste sobretudo em selecionar alguns eventos, relacionando-os entre si. Semelhante trabalho não estaria prioritariamente orientado pela busca da verdade, mas pela busca do bem.³²¹ Não havíamos dito com Sabina Loriga, ao comentar as teses de Ricoeur, que a tarefa do historiador repousaria na busca de uma verdade “mais verdadeira”, alcançada ao fim de um trabalho historiográfico cuja objetividade deixa de ser epistemológica para tornar-se ética? Para fazer os dois autores concordarem integralmente, bastaria substituir, creio, a busca pelo “bem” de que fala Todorov, conotando uma carga moral no vocábulo, pela noção de “bem comum” ou mesmo de “viver bem”, mais performática e carregada

³¹⁵ TODOROV, Tzvetan, *Op. cit.*, p. 30-31.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 29-30.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 30-31. Voltamos aqui àquela capacidade de diferenciação do passado e do presente, que parece separar os processos de elaboração que desaguardam no luto, dos da passagem ao ato, comumente vinculados à melancolia.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 16-7.

³¹⁹ *Idem*.

³²⁰ *Ibidem*, p.31.

³²¹ *Ibidem*, p. 49.

por uma preocupação ética. Perguntemos então: no que toca à ressignificação das memórias e à superação dos traumas coletivos, qual é a importância do ofício do historiador do tempo presente?

Ela residiria em dois aspectos principais: em primeiro lugar, estabelecer uma verdade sobre o passado que se remeteria “[...] mais a uma ética da ação presente que a uma problemática de adequação (pretensamente científica) entre ‘palavras’ e ‘fatos’”³²²; em segundo lugar, fazendo voltar à sociedade o conhecimento produzido no âmbito acadêmico, auxiliando no fortalecimento – que também pode vir de outros meios como a literatura, por exemplo – de uma discussão pública acerca dos traumatismos sociais. Seligmann-Silva observa muito bem que a tradução do pretérito consiste “[...] em uma *ética da representação* do passado que implica a nossa *dívida* para com ele e para com os mortos”. Ele adverte, porém, que “[...] não existe a possibilidade de uma tradução total do passado; esse era justamente o credo central do historicismo e do positivismo”.³²³ Podemos dizer, portanto, que uma história positivista, tal como parecem entender Gagnebin, Seligmann-Silva e também Lacapra, é irrelevante ou mesmo nociva para os processos de elaboração e de luto, precisamente pelo fato de que história e memória não são dicotômicas, mas dialogam graças aos benefícios assegurados por uma relação dialética.³²⁴ A historiografia deve então realizar um trabalho crítico em relação à memória, cuja finalidade repousaria numa contribuição para desfazer os recalques, ajudando a suprir, portanto, uma necessidade de elaborar um caminho diferente, uma formulação inédita do discurso que priorize possíveis articulações com a prática.³²⁵

A história deveria ocupar, então, uma posição intermediária entre a postura positivista que, em razão de uma desconfiança excessiva, acaba por negar à instituição testemunhal o espaço público para a elaboração dos traumas, de um lado, e uma atenuação da incredulidade a respeito dos discursos testemunhais, de outro.³²⁶ E é justamente o

³²² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar esquecer*. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 39.

³²³ SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 64.

³²⁴ LACAPRA, Dominick. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009, p. 82.

³²⁵ *Ibidem*, p. 239.

³²⁶ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio. Edição Kindle, 2012, posição 2161.

elemento crítico próprio da historiografia do tempo presente que lhe permite afastar-se da memória sem, no entanto, romper seus vínculos com ela. Esta historiografia poderia cumprir assim uma função social, pois, conforme assinala Seligmann-Silva, “[...] a cultura precisar criar espaços para os testemunhos: eles podem pôr em processo o trabalho de elaboração dos traumas da sociedade, da violência que a constitui”.³²⁷

Por seu turno, Gagnebin também apontará, no artigo intitulado “Memória, história, testemunho”, a necessidade de um espaço social que dê vazão ao testemunho, cujo destinatário seria aquele que ela chama de “terceiro”. A figura do terceiro estaria situada num lugar intermediário entre a fixação com o passado e a identificação acrítica com as vítimas. Um lugar onde o discurso testemunhal, obtendo interlocução, poderia exorbitar a lógica da fixação; onde a empatia para com a vítima não se desdobrasse numa identificação completa com ela. Essa distância crítica poderia evitar ou, ao menos, dificultar, por exemplo, a emergência de imposturas memoriais.³²⁸ O “terceiro”, portanto, seria aquele que transita fora do círculo vicioso da fixação e da identificação.³²⁹ Estabelecida essa posição intermédia, o argumento acerca do “terceiro” nos ajuda a perceber que “[...] o testemunho é sempre uma cocriação, [...] à medida que existe outro que o recebe e lhe atribui um lugar onde a verdade subjetiva e histórica possa emergir”.³³⁰ Mas, se a possibilidade do testemunho repousa numa interlocução, o seu fabrico possui caráter terapêutico e ético, uma vez que, nessa construção em comum, “[...] a posição do sujeito frente ao vivido é constantemente refabricada, à medida que as condições sociais de recepção [do] relato são possibilitadas”.³³¹ O compartilhamento da experiência tem efeitos benfazejos para os afetados, pois “[...] dilui o excesso de violência dentro de si e rompe a solidão”.³³² Esse “terceiro” a quem o testemunho é dirigido pode ser chamado então de *testemunha da testemunha*.³³³ Nesse sentido, testemunha

³²⁷ *Idem*.

³²⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 56. A autora, aqui, está pensando especificamente no caso de Benjamin Wilkomirski, e eu, como não poderia deixar de ser, no de Enric Marco.

³²⁹ *Idem*.

³³⁰ INDURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine. Grupos de testemunho: função e ética do processo testemunhal. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (coedição). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014, p. 51.

³³¹ *Idem*.

³³² *Ibidem*, p. 58.

³³³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 57.

[...] não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos [ou que vivenciou uma dada situação] [...]. Testemunha seria também aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: *não por culpabilidade ou compaixão*, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa *retomada reflexiva do passado* pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a *inventar o presente*. [grifos meus].³³⁴

Parece-me que o historiador, como o literato ou o filósofo, entre muitos outros profissionais, poderia representar a figura do “terceiro”, da testemunha da testemunha. Na bela passagem em que Gagnebin encerra o artigo “Verdade e memória do passado”, ela atribui uma função tripla, mas difícil, aos artífices de Clío:

Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. [...] *Tarefa altamente política*: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror [...]. *Tarefa igualmente ética* e, num sentido amplo, especificamente *psíquica*: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que deve ajudar nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se completa na exigência de um presente que também possa ser verdadeiro. [grifos meus].³³⁵

Como se vê, a história pode ter a desenvoltura para contar o passado de modo apaziguado, sem esconder, com isso, uma combatividade própria que a anima em seu presente. Sua narratividade soma-se, assim, a uma performatividade, de modo que contar o passado é simbolicamente o mesmo que oferecer aos mortos de outrora um túmulo escriturário. Podemos compreender melhor este processo quando pensamos na palavra grega *sèma*, que significa ao mesmo tempo *túmulo* e *signo*. Há, portanto, toda uma relação entre memória, escrita e morte a ser observada.³³⁶ E se a *historiografia* condensa em sua etimologia uma forma de escrita que deve rememorar um passado no qual nossos mortos viveram, torna-se legítimo fazer uso dessas palavras para as quais, em razão de sua originalidade e elegância, ainda hoje é preciso voltar. Voltamos à *Escrita da história* de Michel de Certeau que, há mais de quarenta anos, firmava o que se segue:

³³⁴ *Idem*.

³³⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 47.

³³⁶ *Ibidem*, p. 45.

A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. [...] Nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Dessa maneira, *uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica*. [grifos meus].³³⁷

Arrazoando sobre as funções performática e narrativa desse trabalho escriturário, Certeau prossegue:

Substituto do ser ausente, prisão do gênio mau da morte, o texto histórico tem um papel performativo. A linguagem permite a uma prática situar-se em relação ao seu *outro*, o passado. Com efeito, ele mesmo é uma prática. A historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente). [...] Pela sua *narratividade*, ela fornece à morte uma representação que, instalando a falta na linguagem, fora da existência, tem valor de exorcismo contra a angústia. Mas, por sua *performatividade*, preenche a lacuna que ela representa, utiliza esse lugar para impor um querer, um saber e uma lição ao destinatário. Em suma, a narratividade, metáfora de um performativo, encontra apoio, precisamente, naquilo que oculta: os mortos, dos quais fala, se tornam o vocabulário de uma tarefa a empreender. [grifos do autor].³³⁸

Resta atenuar esta imposição de um querer, de um saber e de uma lição que Certeau vê a escrita da história dirigir a seus destinatários. Como sabemos, o historiador não é neutro e certamente está vinculado a uma rede mais ou menos vasta de pertencimentos. Mas se tenho insistido na capacidade do discurso historiográfico para auxiliar na reorganização do campo simbólico de uma sociedade, e isto na medida em que pode fazer as vezes de um trabalho de elaboração, é porque o interesse pelo passado em todo o mundo ocidental se faz sempre mais visível. A historiografia do tempo presente, nesse aspecto, estaria de certa forma indo ao encontro de um anseio difuso de seu público em potencial, sendo provocada por ele. Assim, a história acadêmica não estaria apenas instruindo, conscientizando ou mesmo impondo lições às memórias coletivas de uma determinada sociedade; ela estaria, muito antes, recolhendo dessas mesmas memórias uma instrução, como base ético-política de seu pensar e de seu agir. Poderíamos relacionar, com Aleida Assmann, a conscientização social sobre um trauma histórico a uma discussão pública e política atravessada por uma historiografia atenta a essas questões. Aliás, é justamente essa a dialética aberta que permeia as trocas entre a

³³⁷ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. 2. reimp. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 110.

³³⁸ *Ibidem*, pp. 110-111.

memória que Assmann chama cumulativa, própria das ciências históricas, e a memória funcional. Para que haja uma novidade de sentido, que poderia representar a superação de uma obsessão (sempre acrítica) pelo passado, é preciso que essas duas modalidades memoriais interajam, na medida que uma ativa a outra. E o próprio ressurgir do passado na Espanha, caso que temos tratado neste estudo, mostra justamente o desejo social de confrontar os traumas recentes. A história pode, então, dar visibilidade a certos conteúdos que foram suprimidos da esfera pública, fornecendo balizas críticas a uma discussão plural.³³⁹ É nesse sentido que ela se afasta das memórias particulares e dos grupos. Mas, se o seu elemento crítico permite tal afastamento, é ele enfim que possibilita um retorno ao tecido social e um dizer apaziguado sobre o passado.

2.3.5 O conceito de texto-investigação e a aproximação da história com a literatura na abordagem do passado recente: o caso de *O impostor*, de Javier Cercas

Ao fim desta seção, que de fato encerra o primeiro capítulo de nosso estudo, é preciso dar início ao trabalho de relacionar *O impostor*, de Javier Cercas, às construções teóricas já traçadas. Creio poder afirmar que as análises precedentes são como que o meu testemunho acerca de conhecimentos que tenho colhido e, espero, amadurecido ao longo dos três últimos anos sobre a conjuntura memorial contemporânea. Elas desejam mostrar o lugar de que parto para examinar *O impostor*, deixando ver minhas filiações e pertencimentos intelectuais. Haja vista minha formação em história, nada mais natural que tais análises estivessem assentadas, em grande medida, sobre reflexões historiográficas. Contudo, elas foram atravessadas aqui e ali, e de modo mais ou menos arriscado, por incursões na literatura, na filosofia e na psicanálise. E, se assumem a forma de um testemunho, é porque filio-me agora, embora com atraso, ao pensamento de Marc Bloch, para quem todo historiador deveria responder a seus leitores uma pergunta simples, mas fundamental: “Como posso saber o que vou lhes dizer?”.³⁴⁰ Como posso saber, acrescentaria, o que já lhes disse? Ora, “porque li *O impostor*”, seria a formulação mais direta, mas também mais lacônica desta resposta. Foi a partir do livro de Cercas que me senti tentado a estudar os problemas e questões memoriais da atualidade, como

³³⁹ O que nem sempre acontece, pois não podemos confundir a produção do conhecimento historiográfico com sua socialização. Tema que será abordado no próximo capítulo.

³⁴⁰ BLOCH, Marc. *Op. cit.*, p. 83.

também o *boom* memorial de que são frutos tanto a ascensão social de Enric Marco quanto a publicação de *O impostor* e a feitura do presente trabalho. São frutos de três maneiras distintas de portar-se ante o fenômeno memorial. Em que pese tudo isso, o livro de Cercas contém, para mim, a riqueza de uma experiência. Ele certamente teve o efeito de um alargamento de horizontes, de um acréscimo de curiosidade e, sobretudo, do entusiasmo que é próprio das descobertas. Ainda me lembro da voracidade com que o li pela primeira vez. A essa primeira leitura viria somar-se uma segunda, mais atenta, e depois o fichamento da obra. Cada uma dessas fases foi perpassada por rodadas de outras leituras e de outros fichamentos. Mas como o tempo não pode deixar de fazer seu trabalho, uma leitura voraz, muito prazenteira, mas impressionável, teve de ceder lugar a outra, mais crítica e distanciada, própria, carregada esperançosamente com não muitos vícios, de um olhar historiográfico. De modo que uma primeira justificativa para associar um tal livro a algumas reflexões de caráter mais historiográfico sobre a memória, a história e o testemunho, reside em minha experiência pessoal. Refletir sobre o fenômeno memorial é algo indissociável, para mim, da lembrança de minhas leituras e reflexões sobre *O impostor*. Mas não ignoro que tal justificativa não é bastante para sustentar essa associação.

Ela é socorrida por uma segunda que vem em seu auxílio, que a complementa e fortalece. Esta segunda justificativa reside no próprio conteúdo da obra. Embora Javier Cercas não seja um historiador, tampouco *O impostor* um livro de história, meu objeto de estudo parece reunir em seu interior algumas teses históricas, que logo serão examinadas. Ainda que pareça fazê-lo de modo um tanto desconfortável, Cercas é levado, pela própria temática de seu livro, a refletir e mesmo teorizar sobre as relações entre história e memória; reflete também sobre o testemunho, sobre o que chama de “indústria da memória” e sobre os passados traumáticos; discorre longamente sobre o estatuto da vítima na Espanha, e isso através da noção de “chantagem da testemunha”; cita historiadores (como Santos Juliá), menciona Primo Levi, Tzvetan Todorov e tantos outros como Maurice Halbwachs, indubitavelmente o pai da noção de memória coletiva. Com a exceção de Santos Juliá, cujos estudos restringem-se às questões espanholas, os demais pensadores mencionados resultam todos nomes incontornáveis para os temas de que tenho tratado, e eu mesmo os mencionei em diversas ocasiões. Há, portanto, uma região comum, de intersecção, em que as reflexões precedentes encontram as que plasmam *O impostor*.

Mas, a despeito disso, torna-se imprescindível enfrentar uma dificuldade que, devo confessá-lo, pode vir a assombrar este estudo. O constrangimento é o seguinte: como tomar por objeto de análise um livro de literatura (cujo gênero é dificilmente classificável) que trata do passado recente espanhol e de seus traumas, organizado a partir de reflexões que giram em torno de uma hipertrofia memorial e de um papel de protagonismo excessivo conferido às vítimas e às testemunhas? De que forma acomodar os posicionamentos teóricos e políticos de Javier Cercas? Como examiná-los e criticá-los a partir de uma chave de leitura que deriva, em primeiro lugar, do campo da teoria da história? Será isso legítimo? Assim, a cada reserva ou crítica endereçada ao *O impostor*, o leitor poderá, com alguma razão, redarguir: “Mas Javier Cercas não é historiador e não tem, portanto, a obrigação de deter esses conhecimentos por cuja ignorância ele parece ser acusado.” Esse argumento é verdadeiro, motivo pelo qual quero tratar tal assertiva não tanto como uma objeção, mas como uma ressalva. A objeção deve perder força, creio eu, a partir da consideração de que o debate em torno da memória transcende as áreas tradicionalmente habitadas pela historiografia. Nas últimas décadas, como vimos, também a história operou um deslocamento – nos níveis ético e epistêmico – em direção à memória. Em meio a esse movimento, ela criou as condições para dialogar com todas as áreas do saber que há tempos têm lidado com a memória, entre elas a filosofia, a sociologia, a psicanálise, a literatura e a crítica literária. De resto, o referencial teórico de que tenho me valido o atesta amplamente. É nessa região um tanto incômoda, portanto, que não apenas este estudo vai encontrar-se com os trabalhos de Ricoeur, Assmann, Freud, Halbwachs, Seligmann-Silva e Gagnebin, entre outros, como também é nela que me encontro com os livros de Javier Cercas.

Num artigo publicado originalmente em 2016, o historiador francês Ivan Jablonka chamou essa estranha região de *terceiro continente*.³⁴¹ A aposta pela alcunha se justifica por sua generalidade. Ela condensaria grande parte do continente da literatura, fecundado pelo romance, e o continente dos textos “utilitários”, formado pelos terrenos áridos do real e do verídico e cercado, ademais, “pelo grande lago salgado” das ciências sociais: história, sociologia, antropologia etc.³⁴² Assim, Jablonka anuncia, no fim do artigo, que

³⁴¹ JABLONKA, Ivan “O terceiro continente”. Tradução de Alexandre Sá Avelar. *Artcultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, jul.-dez. 2017, pp. 9-17. O artigo apresenta uma visão panorâmica do livro que ele publicara em 2014, intitulado *L’histoire est une littérature contemporaine: manifeste pour les sciences sociales*.

³⁴² *Ibidem*, p. 10.

Ao longo do século XX, um novo continente, cuja cartografia ainda mal distinguimos, timidamente emergiu: *investigações*, [...] uma literatura-pesquisa indissociável dos fatos a serem estabelecidos, as fontes que a atestam e a forma pela qual são relatadas, *um conjunto de textos bastardos* [...] em contato com o mundo e plenamente democráticos; textos mais desejosos de compreender do que de narrar ou inventar; [...] uma literatura que procura compreender [...] o que se passa [e] o que passou [...]; um novo espaço que permite inscrever o verdadeiro em formas renovadas. [grifos meus].³⁴³

Uma dessas formas renovadas reside no *romance sem ficção*, uma espécie de romance que deseja ater-se somente ao real. É significativo que Jablonka mencione Javier Cercas ao falar desse gênero e cite nominalmente *Anatomia de um instante* e *O impostor*.³⁴⁴ Em *O ponto cego*, Cercas faz a mesma associação, dizendo que ambos romances carecem de ficção, apesar da multiplicidade de gêneros que abrigam em si.³⁴⁵ Aliás, *O impostor* é um livro que transita por pelo menos quatro gêneros literários: o ensaio, a crônica, a biografia e a autobiografia. Essa multiplicidade de gêneros representa, então, uma dificuldade a mais para o pesquisador na hora de classificar seu objeto de estudo. No limite, tratam-se de livros inclassificáveis.³⁴⁶ O que vem unir os continentes da literatura e das ciências sociais é, então, o paradigma da *investigação*. A definição de problemas de pesquisa (O que levou Marco a mentir? O que fez a impostura perdurar?), bem como a coleta das fontes, construção de modelos, a formulação e refutação de hipóteses – todos esses elementos presentes em *O impostor* – são procedimentos que, “[...] no seio da não ficção, nos possibilita distinguir o texto orientado cognitivamente, portador de novidade, do relato factual puramente informativo”.³⁴⁷ Podemos dizer, então, que “[...] a investigação transcende [...] as nossas corporações acadêmicas” e que ela é, da mesma forma, “[...] um esquema universal de pensamento que pode ser aplicada e estendida tanto às ciências quanto à vida cotidiana”.³⁴⁸

Aproximando dessa forma os textos literários aos textos das ciências sociais, podemos pensar mais confortavelmente num estudo historiográfico sobre um romance sem ficção como é *O impostor*. Mas a essas duas razões já apresentadas – uma pessoal e outra epistemológica – poderíamos acrescentar uma terceira, de ordem ética. Procurei

³⁴³ *Ibidem*, p. 17.

³⁴⁴ Apesar de enxergar no modelo do romance sem ficção algumas potencialidades, Jablonka não deixa de sublinhar alguns “pontos cegos” nele recorrentes. Nós abordaremos essas fragilidades no próximo capítulo.

³⁴⁵ CERCAS, Javier. *El punto ciego: las conferencias Weidenfeld 2015*. Buenos Aires: Literatura Random House, 2016, p. 129.

³⁴⁶ JABLONKA, Ivan. *Op. cit.*, p. 11.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 14.

³⁴⁸ *Idem*.

encarecer, ao longo desta seção, as potencialidades éticas da historiografia do tempo presente. Procurei ressaltar, sobretudo, que essa historiografia cumpre seu difícil papel ao voltar os olhos para os traumas históricos de uma sociedade e auxiliar na construção de um debate público e plural. É necessário lembrar para não repetir, dissemos. Mas este lembrar implica justamente a compreensão do passado e dos modos pelos quais, no decurso de um período de tempo mais ou menos longo, parte de seu conteúdo foi alijado da consciência de uma população, isto é, de sua esfera pública. Se as ciências sociais e a literatura que trata do real estão agora unidas num mesmo continente, não poderíamos pensar em funções similares para essa literatura emergente, especialmente para a obra de Javier Cercas, uma celebridade literária cujas publicações gozam de largo alcance social? Consequentemente, a mesma questão que temos direcionado à historiografia deverá ser estendida, no capítulo a seguir, para *O impostor*: em que medida ele permite uma compreensão complexificada do passado recente? Qual ou quais concepções de passado *O impostor* coloca em jogo? As reflexões desenvolvidas neste livro estão em condições de abordar a conjuntura memorial espanhola sem cair, por um lado, na armadilha de uma aproximação acrítica – própria da fascinação pela memória – e, por outro, na da acusação e da denúncia dessa mesma conjuntura? E, por fim, qual é o impacto que o entendimento de Cercas sobre o testemunho, sobre a relação entre história e memória e mesmo sobre o papel da vítima pode ter na hora de responder às questões anteriores? O impacto é decerto enorme, como veremos nas páginas a seguir.

3. PERSCRUTANDO *O IMPOSTOR*, DE JAVIER CERCAS: um livro multifacetado

De acordo com o que vimos no capítulo anterior, surge com força na Espanha, no raiar do século XXI, um debate sobre a necessidade de reconhecimento e de reparação moral e financeira às vítimas republicanas da guerra civil e do franquismo. Tal debate culminou, no fim de 2007, com a promulgação da Lei de Memória Histórica. Era o próprio estatuto da vítima que estava em discussão. Em meio a esses debates, o historiador Benito Bermejo jogou luz numa questão espinhosa: em 2005, ele fez comunicar à equipe diretora da Amical de Mauthausen – maior associação espanhola de sobreviventes dos campos de concentração nazistas – que seu então presidente, Enric Marco Batlle, não passava de um impostor: que não fora prisioneiro de nenhum campo de concentração, tampouco um contumaz resistente ao franquismo como por quase trinta anos havia alegado.³⁴⁹ A realidade era quase inacreditável. Descobriu-se também que E. Marco de fato conhecera os territórios do Terceiro Reich, mas como trabalhador voluntário de um convênio firmado entre Hitler e Franco que visava a auxiliar no esforço de guerra nazista – uma espécie de contrapartida pela ajuda oferecida por Hitler ao ditador espanhol durante a guerra civil espanhola. Assim, uma questão de grande relevância social e historiográfica quedava no ar: como pôde um falsário não somente sustentar tal mentira ao longo de tanto tempo, mas sobretudo tornar-se o presidente de uma associação memorial, proferindo palestras em escolas e universidades, concedendo entrevistas para os meios de comunicação espanhóis e chegando a receber a Creu de Sant Jordi, a mais elevada distinção civil catalã, e isto justamente em razão de seus supostos anos de combate ao franquismo e ao nazismo? Como pôde fazer tudo isso na condição de sobrevivente e de vítima?³⁵⁰

De modo geral, são essas as perguntas nucleares de *O impostor* de Javier Cercas, publicado em novembro de 2014, quase dez anos após a descoberta da impostura. Iremos ver de perto como Javier Cercas enfrenta tais questões que, em última análise, relacionam Marco com seu contexto. Sendo assim, não me deterei na dimensão documentalista de *O*

³⁴⁹ Ver BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*: Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, set/dez 2016, p. 815.

³⁵⁰ Tais informações sobre a vida de Enric Marco podem ser encontradas em “Soy un embustero, pero no un falsário”. *El País*, 26 jun. 2011. Disponível em https://elpais.com/diario/2011/06/26/domingo/1309060356_850215.html. Último acesso em 15 mar 2019.

impostor, ou seja, não procurarei averiguar a acurácia das informações que Cercas fornece sobre a vida de Enric Marco. Muito antes, para mim, importa questionar: o que a impostura de Marco diz, para Cercas, sobre a população espanhola e o modo pelo qual ela trata seu passado recente? Em que medida as análises da conjuntura memorial espanhola construídas pelo autor permitem que se entreveja algo como uma elaboração em nível coletivo dos traumas referentes à guerra civil e à ditadura de Franco? Em suma, o que me interessa em particular são as teses de cunho histórico fornecidas neste livro, que entenderei metodologicamente como um livro-investigação. Além disso, *O impostor* conforma um texto vário, abrigando gêneros tão distintos como a autobiografia, a biografia, a crônica e o ensaio, sendo qualificado por seu autor como um romance sem ficção. A ideia é passar um tanto brevemente por cada uma dessas facetas de meu objeto de estudo, a fim de que tenhamos uma ideia mais clara do todo, e isto para enfatizar também o dado de que cada um desses gêneros pelos quais passaremos reforça o apego de *O impostor* à realidade e, em última instância, o modo como ele está sendo lido, isto é, como um texto-investigação.

Se um texto-investigação é em geral animado pelo desejo de compreender melhor o impacto que o passado causa no tempo presente, propondo hipóteses e chaves interpretativas para tal, importa nomear as hipóteses de *O impostor* que serão efetivamente analisadas, para depois avaliar sua consistência argumentativa, submetendo-as, enfim, a questões como: em que medida as teses cercasianas nos ajudam a compreender melhor, em sua complexidade e dinamismo, o passado recente espanhol e a importância que ele tem no presente? Em que medida pode auxiliar a fragilizar o relato redentor acerca da ditadura e da transição? Em medida aporta argumentos que concorram para a elaboração dos traumas passados?

De agora em diante, qualificarei estas teses ou hipóteses como “históricas”, já que de modo geral elas desejam situar a impostura de Enric Marco no interior das conjunturas da redemocratização nos anos 1970 e da revalorização da figura da vítima, da década de 1990 aos dias atuais. Recortei, assim, duas teses históricas, que estão interligadas, e que procuram defrontar Marco com as conjunturas que viveu. A primeira delas pode ser resumida na fórmula segundo a qual “Marco *sempre* esteve com a *maioria* dos espanhóis”. Ora, o que permite a Javier Cercas relacionar seu biografado à maioria da população espanhola? De que forma esta relação é construída? E se, conforme veremos, a figura de Marco é complexificada nas páginas de *O impostor*, esta maioria da qual se

fala também o é? A segunda hipótese histórica levantada por Cercas quer responder a uma pergunta fundamental: “como Marco pôde enganar tanta gente por tanto tempo?” Procurarei examinar, então, os elementos que Cercas fornece ao leitor, para depois refletir o que poderia ter impedido a vida demasiadamente longa que a impostura de Marco conheceu. São essas questões, enfim, que mobilizaram as discussões que compõem o segundo capítulo deste estudo.

A primeira seção quis aclarar e interligar as noções de texto-investigação e de romance sem ficção. Nas demais seções, detive-me respectivamente nas dimensões autobiográfica, biográfica e ensaística de *O impostor*, procurando demonstrar que todos estes gêneros literários acabam por fecundar-se reciprocamente, e que todos denotam o esforço cercasiano de interpretar o crescimento da onda memorial na Espanha, fenômeno nitidamente observável desde o início do nosso século. Ao fim do exame acerca da dimensão biográfica do livro, passarei a me debruçar sobre as teses históricas formuladas por Cercas. Esse exame nos levará até as páginas finais do presente trabalho.

3.1 *O IMPOSTOR* COMO ROMANCE SEM FICÇÃO E COMO TEXTO-INVESTIGAÇÃO

Apenas cinco años después de la publicación [de Anatomía de un instante], todo el mundo ha aceptado sin mayores inconvenientes que El impostor, mi última novela, es una novela, a pesar de que, como Anatomía, carece de ficción, y a pesar de que su multiplicidad genérica es, si cabe, todavía más intensa y más visible que la de Anatomía.

CERCAS, Javier. *El Punto Ciego*, p. 129

El paradigma de la investigación permite asociar a la vez las ciencias sociales y relatos que hoy están en la órbita de de la literatura. Todas estas formas son capaces de desplegar un razonamiento en un texto.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporânea*, p. 318

O texto-investigação é um relato híbrido, pertencente àquela zona confusa e, no entanto, cada vez mais visível na atualidade, definida por Jablonka como terceiro continente. Um trabalho historiográfico pode vincular-se ao paradigma da investigação tanto quanto um romance como *O impostor*, como *HHhH* ou mesmo tanto quanto os

livros-testemunho de Svetlana Aleksievitch. Com efeito, parece haver uma tendência que faz com que textos oriundos de diversos campos do saber venham a encontrar-se nesse estranho território. Tratam-se de livros cujo núcleo reside precisamente na lida com os passados traumáticos. São relatos que nossas sociedades têm produzido e feito circular a fim de dar conta dos eventos mais impactantes do século XX. De modo que é através desse interesse comum que as reflexões do capítulo anterior mantêm sua validade, na medida em que também elas extrapolam as regiões tradicionalmente habitadas pela historiografia.

Jablonka define os textos-investigação como aqueles que são capazes de “[...] dizer algo verdadeiro sobre o mundo”.³⁵¹ E se fazem parte deste gênero não só as ciências sociais, mas também a literatura, é porque desde a segunda metade da centúria passada uma série de escritores propuseram apreender a realidade, de forma que este anseio “[...] deu lugar a uma literatura profundamente historiadora e sociológica, alimentada pela vontade de compreender”.³⁵² Uma literatura que está assentada em argumentações e hipóteses sobre o mundo, procurando torná-lo cognoscível. É nesse sentido que podemos compreender a ficção como uma operação cognitiva, como uma ferramenta que nos ajuda a erigir um saber sobre o mundo.³⁵³ Ela repousa, assim, sobre métodos de compreensão que estão, em larga medida, muito próximos aos das ciências humanas. São, como chama Jablonka, ficções de método e possuem uma potencialidade cognitiva. Essas ficções servem para “[...] formular hipóteses, mobilizar conceitos, transmitir um saber, para compreender o que os homens fazem de verdade”.³⁵⁴ Parece-me que tanto a historiografia do tempo presente como essa nova literatura da qual fazem parte alguns livros de Cercas podem convergir para os textos-investigação. No limite, poderíamos pensar, com Jablonka, que não importaria tanto, num texto-investigação, a classificação que lhe damos, ou se o que lemos é um livro de história ou de literatura, pois o que definiria a qualidade do livro que temos em mãos é antes o seu poder de argumentação, de levantar um problema e sugerir hipóteses explicativas convincentes.³⁵⁵ Como veremos agora, *O impostor* conforma um texto que busca prover o leitor com algumas chaves interpretativas para a compreensão do modo pelo qual a memória e a personagem da testemunha ou da

³⁵¹ JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales*. Tradução de Horacio Pons. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 23.

³⁵² *Ibidem*, p. 20.

³⁵³ *Ibidem*, p. 204.

³⁵⁴ *Ibidem*, pp. 218-219.

³⁵⁵ *Ibidem*, 200.

vítima parecem afetar o tempo presente na Espanha. Naturalmente, é possível discordar da argumentação de Javier Cercas, sem com isso deixar de admitir que ele procura interpretar seu presente com algumas ficções de método que, em alguns casos, aproximam-se muito das da história. A estes esforços de Cercas para compreender melhor a forma como o frenesi memorial impacta o tempo presente de seu país, nós chamaremos “teses históricas”, que serão examinadas com mais intensidade ao final da seção que trata dos elementos biográficos de *O impostor*, bem como da seção que a sucede, centrada nos elementos ensaísticos do livro.

Em que pesem tais considerações, Javier Cercas considerou abertamente *O impostor* como um romance sem ficção.³⁵⁶ Em suas palavras, esse gênero deve dar à luz um texto “[...] esquisito, [...] um relato rigorosamente verdadeiro, desprovido de qualquer traço de invenção ou de fantasia”.³⁵⁷ Gostaria de destacar, porém, um ponto problemático dessa concepção que, para Ivan Jablonka, ainda está muito próxima da objetividade do século XIX.³⁵⁸ Embora o historiador francês não deixe de pontuar a relevância desse gênero literário nos dias atuais, ele nota que funciona, em seu interior,

[...] uma má compreensão da ficção, percebida como ameaça, um lugar de corrupção do qual é necessário se afastar. ‘Contar sem nada inventar’: a imaginação vem contaminar essa realidade que o romance deve fielmente restituir. Ora, um raciocínio tem a absoluta necessidade de ficções – ficções visíveis, assumidas como tais, erigidas em ferramentas cognitivas. Essas ‘ficções metodológicas’ compreendem as *hipóteses*, a enunciação do possível e do plausível [...]. [grifos meus].³⁵⁹

De todo modo, o apego de *O impostor* à realidade é notório em vários aspectos. Não restam dúvidas, por exemplo, de que suas três principais personagens sejam reais: Javier Cercas, Benito Bermejo (o historiador que desvendou a impostura do impostor) e Enric Marco, o falsário que dá título à obra e cuja trajetória anima a escrita do livro. É certo, porém, que o próprio Javier Cercas faz-se valer de um recurso como o da

³⁵⁶ Cercas afirma-o em diversas ocasiões, e não só no texto de *O impostor*. Para duas dessas ocasiões, ver a entrevista que ele concede ao jornal *O Estadão*, publicada em 16 nov. 2015. Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,javier-cercas-lanca-livro-o-impostor--a-historia-da-mentira-universal-de-todos.10000002084>. Último acesso em 23 out. 2016; ver também CERCAS, Javier. *El punto ciego*: las conferencias Weidenfeld 2015. Buenos Aires: Literatura Random House, 2016, p. 129.

³⁵⁷ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, p. 14; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 16.

³⁵⁸ JABLONKA, Ivan “O terceiro continente”. Tradução de Alexandre Sá Avelar. In: *Articultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, jul.-dez. 2017, p. 13.

³⁵⁹ *Idem*. Veremos adiante que essa “má compreensão da ficção” impacta algumas construções relevantes de *O impostor*, como a comparação de E. Marco com a figura de Dom Quixote.

autoficção, e que sua personagem não coincide integralmente com o Cercas extratextual.³⁶⁰ Também podemos nos questionar sobre até que ponto o relato da vida de E. Marco é “romanceado” e se *O impostor* pode ou não ser considerado uma biografia. Mas, em que pesem tais preocupações, a liberdade autoral, nesse caso, não é ilimitada, e o próprio modo como Cercas nomeia suas personagens impõe que elas sejam dispostas em contiguidade com seus entes reais, remetendo-as ao mundo extratextual.³⁶¹

Outra característica do romance sem ficção, que J. Cercas procura resgatar da tradição inaugurada por Cervantes, é o hibridismo. A principal virtude de um romance deve residir, então, em seu caráter “[...] libérrimo, híbrido, quase infinitamente maleável, no fato de que é [...] um gênero de gêneros, e que se alimenta de todos [os outros]”.³⁶² O próprio *Dom Quixote* é uma amálgama inédita, onde a poesia está vinculada à prosa, o discurso jurídico ao histórico ou ao político etc.³⁶³ Mas o que significa filiar-se à tradição cervantina em pleno século XXI? Significaria, para Cercas, expandir outra vez o gênero literário, porque o hábito da liberdade compositiva, de alternância de narração, de digressão e mescla de gêneros teria perdido espaço ao longo do século XIX para o romance realista. Entre o primeiro tempo da escola cervantina e o segundo, no qual o realismo predominou, Cercas propõe a instauração de um terceiro tempo, que se caracterizaria pela mescla de ficção e realidade, de narração e ensaio. Essa tarefa de expansão e redefinição do romance dar-se-ia pela recuperação de “[...] algumas virtudes do primeiro tempo sem perder as do segundo – recuperando a liberdade construtiva sem perder o rigor, recuperando a natureza impura, mestiça e bastarda do romance sem perder sua exigência formal e ambição intelectual[...]”.³⁶⁴

³⁶⁰ O escritor-personagem pode ser visto, talvez, na narração dos diálogos imaginários em que este manteria com Marco. Ver, CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 381-397; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, pp. 353-368. Ainda que o autor tenha dito em conferência para o Fronteiras do Pensamento, ocorrida em outubro de 2018 no Salão de Atos de UFRGS, que os relatos autobiográficos em seus livros sejam parcialmente ficcionais, ele afirma numa palestra anterior que o conteúdo autobiográfico de *O impostor* é, de longe, entre os livros que escreveu, aquele que está mais colado à realidade. Para assistir a essa segunda palestra, em que fala mais detidamente sobre *Soldados de Salamina* e *O impostor*, acessar <https://www.youtube.com/watch?v=iRB6pvxzZ8I>. Último acesso em 30 jan. 2019.

³⁶¹ REIS, Lorena Carvalho dos. *Entre ética e estética: a desmitificação do herói e da guerra em Soldados de Salamina e El Impostor*, de Javier Cercas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Letras, 2017, p. 45.

³⁶² CERCAS, Javier. *El punto ciego: las conferencias Weidenfeld 2015*. Buenos Aires: Literatura Random House, 2016, pp. 25-26.

³⁶³ *Idem*.

³⁶⁴ *Ibidem*, 31.

Com efeito, é possível observar todos esses elementos em *O impostor*. Ainda que a obra pretenda pautar-se pelo apego aos acontecimentos sem, com isso, abrir mão do uso imaginação e da conjectura,³⁶⁵ o autor lança mão de recursos notadamente romanescos, organizando o texto através de repetições e variações de certas frases ou ideias e se fazendo valer da ironia e do multiperspectivismo.³⁶⁶ Tais elementos constituintes do livro aliam-se a um apego ao real, aspecto que pode ser melhor compreendido, por sua vez, quando pensamos no caráter múltiplo desta obra. Em 17 de novembro de 2014 era publicado no *El País* o artigo “El impostor del impostor”, de Javier Cercas. Para além da tentativa de promover seu livro, Cercas também observava a multiplicidade genérica da obra. Observa-se, desta forma, que todos os gêneros que compõem *O impostor* querem dar conta do real. Vejamos:

É *O impostor* um livro de história? Sim. Será livro de ensaio? Também. É crônica? Certamente. É biografia? Sem dúvida. Tem algo de autobiografia? Evidentemente. Mas isso não significa que seja nem uma autobiografia nem uma crônica nem um ensaio nem um livro de história: isso significa que é ou aspira a ser todas essas coisas [...], e que precisamente por isso é um romance: porque o romance é o gênero mais livre, o mais versátil, o mais capaz de acolher a todos os demais gêneros, e alimentar-se de todos.³⁶⁷

Todos os gêneros elencados, da história à autobiografia, pertencem a uma “literatura do real” e aos textos-investigação. Minha leitura de *O impostor* percebe a presença de ao menos quatro das cinco modalidades literárias apontadas acima. Trata-se, para mim, de um texto composto por crônicas, já que seu autor reproduz trechos de alguns de seus artigos publicados no *El País*; além disso, um texto escrito como ensaio, no qual Javier Cercas esforça-se para explicar as causas e o modo pelo qual uma impostura como a de Enric Marco pôde acontecer e perdurar no tempo; também um texto parcialmente autobiográfico, em que seu autor revela dificuldades e anseios que sentiu ao escrever a obra, o modo como foi desenvolvida sua pesquisa documental, sua relação com o biografado e seus diálogos imaginários com ele. Ademais, trata-se de uma biografia, de um texto que pretende dar conta da vida do nonagenário catalão Enric Marco Batlle, revelando um esforço para compreendê-la: Cercas narra o nascimento de Marco e as

³⁶⁵ Ao afirmar isso Cercas está pensando em *Anatomia de um instante*. Contudo, tais característica também se encontram em *O impostor*. *Ibidem*, p. 43-45. Poderíamos, ademais, nos perguntar se *O impostor* seria, de fato, um romance sem ficção.

³⁶⁶ *Ibidem*, 37-39. Cercas está referindo-se aqui aos livros *Anatomia de um instante* e *Soldados de Salamina*. Penso que também este trecho pode ser estendido ao *O impostor*.

³⁶⁷ CERCAS, Javier. El impostor del impostor. *El País*, 17 nov. 2014. Disponível em https://elpais.com/elpais/2014/11/14/eps/1415995062_204806.html. Último acesso 29 jan. 2019.

condições precárias sob as quais ele vivera desde a primeira infância até a juventude, os anos de sua maturidade em que as falsificações de seu passado tiveram início, passando pela descoberta de sua impostura e chegando, enfim, aos dias atuais.

Seja como for, o caráter compósito de meu objeto de estudo permite que o leiamos como um romance sem ficção e como um texto-investigação, categoria que abarca a anterior. A riqueza e a dificuldade de uma abordagem de *O impostor* a partir da noção de texto-investigação se dá justamente na hora de examiná-lo. Como fazê-lo sem reduzir este livro a um ou outro gênero literário? E, inversamente, como apreciar o todo sem desprezar as partes, isto é, como ver o livro a partir da noção de investigação sem perder a riqueza de cada uma das abordagens particulares da autobiografia, da biografia, da crônica e do ensaio? Vamos apostar nos modos pelos quais tais gêneros entrecruzam-se entre si, na forma com que uns oxigenam e ativam os outros. Partiremos, assim, de breves comentários acerca da faceta autobiográfica do livro, mostrando os modos pelos quais ela fecunda as partes biográfica e ensaística de *O impostor*. Depois, chegará a hora de mostrar como o conteúdo biográfico da obra leva seu autor a algumas interpretações históricas acerca do fenômeno memorial na Espanha. Refiro-me às partes de *O impostor* vertidas como ensaio. Pareceu-me, por fim, que mesmo os artigos de Cercas no *El País* reproduzidos no livro inserem-se na temática maior do ensaio, na medida em que também eles têm a função de corroborar certas reflexões críticas do escritor sobre a conjuntura memorial e o prestígio da figura da vítima na Espanha. De forma que o gênero ensaístico deverá abrigar, para fins exegéticos, o gênero cronístico. Analisadas as formas pelas quais os gêneros literários da autobiografia, da biografia e do ensaio aparecem e entrecruzam-se em *O impostor*, poderei esboçar uma ou outra resposta à questão que anima este trabalho, a saber: em que medida *O impostor*, como texto-investigação que alcança na Espanha a esfera pública, aporta seu leitor com argumentos, hipóteses e interpretações convincentes acerca da onda memorial naquele país? Em que medida é ele um texto que nos ajuda a compreender melhor, e em sua complexidade, o passado recente espanhol? Em que medida contribui para a desestabilização do relato redentor, que despolitizava a guerra de 1936 e o franquismo? Em que medida, enfim, é um livro que nos ajuda a “assaltar” a memória hegemônica da transição espanhola à democracia?

3.2 O IMPOSTOR COMO AUTOBIOGRAFIA

O leitor de *O impostor* decerto terá notado a dimensão autobiográfica do livro num sem fim de oportunidades. Vamos sublinhar, agora, algumas das ocasiões em que isto pode ser observado. Vemos que o narrador em primeira pessoa busca evidenciar, já desde as páginas inaugurais do romance, que seu livro não fora concebido sem inúmeros contratempos, tampouco sem uma série de hesitações de ordem ética.³⁶⁸ Javier Cercas quer transmitir a seu leitor as dificuldades que enfrentou não só ao longo do processo de escrita, mas também ao longo do próprio processo decisório de escrever, ou não, o livro. Podemos notar, por exemplo, que a narrativa autobiográfica atravessa toda a primeira parte da obra, ainda que não se restrinja a ela. Composta por treze capítulos, e intitulada “A pele da cebola”,³⁶⁹ ela pretende estabelecer um contrato de leitura com o leitor.³⁷⁰ Nela, vamos conhecendo não só as motivações e anseios do autor, mas também a vida de E. Marco, cobrindo, assim, o período que se estende desde seu nascimento até os anos 1970, quando tem início as suas falsificações memoriais. Paralelamente ao descasco das fantasias e mesmo das patranhas de seu impostor, Cercas vai tecendo sua narrativa autobiográfica. Grosso modo, toda esta parte do livro organiza-se de forma simétrica: nos capítulos ímpares é desenrolada a narrativa autobiográfica, enquanto que, nos pares, o relato de vida de Marco.³⁷¹ Assim, logo na primeira página do romance, Cercas confessa que resistiu por sete anos a escrever o livro: “[...] não queria escrevê-lo porque tinha medo. É o que eu sabia desde o início, mas não [...] me atrevia a admitir. A única coisa que eu sei agora é que o meu medo era justificado”.³⁷² A hesitação é longa, pois, se a impostura de Marco é descoberta em 2005, somente quatro anos depois Cercas iria

³⁶⁸ REIS, Lorena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 41.

³⁶⁹ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 11-160; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, pp. 13-150.

³⁷⁰ A Ramos, aqui, um parêntese para evidenciar que esse contrato de leitura que é estabelecido entre o autor e o leitor, em partes da narrativa autobiográfica de *O impostor*, é muito comum nas biografias. Conforme salienta François Dosse, em seu *O desafio biográfico*, “[...] em geral, o biógrafo expõe as motivações que o levaram a acompanhar a vida do biografado e retratar-lhe a carreira. Revela seus objetivos, suas fontes e seu método, elaborando assim uma espécie de contrato de leitura com o leitor. Essa prática de expor intenções é bastante clássica, mas assume no gênero biográfico uma importância singular que a transforma num rito quase obrigatório [...]” Ver DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015, p. 95.

³⁷¹ Somente nos dois ou três capítulos finais da primeira parte do livro essa simetria será embaralhada.

³⁷² CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, p. 13; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 15.

atentar, e isso graças a algumas conversas com seu filho Raúl, à razão dupla de seu medo em escrever. No quinto capítulo desta primeira parte, diz-nos o autor:

Raciocinei que a história de Marco era extraordinária, e logo senti que, se havia desistido duas vezes de mexer com ela, fora por [...] intuir que por trás daquele homem idoso se escondia alguma coisa que me questionava ou que concernia a mim profundamente, e sentia medo de verificar o que era.³⁷³

Mas, por detrás desta razão de foro pessoal, jazia “[...] um temor bem mais inconfessável: o de me acusarem de fazer o jogo de Marco, de tentar entendê-lo e, portanto, perdoá-lo, de ser cúmplice de um homem que havia zombado das vítimas do pior crime cometido pela humanidade”.³⁷⁴ O leitor não deixa de ser tocado pelas angústias de Javier Cercas. No sétimo capítulo da parte primeira, ele retoma a questão:

Eu já conhecia o suficiente a história de Marco para saber que, dentro dela, todo mundo se saía mal, e que contá-la seria se tornar um estraga-prazeres, pôr o dedo na ferida não somente de Marco e de sua família, mas do país inteiro. Será que eu queria fazer isso? Estava disposto a fazê-lo? Seria correto fazê-lo? [...] Minha intenção [de escrever o livro] não seria imoral, e não porque fosse fazer o jogo de Marco, avalizando ou mascarando suas mentiras [...], mas justamente pelo contrário, porque teria de acabar com suas mentiras e contar toda a verdade? Não seria melhor [...] abandonar o livro, abandonar Marco à ficção que ao longo de tantos anos o salvara, sem dar à luz a verdade que poderia matá-lo?³⁷⁵

Para além de um desconforto puramente pessoal, Cercas revela certa angústia no que concerne à significação que o relato biográfico de E. Marco poderia assumir junto à sociedade espanhola. Conforme nos conta, ele parece ser constrangido, desde muito cedo, a não escrever sobre Marco, uma vez que a atitude ideal para com o impostor, um “monstro de vaidade”, seria a de uma total indiferença. Para muitos interlocutores de Javier Cercas naquele período, o tratamento público da figura de E. Marco deveria resumir-se ao silêncio e ao esquecimento.³⁷⁶ Mas Cercas quer saber se o gesto de compreender sua personagem é equivalente ao de justificá-la e, mais, de perdoá-la.³⁷⁷ É uma dúvida que o faz desistir da empreitada de escrever a biografia de Marco por mais

³⁷³ *Ibidem*, pp. 54-55; *ibidem*, pp. 52-53.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 55; *ibidem*, p. 53. A edição em espanhol por mim consultada não emprega o verbo “perdoar”, mas o verbo “desculpar”.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 77-78; *ibidem*, pp. 73-74.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 18; *ibidem*, pp. 19-20.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 55; *ibidem*, p. 53. Outra vez, a edição em espanhol consultada não menciona o termo perdão. Fala-se em “desculpar”.

de uma vez. Ele se confronta longamente com essa questão, encontrando a solução para ela num livro de Tzvetan Todorov (que, apesar de sua importância, não é citado nominalmente).³⁷⁸ Escrever um livro a fim de perscrutar as motivações profundas da falsificação memorial de E. Marco não seria constranger as vítimas espanholas do nazismo e também do franquismo uma vez mais? Procurar entender o mal não será um desrespeito para com suas vítimas? É precisamente essa a pergunta que Todorov procura responder em *Memoria del mal, tentación del bien*:

Para nós, que não somos vítimas, mantém-se a pergunta: podemos nos furtar a uma tentativa de compreender o mal, ainda que seja o mais extremado? É possível também questionar a relação automática que [Primo] Levi estabelece: ‘Compreender é quase justificar’. Qualquer concepção moderna da justiça criminal descansa sobre um postulado distinto. O assassino, o torturador, o violador, deve pagar por seu crime. Não obstante, a sociedade não se limita a castigá-lo, mas procura também descobrir por que foi cometido o crime e atuar sobre suas causas para prevenir outros crimes semelhantes. [...]. Por isso, compreender o mal não significa justificá-lo, mas, sim, criar as condições para impedir o seu retorno.³⁷⁹

Ao cancelar a automaticidade entre a compreensão e a justificação a partir de Todorov, Cercas abre um espaço no qual a figura de Marco poderá ser complexificada, e no qual a própria falsificação de Marco poderá ser vista a partir de uma perspectiva histórica. Diferentemente daqueles que desejam esquecer Enric Marco através de um gesto desmesuradamente crítico, Cercas torna-se disponível para compreender. Essa grande dificuldade em falar de modo adequado sobre Marco, que faz de Cercas, segundo ele mesmo nos dá a entender, um escritor corajoso, explicita o traço que, desde seu relato autobiográfico, lhe possibilitará escrever seja uma biografia de Marco (para compreendê-lo), seja um ensaio sobre a conjuntura memorial espanhola (deslindando as razões pelas quais torna-se tão embaraçosa a confrontação com o passado). Isso fica bastante claro quando lemos o capítulo terceiro da primeira parte do relato de Cercas, em que ele narra a conversa que tivera com Santiago Fillol, um dos diretores de um documentário sobre a vida de Marco, intitulado *Ich bin Enric Marco* (“Eu sou Enric Marco”). A conversa acontece no ano de 2009 em Barcelona. O diretor argentino comenta que, até então,

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 56; *ibidem*, p. 54.

³⁷⁹ TODOROV, Tzvetan. *Memoria del mal, tentación del bien*: indagación sobre el siglo XX. Tradução de Manuel Serrat Crespo. 1. ed. Barcelona: Ediciones Península, 2002, pp. 150-151. A citação de Primo Levi é proveniente de *É isto um homem?*

nenhum livro sobre a impostura de Marco havia sido escrito. Tal tarefa requereria certo grau de galhardia, pois, segundo Fillol,

Na história de Marco todo mundo acaba vendido, a começar pelo próprio Enric Marco, passando pelos jornalistas e os historiadores, além dos políticos: enfim, o país inteiro. Contar a história de Enric implica incomodar muita gente, e ninguém gosta de fazer isso. Ninguém gosta de ser estraga-prazeres, não é verdade? Muito menos os escritores espanhóis.³⁸⁰

Cercas nos leva a entender que escrever um romance sem ficção sobre a trajetória e a impostura de Marco era, portanto, um modo de confrontar o passado espinhoso da guerra e da ditadura na esfera pública de seu país. Como veremos na parte em que vamos analisar as hipóteses históricas de Javier Cercas, a tentativa de compreender as motivações de Marco desdobrar-se-á na tentativa de averiguar o que tornou possível a impostura do impostor, escandindo, assim, o grau de ignorância e acriticismo da população espanhola no que toca ao seu passado recente.

Retomando os rasgos autobiográficos de *O impostor*, e mais especificamente aqueles que acabam por ativar os conteúdos biográficos do romance, é digno de nota que Cercas revele a seu leitor que tenha chegado a ficar obcecado pela figura de Enric Marco. E sentir-se obcecado ou mesmo “possuído” pelo biografado é um fenômeno recorrente para os biógrafos. Como nota François Dosse, esse processo pode levar o escritor ao ponto de não conseguir distinguir o exterior do interior, isto é, de uma incapacidade de diferenciar o seu biografado de si mesmo.³⁸¹ Ainda em 2005, quando o caso Marco ecoara “até os últimos recantos do planeta,” ocupando parte significativa do noticiário espanhol, Cercas já havia se interessado enormemente pelo escândalo. Aliás, o verbo “[...] ‘interessar’ é insuficiente: mais do que me interessar pelo caso Marco, o que aconteceu foi que tive de imediato a ideia de escrever sobre ele. [...]. [Marco] me inquietava e também produzia [em mim] uma espécie de vertigem, uma apreensão abstrata”. Assim, “[...] devorei tudo o que se escreveu sobre Marco”.³⁸² Transcorridos alguns anos, depois de ter tomado a decisão de escrever seu romance sem ficção, Cercas sai em desenfreada busca por materiais os mais diversos. Mergulhara em seu projeto. E, conforme admite,

³⁸⁰ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, p. 31; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 32.

³⁸¹ DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015, pp. 13-14.

³⁸² CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, p. 16; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 18

[...] [jamais] ficara tão obcecado por um personagem como fiquei no caso de Marco. A partir de [certo momento], tudo o que acontecia comigo tinha alguma relação com Marco, me remetia a ele ou me comparava com ele. Naquela época, sonhava frequentemente com Marco, e nesses sonhos, ou mais precisamente, nesses pesadelos, eu travava um corpo a corpo com o nosso homem, o qual, para se defender, me acusava às vezes de ser mentiroso e farsante, de ser como ele, de ser muito pior do que ele; até mesmo, às vezes, de *ser* ele.³⁸³

Esse estado de obsessão faz com que Cercas chegue, de certa forma, a sonhar acordado com Enric Marco. Conforme nos conta o autor, ele passara o dia de 28 de abril de 2014 fantasiando diálogos com seu impostor.³⁸⁴ Não vou analisar essa conversa imaginária, mas ela explora, em grande medida, os elementos referentes aos seus pesadelos com Marco já apontados anteriormente.

Para além disso, vemos também que a narrativa autobiográfica de *O impostor* deseja inteirar o leitor dos processos que a tornaram possível. Para além daquilo que já apontamos, valeria dizer que o texto cercasiano relata igualmente as impressões de seu autor sobre Marco, como era sua relação com ele, bem como o desenvolvimento de sua pesquisa documental a respeito da trajetória do biografado. Aspectos, enfim, de um livro que se apresenta como um *work in progress*.³⁸⁵ Assim, por exemplo, Cercas compartilha com o leitor o que sentiu quando encontrou Marco pela primeira vez:

Aquela impressão de um forte desconforto físico que senti diante de Marco se prolongou sob a forma de uma impressão muito forte de desconforto moral: parado em pé na sala de jantar de sua casa, vendo-o andar para lá e para cá seguido de Santi [Fillol, o diretor de *Ich bin Enric Marco*], perguntei-me que diabos estava eu fazendo ali e me odiei até o fundo da alma por ter ido conhecer aquele perfeito farsante e mentiroso consumado e sem-vergonha absoluto [...]. Durante o almoço, enquanto eu engolia uma massa apimentada e esvaziava taças enormes de vinho tinto, Marco descarregou em cima de Santi e de mim uma chuva despudorada de autoelogios e de justificativas insustentáveis (ao longo do qual, conforme percebi com espanto, Marco passava da primeira para a terceira pessoa como se não estivesse falando de si próprio): ele era um grande homem, uma pessoa generosa, solidária e muito humana, um incansável batalhador das boas causas, e era por isso que tantas pessoas falavam maravilhas dele.³⁸⁶

³⁸³ *Ibidem*, pp. 74-75; *ibidem*, pp. 70-71.

³⁸⁴ *Ibidem*, pp. 381-397; *ibidem*, pp. 353-368.

³⁸⁵ REIS, Lorena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 36. Tocaremos muito brevemente no tema da pesquisa documental de Cercas na próxima seção, ao abordarmos a dimensão biográfica do livro.

³⁸⁶ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 35-36; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, pp. 35-36.

Questionado por Santi sobre o que achara do “velhinho”, Cercas responde sem meias medidas: Marco é “um horror! Um verdadeiro horror!”³⁸⁷ E, mesmo após a decisão de trabalhar com ele e escrever o livro, a relação entre ambos não deixou de ser tensa. Segundo Cercas, o impostor tentava manipulá-lo sempre que podia:

Marco ocultava informações, me enganava, mentia e, quando eu o flagrava em plena mentira, encontrava imediatamente alguma explicação que procurava fazer a mentira passar por um equívoco ou um mal-entendido. [...]. Era esperto como uma raposa e escorregadio como uma enguia, e não demorei a formar em minha cabeça a ideia de que ele não colaborava comigo para me ajudar, mas sim para fingir que me ajudava e, desse modo, manter a vigilância sobre mim, controlando meus passos [...] e conseguir, assim, fazer com que eu escrevesse o livro com que ele sonhava.³⁸⁸

Nos últimos capítulos do livro, Javier Cercas explicita o ponto de inflexão em sua relação com Marco. Trata-se de um momento epifânico, em que ele percebe retrospectivamente, ao observar a gravação dessa conversa, que seria possível “salvar” E. Marco através da narrativa e exposição das verdades de sua vida. Mais tarde, reitera que pretende entender o verdadeiro E. Marco obscurecido pela persona do impostor. E pergunta-se: “Pode a literatura salvar alguém? Depois de ter sido salvo quase toda a sua vida pela ficção, Marco poderia agora ser salvo pela realidade?” Ao fim e ao cabo, “[...] só existe uma maneira de saber se Marco se salvará, [...] e essa maneira é terminar de contar a verdade sobre ele, desmascarando-o totalmente [...]”.³⁸⁹ Esse gesto de tirar a máscara do impostor consistiria, em última instância, em iluminar Enric Marco através da metáfora do último enigma que, na próxima seção, examinarei. Mas gostaria de chamar a atenção para o dado de que o último enigma de E. Marco é uma das tentativas do escritor espanhol para complexificar sua personagem, compreendendo-a a partir de uma ambiguidade que não para de hesitar entre a mediocridade e a excepcionalidade absolutas que Cercas enxerga em Marco. Finalmente, se essa “salvação” está associada ao encontro com a realidade, é porque o narrador deseja operar um trabalho junto de seu biografado que seja coroado pela reconciliação deste com o mundo real. De modo que é preciso, de um lado, ver mais de perto como Javier Cercas opera essa delicada hesitação, sempre indecível, entre um Enric Marco medíocre e um Enric Marco excepcional; e, verificar,

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 40; *ibidem*, p. 41.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 354-355; *ibidem*, p. 328.

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 433-434; *ibidem*, p. 401.

de outro, como o autor elabora a transição entre uma ficção que salva aliada a uma realidade que mata e uma ficção que mata vinculada a uma realidade que salva. Falaremos disso agora, quando passamos a discutir especificamente os aspectos biográficos de *O impostor* e as maneiras com que eles *ativam* os elementos ensaísticos do romance.

3.3 O IMPOSTOR COMO BIOGRAFIA

Em seu *O desafio biográfico*, François Dosse destaca o caráter híbrido da biografia. Em primeiro lugar, em razão do envolvimento do biógrafo, quando relatado, com seu sujeito de estudo, conforme pontuamos antes. Esse envolvimento pode chegar a um ponto tal que acaba por efetuar uma transformação no próprio biógrafo, talvez um pouco como aquela, supramencionada, na qual Cercas vislumbra pela primeira vez que a “verdade”, ao invés de “matar”, poderia conduzir seu biografado para uma espécie de “salvação”. “Ao mesmo tempo”, escreve Dosse, “essa alteração deve permanecer sob controle para servir à compreensão daquele que continua sendo estranho e cuja misteriosa singularidade” se quer captar.³⁹⁰ Contudo, essa tensão não deixaria de lembrar “[...] uma proximidade paradoxal entre o gênero biográfico e o romance moderno, [...] que procuraria romper com esse gênero, mas sempre o reencontraria com seus jogos sobre pontos de vista e épocas e seus mergulhos na interioridade [...]”.³⁹¹ Isso nos remete ao fato de que o traço múltiplo da biografia reside igualmente num ponto de constante tensão entre “[...] a vontade de reproduzir um vivido real passado [...] e o polo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo perdido segundo sua intuição e talento criador”.³⁹² De forma que o biógrafo deve realizar, então, um duplo movimento: por um lado, ele empreende sua pesquisa documental e a checagem das fontes e, concomitantemente a isso, realiza um trabalho puramente imaginativo. Isto “[...] situa a biografia num ponto médio entre ficção e realidade histórica. Em suma, uma *ficção verdadeira*” [grifo meu].³⁹³ A título de exemplo, gostaria de destacar uma parte deste romance que ora investigo, num dos momentos em que os polos da reconstituição histórica e da imaginação inegavelmente

³⁹⁰ DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015, p. 60.

³⁹¹ MADELÉNAT, Daniel. *Apud. Ibidem*, p. 61.

³⁹² *Ibidem*, p. 55 Sob esse ponto de vista específico, a escrita produzida pelo biógrafo guarda pontos em comum com a escrita da história.

³⁹³ *Ibidem*, p. 12.

se encontram. O resultado desse encontro é precisamente a assunção de uma hipótese sobre Marco, a saber: a hipótese do último enigma. Não restam dúvidas de que a verdade sobre Marco que Cercas quer anunciar é essencialmente ambígua. Marco é pintado como um sujeito ao mesmo tempo excepcional e medíocre. Nesse sentido, o escritor espanhol não elabora um saber conclusivo ou uma verdade única sobre seu biografado. Ele quer desentranhar justamente a complexidade humana do indivíduo que anima sua pesquisa,³⁹⁴ e deparar-se, assim, com esse “[...] mistério transparente que, no entanto, é impossível de decifrar”. Ao fim do livro, após afirmar ter retirado uma a uma as camadas desta cebola chamada Marco, o que resta a Javier Cercas já não é um lugar para onde todos os significados confluem, mas um nada, “[...] um ponto cego através do qual se vê tudo”.³⁹⁵ Não obstante, e por discutível que seja a hipótese do último enigma, Cercas a lastreia, ao menos parcialmente, numa pesquisa documental.

O momento desse encontro entre imaginação e reconstituição acontecimental da vida de Marco pode ser acompanhado, então, nas páginas iniciais do quinto capítulo do epílogo, intitulado “O ponto cego”. A citação é longa, mas esclarecedora:

Marco foi um jovem operário anarquista na Barcelona da Segunda República, quando a maior parte dos jovens operários de Barcelona eram anarquistas [...]. Ao final da guerra civil, Marco foi um derrotado que, como a imensa maioria dos derrotados, aceitou forçadamente a derrota e procurou escapar das consequências diluindo-se na multidão, escondendo ou enterrando o seu passado bélico e anarquista e seus ideais da juventude. Marco escapou do serviço militar, que era o que quase todos os jovens da sua idade gostariam de conseguir fazer, e durante a Segunda Guerra Mundial, partiu para a Alemanha, que era então um país que oferecia oportunidades, o país que, como todo mundo dizia naquele momento, ia ganhar a guerra. Marco voltou da Alemanha quando quase todo mundo já tinha certeza de que a Alemanha ia perder a guerra. Marco passou pelo franquismo como a grande maioria dos espanhóis, acreditando que o passado tinha passado, sem se rebelar contra a ditadura, aceitando-a implícita ou explicitamente, aproveitando-se dela [...] para levar a melhor vida possível [...]. Como quase todo mundo, Marco percebeu nos anos 1960 que o franquismo não seria eterno e que o passado não tinha passado totalmente, e começou a explorar, inventando-a, a sua esquecida, suspensa e enterrada juventude republicana, e com a morte de Franco, já em torno dos mesmos cinquenta anos de idade de Alonso Quijano, comemorou, como a maioria das pessoas, a volta da liberdade e se preparou para usufruí-la politizando-se profundamente, reinventando-se totalmente, falsificando [...] e enfeitando o seu passado [...]. Por volta da primeira década deste século, o passado voltou com mais força do que nunca, [...] e, como muitas outras pessoas Marco se engajou na chamada memória histórica, [...] usou a indústria da memória e se deixou usar por ela, procurando, aparentemente, encarar o seu

³⁹⁴ REIS, Lorena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 35; 50-51.

³⁹⁵ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 447-448; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 412.

próprio passado e o passado de seu país, reivindicando-o na realidade, pois ele e seu país, na realidade, encaravam-no apenas em parte, apenas o suficiente para poderem controlá-lo e, assim, não encará-lo de verdade e poderem ao mesmo tempo usá-lo com outras finalidades. De modo que, no fundo, Marco tinha razão quando dizia em suas palestras que a sua vida era um reflexo da história de seu país. Mas, se tinha razão, não era porque sua vida fosse relacionada com a história que ele contava [...], mas por ser justamente a história que ele escondia. [...] Marco, então, é isto: o homem da maioria, o homem da multidão, o homem que [...] está sempre onde todos estão, que nunca diz Não, [...] o homem que comete o grave crime de sempre dizer Sim. De maneira que o último enigma de Marco é a sua total normalidade; e também sua total excepcionalidade: Marco é o que todos nós somos, mas de uma forma exacerbada, maior, mais intensa e visível [...].³⁹⁶

Desculpo-me pela reprodução de excerto bastante longo, mas, se insisto em sua importância, é porque ele condensa algumas das temáticas que mais impactam a estrutura argumentativa de *O impostor*, e creio que a ele ainda retornaremos um punhado de vezes. Em linhas gerais, podemos observar três elementos na referida passagem: algumas informações bastante específicas acerca da trajetória de E. Marco; a equiparação desta trajetória com a da “grande maioria dos espanhóis”; e, finalmente, a hipótese do último enigma, em que Marco é apresentado como um indivíduo ordinário e excepcional. Noutras palavras, denota-se a pesquisa documental empreendida pelo biógrafo, o modo pelo qual o biografado e sua época são relacionados, bem como a condensação destes pontos na hipótese do último enigma.

Conforme somos inteirados desde os primeiros capítulos de sua narrativa, Javier Cercas parece mergulhar num sem número de fontes que possam de algum modo prover informações sobre a vida de Marco. Elas são das mais variadas, e Cercas pretende embasar-se nelas para compreender e mesmo delinear certas hipóteses sobre a vida de Marco. Ao mesmo tempo ele deseja, a partir delas, oferecer respostas a perguntas como “O que levou Marco a mentir?” e “O que pretendia com isso?” Contudo, não analisarei, aqui, a fidedignidade dos dados levantados sobre Marco. Embrenho-me, pois, na tarefa de refletir sobre as formas como a compreensão de Cercas sobre seu biografado é cruzada com suas interpretações acerca do passado recente espanhol. Afinal, meu objeto de estudo não é Enric Marco nem sua persona, mas *O impostor*, livro cercasiano.

Gostaria de sublinhar muito rapidamente o fato de que cada uma das facetas atribuídas a Marco, presentes no já referido excerto de *O impostor*, nos remetem a outros momentos do livro em que a atenção de Javier Cercas se debruça mais detidamente sobre elas. Seja a do operário anarquista, a do derrotado na guerra civil, sejam as facetas

³⁹⁶ *Ibidem*, pp. 445-447; *ibidem*, p. 410-412.

falsificadas de sobrevivente do campo de concentração de Flossenburg e de resistente ao franquismo, essas últimas particularmente significativas para a construção da impostura. Cercas verte grandes quantidades de tinta para explicar, por exemplo, que Enric Marco não fora à Alemanha na condição de deportado com destino aos campos nazi, como alegara, mas sim como trabalhador voluntário de um convênio firmado entre Franco e Hitler, convênio que visava à cooperação do governo espanhol para com o esforço de guerra alemão. O trabalho cercasiano de reconstituição histórica pretende, inclusive, separar as verdades das mentiras relatadas por Marco.³⁹⁷ O leitor pode acompanhar, do mesmo modo, entre o sexto e o décimo capítulo da primeira parte do romance, tanto as alegações de Marco acerca de sua participação na guerra civil, como as desconfianças do autor a esse respeito no andamento de sua pesquisa.³⁹⁸ Cercas procura testemunhas, pessoas que conheceram o biografado, mas recorre também a livros de história e a jornais. Aliás, ele confirma a participação de Marco no conflito ao consultar a edição de 29 de março de 1938 de *La Vanguardia*, periódico conservador de Barcelona. Era verdade: Marco havia feito parte do Exército Republicano e participado da guerra. E “[...] além disso, na unidade em que ele dissera tê-lo feito, o terceiro batalhão da 121ª Brigada da 26ª Divisão, antiga Coluna Durruti”.³⁹⁹ Um grande momento da pesquisa de Cercas, que o leitor acompanha com entusiasmo, podendo inclusive ler a reportagem que o autor anexa ao seu texto. Mas não vou me deter na reconstituição da vida de Enric Marco em *O impostor*. A fim de que possamos começar a dar conta do objetivo proposto no parágrafo anterior, importa ver agora como Cercas complexifica sua personagem.

3.3.1 A complexificação de Enric Marco

A complexificação de Marco se dá através de três gestos metodológicos, e eles aparecem na seguinte ordem: logo no início do romance, conforme mencionamos anteriormente, o autor revela ao leitor que seu escopo, ao escrever sobre a vida de Marco, não é nem o de justificá-lo nem o de julgá-lo, mas o de compreendê-lo. O segundo gesto

³⁹⁷ Este relato sobre a passagem de Marco pela Alemanha pode ser acompanhado em seus pormenores nos capítulos 12 e 13 da primeira parte do livro. *Ibidem*, pp. 129-159; *ibidem*, pp. 122-150.

³⁹⁸ *Ibidem*, pp. 65-108; *ibidem*, pp. 62-102.

³⁹⁹ *Ibidem*, pp. 93-95; *ibidem*, pp. 88-89.

pode ser acompanhado desde o primeiro capítulo da segunda parte do livro, intitulada “O romancista de si mesmo”. Cercas diz ali que numerosos psicólogos e psiquiatras teriam emitido opiniões sobre Marco e elaborado, unanimemente, o seu diagnóstico: Marco seria, então, um narcisista típico.⁴⁰⁰ Ao revelar o diagnóstico de Marco, Cercas começa a trabalhar a fórmula segundo a qual “a realidade mata e a ficção salva”, sempre reversível em seus termos, e que, já ao fim do livro, inverter-se-á, passando a rezar que “a realidade salva e a ficção mata”. Como procurarei demonstrar, a elasticidade da fórmula cercasiana confere à vida de seu biografado certo nível de complexidade, que é apresentada formalmente quando Cercas revela o último enigma de Marco – terceiro expediente de que Cercas se vale para capturar o dinamismo da personalidade de seu biografado. Veremos, em breve, que a extraordinariedade do biografado faz nosso autor compará-lo com Dom Quixote uma porção de vezes. O último enigma de Marco é apresentado, então, como a forma derradeira que J. Cercas encontra para abordar com profundidade o indivíduo que pesquisa, buscando provar que Marco é, ao mesmo tempo, um sujeito comum – que sempre esteve com a maioria dos espanhóis – e um sujeito excepcional – próximo ou mesmo superior a Quixote. Vou atentar agora para dois modos através dos quais Cercas quer compreender em profundidade a vida de seu biografado, isso é, pelo diagnóstico psiquiátrico de Marco e pela metáfora do último enigma, dois modos de complexificação que se mostram interligados.

Cercas comunica a seu leitor, já nas páginas inaugurais da segunda parte de seu livro, que Marco é um narcisista típico. Cercas revela e valida esse diagnóstico através de psicólogos e psiquiatras que se manifestaram publicamente sobre o caso.⁴⁰¹ Trata-se de um modo de fazer ver os dramas da infância e da adolescência de Marco, que não pôde contar com a presença da mãe nem com a do pai em sua criação, como também o fato de que suas mentiras visavam a alimentar uma necessidade de ser admirado e amado por outrem. Todavia, é curioso que, uma vez revelado tal diagnóstico, Cercas se limite a apontar alguns dos traços característicos do transtorno narcísico de personalidade. Após algumas linhas desses apontamentos, sem explicar o mecanismo de retraimento e de fechamento do Eu em si mesmo, Cercas consagrará cinco páginas ao mito de Narciso, apoiando-se para tanto nas *Metamorfoses* de Ovídio.⁴⁰² Em especial, assinalará o dado de

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 163; *ibidem*, p. 153.

⁴⁰¹ *Idem*; *idem*.

⁴⁰² *Ibidem*, pp. 163-167; *ibidem*, pp. 153-156.

que o narcisista não ama a si mesmo, como as aparências o sugerem, mas antes sua própria imagem. Ora, Narciso não tira a própria vida ao descobrir que a figura sem par por quem se apaixonara não é senão a imagem de si refletida nas águas de uma fonte? Tirésias – adivinho cego e prenunciador de tragédias – não afirmara a condição para que Narciso vivesse por longos e numerosos anos: *si se non noeurit*, isto é, se não conhecer a si mesmo?⁴⁰³ A profecia de Tirésias é confirmada pelas palavras que Narciso profere logo após sua terrível descoberta, renunciando, assim, seu suicídio. De si para si, atormentado em rodeios amorosos, ele diz:

Estou apaixonado, e vejo, mas não posso alcançar o que vejo e me seduz; a tal ponto erro como amante. E, para agravo de minha dor, não nos separa nem o mar imenso, nem a distância, nem as montanhas, nem muralhas com portas fechadas, mas uma simples camada de água. [...] Seja quem fores, vem! Por que me enganas, jovem sem-par? Aonde vais quando te procuro? [...] Em teu rosto amigo prometes-me não sei qual esperança, e quando te estendo os braços, estendes, por tua vez, os teus; quando sorrio, sorris; [...] e, tanto quanto posso adivinhar pelos movimentos de tua linda boca, dizes-me palavras que não chegam aos meus ouvidos. *Somos o mesmo! Não me iludo mais com a minha imagem.* É por mim que ardo de paixão e sinto e ateo ao mesmo tempo este fogo. Que fazer? [...] O que desejo está comigo; a riqueza me faz pobre. Oh! Se eu pudesse separar-me do meu próprio corpo! [...] *A morte [já] não me assusta, pois com a morte aliviarei o sofrimento. Para aquele que amo desejaria que vivesse mais. Agora exalaremos juntos o último suspiro.* [grifos meus].⁴⁰⁴

Lição dupla extraída por Cercas: o narcisista é aquele que ama sua imagem e que, portanto, não resistirá à verdade do real. É ela, sem dúvida, que lhe permitirá a elaboração da primeira versão da fórmula segundo a qual “a ficção salva e a realidade mata”. De modo que Cercas assinala o que se segue:

O fato é que Narciso é salvo pela ficção, e, se Marco é, à sua maneira, um narcisista, suas mentiras talvez o tenham salvo: Marco foi um órfão arrancado à força de uma mãe pobre, louca e maltratada pelo marido, um menino nômade e sem afeto, um adolescente derrotado por uma guerra assustadora, um perdedor nato que, em um determinado momento da vida, a fim de conquistar o amor e a admiração que nunca conhecera, decidiu inventar o seu passado, reinventar a si mesmo, construir uma vida de ficção gloriosa [a fim] de contar que não era quem era nem tinha sido o que tinha sido, [...] mas um homem excepcional, [...] um dos primeiros resistentes contra o franquismo vitorioso e um exilado político, uma vítima e um lutador contra o nazismo, um herói da liberdade. Essas foram as mentiras de Marco. Essa foi a ficção que o salvou, que [...] impediu durante muitos anos que ele conhecesse e reconhecesse a si

⁴⁰³ OVÍDIO. Narciso, Eco. In: OVÍDIO. *As metamorfoses*. Tradução de David Jardim Júnior. S. l.: Ediouro, 1983, p. 58. A frase, em sua forma latina, também figura na epígrafe de *O impostor*.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, pp. 59-61.

próprio tal como realmente era. É claro que, se as mentiras salvaram Marco, a verdade que conto neste livro o matará. *Porque a ficção salva, mas a realidade mata*”. [grifos meus].⁴⁰⁵

Contudo, se a noção de narcisismo, restrita à interpretação de Cercas sobre o relato de Ovídio, permite dizer que a ficção salva ao passo que a realidade mata, será preciso encontrar outra personagem à qual toda a amplitude da fórmula cercasiana possa ser de algum modo relacionada. E (ao menos aparentemente) quem melhor que D. Quixote, inventado, conforme narra Cervantes, por Alonso Quijano que, na altura dos seus cinquenta anos de idade, como Marco, cria para si uma identidade fantástica? Não é, então, de estranhar, que as comparações entre E. Marco e D. Quixote abundem ao longo de todo *O impostor*.⁴⁰⁶ Elas têm, em geral, a função de destacar o polo positivo, o da admiração, situado no interior da ambivalência pela qual Cercas narra a vida de sua personagem. É assim, portanto, que Marco é caracterizado como um contador de histórias notável, mesmo genial, superior a D. Quixote, uma vez que, ao contrário do Cavaleiro da Triste Figura, que não iludia a ninguém a não ser a si mesmo, Marco conseguiu não apenas enganar seu país por quase trinta anos, mas ainda tornar-se uma figura importante, chegando, por exemplo, a presidir a Amical de Mauthausen. Em resumo, é na semelhança com o cavaleiro da Mancha que irá residir a extraordinariedade de Enric Marco.

E se é verdade que a ficção salva Alonso Quijano, dando sentido a uma vida que, saturada de realidade, já era desprovida de qualquer propósito, a realidade por fim também o salvará, perfazendo assim a inversão da fórmula supracitada. É o processo que acompanhamos, grosso modo, entre os capítulos LXIV e LXXIV da segunda parte de *D. Quixote*. Resumamo-lo. É que, em suas desvairadas andanças, D. Quixote se depara com o Cavaleiro da Branca Lua (trata-se do disfarce assumido por Sansão Carrasco, bacharel e amigo de Alonso Quijano, que encontrará finalmente um modo de fazer com que o último retorne para casa). Ele afirma ser a sua dama infinitamente mais bela que Dulcineia, provocando D. Quixote, que o desafia a duelar. Estabelecem-se depois as condições do enfrentamento. Vencedor, D. Quixote disporia da vida e dos despojos de seu adversário; derrotado, teria de recolher-se à sua casa, deixando a atividade da cavalaria andante pelo período de um ano. Como se sabe, D. Quixote regressa, acossado

⁴⁰⁵ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 166-167; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 156.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, pp. 64; 245-252; 431-434, etc; *ibidem*, pp. 61; 228-234; 399-401, etc.

por febres terríveis. Morre rodeado por sua sobrinha e amigos, maldizendo suas loucuras e reconhecendo, enfim, ser Alonso Quijano. Vemos, portanto, que a *identidade Alonso Quijano – E. Marco*, de um lado, e *D. Quixote – impostor*, de outro, assegura um ganho operacional à fórmula elástica de Cercas, já que é pelo reconhecimento da realidade que Quijano se reconcilia com os seus, voltando a fazer parte de seu mundo. No capítulo final de *Dom Quixote*, o cavaleiro

[...] recupera o juízo e, serenamente reconciliado com a realidade depois de tanta ficção [...], reconhece a si mesmo como quem realmente era [...] e abjura os romances de cavalaria. ‘Alonso Quijano, o Bom, está efetivamente morrendo e efetivamente lúcido’, diz o padre, seu amigo, como se falasse do próprio Marco; e logo em seguida, como Narciso depois de reconhecer sua imagem nas águas da fonte, dom Quixote morre.⁴⁰⁷

Mas parece-me estranho, quando penso na lógica que opera a inversão da fórmula proposta por Cercas, que o retorno ao real possa ao mesmo tempo salvar e matar Quijano. Parece haver aí qualquer desvio. Noto, destarte, que a acomodação do modelo de D. Quixote à inversão da fórmula cercasiana traz seus problemas, pois também a obra cervantina, em sua exuberância, não deixa de trair uma ambiguidade que, de tão própria e rica, a torna insubmissa a certos esquemas interpretativos. Poderíamos então lembrar, a partir do célebre comentário de Foucault sobre a obra, que o retorno de Alonso Quijano à realidade não lhe garante nem a salvação⁴⁰⁸, porque ele morre, nem mesmo a volta à razão, porque não podemos dizer ao certo, num livro tão irônico como o de Cervantes, se a alegada temperança final de Quijano não se resumiria, afinal, a uma espécie de loucura de segundo grau, loucura da loucura que, girando sobre si, daria ares de sabedoria. Assim, Foucault afirma que, em *D. Quixote*,

[...] a loucura sempre ocupa um lugar extremo no sentido de que ela não tem recurso. *Nada a traz de volta à verdade ou à razão. Ela opera apenas sobre o dilaceramento e, daí, sobre a morte.* [...] Sem dúvida, a morte de D. Quixote ocorre numa paisagem calma, que se reconciliou no último instante com a razão e com a verdade. De repente, a loucura do Cavaleiro tomou consciência de si mesma, e a seus próprios olhos se desfaz na parvoíce. Mas será esta repentina sabedoria da loucura outra coisa que não ‘uma nova loucura que

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 431; *ibidem*, p. 399.

⁴⁰⁸ Aliás, teríamos de notar que a salvação a que Cervantes se refere não diz respeito ao corpo, mas à alma de Alonso Quijano. Talvez haja aqui uma inadequação na contiguidade que Cercas enxerga entre a “salvação” de E. Marco e a “salvação” de Quijano. Ademais, é possível que este retorno ao real de Quijano carregue secretamente uma ironia, representando mais a possibilidade última de Quijano reconciliar-se com os seus do que, em última análise, com a realidade.

acaba de entrar-lhe pela cabeça?’ Equívoco indefinidamente reversível que só pode ser desfeito, em última instância, pela própria morte”. [grifos meus].⁴⁰⁹

Javier Cercas não terá forçado a aplicação do exemplo de D. Quixote à inversão de sua fórmula? É possível. E, nesse sentido, também a aplicação do mito de Narciso pareceu-me discutível. O relato de Ovídio é invocado justamente no momento em que o escritor espanhol começava a apresentar o diagnóstico psiquiátrico de Marco. Cercas elencava alguns sintomas apresentados pelos indivíduos que sofrem com o transtorno de personalidade narcisista, tais como “[...] fé cega e sem motivos na própria grandeza, [...] necessidade compulsiva de admiração [...], falta de empatia. Noção exagerada de sua própria importância, [tendência ao] autoelogio” etc. O narcisista, como Marco, seria, então, “[...] um sedutor irrefreável, um manipulador nato, um líder desejoso de angariar seguidores, um homem quase blindado contra qualquer sentimento de culpa”.⁴¹⁰ Mas Cercas não se detém aí, não desenvolve a discussão por ele mesmo encetada e a desvia para o relato ovidiano do mito de Narciso. Ele aplica esse relato à primeira parte de sua fórmula para, depois, a fim de invertê-la, valer-se de *D. Quixote*. Devo confessar, porém, um sentimento de estranheza ao pensar nessa fórmula, e isso por três razões.

Em primeiro lugar, porque ela não parece estar formalmente correta, já que o exemplo quixotesco, a meu ver, só pode acomodar-se nela depois de considerável ginástica intelectual. E, ao fazer isto, perdemos parte da riqueza deste livro que nos aponta, de modo semelhante ao último enigma de Marco nesse caso, que nosso cavaleiro andante está ao mesmo tempo louco e são. Se aceitarmos as considerações de Foucault sobre o tema, não deveríamos perder de vista que Cervantes leva intacta essa ambiguidade até as linhas finais do livro, pois não sabemos jamais, e a suspeita permanece irresolvível, se a nova sabedoria que irrompe em Alonso Quijano não é, enfim, a vitória final ou mesmo a traquinagem derradeira de uma loucura que, no ponto máximo de sua parvoíce, poderia travestir-se de bom-senso.

Depois, porque parece haver na fórmula de Cercas uma oposição um tanto simplista entre os termos realidade e ficção.⁴¹¹ Poderíamos pensar, com Luiz Costa Lima,

⁴⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *História da Loucura: na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010, p. 39.

⁴¹⁰ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 163-164; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 153-154.

⁴¹¹ Esta concepção simplista de ficção já havia sido apontada por Jablonka, ao criticar o conceito de romance sem ficção justamente pelo fato de que, nele, realidade e ficção parecem estar dispostas numa relação

que o termo ficção não deveria indicar a falsificação do real; seu princípio de constituição deveria, antes, pairar na ambiguidade de um “[...] fingir sem o propósito de enganar, um divertimento que não se esgota em um jogo”,⁴¹² algo entre o “[...] falso e o mentiroso, sem se confundir com um e com outro”.⁴¹³ Lima lembra ainda que a *fictio*, de origem latina, possuía originalmente uma dupla acepção, que foi paulatinamente obliterada. Se originalmente seu emprego poderia indicar tanto o ato positivo da criação, quanto o negativo de embuste, ele foi posteriormente reduzido à sua acepção negativa de engano intencional.⁴¹⁴ Sem dúvida, Cercas se faz entender quando compara o impostor com D. Quixote. Mas tal equivalência, anunciada de forma simplista, só pode efetuar-se às custas do apagamento das diferenças entre Marco e Quixote. Pois, diferentemente da persona de Alonso Quijano, que não queria enganar ninguém e de fato não o fazia, excetuando a si próprio e a seu escudeiro em algumas ocasiões, Marco enganou voluntariamente, ainda que talvez sem más intenções, a seus concidadãos. No limite, ao comparar Quixote e Marco, Cercas acaba correndo o risco de igualar a ficção com a mentira, indo de encontro ao arrazoado de Luiz Costa Lima.⁴¹⁵

Gostaria de propor, finalmente, que retornássemos à fórmula cercasiana no momento imediatamente anterior ao desvio empreendido por Cercas, no qual ele passa abruptamente da questão dos sintomas narcísicos para o mito de Narciso. Poderíamos perguntar, então, se Javier Cercas colheria algo diferente caso tivesse mantido seu olhar por mais tempo no fenômeno do narcisismo. O problema do narcisismo, ao menos como Freud o abordou, poderia ser resumido muito genericamente pela dificuldade que o narcisista sente para amar, confiar ou dedicar-se aos demais.⁴¹⁶ Essas tarefas requerem, segundo a linguagem freudiana, uma espécie de transbordamento da libido do Eu em direção ao objeto de amor. Esse deslocamento tende, num primeiro momento, a diminuir o amor-próprio do indivíduo que destina sua libido a um terceiro, ainda que esse amor ou esse cuidado, ao serem correspondidos, efetuem uma elevação do amor-próprio do sujeito

antinômica e, portanto, pouco interessante para se abordar a realidade, visto que as próprias hipóteses que os textos-investigação elaboram são, em última instância, ficções de método.

⁴¹² LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 242.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 258.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 208.

⁴¹⁵ É talvez possível relacionar essa (quase) equivalência entre ficção e mentira com o traço exageradamente objetivo que, em *O impostor*, Javier Cercas atribui à historiografia. Abordaremos esse aspecto do livro na próxima seção.

⁴¹⁶ Ver FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: Ver FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 12 (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 10-38.

em questão. Mas o narcisista, psiquicamente empobrecido, não pode correr o risco da não correspondência afetiva, fazendo com que a libido objetal retorne ao Eu. É por isso que podemos dizer que o narcisista se fecha para o mundo à sua volta e só tem olhos para si. Freud assinala que, num momento posterior à regressão da libido objetal ao Eu, ela passa a ser reinvestida numa imagem ideal que o narcisista tem de si, despertando, amiúde, sentimentos megalômanos.⁴¹⁷ Essa descrição bastante simples do narcisismo já permite que o associemos tanto aos sintomas elencados por Cercas como à própria descrição da figura de E. Marco que nos é dada em *O impostor*.

Dito isso, creio que possamos retomar agora a questão da fórmula cercasiana. Qual é o ganho teórico que uma abordagem psicanalítica pode fornecer aqui? Ela nos dá, pois, algumas ferramentas para compreender tanto o processo de construção dessa imagem maravilhosa e pouco condizente com a realidade que o narcisista tem de si, como também nos ajuda a perceber, a partir da possibilidade de elaboração dos traumas, o modo como se dá a reconciliação do sujeito à realidade e a superação dos processos de repetição. Tendo confrontado a sua condição, o sujeito narcisista poderia, quem sabe, abrir-se ao mundo outra vez, reconciliando-se com a realidade através da qual, lembremos, Cercas quer “salvar” Enric Marco. Mas, se a “verdade” que a psicanálise produz, sendo muito mais processual que definitiva, carece de qualidade salvífica, não poderíamos efetuar, quiçá, uma *rasura*⁴¹⁸ na fórmula de Cercas? Naquilo que toca especificamente à “verdade” desta fórmula, poderíamos dizer, então, que estamos diante de uma verdade que “não salva”, mas reconhece problemas e, sobretudo, que “não mata”, mas é forjada com vistas a resultados terapêuticos. E esse retorno ao real, se podemos exprimi-lo dessa forma, se dá a partir de processos de elaboração, de uma resignificação das vivências mais impactantes do indivíduo. Mas a verdade da elaboração não assume realidade e

⁴¹⁷ Segundo Freud, “O narcisismo aparece deslocado para [o] Eu ideal, que como o infantil se acha na posse de toda [...] perfeição. [O indivíduo] não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pode mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal. (*Ibidem*, pp. 27-28).

⁴¹⁸ O leitor de Saramago certamente se lembrará do revisor Raimundo Silva, personagem de *História do cerco de Lisboa*, que, encargado de revisar um livro de história assaz aborrecido, decide enfim rasurá-lo. Neste romance, contudo, a rasura tem função positiva. Ao rasurar o livro, o revisor permite-se, de um golpe só, criticar uma história demasiado objetiva e imóvel e, ao mesmo tempo, renová-la. Pois, a uma história sem o gosto pela emenda e pela revisão, inapta à percepção da mudança como aquela que revisava, são vedadas as possibilidades de correção de suas verdades. Para quebrar um círculo vicioso e tornar caduca uma verdade gasta em demasia, e na impossibilidade de simplesmente corrigi-la, resta ao revisor tão somente rasurá-la. Proponho então uma rasura, mas com o intuito de renovar a fórmula de Cercas.

ficção como noções antinômicas. Ambas se imbricam no processo de elaboração do passado. Narrar o passado é em grande medida recriá-lo. E essa narrativa, sem confundir-se com o irreal, avança num processo que é profundamente criativo.

Cercas poderia ter complexificado, a partir de algumas pistas oriundas de um olhar psicanalítico, não apenas seu biografado, mas também o contexto sob o qual a impostura de Enric Marco nasceu e vicejou.⁴¹⁹ A transposição de alguns conceitos psicanalíticos do âmbito individual para a cena pública já foi trabalhada anteriormente e não vou, portanto, insistir nesse ponto. Gostaria apenas de ressaltar que um dos argumentos de que Cercas se vale para abordar em profundidade o seu biografado provém de uma lógica que está preocupada com um problema coletivo, e se remete, por sua vez, ao conceito psicanalítico de repetição. Cercas está pensando em Marco e nos problemas em escrever sobre ele quando, escorando-se em Todorov, afirma que compreender seu biografado não é o mesmo que justificá-lo. Mas Todorov está debruçado sobre o problema do mal, e nos diz que se a nós, que não somos vítimas, nos cabe compreendê-lo, é porque temos o importante dever de impedir seu retorno.⁴²⁰ Assim, gostaria de investigar, doravante, o modo pelo qual aparecem em *O impostor* as relações e eventuais correspondências entre Enric Marco e seu contexto, detendo-me, portanto, no polo da *mediocridade* do impostor, aquele pelo qual Cercas o associa à massa da população espanhola. E, se como vimos, a figura de Marco é complexificada e dotada de certa ambiguidade, já é tempo de perguntar pelas formas através das quais a complexificação de Marco é vinculada ou estendida à complexificação da conjuntura memorial espanhola. Essas questões nos permitirão examinar sob outro ângulo a dimensão da complexidade com que Marco é tratado, relacionando-a com as teses históricas de Javier Cercas.

A questão que cumpre formular é, então, esta: de que modo a figura de Enric Marco e o contexto em que viveu estão dispostos? Estarão dispostos harmonicamente? Ou, de outro modo: uma vez que o biografado é complexificado, a conjuntura em que viveu também o é? Vemos que Javier Cercas é tomado por um sentimento de ambiguidade

⁴¹⁹ A interpretação de uma época a partir de lentes psicanalíticas e/ou, deveria acrescentar, de lentes historiográficas, teria a grande vantagem de empreender um esforço genuíno de reflexão que não é acompanhado, felizmente, do julgamento do período examinado. “Compreender não é julgar” é a frase que bem define esse tipo de comportamento ao qual me refiro, frase esta que é recolhida de *Apologia da história* de Marc Bloch. Uma postura assim, poderia aliar-se ao esforço de compreensão que Cercas dedica a seu biografado. Mas terá ele estendido este mesmo esforço ao contexto que analisa?

⁴²⁰ TODOROV, Tzvetan. *Memoria del mal, tentación del bien*: indagación sobre el siglo XX. Tradução de Manuel Serrat Crespo. 1. ed. Barcelona: Ediciones Península, 2002, pp. 150-151.

ou mesmo de ambivalência em relação à Enric Marco, que é apresentado ora como uma figura tão ou mais inventiva que Dom Quixote, sendo, portanto, admirável, ora como um “[...] charlatão desaforado, manipulador sem vergonha, lambe-botas inescrupuloso”.⁴²¹ Resta saber, assim, se o olhar cercasiano estende esta complexificação ou esta ambiguidade à análise da conjuntura memorial espanhola.

Como veremos a partir de agora, a correspondência entre Marco e seu contexto se mostra um tanto problemática. Minha hipótese é a de que isto se dá porque a complexificação de E. Marco é feita às custas de uma simplificação do contexto espanhol, isto é, se indivíduo e contexto se correspondem, tal correspondência só é possibilitada por um desnível analítico entre os dois grandes polos do livro.

Creio que isto é particularmente grave se considerarmos que a tese histórica mais vezes repetida em *O impostor*, vinculada tanto ao último enigma de Marco como às teses históricas de Cercas, é a de que Marco é um homem que está *sempre* com a maioria.⁴²² Trata-se, portanto, de uma tese que o coloca numa relação de contiguidade com os demais espanhóis. Seja como for, o advérbio de tempo *sempre* merece aqui o destaque, especialmente se voltarmos àquela citação mais longa que fizemos de *O impostor* (pp. 138-139), na qual Marco é comparado, desde os eventos mais remotos de sua vida até a construção da impostura, com a “grande maioria dos espanhóis”. Javier Cercas nos diz, então, no trecho que já reproduzimos, que “[...] Marco passou pelo franquismo como a *grande maioria dos espanhóis*, acreditando que o passado tinha passado, sem se rebelar contra a ditadura, aceitando-a implícita ou explicitamente, aproveitando-se dela [...] para levar a melhor vida possível” [grifo meu].⁴²³ Linhas depois, escreve que “[...] *como quase todo mundo*, Marco percebeu nos anos 1960 que o franquismo não seria eterno e que o passado não tinha passado totalmente, e começou a explorar, inventando-a, a sua esquecida, suspensa e enterrada juventude republicana [...]” [grifo meu].⁴²⁴ Cercas justifica essas afirmações ao dizer que “[...] quase todo mundo tinha colaborado [com a ditadura], seja à força, seja por vontade própria, e sob a qual quase todo mundo tinha prosperado, uma realidade que se tentou escamotear, enfeitar ou embelezar da mesma

⁴²¹ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, p. 40; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 41.

⁴²² *Ibidem*, pp. 41-44; 109-111; 118-119; 127; 159; 172; 251-252; 445-447, etc; *ibidem*, pp. 41-44; 103-105; 112; 120-121; 149; 160; 234; 410-412.

⁴²³ *Ibidem*, p. 446; *ibidem*, p. 411.

⁴²⁴ *Idem; idem*.

maneira que Marco havia embelezado [...] a sua”.⁴²⁵ Em que pese essa curiosa construção cercasiana, segundo a qual colaborou-se “à força” com o franquismo, o que pensar dos espanhóis a partir dessas assertivas? Serão todos impostores? Se nos detivermos por mais um instante na comparação de Marco com o Narciso de Ovídio, veremos que Cercas responde lacônica e afirmativamente a esta questão, pois, para ele, “[...] durante os anos de mudança da ditadura para a democracia, a Espanha foi um país tão narcisista quanto Marco”.⁴²⁶ Na medida em que explica muito pouco, a frase parece emitir mais uma opinião do que um ato interpretativo. Não bastasse isso, Cercas por vezes *desvia* a discussão do âmbito político para o âmbito privado dos indivíduos, despolitizando notoriamente o debate acerca do passado recente espanhol. Um bom exemplo disso pode ser encontrado no artigo “Yo soy Enric Marco” publicado na edição de 27 de dezembro de 2009 no *El País*. No fim deste artigo, e após haver exposto as fraquezas coletivas que a seu ver foram responsáveis pela impostura de Marco, como o “prestígio da vítima” e a “ignorância dos espanhóis sobre o passado de seu país”, Cercas escreve que “[...] a vida em sociedade costuma exigir essa dose de mentira que chamamos educação [...]; Marco exagerou e perverteu monstruosamente essa necessidade humana. [Mas] todos representamos um papel; todos somos quem não somos; todos, de algum modo, somos Enric Marco”.⁴²⁷

Afirmações como a de que a maioria dos espanhóis colaborou “à força” com o franquismo, ou que muitos perceberam nos anos 1960 que o franquismo não seria eterno e passaram a inventar seu passado, ou, então, esta última segundo a qual “todos somos E. Marco”, nos causam estranheza.⁴²⁸ A estratégia de acomodar na mesma frase uma mentira como a de Marco, comparando-a com as pequenas mentiras do dia a dia, parece-me extremamente discutível. Nesse sentido, é significativo que, num texto de apenas três páginas, e animado sem dúvida por uma grande consternação, o historiador Ricard Vinyes critique duramente essa postura de Cercas e, num único lance, acabe por ensombrecer o conteúdo inteiro de *O impostor*. Entre irônico e irritado, declara: “Todos são impostores,

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 251; *ibidem*, p. 234.

⁴²⁶ *Ibidem*, pp. 251-252; *idem*.

⁴²⁷ O artigo está disponível em https://elpais.com/diario/2009/12/27/eps/1261898808_850215.html. Último acesso 20 fev. 2019.

⁴²⁸ Esta última frase, aliás, pode ser associada à “ideologia do sem sentido”, examinada no capítulo anterior, e cujo rasgo mais evidente seria o de instalar o pacto denegativo, formulado à época da Anistia, no plano da consciência, outorgando a ele solidez narrativa e com isso, uma espécie de coerência identitária. Algo como “todos somos responsáveis pela guerra civil”, ou “todos somos impostores como E. Marco.”

todos são iguais, abracemo-nos todos no relato final. O resultado é o *vazio ético* ao qual o livro dá voz. ‘Quase ninguém disse Não’. Acaso o autor tem como paradigma de rebelião o povo permanentemente em armas e em pé?’ [grifo meu].⁴²⁹ Ao lançar mão do termo “vazio ético”, Vinyes quer ressaltar a equiparação que Cercas empreende entre colaboradores e resistentes ao franquismo. Ora, o que Cercas nos faz pensar quando fala em colaboração “à força”? Será que aqueles que colaboraram com o regime para prosperar financeiramente, por exemplo, são equiparáveis a quem tenha revelado informações ou delatado, sob tortura ou ameaça de morte, amigos ou companheiros? Há um abismo ético intransponível entre essas duas situações hipotéticas. E ainda que Cercas não se refira especificamente a elas, ambas parecem ser aplicáveis às suas frases. Ademais, é igualmente problemático o argumento segundo o qual os espanhóis teriam percebido ao longo dos anos 1960 que o regime não duraria para sempre e, por isso, teriam dado início ao processo de invenção de um passado mais favorável. O argumento de Cercas não enfatiza o dado de que, se como é sabido, o franquismo perdera força naquele decênio, isso só pôde ocorrer graças à intervenção e resistência de muitos espanhóis. Não obstante, o argumento da colaboração massiva dos espanhóis ao regime de Franco foi amplamente criticado pelo historiador Pere Ysàs, colega de Ricard Vinyes na Universitat de Barcelona. Assim, já na introdução de seu *Disidencia y subversión*, ele faz notar que

[...] o argumento da debilidade da oposição ao regime tem sido utilizado por publicistas e políticos franquistas e neofranquistas para sustentar que a ditadura desfrutou de uma amplíssima aceitação social, e que a destruição de sua legalidade e de suas instituições só foi possível em razão do *abandono* ou da *traição* de boa parte de seu pessoal político. Sem as qualificações de *abandono* ou de *traição*, os políticos franquistas são reconvertidos em democratas, de modo que seus herdeiros conservadores assumiram com entusiasmo esta explicação que lhes converte em protagonistas exclusivos, junto com o rei Juan Carlos, da mudança política que culminou com o estabelecimento de um regime democrático na Espanha. [...] Por outro lado, a tese da debilidade do antifranquismo teve um notável eco em setores de inequívoca tradição democrática, ainda que habitualmente esta tese seja apenas sustentada por aqueles que tiveram uma participação muito limitada na mobilização política e social antifranquista [...].⁴³⁰

Em adição a isso, Ysàs esclarece que

⁴²⁹ VINYES, Ricard. *J. Cercas o el Tratante de verdades*. Disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/12337/15096>. Último acesso em 10 out. 2016, p. 853.

⁴³⁰ YSÀS, Pere. *Disidencia y subversión: la lucha del régimen franquista por su supervivencia, 1960-1975*. Barcelona: Crítica, 2004, pp. IX-X.

As teses anteriores [referentes à debilidade da oposição ao regime] não são sustentáveis à luz dos acontecimentos acumulados pela historiografia sobre o período franquista [...]. Por um lado, porque se é verdade que o franquismo teve sempre importantes apoios institucionais e sociais, não se pode olvidar nem minimizar a centralidade da violência repressiva em toda a sua trajetória desde suas sangrentas origens até suas últimas execuções de setembro de 1975. *O silêncio e a aparente indiferença política de amplos setores da sociedade espanhola não podem confundir-se com apoio ao regime, nem ser explicados satisfatoriamente sem ter em conta o extenso e persistente medo que em seus primeiros anos a ditadura logrou inocular no corpo social [...].* Por outro lado, o dissenso, em suas variadas expressões, isto é, desde o rechaço passivo até a oposição ativa, esteve presente de forma contínua na sociedade espanhola e, em especial, desde o final da década de 1950. Ademais, ao largo dos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, o dissenso em relação ao regime franquista cresceu de forma continuada até converter-se num fator decisivo da vida política. [grifo meu].⁴³¹

As diatribes de Vinyes e as ponderações de Ysàs remetem-me à metáfora do último enigma, estratagema final de Cercas para complexificar seu biografado. Retomemo-lo: Marco é, por um lado, um sujeito absolutamente excepcional, haja vista que fora mais habilidoso e inventivo que Quixote, mas, por outro, é absolutamente medíocre, pois teria fantasiado um passado para si tal como a maioria dos espanhóis. A simplificação da conjuntura, aliada às elucubrações de Cercas sobre a “indústria da memória”, a “chantagem da testemunha” e sobre a natureza da relação entre história e memória, conforme veremos a seguir, acabam fazendo-nos suspeitar não apenas da análise empreendida em *O impostor* acerca da sociedade espanhola, mas do próprio exame do biografado, na medida em que os contatos deste com o mundo que o circunda são explorados de modo superficial e insatisfatório. Nesse aspecto, Vinyes lança uma pista que será preciso seguir, apesar do tom quiçá excessivo com que ele a pronuncia:

Ao fim e ao cabo, o que [Cercas] conta de Marco em grandes linhas já era conhecido, o resto são curiosidades [...] sem aporte de luz sobre o testemunho e sua relação com a sociedade, um dos possíveis temas de fundo [de *O impostor*]; quando me referia à ausência de talento [de Cercas], me referia a essa atitude e a esse proceder de um autor que não inventa e, tampouco, reflete; é capaz tão somente de retocar, adaptar e contar lances, que são organizados e devidamente adaptados à tese previamente construída.⁴³²

⁴³¹ *Ibidem*, p. X. Neste livro, Pere Ysàs realiza um grande mapeamento da oposição ao regime franquista do final dos anos 1950 até a derrocada da ditadura, em diversos seguimentos sociais: estudantil, intelectual, operário e eclesiástico.

⁴³² VINYES, Ricard. *J. Cercas o el Tratante de verdades*. Disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/12337/15096>. Último acesso em 10 out. 2016, p. 852.

Encerrando nossas análises sobre o relato propriamente biográfico de *O impostor*, e já nos avizinando do exame da dimensão ensaística do livro, resta lançar sobre ele uma suspeita. Talvez seja lícito pensar que, na tentativa válida de fazer corresponderem-se personagem e contexto, Cercas pode não ter conseguido afastar de sua obra uma armadilha que é própria da empreitada biográfica, e que Giovanni Levi chamou de “paradoxo do sanduíche” (uma camada conjuntural, uma camada individual, e assim sucessivamente) e que residiria, em linhas gerais, na apresentação do contexto do biografado como “[...] algo rígido, coerente, [...] que serve como pano de fundo imóvel para explicar a biografia”.⁴³³ Parece haver, pois, um desequilíbrio na análise de Cercas. Há um desconforto em relatar as atitudes de seu biografado, e ele justifica seu relato ao dizer que escrever sobre Marco não é necessariamente o mesmo que redimi-lo, mas uma tentativa de compreendê-lo. Esforço que, ao que parece, não foi repetido na avaliação conjuntural da Espanha.

3.4 O IMPOSTOR COMO ENSAIO⁴³⁴

Para além das dimensões anteriormente exploradas de meu objeto de estudo, resta empreender uma análise mais detida acerca de sua faceta ensaística, aspecto particularmente importante de *O impostor*. Acabamos de ver que Javier Cercas é levado a esboçar a tese histórica talvez mais relevante de seu livro – a de que Marco esteve sempre com a maioria dos espanhóis – como uma forma de dotar de profundidade a personalidade de seu biografado. A relação entre Marco e a maioria vem ilustrar um dos braços do último enigma do biografado, o da mediocridade de Marco. Veremos, agora, que a segunda tese histórica de *O impostor* deriva desta mesma necessidade de relacionar

⁴³³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Maria Lúcia Leitão Velloso de Magalhães, Glória Rodriguez e Maria Carlota C. Gomes. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 176.

⁴³⁴ Gostaria de esclarecer, desde já, que estou compreendendo o gênero literário do ensaio da forma mais ampla possível. Ele me é útil na medida em que permite examinar a segunda hipótese histórica levantada por Cercas. É nesse sentido que o gênero ensaístico se relaciona diretamente, nas análises sobre *O impostor*, com a categoria do texto-investigação, isto é, na medida em que lança mão de certos argumentos e conjecturas sobre a conjuntura memorial espanhola. Essas construções teóricas são, na linguagem de Jablonka, ficções de método, e sua riqueza reside no fato de que elas se deslocam do real, porque imaginativas, mas o fazem somente para retornar a ele. E é nesse retorno que podemos problematizar, criticar e avaliar as hipóteses cercasianas.

Enric Marco com o seu contexto e de explicar de algum modo o ambiente receptivo da impostura.

A tese cercasiana à qual estou me referindo está condensada – ainda que presente ao longo de todo o livro – no segundo capítulo da terceira parte de *O impostor*.⁴³⁵ Como exemplo do que vem plasmar um texto-investigação, esta hipótese quer responder a uma questão simples e de grande interesse social. Assim, Cercas enceta o referido capítulo dizendo a seu leitor que

Em maio de 2005, quando o caso Marco veio à tona, muitas pessoas se perguntaram *como o nosso homem conseguiu enganar tanta gente durante tanto tempo com uma mentira tão grande*. Como toda pergunta, ou pelo menos como toda pergunta complexa, esta não tem só uma resposta, mas várias. [grifo meu]⁴³⁶ [grifo meu].

Gostaria de sublinhar, então, a principal resposta elaborada por Cercas a tal pergunta. Cercas nos diz, remetendo-se ao artigo “Yo soy Enric Marco”, que “[...] uma das coisas que tornaram o caso Marco possível foi a “*nossa relativa ignorância do passado recente em geral e do nazismo em particular*” [grifo meu]. E arremata escrevendo que, “[...] embora Marco se vendesse como um remédio contra esse mal nacional, ele era, na realidade, a maior prova de sua existência”.⁴³⁷ Mas, para o romancista, o que significa ignorar o passado? Através de quais meios esta ignorância poderia ser sanada? Possivelmente, Cercas esteja pensando que a familiarização da sociedade espanhola com seu passado recente poderia tê-la feito perceber a impostura, por exemplo, através de um erro factual (entre outros) que se repetia nos discursos de Marco e, conseqüentemente, desmascará-lo, pois, conforme assinala nosso autor,

Em seu relato sobre a libertação de Flossenburg publicado em maio de 2005 pela revista de história *L’Avenç*, Marco afirma que havia ali uma câmara de gás, tal como em outros campos de concentração; não sei quantas vezes ele repetiu isso em suas palestras e conferências, mas se trata de um dado falso: nunca houve câmara de gás em Flossenburg.⁴³⁸

⁴³⁵ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. pp. 291-300; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 270-279.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 291; *ibidem*, p. 270.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 292; *ibidem*, p. 271.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 202; *ibidem*, p. 187.

Talvez seja possível inferir ainda que Cercas esteja pensando, embora não o diga claramente, na utilidade da memória ou do conhecimento sobre o passado para recusar a justificativa que Marco adotara após a descoberta de sua impostura, a saber: a de que, se cometera um deslize (a impostura), isto teria ocorrido por uma boa causa, “[...] para formar as novas gerações dentro da lembrança do horror”.⁴³⁹ Não resta dúvida de que a justificativa de Marco é insustentável, ainda que muitos tenham saído em sua defesa, enaltecendo o valor ético de sua falsificação.⁴⁴⁰ Em que pese isto, poderíamos fazer coro às palavras de Fernando Nicolazzi e Caroline Bauer que, ao se debruçarem sobre a falsificação de Marco, negam qualquer utilidade pública em seu embuste, afirmando que “não há verdade moral na mentira”. Dizê-lo seria validar, pois, “uma contradição nos termos”.⁴⁴¹ Em todo caso, estou atribuindo à pena de Javier Cercas certas utilidades sobre o conhecimento e/ou a memória do passado que não são diretamente aferidas por ele em momento algum de *O impostor*. Ficamos perplexos. Comprendemos o que o romancista quer dizer ao falar da ignorância dos espanhóis sobre sua história recente, mas não porque o autor esclareça o significado do que enuncia, e sim porque somos levados a construir sozinhos os significados dessas frases.⁴⁴² Se a ignorância acerca do passado é um problema que, em conjunto com outros, teria possibilitado a emergência de uma impostura como a de Marco, resta saber o que significa, para Cercas, conhecer de fato o passado e o que significam, do mesmo modo, os benefícios que adviriam desse saber. Mas o autor nada nos diz a esse respeito. Tratando-se de um literato, poder-se-ia pensar, talvez, que este vazio, já não ético como atacava Vinyes, mas teórico-explicativo, não é mais do que uma estratégia para dotar o leitor da maior liberdade interpretativa possível. Creio, todavia, que este argumento não seja válido aqui. Não estamos mais diante de uma questão como a de decidir entre a loucura e a sabedoria de D. Quixote, ou mesmo entre a mediocridade e a excepcionalidade de E. Marco. Estamos diante de um argumento que

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 38; *ibidem*, p. 39.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 199; *ibidem*, pp. 183-184.

⁴⁴¹ BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, set/dez 2016, p. 818.

⁴⁴² Para o crítico literário Ramón Rubinat Parellada, esta situação seria relativamente comum nos romances de Javier Cercas, seja pela opacidade de seus conceitos, seja pelo modo evasivo com que pronuncia suas ideias. Assim, “[...] nossa teoria [...] é que habitualmente não se lê o que Javier Cercas escreve, mas que o leitor aceita os conteúdos lógicos utilizados por nosso autor. [...] A opacidade de uma grande parte dos conteúdos lógicos que Cercas objetiva em seus livros expulsa recorrentemente os leitores e deveria, portanto, gerar uma recusa notável dos mesmos”. (RUBINAT PARELLADA. *Crítica de la obra literária de Javier Cercas. Una execración razonada de la figura del intelectual*. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 2014. pp. 229-230).

quer interpretar ou responder, ainda que minimamente, a questão de por que e como a impostura de Marco pôde durar de 1978 a 2005. Minha experiência como leitor, nesse caso, é de decepção. De onde esperaríamos vir uma interpretação, acabamos nos deparando tão só com comentários que, no fundo, talvez não sejam mais do que opiniões. Vaguezas.

Poderíamos conjecturar então que, para Cercas, esta ignorância sobre o passado advém de uma desmemória a seu respeito? Ora, não é o que o romancista afirma em *O impostor*. Ao contrário, ele sustenta que, desde a transição, não houve nada similar a um esquecimento generalizado do passado ou mesmo a um pacto de esquecimento:

Não é verdade que, durante a Transição, a memória tenha sido apagada e que a guerra e o pós-guerra, assim como suas vítimas, tenham sido esquecidos; ao contrário: embora a expressão ‘memória histórica’ ainda não tivesse se espalhado, havia a moda do passado recente [...]. O que se deu, na verdade, foi o surgimento de um grande interesse pela história, ou ao menos por essa etapa da história: lançaram-se inúmeros livros, escreveram-se muitos artigos e reportagens, produziram-se filmes e organizaram-se grandes seminários e cursos sobre a Segunda República, a guerra civil, o exílio republicano, os conselhos de guerra franquistas, as prisões franquistas, os mortos e as guerrilhas antifranquistas, a oposição ao franquismo e outros tantos assuntos que procuravam atender à curiosidade de um público ávido por informação sobre um período histórico até então abafado ou escamoteado pela ditadura.⁴⁴³

No artigo intitulado “La memoria del Estado”, Ricard Vinyes também atenta para o fato de que, no final da década de 1970, houve um acréscimo substancial de publicações acadêmicas sobre a república, a guerra, a ditadura e a transição. Contudo, ele chega a uma conclusão oposta à de Cercas, asseverando que “[...] usar esta realidade como argumento de prova de que não houve nem silêncio nem desconhecimento social, é de uma ingenuidade historiográfica tão grande que se aproxima da imprudência”.⁴⁴⁴ Ingenuidade

⁴⁴³ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. p. 323; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 299-300. Já vimos, ao comentar os textos de Paloma Aguilar, que a transição foi marcada por um paradoxal excesso de lembrança (da guerra civil, o exemplo a não repetir) e por um excesso de esquecimento, aqui tomado no sentido mais simples e cotidiano possível (não se lembrava justamente das causas da guerra e tampouco das da ditadura). Esse fenômeno culminou na despolitização do passado recente, numa simplificação exacerbada do período, e na construção de um “relato redentor”, para o qual todos os espanhóis eram igualmente culpáveis pela guerra e pelo franquismo. Ao que parece, Cercas está negando a desmemória do passado ao sublinhar o incremento da produção acadêmica sobre o período. Mas será que uma coisa está necessariamente ligada a outra?

⁴⁴⁴ VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009. p. 32. Sobre este ponto ver também IZQUIERDO MARTÍN, Jesús. Memoricidio. Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática. In: IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. *La*

perigosa, “[...] porque confunde conhecimento histórico com socialização do conhecimento, reduzindo o conhecimento a uma responsabilidade individual à margem do discurso público institucional, que não se alimenta [...] necessariamente da produção científica ou cultural”.⁴⁴⁵ Ademais, sublinha Vinyes, pensar dessa forma é propor “[...] relações de subordinação entre história e memória, quando na realidade se estabelecem relações de complementaridade” entre ambas, e “[...] narrativas complementares, cada uma com estratégias próprias de aproximação ao conhecimento da realidade, que se enriquecem, mas não se substituem”.⁴⁴⁶ O historiador catalão destaca, ainda, que essa (im)postura metodológica poderia levar à consideração indevida de que a história é superior à memória, de que ela é a “[...] portadora de uma verdade oficial e acabada”. Tal postura impediria de ver a história como “[...] uma construção verificada e sempre verificável e, portanto, aberta”.⁴⁴⁷

Mas Vinyes não é o único a se contrapor à discutível assertiva cercasiana segundo a qual não houve esquecimento do passado em virtude da produção de materiais acadêmicos sobre a guerra e o franquismo. Observamos, não sem estranhar, que o próprio Cercas afirma exatamente o contrário disso num artigo de 2002, intitulado “El pasado imposible”.⁴⁴⁸ Afirma o escritor, no referido texto, que a transição foi erigida ao “preço nada desdenhável do esquecimento”. Afirma ainda que, durante a transição, “[...] houve também uma generalizada vocação para esquecer, como se todos sentíssemos que o peso da história recente fosse excessivo”. E, linhas depois, ressalva que esse esquecimento não pode estar vinculado ao trabalho dos historiadores: “Não estou me referindo aqui ao labor dos historiadores, que, até onde alcanço [...], me parece bastante meritório; me refiro ao que poderíamos chamar, se me é permitida a ênfase, de consciência coletiva”.⁴⁴⁹

guerra que nos han contado y la que no: Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017. pp. 397-398.

⁴⁴⁵ VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009. pp. 32-33.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 33.

⁴⁴⁷ *Idem*.

⁴⁴⁸ Disponível em https://elpais.com/diario/2002/04/22/opinion/1019426407_850215.html. Último acesso em 26 fev. de 2019.

⁴⁴⁹ Chamemos atenção para o dado de que Cercas fala em consciência coletiva (noção similar à de memória coletiva?). Sublinho isto porque em breve veremos que, em *O impostor*, Cercas privilegia exatamente a dimensão individual da memória, e minha impressão é de que ele faz isso para reforçar o traço de oposição que vê marcar a relação entre memória e história. Mas tal oposição, como vimos no primeiro capítulo deste estudo, aporta pouco à hora de lidar com passados traumáticos e, como veremos, traz problemas à construção argumentativa de *O impostor*.

Ora, o que pensar disso tudo? A ignorância dos espanhóis sobre o passado recente redundaria, a partir das pistas deixadas por Cercas, no esquecimento desse mesmo passado ou não? Se olharmos a obra de Javier Cercas como um todo, incluindo seus demais livros e artigos, seria difícil dar a esta pergunta alguma resposta. Não sabemos exatamente o modo como ele encara essa temática, pois suas afirmações colidem entre si, e não apenas nos textos aqui mencionados. Não obstante, e a fim de contornar essa dificuldade, nos deteremos tão somente em *O impostor*. De modo que, embasados estritamente neste livro, seríamos levados a dizer que a ignorância da população espanhola acerca de seu passado recente – um dos fatores que teria dado à falsificação memorial de Marco uma vida mais longa que a desejável – não pode estar relacionada ao esquecimento do passado.

Se esta ignorância que Cercas denuncia em seus coetâneos não provém, como diz, do esquecimento do passado, talvez possamos nos perguntar se ela não advém, para ele, de um saber precário ou insuficiente da história da guerra civil e do franquismo por parte da população espanhola. E se conjecturo nesse sentido, é porque no mesmo capítulo em que nosso autor aponta o desconhecimento do passado em seus contemporâneos, ele também elabora algumas teorizações sobre a história e a memória. Mas o que, então, ele entende, ou como conceitua a história e a memória? Com que olhos ele vê as trocas entre elas? Não percamos de vista que Cercas empreende tais conceitualizações ao tentar responder à questão de por que “Marco pôde enganar tanta gente por tanto tempo”, e introduz, a certa altura, a noção de “chantagem da testemunha”,⁴⁵⁰ outro elemento que nosso autor associa à durabilidade da impostura de Marco e, portanto, à ignorância que atribui à maioria dos espanhóis. Esse conceito, em linhas gerais, exemplificaria a luta e a oposição entre testemunhas e historiadores. Assim, citando a si mesmo, e reproduzindo na íntegra o artigo “El chantaje del testigo”, Cercas nos diz que

[...] toda vez que, em uma discussão sobre a história recente, ocorre uma discrepância entre a versão do historiador e a versão da testemunha, alguma testemunha levanta o argumento intocável: ‘O que o senhor sabe daquilo, se

⁴⁵⁰ Cercas lança mão deste termo pela primeira vez no artigo “El chantaje del testigo”, publicado no *El País* em 26 de dezembro de 2010. Talvez seja interessante notar, contudo, que em “Yo soy Enric Marco”, publicado em 27 de dezembro de 2009, um ano antes, portanto, ele trate do mesmo tema, ainda que com uma terminologia menos pejorativa: o “prestígio da vítima e da testemunha”. Parece que Cercas vai endurecendo ao longo do tempo o seu olhar para os fenômenos memoriais em geral. Os artigos mencionados estão disponíveis respectivamente em https://elpais.com/diario/2010/12/26/eps/1293348408_850215.html e https://elpais.com/diario/2009/12/27/eps/1261898808_850215.html. Último acesso em 27 fev. 2019.

não esteve lá?’ Quem esteve lá – a testemunha – traz a verdade dos fatos; quem apareceu depois – o historiador – traz apenas fragmentos, ecos e sombras da verdade. [...].⁴⁵¹

Ao que parece, a “chantagem” residiria, por um lado, no poder de constrangimento emanado da testemunha e dirigido a seus potenciais interlocutores, de modo que questionar determinado testemunho seria algo semelhante a desmerecer o sofrimento da vítima. O desdobramento natural dessa situação seria o congelamento do debate acerca das memórias traumáticas, bem como a extrapolação do papel da testemunha. Com efeito, parece-me válido deduzir que esta dificuldade em abordar criticamente as testemunhas e mesmo confrontá-las, inclusive com outras atestações e outros testemunhos, possa ter sido uma das razões que levaram a falsificação de Marco a perdurar no tempo.⁴⁵² Já comentamos os riscos advindos daí, dentre eles a possibilidade de a testemunha autenticar sozinha o próprio relato, acarretando, com isso, a inobservância da dimensão fiduciária que é própria ao testemunho. De fato, parece ser esse o caso de Enric Marco. Mas a noção de “chantagem da testemunha” indica também, como vimos no excerto, o sentimento de rivalidade que a testemunha nutriria pelo historiador. Noção importante na economia interna de *O impostor*, pois é a partir dela que acompanhamos com alguma clareza os passos do autor no sentido de abordar as questões memoriais sempre a partir de suas fragilidades. E, em sua campanha contra a memória, Cercas opõe-na à história. Aliás, tanto a rivalidade entre testemunha e historiador como a oposição entre história e memória são ilustradas nos episódios em que Cercas narra alguns acontecimentos em torno das figuras polares de Enric Marco e Benito Bermejo, o historiador que descobriu e revelou a impostura. Nesse sentido, Cercas declara com deleite que Bermejo é a “Nêmesis” de seu biografado.⁴⁵³ Diferentemente de Bermejo, Marco não é um herói: “Poderia ter dito

⁴⁵¹ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. p. 298; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 276.

⁴⁵² Esse constrangimento em questionar a testemunha pode ser observado, segundo Cercas, no próprio episódio em que Marco faz seu pedido de ingresso na Amical. Os documentos apresentados são inconclusivos e algumas declarações dadas pelo impostor, mentirosas. Ele mente, apenas para citar um exemplo, sobre o dia de seu nascimento: diz ter nascido em 14 de abril de 1921, quando na verdade nasceu dois dias antes, fazendo assim com que seu aniversário coincidisse com o da Segunda República Espanhola, proclamada em 14 de abril de 1931. Sobre o caráter inconclusivo da documentação apresentada por Marco, Cercas assevera que “[...] ou ninguém sabia alemão na Amical de Mauthausen, ou ninguém leu os documentos, ou quem os leu considerou-os convincentes, ou não os considerou convincentes mas não queria ser estraga-prazeres nem pôr o dedo na ferida, e cedeu ao prestígio [...] ou à chantagem da testemunha e não se atreveu a dizer Não, preferindo silenciar” (*Ibidem*, p. 304; *ibidem*, p. 283).

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 333; *ibidem*, p. 308.

Não, mas disse Sim”, não se sentira orgulhoso de seu passado, “[...] e por isso é que mentiu. Marco não é um símbolo de decência e de integridade [...] mas de [...] indecência e de [...] envilecimento. É um homem comum”.⁴⁵⁴ Já Bermejo é um historiador sério e, como tal, “um inimigo mortal da indústria da memória”. Ele teve a “[...] ousadia de desmascarar Marco e pôr o dedo na ferida da memória”.⁴⁵⁵ Mais do que isso, Bermejo é o “herói secreto” de *O impostor* e

[...] um justo: um desses homens que fazem o seu trabalho em silêncio, modestamente, com probidade e obstinação, desses sujeitos em quem, no momento decisivo, o senso de dever gera a coragem suficiente para dizer Não, se necessário colocando o dedo na ferida e transformando-se em um estragaprazeres [...] da festa funesta da memória.⁴⁵⁶

Bem entendido, não se trata, para Cercas, de mero conflito entre memória e história, de um desequilíbrio entre elas, mas de uma incompatibilização e mesmo de um confronto entre ambas, no qual uma suposta derrota da história poderia redundar na sua desapareição. Diante desta ameaça iminente, Cercas é levado a fortalecer enormemente a posição de superioridade que vê a história ocupar ante a memória, chegando a dizer que,

[...] em um tempo saturado de memória, esta última ameaça substituir a história. Tema difícil. *Memória e história, são, por princípio, coisas opostas: a memória é individual, parcial e subjetiva; a história, por sua vez, é coletiva e aspira a ser total e objetiva.* Memória e história são também complementares: a história dota a memória de um sentido; a memória é um instrumento, um ingrediente, uma parte da história. Mas memória não é história. [grifo meu].⁴⁵⁷

Esse risco de contrapor memória e história termo a termo, atribuindo superioridade à segunda, nós o antecipamos com Ricard Vinyes. No artigo “Memoria del Estado” de 2009, ele já atentava para a possibilidade de que a confusão entre a produção do conhecimento historiográfico e sua difusão poderia redundar numa polarização infértil entre história e memória.⁴⁵⁸ Vemos, portanto, que tal confusão, apesar de infrutífera, tem

⁴⁵⁴ *Ibidem* p. 127; *ibidem*, p. 120-121.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 335; *ibidem*, p. 310.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 415; *ibidem*, p. 385.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 298; *ibidem*, p. 277.

⁴⁵⁸ Esta confusão a que me refiro já havia sido feita por Santos Juliá, historiador que tem grande influência sobre Javier Cercas. Nesse sentido, não há nada a estranhar no fato de que, para teorizar sobre a “chantagem da testemunha” e sobre o risco de desapareição da história e a oposição entre essa e a memória, Cercas confessa sua dívida para com um texto “necessário” de Juliá. Ele refere-se ao ensaio intitulado “Por la autonomía de la historia”, publicado em 2010 pela *Claves de la Razón Práctica*, n. 207. Apesar de ser um

seus desdobramentos. E veremos também os riscos que uma oposição tão acentuada entre história e memória pode representar. Assim, gostaria de me deter no último excerto reproduzido, pois creio haver nele alguns equívocos que fragilizam a argumentação de *O impostor* como um todo. Em primeiro lugar, Cercas assevera que a história corre o grave risco de ser substituída pela memória – afirmação um tanto exagerada.⁴⁵⁹ Sabemos bem, é verdade, que nos últimos decênios o interesse que em geral é demonstrado pelo passado, cada vez mais expressivo, nem sempre é mediado pela historiografia, ainda que seja costumeiramente atravessado pela memória. Andreas Huyssen assinalou com argúcia que este frenesi memorial, desencadeado desde o fim dos anos 1970 e caracterizado por um pulular de museus, pelas modas retrô, pelos romances (auto)biográficos etc., pode não ser muito mais que um mecanismo de compensação desenvolvido pelas sociedades ocidentais que, ao terem perdido seu ideal de futuro, acabam por se voltar ao passado numa modulação nostálgica, acrítica e obsessiva.⁴⁶⁰ Diante disso, caberia à história reinventar-se, mas de forma a exorbitar o círculo meramente epistêmico da historiografia. Assim, conforme assinala Arthur Ávila em ensaio recente,

Uma ‘defesa da história’ efetiva deveria [...] se preocupar menos com os limites disciplinares [...] do que com sua abertura a outras formas de historicização não só do passado, mas do *presente*. Reduzir a historiografia a uma simples busca pela verdade do pretérito, com a devida naturalização da pesquisa empírica e do modelo positivista-documental [...] equivale a sua

profissional respeitadíssimo no campo da história política, Juliá tem sido alvo de uma série de críticas de outros historiadores espanhóis referentes às suas teses acerca das relações entre história e memória. Seja como for, no conhecido texto “Echar al olvido: memoria y amnistía en la transición a la democracia”, publicado originalmente em 2003 na revista *Claves de Razón Práctica* n. 129, Juliá escreve a certa altura que “Quem afirma que é preciso romper o silêncio e a amnésia caídos sobre a Espanha desde a transição deveria voltar às bibliotecas e hemerotecas para informar-se: se falou e se seguiu falando sem pausas nem interrupções desse passado. Deveríamos acabar de vez com a falácia de que temos vivido submetidos a uma tirania do silêncio, da inexistência de um espaço público para falar de tudo isto”. Ver: SANTOS JULIÁ. “Echar al olvido: memoria y amnistía en la transición a la democracia”. In: SANTOS JULIÁ. *Hoy no es ayer. Ensayos sobre la España del siglo XX*. 5. ed. Barcelona: RBA Libros, 2010. p. 311.

⁴⁵⁹ Segundo afirma o historiador espanhol Gonzalo Pasamar, “a irrupção das memórias, longe de constituir uma ameaça à autoridade do historiador, representa uma ótima oportunidade não apenas de delimitar um novo terreno de investigação – o da história da memória – mas também revela a oportunidade de analisar os fatores que subjazem a própria escrita da história”. Ele prossegue dizendo que, “para aproveitar tal oportunidade, o primeiro passo é reconhecer que os estudos sobre as memórias não constituem uma simples moda, mas que são o efeito sobre a atual cultura democrática globalizada e baseada na [...] recordação das guerras, dos traumas e da violência de massas que assolou a humanidade no século passado”. (Ver PASAMAR, Gonzalo. *La historia en las aguas de la memoria*. In: PASAMAR, Gonzalo (ed.). *Ha estallado la memoria: las huellas de la Guerra Civil en la Transición a la Democracia*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2014, p. 10).

⁴⁶⁰ HUYSEN, Andreas. *Passados presentes: mídia, política, amnésia*. In: HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

imobilização enquanto [...] instrumento crítico e a um apagamento de suas próprias tensões internas.⁴⁶¹

Arthur Ávila fala de uma história cujo traço mais marcante seria o da abertura generosa a outras formas de apropriação do passado e do presente, abertura também à memória, portanto. Mas a história tal como é descrita por Cercas, encerrada no círculo epistemológico, não pode ter essa desenvoltura. Ela sabe apenas lutar, desejando retomar com isso um antigo e privilegiado espaço. Ameaçada como está, ela deve carregar o cenho e cerrar os dentes, preparando-se para uma batalha talvez mortal, visto que luta para não desaparecer. Ela deve, assim, apegar-se àquilo que a distingue, e empunhar a espada outrora invencível da objetividade. Mais do que isto, ela deve vencer a batalha, e não somente porque Bermejo, ao contrário de Marco, seja um herói, um justo e encarne a Nêmesis da memória. Para Cercas, ao que parece, a história deve vencer porque é duplamente superior. Por um lado, a objetividade que a constitui lhe confere um grau de confiabilidade que a memória jamais alcançará, permitindo-lhe trilhar um caminho cujo horizonte, ainda que inalcançável, se traduz pela obrigação de “aproximar-se ao máximo [da] verdade perfeita” e “absoluta” dos fatos, que não é senão a expressão matemática da “soma de infinitas verdades parciais”.⁴⁶² Em segundo lugar, a história deve prevalecer, porque, em sua aspiração à totalidade, ela passa a abarcar a memória, vista então como um de seus ingredientes e uma parte sua; ela abarca por completo a memória, que não deve ter pretensões de independência nem de visibilidade, visto ser subjetiva, parcial e individual. Contudo, há uma ironia que cedo ou tarde tem de ameaçar as fundações deste edifício historiográfico que, apesar de aparentar sobriedade, é apenas sombrio. O irrisório repousa, então, no fato de que a alegada totalidade objetiva da história não amplia seus domínios nem suas zonas de influência – como talvez para Cercas seria de esperar –, mas a fragiliza. Reduzida à dimensão epistemológica e a um objetivismo vulgar, notamos que a história já não pode contar, por exemplo, com a *instrução* de nível ético a que assistimos o testemunho lhe oferecer durante o primeiro capítulo desta dissertação. A partir daí, e na ausência de fontes mais confiáveis, ele será mero *instrumento* acessório, um bisturi pouco afiado à hora de executar a autópsia do corpo sempre rígido de um passado que, visto

⁴⁶¹ AVILA, Arthur Lima de. “O fim da história e o fardo da temporalidade”. *Tempo e argumento*. Florianópolis, v. 10, n. 25, jul./set. 2018, p. 257.

⁴⁶² CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. p. 299; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 278.

com as lentes embaciadas de certo objetivismo, jamais tem futuros.⁴⁶³ A história é, assim, pouco mais que um saco disforme e talvez sem fundo de informações que, para Cercas, os historiadores têm o dever de somar.

⁴⁶³ Cercas enfatiza as fragilidades do testemunho: “[...] a testemunha nem sempre tem razão [...] e a memória é frágil e, frequentemente, interessada: nem sempre se recorda muito bem, nem sempre consegue separar a lembrança da invenção; nem sempre se lembra daquilo que aconteceu, mas sim daquilo que foi lembrado algumas vezes que aconteceu, [...] ou simplesmente aquilo que lhe convém lembrar que aconteceu” (*Ibidem*, p. 300; *idem*). Como apontei no primeiro capítulo deste trabalho, a imbricação da memória com a imaginação é de fato um constrangimento à instituição testemunhal. Essa dificuldade deve sempre ser enfrentada. Todavia, isto não nos impede de reconhecer a potencialidade do testemunho. Do mesmo modo, o confronto de testemunhos apresenta-se, de acordo com o que vimos, como expediente necessário para que se possa tornar tolerável a aporia da memória, que é a de saber se aquilo que o recordador faz presente é, a cada vez, algo que pertence ao passado ou algo pertencente à imaginação. Ademais, se o confronto de testemunhos permite que reputeamos uma atestação como falsa ou pouco confiável, é também porque se tem acesso a outros testemunhos, reputados como mais credíveis. De modo que, nesse caso, é através da própria instituição testemunhal (ainda que possamos contar com outros expedientes, como por exemplo a consulta bibliográfica e arquivística) que podemos chegar à verdade ou à mentira de um testemunho. Aliás, uma das razões que leva Benito Bermejo a desconfiar de Marco era a discrepância entre o orgulho com que ele falava de suas alegadas experiências, de um lado, e as dificuldades e reticências com que outros sobreviventes relatavam as suas, de outro (*Ibidem*, p. 340; *idem*, p. 314-315). Suspeito, de todo modo, que Cercas não sublinhe as potencialidades testemunhais por pretender elaborar uma crítica arrasadora à memória. Pesa e calcula os argumentos a fim de corroborar sua hipótese. E me parece também que é isto que está por trás do encarecimento da objetividade da história e, mesmo, de sua superioridade diante da memória. Talvez seja possível perceber com mais clareza esta estratégia de Cercas quando contrastamos, por um lado, esse modo de aproximar-se da memória com o emprego recorrente às fontes orais, do qual seus livros não são senão testemunhos. Se nos ativermos ao *O impostor* e a *Soldados de Salamina*, por exemplo, perceberemos que nestes romances seu autor se vale de uma série de testemunhos nas pesquisas históricas e biográficas que empreende. Como Lorena Reis afirma em seu trabalho de mestrado, “Cercas se serve de uma gama de entrevistas/testemunhas para compor ou constituir a história contada nesses textos. Assim, a memória oral seria essencial para a tessitura desses dois romances” (REIS, Lorena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 45). Mas sempre que se vale desse expediente, Cercas jamais enaltece a memória ou o testemunho. A crítica, em *O impostor*, é sempre implacável, embora o próprio autor recorra à memória oral nas horas de aperto. Outra contradição na exposição cercasiana. Por outro lado, o reforço excessivo dos atributos objetivos da historiografia também parece estar atrelado à estratégia de Cercas em fragilizar tanto quanto possível a memória e o testemunho. Um indício disso pode ser observado no próprio fato de que este entendimento bastante arcaico de Cercas sobre a história não se repete em outros livros do autor. Muito pelo contrário. Em *Anatomia de um instante*, por exemplo, ele afirma algo que denota uma visão ligeiramente distinta sobre o tipo de historiografia que é defendida em *O impostor*: “[...] a rigor, é impossível determinar a origem exata de um acontecimento histórico, da mesma forma que é impossível determinar o seu final exato: todo acontecimento tem sua origem num acontecimento anterior, e este em outro anterior, até o infinito, porque a história é como a matéria e nela nada se cria nem se destrói: só se transforma” (p. 251) [grifo meu]. Portanto, como o próprio Cercas dirá, definir um objeto de estudo, selecionar um acontecimento ou “[...] segmentar a história é realizar um exercício arbitrário”. Ver: CERCAS, Javier. *Anatomia de um Instante*. Tradução de Ari Roitman e Maria Alzira Brum. São Paulo: Globo, 2012. p. 251. Em *A verdade de Agamenon*, para ficarmos com mais de um exemplo, Cercas igualmente apresenta um entendimento menos objetivista da história, comparando-a com a literatura: “Como a história, a literatura nunca permanece imóvel, congelada no tempo, senão que é feita de perpétuo movimento; esse movimento é de ida e volta: assim como o que se escreve no passado influencia o que se escreve no presente [...], o que se escreve no presente influencia [nosso entendimento sobre] o que se escreveu no passado, porque nos obriga a relê-lo com os olhos de hoje”. Ver: CERCAS, Javier. *La Verdad de Agamenón*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, S. A. U., 2013. Edição Kindle, posição 76.

Mas se o fim desta história repousa numa ironia que Cercas não enxerga, é porque – permitam-me dizê-lo – ele está encarando tudo com demasiada seriedade. Quer evitar a todo custo a morte desta história positivista, e desejaria vesti-la com a armadura intrespessável da “verdade absoluta”. Mas se rimos disso é porque não se pode afastar o inevitável. O leitor de *O impostor* decerto lembrará que Javier Cercas não resiste à tentação de comparar a si mesmo com Cervantes,⁴⁶⁴ e isto na medida em que o vemos identificar não apenas Marco com Quijano e o impostor com D. Quixote, mas porque, assim como Cervantes quis “salvar” Quijano de sua loucura, também Cercas desejou “salvar” Marco de seu narcisismo.⁴⁶⁵ De todo modo, e a despeito desse jogo de truncadas justaposições, o combate que nosso autor trava com a memória em nome da história faz-me lembrar de algum modo do episódio em que D. Quixote, luz e norte da cavalaria andantesca, crendo atacar gigantes, não fazia mais que arremeter contra úteis moinhos de vento. Seja como for, creio que agora podemos entender melhor o que Cercas quer dizer quando fala em “substituição” da história pela memória. Mas será que ele não está simplesmente confundindo história com objetivismo, como antes confundira produção do conhecimento com sua socialização?⁴⁶⁶ Ademais, não será precisamente esse

⁴⁶⁴ A respeito disto, ver o comentário breve, mas satírico, do historiador Francisco Espinosa Maestre em artigo publicado no *El Diario*, no qual ele trata especificamente de *O monarca das sombras*, ainda que teça um ou outro comentário sobre *O impostor*. O texto intitula-se “Javier Cercas blanquea de nuevo el fascismo”. Disponível em https://www.eldiario.es/tribunaabierta/Javier-Cercas-mundo-egoficcion_6_622647752.html. Último acesso 22 mai. 2019.

⁴⁶⁵ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. p. 331; 431-434; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, pp. 307; 399-401.

⁴⁶⁶ Num texto em que desvaloriza a noção de memória coletiva, Juliá afirma que “É isso que me importa quando falo, no mesmo sentido, de memória coletiva ou de memória histórica: *não exatamente o que aconteceu na República, na guerra e na ditadura, que entendo como objeto de investigação histórica*; mas as sucessivas, confluentes ou confrontadas representações da República, da guerra e da ditadura desde o momento em que aconteceram até os anos da transição à democracia e depois” [grifo meu]. Ver: SANTOS JULIÁ. “Tres apuntes sobre memoria e historia”. In: SANTOS JULIÁ. *Hoy no es ayer. Esnsayos sobre la España del siglo XX*. 5. ed. Barcelona: RBA Libros, 2010. pp. 358-359. A visão de Juliá sobre a história também parece ser “passadista”, coisificando e petrificando o passado. Mas talvez seja esse o preço a pagar por uma oposição de princípio entre história e memória. Aliás, como destaca Jesús Izquierdo, se há na Espanha um descolamento entre a historiografia e a sociedade, isto ocorreria em função de que “[...] a obsessão pela objetividade elimina no historiador seu compromisso com a responsabilidade do relato que escreve. [...]. Enquanto os profissionais da história não incorporarem realmente a dimensão ética de seu ofício e não deixarem a postura de ensimesmamento com que trabalham nas academias e universidades [...], pouco impacto terão em uma sociedade civil onde, em que pese o fato de realizar pouco trabalho de elaboração, é suficientemente pluralista para não outorgar tanta autoridade ao historiador cujo poder tem sido baseado na ideia de que o documento fala por si mesmo e que dispõe de um método sofisticado para limitar a subjetividade de seus enunciados pessoais” [grifo nosso]. Ver J. IZQUIERDO MARTÍN. “Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática.” In: IZQUIERDO MARTÍN; P. SÁNCHEZ LEÓN. *La guerra que nos han contado y la que no. Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017. pp. 400-401.

objetivismo, herdado do século XIX, que hoje nos dá mostras de sua intempestividade e define lentamente? E não será esta confusão que leva nosso autor a escrever, enfim, que história e memória são, *por princípio*, coisas opostas? A primeira, lembremos, seria “coletiva, total e objetiva”, enquanto a segunda, “individual, parcial e subjetiva”. Também essas elucubrações são perigosas. Façamos notar, então, que o historiador mexicano Mario Rufer dirá exatamente o contrário de Cercas no que tange às trocas entre memória e história. Pensando na renovação da história e no papel da memória no presente, ele afirma, no ensaio “Memorias sin garantías: usos del pasado y políticas del presente”, que,

Em geral, nos debates sobre história e memória parecem haver sido superadas as polarizações que os regiam, como coletivo/individual, objetivo/subjetivo, total/particular. Em sociedades altamente golpeadas por experiências coletivas traumáticas [...] a discussão sobre os domínios legítimos do passado se estende amplamente.⁴⁶⁷

Talvez a única coisa a acurar no excerto de Rufer, ao menos para os meus propósitos, seja a de que tais polarizações não estão, mas *deveriam estar* superadas. Para além disso, e a fim de destacar a objetividade da história e a natureza de oposição entre ambas, Cercas remeter-se-á inclusive a Maurice Halbwachs. Assim, o romancista lembra com o sociólogo francês que a expressão “memória histórica” é “ambígua e muito confusa”, um oxímoro por definição.⁴⁶⁸ Mas esquece completamente que é a memória coletiva que Halbwachs relaciona à história, e não a individual, tipo de memória que Cercas privilegia.⁴⁶⁹ Nosso autor parece desconsiderar que todo o primeiro capítulo de A

⁴⁶⁷ RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. *Anuario de investigación* 2009, México, UAM-X, 2010, p. 115.

⁴⁶⁸ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. p. 321; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 298.

⁴⁶⁹ Como Cercas, Santos Juliá também tem rechaçado o conceito de memória coletiva. O historiador apresentou esta visão das coisas especialmente em SANTOS JULIÁ. “De nuestras memorias y de nuestras misérias”. *Hispania nueva: revista de historia contemporánea*, n. 7, 2007, 21 fls. Este texto, entretanto, foi duramente criticado pelo historiador Pedro Ruiz Torres em RUIZ TORRES, Pedro. “De perplejidades y confusiones: a propósito de nuestras memorias”. In: ARÓSTEGUI, Julio; GÁLVEZ, Sergio (Eds.). *Generaciones y memoria de la represión franquista: Un balance de los movimientos por la memoria*. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2010. pp. 355-408. Não obstante, Juliá é autor de outro texto bastante criticado por alguns historiadores. Ver: SANTOS JULIÁ. “Tres apuntes sobre memoria e historia. In: *Hoy no es ayer. Ensayos sobre la España del siglo XX*. 5. ed. Barcelona: RBA Libros, 2010. pp. 335-375. Indico, por fim, outros trabalhos em que as críticas à defesa da memória individual e a oposição desta em relação à história, feitas por Juliá, são colocadas sob suspeição. Ver: REYS MATE. *Tierra y huesos. Reflexiones sobre la historia, la memoria y la memoria histórica*. In: REYS MATE. *La herencia del olvido: ensayos en torno a la razón compasiva*. 2. ed. Madrid: Errata naturae editores, 2009. pp. 149-176; CUESTA, Raimundo. *La normalización historiográfica y la pérdida de la inocencia*.

memória coletiva é dedicado às trocas entre as memórias dos grupos e as memórias individuais, e que Halbwachs realça justamente a importância das memórias grupais. Para Halbwachs, aliás, a memória individual está calcada no discutível conceito de *intuição sensível*, que, em última instância, lembremos, não é para ele nada além de uma ilusão. Ademais, Cercas desconsidera ainda o fato de que, embora Halbwachs esteja pensando a história através dos velhos marcos objetivistas, ele não o faz para enaltecer o papel da historiografia sobre a memória. Ao contrário: como vimos ao examinar a obra halbwachsiana no capítulo anterior, a memória aparece sempre numa posição de superioridade na comparação com a história, já que seria a expressão viva do passado que é revivido nos grupos, ao passo que a história só iniciaria onde termina a tradição. Ao valer-se de Halbwachs para sublinhar a incompatibilidade entre memória e história, Cercas dá a entender que o autor francês corroboraria o restante de sua análise, o que me parece extremamente discutível, sobretudo quando pensamos que, ao fazer isso, o romancista espanhol passa ao largo do que há de mais original na obra do pensador francês, a saber: o conceito de memória coletiva.

Conforme procurei mostrar ao longo do primeiro capítulo deste estudo, é justamente a aproximação da história do tempo presente com a noção de memória coletiva que permite a esta historiografia tratar dos grandes traumas do passado recente espanhol, de modo a ressignificá-los. Isto implica a confrontação com esses traumas, para que depois, enfim, se possa criar meios de enunciá-los apaziguadamente. A percepção ética desta história poderia não só relacionar a memória coletiva na abordagem dos traumas, mas perceber também o testemunho como um recurso essencial, como atributo necessário para o reconhecimento e, em alguma medida, a paga das dívidas contraídas para com os mortos republicanos da guerra civil, para com as vítimas do franquismo e seus descendentes. Ao pensar na categoria de memória coletiva, essa historiografia também leva em conta o nível público dessa necessária discussão. Mas ela o faz sem a pretensão ingênua de que a simples produção de conhecimento redunde necessariamente na publicização desse saber. Ela deve, portanto, refletir também sobre as formas de recepção do conhecimento produzido, bem como sobre suas possibilidades de renovação. Em que pese tudo isso, as qualidades dessa história que vemos Javier Cercas pintar restringem-se

Reflexiones acerca de algunas tesis del historiador Santos Juliá. *Historiografías*, 11 (enero-junio, 2016), pp. 93-112; Ver: J. IZQUIERDO MARTÍN. “Recuerdo y trauma genocidas en la España democrática.” In: IZQUIERDO MARTÍN; P. SÁNCHEZ LEÓN. *La guerra que nos han contado y la que no. Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017. pp. 381-404.

à objetividade e à soma dos fatos e, desse modo, a uma epistemologia que só pode usar, sem, contudo, nada aprender, da memória – compreendida, lembremos, apenas em sua dimensão individual – e dos testemunhos. Eles não a instruem; apenas a instrumentalizam. Os efeitos deste entendimento, porém, parecem-me nocivos.

Poderíamos retomar agora a questão acerca da ignorância dos espanhóis sobre seu passado. E seria paradoxal afirmar que a historiografia, tal como Cercas a entende em *O impostor*, poderia atuar como remédio contra esse mal que ele atribui a seus concidadãos. Em primeiro lugar, porque diante da necessidade de fragilizar a figura da testemunha e de deturpar a conjuntura memorial espanhola, Cercas é levado a esboçar os traços de uma história essencialmente “objetiva”, “imparcial” e “total” que é sempre superior e mais confiável do que a memória. O paradoxo está no fato de que uma história como esta, de modo tão deletério como ocorre com o fenômeno que Cercas denomina “chantagem da testemunha”, poderia cerrar as portas para o debate público em torno das memórias traumáticas, impossibilitando a emergência de uma discussão sempre renovável, em virtude da inquestionabilidade de certos pressupostos.⁴⁷⁰ Como sabemos, porém, a tessitura do real não se esgota na simples nomeação nem na acumulação dos fatos. A objetividade absolutizante – e paralisante – desta concepção de história a impede de manter-se “aberta”, para usarmos a expressão de Vinyes, e impossibilitaria a dialética igualmente aberta que Ricoeur preconizou para o diálogo entre memória e história. Ao exagerar as fragilidades da memória – já que não aponta suas potencialidades – e assumir uma contraposição termo a termo entre essa e a história, Cercas é levado a elogiar, de modo também exagerado, as boas qualidades da história. Mas se o resultado disso é pouco interessante, é porque ele considera um tipo de historiografia que, no fundo, é simplesmente incapaz de dar conta das questões traumáticas na profundidade que elas requerem, que são, em última análise, as questões de fundo do próprio *O impostor*. E se considerarmos, de acordo com o que foi discutido no primeiro capítulo deste estudo, que o diálogo entre memória e história claramente enriquece a ambas, através de um movimento que faz a memória instruir e politizar a história, e que esta, por sua vez, contribui criticamente para a construção de uma memória social mais justa e aberta ao

⁴⁷⁰ Lorena Reis é da mesma opinião: “Em *O impostor*, nos parece inviável a defesa de afirmações como as que o narrador tece em torno da história e da memória. Essa visão positivista de Cercas em torno da memória e, mais especificamente, da memória oral, tornaria muitas discussões presentes em *O impostor* fechadas, o que acarretaria uma determinação de leitura que o próprio texto, acreditamos, quer afastar”. Ver: REIS, Lorena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 98.

outro, uma luta entre ambas necessariamente as enfraquece. Fragiliza a história porque a torna suspicaz em demasia e, por outro lado, fragiliza a memória porque a torna ressentida.⁴⁷¹ O relato de *O impostor*, em sua crítica excessiva – no tom e no conteúdo – a tudo a que se refere à memória, colabora no reforço do ressentimento e da privatização das memórias, pois faz muito pouco, apesar da ampla recepção de que goza, para encetar uma discussão pública e equilibrada acerca dos traumas coletivos. É preciso ser sensível a estas questões, para que se possa abrir um espaço de escuta e de abertura ao outro. E, nesse sentido, as críticas ao testemunho e à memória são válidas e necessárias, mas devem ter como escopo, acredito, não a fragilização, mas o fortalecimento da instituição testemunhal e de espaços verdadeiramente acolhedores às vítimas. A história não pode distanciar-se de suas atribuições éticas. E seu elemento crítico não pode deixar de vincular-se à fidelidade própria das memórias traumatizadas. Pensamos, assim, numa história, numa literatura e, finalmente, num texto-investigação que se aproxime verdadeiramente da memória; num texto que atente às exigências ético-políticas das injustiças passadas e dos traumas daí resultantes. Traumas que, se não forem adequadamente tratados, permanecerão obstaculizando o presente e o futuro que se quer construir.

Vê-se, desse modo, que a história que Cercas esboça não pode ser apresentada como antídoto ou como *pharmakon* a uma memória hipertrofiada. Ela não está bem apetrechada para enfrentar o complexo problema dos passados traumáticos. Destarte, seria um ato paradoxal de nosso autor, se ele de fato tivesse considerado abertamente o conhecimento da história como fator que dificultasse ou mesmo impedisse o surgimento e a duração de uma impostura como a de Marco. Talvez seja por isto que, embora reflita sobre a história, Cercas deixe em suspenso a meditação sobre a possível utilidade social deste saber. Todavia, é ainda mais paradoxal que Cercas afirme, conforme

⁴⁷¹ E, neste ressentimento da memória, também ela se torna incapaz de abrir-se ao outro. Compreendo este termo do modo como é utilizado por Reyes Mate. Conforme destaca o filósofo, “Quando a sociedade se constrói dando as costas a seu passado, como se nada tivesse ocorrido; quando o sobrevivente se converte numa figura incômoda à qual se faz o favor de deixar viver; quando os relatos do passado costumam ser compreendidos como uma mania dos estraga-prazeres; então, precisamente então, o sobrevivente se agarra ao *ressentimento* e não parará até que o verdugo experimente na própria carne que ‘oxalá isto não tivesse ocorrido’, como é o que acontece com a vítima. [...]. *O ressentimento é um pedido de ajuda para sair do desamparo* [que a vítima] sente, sendo inocente, e ser tomado quase por culpável ou, ao menos, por estraga-prazeres. [...] *A vítima tem todo o direito ao ressentimento porque é uma forma de protesto ante a indiferença geral, da injustiça que se lhe fez*”. Por fim, o filósofo aponta que “[...] a memória coletiva produz reconciliação quando é a memória do sofrimento do outro” [grifos meus]. Ver: REYS MATE. *Tierra y huesos. Reflexiones sobre la historia, la memoria y la memoria histórica*. In: REYS MATE. *La herencia del olvido: ensayos en torno a la razón compasiva*. 2. ed. Madrid: Errata naturae editores, 2009. p. 174.

acompanhamos no início desta seção, que não houve esquecimento ou desconhecimento desse passado precisamente em função de uma produção historiográfica abundante. Mesmo que isso fosse verdadeiro, Cercas teria de assumir, deste modo, e a um só tempo, que a população conhece muito bem a sua história e, ademais, haja vista a emergência do caso Marco, que essa mesma história – imparcial, total e objetiva, vinda de fora da sociedade e, portanto, de lugar nenhum – não serve para nada. E, através do reconhecimento dessa inutilidade, teria de voltar toda sua verve contra essa história que, ao que tudo indica, ele idealiza.

Na realidade, temos aí uma dupla aporia, que lança suas sombras sobre a memória e a história. Aporia da história porque, em seu objetivismo, ela se torna incapaz de dialogar com a memória, gesto metodológico que, conforme observamos, fragiliza a ambas. Mas também notamos uma aporia que é específica da memória, pois nesta fragilização excessiva que o texto de *O impostor* mobiliza sobre a memória e o testemunho, eles já não podem encontrar arrimo e apoio em lugar algum. O resultado da teorização de Cercas é, assim, o de uma profunda debilitação destes dois modos de apropriação do passado. Isto ocorre através de um distanciamento sempre mais pronunciado entre eles e que, impossibilitando as trocas e o diálogo, acaba por solapar a própria eficácia da história para a memória e, por conseguinte, a da memória para a história. Cada uma, a seu modo, tem de trilhar, assim, um caminho sem saída.

É curioso que não saibamos até agora a que se deve, para Cercas, esta ignorância do passado que ele atribui aos espanhóis.⁴⁷² Estranhamos que ela não possa decorrer nem de uma desmemória acerca do pretérito – coisa que Cercas afirma peremptoriamente –, e tampouco do desconhecimento da história – uma vez que a maneira como o romancista a entende acaba por excluir qualquer possibilidade de diálogo desta com a memória coletiva de uma sociedade. Com efeito, a razão de nosso estranhamento se dá justamente pelo fato de que é sobre a memória e a história que Cercas teoriza, e, todavia, elas de nada sirvam aqui.

⁴⁷² Nós também afirmamos ao longo do primeiro capítulo, baseados em autores como Júlio Aróstegui, Ricard Vinyes e Paloma Aguilar, que parte considerável da população espanhola parece ignorar as dimensões sociais que a guerra e a ditadura alcançaram naquele país. Nesse sentido, esta ignorância estaria ligada ao recalque das memórias coletivas destes dois processos históricos na esfera pública. Mas Cercas não pode ir por este caminho, seja por desconsiderar formalmente a dimensão coletiva da memória, seja por não imaginar ou não apresentar, em seu livro, qualquer auxílio a uma memória hipertrofiada e acrítica, que, conforme vimos, pode representar, em última instância, o sintoma de um processo mais profundo e de longa duração: a despolitização do debate público acerca das feridas históricas espanholas.

Será possível, então, buscar a base desta suposta ignorância massiva dos espanhóis acerca da guerra civil e do franquismo, no medo ou no receio em confrontar “a verdade” sobre o passado recente? Nos deparamos outra vez com a questão do narcisismo. Se, conforme Cercas insiste, Marco sempre esteve com a maioria, será que esta mesma maioria não preferiu evitar, tanto quanto possível, segundo a lógica cercasiana, a confrontação com o passado? Possivelmente, se lembrarmos que ao longo da transição, para nosso autor, “[...] a Espanha foi um país tão narcisista quanto Marco”.⁴⁷³ Naquele período, portanto, o país inteiro teria optado por não ter se reconhecido “[...] tal como realmente era, com [...] a covardia e a mediocridade de seu passado”.⁴⁷⁴ Se a premissa fosse válida – a da justaposição entre Marco e a população espanhola –, talvez poder-se-ia especular que este receio generalizado em olhar frontalmente para o passado tenha perdurado no início do século XXI. Assim sendo, uma das razões que nos levariam ao coração da longevidade da impostura de Marco seria a de que, no ponto mais alto e extremado da onda memorial e, portanto, “[...] naqueles tempos de memória, triunfava na Espanha a *indústria da memória*, as pessoas queriam ouvir as mentiras que o campeão da memória tinha para contar” [grifo meu].⁴⁷⁵ Numa palavra, a impostura de Marco e a dificuldade de abordar seu testemunho de forma crítica refletiriam, para Cercas, o “narcisismo” da maioria e as fábulas que ela teria criado acerca dos tempos idos da guerra e da ditadura. Ora, já foi explicitado anteriormente o custo e mesmo quão problemática é a relação que Javier Cercas estabelece entre sua personagem e o contexto que a circunda, de modo que não se retornará a essa discussão. A hipótese de que essa suposta ignorância pudesse estar lastreada no receio da Espanha como um todo de defrontar-se com seu passado encontraria aqui um justo óbice. E mesmo que o desconsiderássemos, a hipótese do medo e do receio teria de encontrar ainda dois obstáculos que a impedem de avançar.

O segundo impedimento repousaria no fato de que, embora Javier Cercas relacione o narcisismo de Marco ao da “maioria” dos espanhóis (de forma simplista), o autor não associa este temor de seus concidadãos em encarar a realidade⁴⁷⁶ à ignorância

⁴⁷³ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015, pp. 251-252; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 234. É curioso observar que a própria ideia do narcisismo coletivo dos espanhóis implicaria a noção de memória coletiva, que Cercas rechaça.

⁴⁷⁴ *Idem; idem*.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 300; *ibidem*, 279.

⁴⁷⁶ Lembremos que a “realidade” e a “verdade”, segundo Cercas, poderiam “matar” o narcisista.

acerca do passado. Tratam-se de dois argumentos que não se entrecruzam em momento algum do livro. E talvez nem possam entrecruzar-se.

Uma tal associação provavelmente levaria nosso autor a uma ideia similar à noção de ferida histórica, trabalhada no primeiro capítulo, ou mesmo à ideia de trauma histórico, no qual os eventos traumatizantes comumente estão envolvidos numa atmosfera de inconsciência ou mesmo de ignorância. Tal associação, contudo, parece estar vedada de antemão em *O impostor*. Isto requereria que fosse levado em conta, em primeiro lugar, o nível coletivo da memória; depois, que fosse considerada a necessidade de um ambiente receptivo – sem a exclusão de uma aproximação crítica – aos testemunhos das vítimas e dos sobreviventes. E, finalmente, seria necessário adotar uma concepção de história que não se detivesse tão só nos aspectos “factuais” do pretérito, mas que levasse em conta as exigências éticas e políticas das memórias coletivas, uma história, como dissemos, com a potência para fazer as vezes do trabalho de elaboração em nível social.

Apesar de refletir sobre temas que giram em torno do passado recente e da valorização da testemunha, o modo como tais discussões são desenvolvidas não permitem que Javier Cercas nos diga diretamente a que ele está se referindo quando pensa na “ignorância” de seus concidadãos sobre o passado. Ele diz não se referir nem ao esquecimento nem ao desconhecimento da história e tampouco a traumas históricos. Ora, o que resulta disso tudo? Simplesmente, que não sabemos, baseados estritamente em *O impostor*, o que é de fato essa ignorância dos espanhóis que Cercas destaca, nem por que a impostura de Marco pôde durar por tanto tempo. Permanece, portanto, a perplexidade do leitor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que norteou os esforços deste trabalho foi o de tentar averiguar o modo e a forma pelos quais são costuradas as teses históricas que integram *O impostor*, de Javier Cercas, entendido aqui como um livro-investigação. Qual é o aspecto nuclear dessas teses? Elas nos ajudam a compreender o passado recente espanhol em sua complexidade? Tais são as perguntas que condensam, grosso modo, as minhas inquietações sobre este livro que tomei como objeto de estudo.

A fim de responder tais questões, não pude furtar-me a defrontar *O impostor* com alguns dos trabalhos que mais me agradam no que tange à temática da memória e dos testemunhos, da relação entre história e memória e, igualmente, do papel ético da historiografia, especialmente à hora de tratar de traumas coletivos como a guerra civil espanhola e o regime franquista. Daí as incursões realizadas nas obras de Paul Ricoeur, Aleida Assmann, Maurice Halbwachs, Freud, Lacapra, Feierstein, Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin e Ricard Vinyes, entre outros. E posso imaginar o leitor questionar-se, à medida que esses nomes vão sendo invocados ao longo do primeiro capítulo, sobre a relação entre as conceitualizações por eles aportadas e a discussão acerca de *O impostor*, que é, para todos os efeitos, um livro de literatura. Mas vale lembrar que o papel dos testemunhos e da testemunha de forma geral, bem como a temática da relação entre história e memória e da lida do passado recente espanhol são de fato os assuntos sobre os quais *O impostor* não para de girar desde suas primeiras páginas. Uma evidência disso é que o próprio Javier Cercas se vale de alguns autores que estão, do mesmo modo, entre as referências desta dissertação, como, por exemplo, Primo Levi, Maurice Halbwachs e Tzvetan Todorov. Há uma região comum, portanto, que une a história do tempo presente com uma literatura cada vez mais em voga que podemos chamar, genericamente, de uma literatura do real: a dura e espinhosa região dos passados traumáticos.

Finalizada esta etapa de cariz mais teórico, pude me ater em meu objeto de pesquisa, adentrando, assim, o terreno bastante irregular de *O impostor*. A fim de dar uma ideia do todo, optei por deter-me um pouco em cada uma das principais facetas deste livro, lendo-o ora como um romance sem ficção, ora como uma autobiografia, como uma biografia ou, mesmo, como um ensaio. Mas a verdade é que todas estas facetas se comunicam e interseccionam, e todas podem ser reunidas sob o extenso guarda-chuva

dos *textos-investigação*, termo elaborado pelo historiador francês Ivan Jablonka. Nesse sentido, os trabalhos de Jablonka mostraram-se particularmente proveitosos, configurando um apoio inesperado e de última hora. E gostaria de acreditar que as contribuições do historiador francês para a feitura deste trabalho atenuam de algum modo a transição entre as discussões desenvolvidas no primeiro e no segundo capítulos desta dissertação. Ora, o que é um texto-investigação? Simplesmente, como vimos, um texto que formula hipóteses sobre a realidade e que busca nos ajudar, em linhas gerais, a compreender melhor o impacto do passado sobre o presente. É com essa definição bastante ampla, mas funcional, que podemos associar textos historiográficos com romances sem ficção, por exemplo.

Destarte, depreende-se que as próprias teses históricas formuladas em *O impostor*, que estruturam em grande medida o livro como um todo, dão azo a que o classifiquemos como um texto-investigação. Conforme vimos, o último enigma de Enric Marco, radicado concomitantemente em sua mediocridade e sua excepcionalidade, leva Javier Cercas a esboçar os rasgos relacionais entre o biografado e seu contexto, fazendo nosso autor concluir, então, que “Marco sempre esteve com a maioria dos espanhóis”. Essa tese dialoga francamente com uma outra, que também analisamos, formulada para responder à pergunta sobre por que Marco pôde manter sua impostura por quase três décadas. Cercas a responde dizendo que, “[...] naqueles tempos de memória, triunfava na Espanha a *indústria da memória*, as pessoas queriam ouvir as mentiras que o campeão da memória tinha para contar” [grifo meu].⁴⁷⁷ O caso Marco seria então, para Cercas, uma evidência eloquente da ignorância dos espanhóis sobre o passado da guerra civil, do nazismo e da ditadura franquista. Para além disso, a mentira de Marco refletiria, ainda, a mentira dos espanhóis sobre o passado, pois a durabilidade da impostura no tempo viria provar que “[...] a Espanha foi um país tão narcisista quanto Marco”.⁴⁷⁸ Assim, o país inteiro optou por não ter-se reconhecido “[...] tal como realmente era, com [...] a covardia e a mediocridade de seu passado” que, em última instância, repousaria na realidade de que “[...] quase todo mundo tinha colaborado, seja *à força*, seja por vontade própria” [grifo meu] para com a ditadura.⁴⁷⁹ É por isso que Cercas poderá dizer, despolitizando o passado recente, que todos, e ele também, são como Enric Marco. Estão aí, portanto, duas chaves

⁴⁷⁷ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. p. 300; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 279.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, pp. 251-252; *ibidem*, p. 234.

⁴⁷⁹ *Idem; idem*.

interpretativas sempre interligadas que Cercas oferece a seu leitor para a compreensão deste “ressurgir do passado na Espanha”, para seguirmos a expressão empregada por Paloma Aguilar. De forma que é tanto pela formulação de tais hipóteses como em razão das próprias temáticas abordadas em *O impostor* que se torna legítimo analisá-lo, em grande medida, através de um cabedal proveniente da teoria da história.

A despeito disso, tampouco pude deixar de examinar de perto as teses históricas desenvolvidas por Cercas. Confesso não ter sido tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque é de fato custoso explicitar reservas muito fundas a respeito de um autor tão prestigiado como Javier Cercas. Em segundo lugar, porque é de certa forma inusual fazê-lo, no caso em questão, pelo viés da teoria da história. Em terceiro, tratou-se de tarefa árdua porque, até onde sei, se excetuarmos alguns textos muito breves dos historiadores Ricard Vinyes, Raimundo Cuesta e Ivan Jablonka, inexistem exames propriamente historiográficos de *O impostor*.⁴⁸⁰ Não obstante isso, as análises foram feitas e, minhas reservas, explicitadas.

A conclusão a que chego, sem qualquer pretensão de exaurir o assunto, é bastante simples: encontrei pouco valor explicativo nas teses cercasianas. E procurei mostrar, ao longo do segundo capítulo, que Javier Cercas elabora uma visão bastante problemática e simplificada da conjuntura memorial espanhola, o que compromete a tese de que Marco sempre esteve com a maioria dos espanhóis. Defendi que esta correlação só pôde ser sustentada ao custo de um desnível analítico, que parte de uma análise complexificada de Enric Marco para chegar a um exame simplista do seu contexto.

Também a segunda tese de Cercas me pareceu frágil. Ela quer responder a uma pergunta crucial para o romance: “como Marco pôde enganar tanta gente por tanto tempo?” Cercas articula argumentos distintos para respondê-la, atribuindo a longevidade da impostura à “chantagem da testemunha”, à “indústria da memória” (expressões pejorativas) e à relação de confronto que vê marcar não só as testemunhas e os historiadores, mas também a história e à memória. Examinei cada um destes argumentos, expondo sempre minhas reservas. Em adição a isto, a resposta que me pareceu mais relevante para o questionamento de Javier Cercas é aquela na qual a durabilidade da falsificação memorial de Marco é explicada pela ignorância dos espanhóis sobre seu

⁴⁸⁰ VINYES, Ricard. *J. Cercas o el Tratante de verdades*. Disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/12337/15096>. Último acesso em 10 out. 2016; JABLONKA, Ivan “O terceiro continente”. Tradução de Alexandre Sá Avelar. *Artcultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, jul.-dez. 2017, pp. 9-17; CUESTA, Raimundo. Juegos de ficción literaria y memoria histórica. Tres novelas ejemplares de Javier Cercas. In: CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. 1. ed. Salamanca: Lulu.com, 2015. pp. 107-118.

passado. Tive então, de questionar: “o que significa ignorar o passado no texto de *O impostor*?” Segundo minha impressão, o leitor não pode concluir, baseado estritamente no livro, o que Cercas quer dizer quando fala em ignorância do passado. Uma possível armadilha para o leitor pode residir no fato de que todos possuímos alguma ideia do que um tal desconhecimento pode representar, e ele pode sem dúvida advir de inúmeros fatores. O arrazoado do livro, não obstante, causou-me estranheza, pois não podemos atribuir esta ignorância nem à falta de memória e tampouco ao desconhecimento da história, dois modos de apropriação do passado sobre os quais, afinal, o autor medita e teoriza. Também por isso admiti meu sentimento de perplexidade ante a obra.

De toda forma, me esforcei para sugerir, no primeiro capítulo deste estudo, que tanto uma perspectiva heterodoxa da psicanálise como um exame historiográfico poderiam auxiliar na análise e compreensão do contexto espanhol, sem o acompanhamento de seu julgamento. Tais abordagens têm a potência para ressignificar traumas, quando ampliadas a uma esfera pública de discussão e, poderiam, quiçá, ter sido empregadas para responder a pergunta sobre a qual gira a segunda tese histórica de Cercas, que quer saber quais foram as causas da longa duração da impostura de Marco. Creio, porém, que o texto de *O impostor* não fornece nenhuma resposta satisfatória a tal questão. De resto, uma abordagem social e coletiva dos fenômenos memoriais na Espanha poderia mostrar em profundidade a razão e a forma pelas quais as memórias traumáticas dos espanhóis foram recalçadas ao menos em três momentos distintos: a memória dos republicanos na guerra civil é recalçada com a vitória de Franco; a memória das vítimas do franquismo é recalçada na transição à democracia, quando se temia que, tendo vazão, ela pudesse deflagrar um novo desastre civil; e trinta anos mais tarde, em 2007, com a Lei de Memória Histórica, quando o reconhecimento e reparação às vítimas, conforme vimos, foram circunscritos ao nível da vida privada dos indivíduos, obstando assim uma discussão verdadeiramente pública e problematizadora. Em *O impostor* fica vedada uma abordagem como essa, seja porque a memória é tratada como fenômeno individual, seja em razão de que a história aparece como adversária da memória, e não como possível socorro.

O gosto desta leitura? Amargo, sem dúvida. Temos uma memória imensamente fragilizada, mas que, entretanto, não encontra arrimo e apoio em lugar algum. Noutras palavras, temos uma abordagem extremamente crítica do presente, mais preocupada em julgar do que compreender, que não oferta, em última instância, qualquer possibilidade

de abertura ao futuro,⁴⁸¹ nem auxilia na ressignificação dos traumas coletivos, pois não rompe com o relato hegemônico ou “redentor” acerca do período transicional. Daí também a perplexidade que a leitura deste livro pode provocar. Em sua irritação contra os fenômenos memoriais, Cercas não possibilita a si mesmo a percepção de que este frenesi acrítico da memória é, apesar de tudo, um sintoma de um passado que retorna e, portanto, uma possibilidade de elaboração dos traumas coletivos que se apresenta. Ademais, o exemplo de Marco não deveria condensar nem a atitude dos espanhóis como um todo, nem mesmo a condição da vítima.⁴⁸² Cercas se vale do caso Marco para fragilizar a instituição testemunhal que, através do confronto de testemunhos, como vimos, fornece elementos para superar essa fragilidade paralisante. Valendo-me do vocabulário de Marc Bloch, poderia dizer, quem sabe, que Javier Cercas, em sua crítica exagerada, toma a postura pouco recomendável do acusador imbuído pelo espírito do “ceticismo de princípio”: pouco generoso ou desenvolto, Cercas não está em condições de perceber que sua diatribe guarda uma semelhança secreta com o elogio do incauto – ambos são frutos, ao que parece, de um déficit reflexivo.

A tudo isto, porém, o leitor poderá sem dúvida acrescentar, objetando: “Mas qual é a relevância da reflexão cercasiana sobre o passado, uma vez que ele não é historiador? Por que criticá-lo a partir de um campo do saber que não é o seu?” Com efeito, concederia de bom grado que um literato não tem decerto a obrigação de se aprofundar sobre o profuso debate desenvolvido nas últimas décadas acerca da relação entre história e memória ou, mesmo, sobre a lida dos passados traumáticos. Seria irrisório não reconhecer isso. Por outro lado, contudo, há de se me conceder que Javier Cercas não é forçado a

⁴⁸¹ Expressões abundantemente empregadas por Cercas como “indústria da memória” e “chantagem da testemunha”, pejorativamente carregadas, acabam tendo, ao que me parece, pouca capacidade explicativa. Uma expressão como “era da testemunha”, formulada por Annette Wieviorka, por outro lado, designando em larga medida o mesmo fenômeno criticado por Cercas, talvez pudesse ser empregada no lugar daquelas.

⁴⁸² Esta equivalência simplista entre Enric Marco e a população espanhola não tem passado despercebida a alguns intelectuais espanhóis. Vicenç Navarro, catedrático de Ciências Políticas e Políticas Públicas da Universidade Pompeu Fabra, publicava um mês e meio após o lançamento de *O impostor*, em janeiro de 2015, uma resenha crítica ao livro de Cercas, intitulada “Javier Cercas e a manipulação da memória histórica”. A certa altura do texto, Navarro reputa como “daninho” o modo pelo qual Cercas analisa as questões memoriais espanholas, na medida em que “centra seu trabalho na figura de um impostor, Enric Marco Batlle”. Navarro aponta o salto analítico de Javier Cercas, pois “a partir daí”, da correlação entre Marco e a população como um todo, o escritor “conclui que toda memória histórica contém uma falsificação, assumindo que todos somos impostores e falsificadores”. Assim, para o catedrático espanhol, “definir que a busca da memória individual e coletiva [das pessoas que participaram do bando republicano e de seus descendentes] como uma indústria é um insulto com letras maiúsculas a todos que estão nesta busca e o fazem com uma enorme pobreza de meios e a um enorme custo pessoal”. Disponível em <http://www.vnavarro.org>. Último acesso em 13 fev. 2018.

tratar desses temas. Ele o faz livremente, e de modo igualmente livre discorre em bons pedaços do livro sobre as rusgas entre história e memória, as rusgas entre as testemunhas e os historiadores e, do mesmo modo, sobre a onda memorial na Espanha, sobre a “chantagem da testemunha”, etc. Na medida em que Cercas trata desses assuntos, e que seus livros são consumidos por uma comunidade bastante ampla de leitores, na medida em que ele próprio é uma celebridade literária fartamente premiada cujas obras foram traduzidas em mais de trinta idiomas, sendo também colunista quinzenal do *El País*; enfim, quando juntamos todos esses dados, não resta senão concluir que as palavras de nosso autor têm peso e força, e não somente no país em que vive. E se a historiografia que tenho aqui defendido atenta particularmente para um debate público sobre o passado recente, torna-se necessária a discussão e a análise de livros como *O impostor*.⁴⁸³ Aliás, desde a publicação de *Soldados de Salamina* (2001) até a publicação de *O monarca das sombras* (2017), seu livro mais recente, sem falar nas crônicas por ele publicadas no *El País*, os trabalhos de Cercas têm se debruçado predominantemente sobre a questão da guerra civil, do franquismo, da transição e do modo com que tais eventos impactam o tempo presente. É comum, portanto, que Cercas discorra nesses trabalhos sobre traumas, sobre história, sobre memória e testemunho. Mais uma razão, assim, para nos atermos ao tratamento do passado recente nestas obras.

Sem dúvida, os literatos têm ocupado um espaço relevante na discussão sobre o passado recente na Espanha. Como observa Raimundo Cuesta, a presença deste passado que pesa e não passa se dá em razão de que “[...] jamais houve algo parecido a uma ‘superação’ coletiva deste pesadelo, transmitido nas famílias de geração em geração, constituindo uma copiosa e inesgotável fonte de inspiração para uma legião de

⁴⁸³ Não esqueçamos que o próprio Javier Cercas escreve, no artigo “O impostor do impostor”, que seu livro pode ser considerado, entre outras coisas, uma obra de história. Ver CERCAS, Javier. *El impostor del impostor*. *El País*, 17 nov. 2014. Disponível em https://elpais.com/elpais/2014/11/14/eps/1415995062_204806.html. Último acesso 29 jan. 2019. Atentando para isso, o historiador e Professor da Universidade de Sevilla Francisco Espinosa Maestre escreve, em artigo publicado no *El Diario* em 15 de março de 2017, que “em suas declarações aos meios de comunicação, Cercas não fala como um romancista, mas como um historiador”. Ver “Javier Cercas blanquea de nuevo el fascismo”. Disponível em https://www.eldiario.es/tribunaabierta/Javier-Cercas-mundo-egoficcio_n_6_622647752.html. Último acesso 22 mai. 2019. Sem dúvida, trata-se de opinião polêmica, ainda que Cercas com frequência discorra sobre a história recente de seu país nos meios de comunicação. Noutro de seus artigos opinativos, intitulado “Cercas e o grande negócio da memória histórica” publicado pelo jornal *Público* em 12 de abril de 2015, Espinosa sublinha a importância, dada a influência de Cercas na imprensa, de análises críticas sobre os seus livros. O artigo está disponível em <https://blogs.publico.es/otrasmiradas/4370/cercas-y-el-gran-negocio-de-la-memoria-historica/>. Último acesso 22 mai. 2019.

romancistas”.⁴⁸⁴ David Becerra, por seu turno, consagrou um livro inteiro a essa questão. Em *La guerra civil como moda literaria*, ele aponta tanto a ocupação desse espaço por romancistas quanto o caráter pouco crítico que esses romances costumam ter. Já no prólogo, assinado pelo novelista Isaac Rosa, nos é dito que

boa parte dessa literatura [...] não nos serve. Nem para entender o passado que [seus autores] dizem interpretar, nem para entender o presente a partir do qual escrevem. [São] romances que consciente ou inconscientemente reproduzem a versão franquista da Guerra Civil [...], a reelaboração mais sofisticada que se fez nos últimos anos da ditadura e deu por boa a Transição.⁴⁸⁵

Apesar disso, Rosa destaca a importância desses romances no interior da sociedade espanhola:

Nós, leitores, esperamos encontrar neles algumas chaves interpretativas com que mirar esse passado conflitivo. E se buscamos essas chaves na ficção, é seguramente *porque não as encontramos em outros espaços*. Isto é: o romance [...] ocupa um lugar (cívico, pedagógico e político) que não lhe corresponde. [...] E se na Espanha a ficção ocupa um terreno alheio [...], é pela ausência de outros agentes que ocupem esse vácuo: as instituições (as políticas de memória são recentes e ainda escassas); os lugares de ensino [...]; e até a própria *historiografia acadêmica (que desde há muito tempo tem mostrado importantes carências e inércias)*.⁴⁸⁶ [grifos meus].

Apesar de não concordar com o autor no ponto em que sugere que o romance não deve ocupar um lugar cívico, político ou pedagógico, o excerto é esclarecedor, pois nos dá elementos para pensar em como pode ser promissor um encontro entre a historiografia e a literatura no tratamento dos traumas coletivos. Em que pese isto, e apesar de irromper na esfera pública do país uma série de discursos literários que alegadamente questionam o pacto realizado durante a transição,⁴⁸⁷ Becerra aponta que, em geral, tais discursos são marcados por reconstruções despolitizadas do passado,⁴⁸⁸ atravessados por uma lógica historicista e por uma concepção linear e homogênea da história que,⁴⁸⁹ em última

⁴⁸⁴ CUESTA, Raimundo. Juegos de ficción literaria y memoria histórica. Tres novelas ejemplares de Javier Cercas. In: CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. 1. ed. Salamanca: Lulu.com, 2015. p. 107.

⁴⁸⁵ BECERRA MAYOR, David. *La guerra civil como moda literaria*. Madrid: Clave intelectual, 2015, posições 67-81. Como se pode acompanhar pelos textos de opinião de Francisco Espinosa Maestre e Vicenç Navarro aos quais já se aludiu, eles são da mesma opinião de Isaac Rosa e Becerra Mayor.

⁴⁸⁶ *Ibidem*, posições 81-94.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, posição 324.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, posição 367.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, posições 381-396. Sublinho, aqui, a matriz benjaminiana deste comentário, para realçar as críticas do filósofo alemão a uma história essencialmente objetiva e (apenas aparentemente) apolítica.

instância, não atacam e, no limite, chegam a interiorizar o discurso hegemônico (ou relato redentor) sobre o passado.⁴⁹⁰ E ainda que o *corpus* documental de Becerra Mayor tenha sido composto por romances sobre a guerra civil publicados entre 1989 e 2011, não tratando, por isso, de *O impostor*, suas críticas poderiam ser endereçadas, sem maiores constrangimentos, a meu objeto de estudo. Daí também a justificativa pela discussão teórica desenvolvida no primeiro capítulo deste estudo e de minhas críticas ao *O impostor*, no segundo.

Não obstante o que foi dito acima, este argumento que relaciona *O impostor* às análises de Becerra Mayor vem lançar sobre meu objeto de análise e seu autor uma suspeita derradeira, mas que não pode, enfim, ser confirmada tão somente com o estudo de *O impostor*. É com ela que gostaria de encerrar este trabalho, para que, em seu final, possamos contar não somente com as impressões de um arrazoado que vai chegando a termo, mas também com uma mirada que abra certa perspectiva não apenas para *O impostor*, mas para a obra de Javier Cercas como um todo. Esta suspeita, que é ainda uma suspeita e nada mais, começa a irradiar alguma luz sobre as contradições flagrantes entre o texto de *O impostor* e outros trabalhos de Cercas, seja no tocante à transição, às questões memoriais em geral ou, mesmo, à história. Apontamos algumas dessas contradições ao longo destas páginas, ainda que mais para indicar certa perplexidade com o conteúdo do livro do que para formular uma hipótese sobre tais incongruências. De todo modo, vimos nas primeiras seções do segundo capítulo que Javier Cercas lista uma série de dificuldades e de temores em abordar e escrever sobre o caso Marco. Para ele, escrever sobre Marco era o mesmo que revelar certas mentiras que a maioria dos espanhóis contava sobre seu passado. Com isto, nosso autor faz conotar o denodo, a galhardia e a coragem com que teve de contar para escrever seu livro. Mas tal galhardia parece fazer sobre uma suspeita mais artificiosa, e que tem de perguntar se Cercas não está, afinal, com uma certa “maioria”, seguindo assim uma tendência literária. Se atentarmos, por um instante, sem perder de vista os comentários de Becerra Mayor, acrescentando a eles as considerações sobre aquilo que o historiador Raimundo Cuesta chamou de trilogia cercasiana da memória, poderemos notar, sem muitas dificuldades, que em *Soldados de Salamina* (2001) Javier Cercas procura reconhecer a dívida contraída para com os soldados republicanos na guerra civil mediante a revalorização da memória – da personagem

⁴⁹⁰ *Ibidem*, posição 659.

fictícia Miralles – como instância pessoal e subjetiva (sem politizar muito a discussão acerca da guerra, portanto);⁴⁹¹ já *Anatomia de um instante* (2009) trataria, em resumo, de uma memória que justifica e enaltece a transição, percebida como um processo político necessário e modelar para a consecução da democracia;⁴⁹² todavia, o que se nota em *O impostor* (2014) é algo inteiramente diferente. Temos, ali, uma crítica convicta à memória histórica, uma crítica arrasadora e com poucas concessões.⁴⁹³ Raimundo Cuesta destaca, então, o que parecem ser para ele os contornos mais definidos deste movimento que, entre 2001 e 2014, vêm esboçar um “[...] progressivo abrandamento político do discurso de Cercas [...]. Esse deslocamento para o centro [do espectro político] é, ademais, muito visível no campo intelectual e em outros aspectos da vida social espanhola”.⁴⁹⁴ Assim, “[...] em *Soldados de Salamina* [Cercas] monta o cavalo das tendências e do clima que impulsionaram os movimentos da recuperação da memória histórica [...]. Em *O impostor*, treze anos depois, ele deixa de montar o cavalo da memória histórica”.⁴⁹⁵ De modo que esta trilogia teria acompanhado o fluxo ascendente da memória histórica e seu refluxo.⁴⁹⁶ É neste momento de refluxo da memória, portanto, que *O impostor* é redigido:

Escrevo em meados de 2014, quando poucos na Espanha ainda se lembram da memória histórica e quando esta, ou aquilo que resta dela, só aparece nos jornais, na rádio e na televisão muito de vez em quando. Mais uma vez, *a moda do passado* passou, e o país, sobretudo a partir da chegada da crise econômica em 2009, deixou de pensar no passado para pensar exclusivamente no presente, como se não pudesse se dar ao luxo de pensar no passado. [grifo meu].⁴⁹⁷

Não estará também Javier Cercas com uma maioria, seguindo certa tendência literária? A pergunta se afigura ainda irrespondível para mim. Permanece, entretanto, ao menos a desconfiança de que, ao que parece, nosso autor teria aproveitado o período de baixa-mar da memória, em que suas águas recuavam na esfera pública, para minar de

⁴⁹¹ CUESTA, Raimundo. Juegos de ficción literaria y memoria histórica. Tres novelas ejemplares de Javier Cercas. In: CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. 1. ed. Salamanca: Lulu.com, 2015. p. 111.

⁴⁹² *Ibidem*, pp. 110-111.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 111.

⁴⁹⁴ *Idem*.

⁴⁹⁵ *Ibidem*, pp. 115-116.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p. 111.

⁴⁹⁷ CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015. pp. 329-330; CERCAS, Javier. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015, p. 306. Cercas escrevia, não esqueçamos, durante o governo de Mariano Rajoy, numa época em que as subvenções públicas visando ao cumprimento da Lei de Memória Histórica haviam sido reduzidas a zero euros.

críticas o espaço deixado vazio. De modo que seria preciso seguir, para ver aonde ela nos leva, a trilha deixada, ao longo do tempo, pelas contradições cercasianas.

FONTES

a) Fonte principal.

CERCAS, Javier. *O impostor*. Tradução de Bernardo Azjenberg. 1. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2015.

_____. *El impostor*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2015.

b) Outras obras de Javier Cercas

CERCAS, Javier. *Soldados de Salamina*. Tradução de Wagner Carelli. 2. ed. São Paulo: Globo, 2012.

_____. *Anatomia de um instante*. Tradução de Ari Roitman e Maria Alzira Brum. São Paulo: Globo, 2012.

_____. *El punto ciego: las conferencias Weidenfeld 2015*. 1. ed. Buenos Aires: Literatura Random House, 2016.

_____. *La Verdad de Agamenón*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, S. A. U., 2013. Edição Kindle.

_____. *El monarca de las sombras*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, S. A. U., 2017. Edição Kindle.

c) Artigos de Javier Cercas no *El País*⁴⁹⁸

CERCAS, Javier. “Franco & MacNamara. *El país*, 18 set. 2018.

_____. ¡Víctimas, sí! Pero las nuestras. *El País*, 14 jan. 2018.

_____. República y Transición: una educación perversa. *El País*, 18 jun. 2017.

_____. Un pacto sobre el pasado. *El País*, 9 abr. 2017.

_____. El impostor del impostor. *El País*, 17 nov. 2014.

_____. La Transición, papá y mamá. *El País*, 14 abr. 2013.

⁴⁹⁸ Artigos disponíveis em https://elpais.com/autor/javier_cercas. Último acesso realizado em 27 fev. 2019.

- _____. El Gran No. *El País*, 27 mar. 2013.
- _____. El chantaje del testigo. *El País*, 26 dez. 2010.
- _____. Yo soy Enric Marco. *El País*, 27 dez. 2009.
- _____. Cómo acabar de una vez por todas con el franquismo. *El País*, 29 nov. 2005.
- _____. El pasado imposible. *El País*, 22 abr. 2002.
- _____. Nosotros, los intelectuales. *El País*, 17 abr. 1999.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma. *Políticas de la memoria y memorias de la política: el caso español en perspectiva comparada*. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

_____. Los debates sobre la memoria histórica. *Claves de Razón Práctica*, n° XX, pp. 2-6. Disponível em https://www.academia.edu/9740546/LOS_DEBATES SOBRE LA MEMORIA HISTORICA. Último acesso em 10 out. 2016.

AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; PAYNE A., Leigh. *El resurgir del pasado en España: Fosas de víctimas y confesiones de verdugos*. Traducción de Jesús Cuéllar Menezo. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2018. Edição Kindle.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*. Tradução de Sonia Branco. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Tradução de Italo Eugenio. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

ARISTÓTELES. *Del sentido y lo sensible; De la memoria y el Recuerdo*. S. 1. Edição Kindle. S. d.

ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (Eds.) *Guerra Civil: Mito y memoria*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006.

ARÓSTEGUI, Julio; GÁLVEZ, Sergio (Eds.). *Generaciones y memoria de la represión franquista: Un balance de los movimientos por la memoria*. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2010.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. Theories of Cultural Memory and the Concept of ‘Afterlife’. In: TAMM, Marek (ed.). *Afterlife of events: perspectives on mnemohistory*. S. 1.: Palgrave Macmillan memory studies, 2015. pp. 79-94.

_____. To remember or to forget: which way out of a shared history of violence? In: ASSMANN, Aleida; CONRAD, Sebastian (eds.). *Memory in a global age: discourses, practices and trajectories*. S. 1.: Palgrave Macmillan memory studies, 2010. pp. 53-71.

AVILA, Arthur Lima de. “O fim da história e o fardo da temporalidade”. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, jul./set. 2018, pp. 243-266.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, pp. 807-835, set/dez 2016.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: História, Historiadores e Comissão Nacional da Verdade*. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

BECERRA MAYOR, David. *La guerra civil como moda literária*. Madrid: Clave Intelectual, 2015. Edição Kindle.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013. pp. 7-20.

_____. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013. pp. 83-90.

_____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 5. ed., 1993. pp. 197-221.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 1. ed. 9. reimp. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. São Paulo: Edições Paulinas, 2013.

BINET, Laurent. *HHhH*. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Maria Lúcia Leitão Velloso de Magalhães, Glória Rodriguez e Maria Carlota C. Gomes. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 183-191.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Tradução de Davi Arrigucci Jr. 1. ed. 7 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. pp. 99-108.

CANTO, Filipe Cambraia do. História, memória, psicanálise: pensando os desdobramentos do passado traumático da guerra civil, do franquismo e da transição à democracia na Espanha. *Canoa do Tempo*, s. l., v. 10, n. 1, pp. 198-215, ago. 2018, ISSN 2594-8148.

_____. *Críticas à historiografia e às suas barreiras hierárquicas em História do Cerco de Lisboa, de José Saramago*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História, 2015.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. pp. 43-69.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. 2. reimp. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha* (Volumes I e II). Tradução de Antônio Feliciano de Castilho. São Paulo: Clássicos Jackson, 1948.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Nunes. 2. ed; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CUESTA, Raimundo. *La venganza de la memoria y las paradojas de la historia*. 1. ed. Salamanca: Lulu.com, 2015.

_____. La normalización historiográfica y la pérdida de la inocencia. Reflexiones acerca de algunas tesis del historiador Santos Juliá, *Historiografías*, 11 (enero-junio, 2016), pp. 93-112.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. pp. 13-60.

FEIERSTEIN, Daniel. *Memorias y representaciones: Sobre la elaboración del genocidio*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2012. Edição Kindle.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução de Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

_____. Além do princípio do prazer. In: *Obras completas volume 14 (1917-1920)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 161-239.

_____. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 12 (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 10-38.

_____. Recuerdo, repetición y elaboración. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. S. I., Golden Deer Classics, S. d.. Edição Kindle.

_____. Luto e melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 12 (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 128-145.

FUSI, Juan Pablo; GARCÍA DELGADO, José Luis; MALEFAKIS, Edward; SANTOS JULIÁ; PAYNE, Stanley G. *Franquismo: el juicio de la historia*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora 34, 2014.

_____. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Boitempo, 2014. pp. 177-186.

GATTI, Gabriel (ed.). *Un mundo de víctimas*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2017.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Tradução de Osmyr Faria Gabbi Júnior. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GILBERT, Paul. Fenomenología de la misericordia y el evangelio. *Isidorianum: centro de estudios teológicos de Sevilla*, Sevilla, n. 49, 2016, pp. 9-28.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. *Memoria e historia*. Madrid: La catarata, 2013.

GRAHAM, Helen. *Guerra Civil Espanhola*. Tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: L&PM, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed; 8. reimp. São Paulo: Centauro, 2015.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001. pp. 11-42.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências de tempo*. Tradução de Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HESÍODO. *Teogonia*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2013.

HEURER, Wolfgang. A Síndrome de Wilkomirski: história falsificada. Tradução de René E. Gertz. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. pp.35-47.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27f. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf. Último acesso 14 set. 2016.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução de Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INDURSKY, Alexei Conte; SZUCHMAN, Karine. Grupos de testemunho: função e ética do processo testemunhal. In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica (coedição). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. pp. 49-66.

IZQUIERDO MARTÍN, Jesus; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo (Eds.) *El fin de los historiadores: Pensar históricamente en el siglo XXI*. 1. ed. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2008.

IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. *La guerra que nos han contado y la que no: Memoria e historia de 1936 para el siglo XXI*. Madrid: Postmetropolis Editorial, 2017.

IZQUIERDO MARTÍN, J.; ARROYO CALDERÓN P. “Espanolitud: la subjetividad de la memoria frágil en la España reciente”. In: ARROYO CALDERÓN, P. *et al.* (eds.). *Pensar los Estudios Culturales desde España. Reflexiones Fragmentadas*. Madrid: Verbum, 2012. p. 224.

IZQUIERDO MARTÍN, Jesús; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo. *Pensar históricamente el siglo XXI*. 1. ed. Madrid: Siglo XXI, 2008.

JABLONKA, Ivan. *La historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales*. Tradução de Horacio Pons. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

_____. “O terceiro continente”. Tradução de Alexandre Sá Avelar. *Artcultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, jul.-dez. 2017, pp. 9-17.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Boitempo, 2015.

LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 3. ed., 2014.

_____. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Tradução de Marcos Mayer. Buenos Aires: Prometeo Libros, 1. ed., 2009.

LAVABRE, Marie-Claire. Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François (Eds.) *Guerra Civil: Mito y memoria*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006. pp. 31-55.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Tradução: Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, Maria Lúcia Leitão Velloso de Magalhães, Glória Rodriguez e Maria Carlota C. Gomes. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp. 167-182.

LEVI, Primo. *É isto um homem?*. Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp. 13-37.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. 5 ed. Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARTON, Scarlett (ed.). *Dicionário Nietzsche*. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

MENDES, Breno. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 19, 2015, p. 88-106.

_____. Memória, testemunho e escrita da história nos arquivos da ditadura militar brasileira. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*: Dossiê n. 16, Cascável, março de 2016, pp. 17-34.

MUDROVIC, María Inés. *Historia, narración y memoria: los debates actuales en filosofía de la historia*. Madrid: Akal ediciones, 2005.

NICOLAZZI, Fernando. Paul Ricoeur (1913-2005). In: PARADA, Maurício (org.) *Os historiadores clássicos da história, vol. 3: de Ricoeur a Chartier*. Petrópolis, RJ: PUC-Rio, 2014. pp. 9-35.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Dumará, 2013.

ORWELL, George. *A revolução dos bichos: um conto de fadas*. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OVÍDIO. Narciso, Eco. In: OVÍDIO. *As metamorfoses*. Tradução de David Jardim Júnior. S. l.: Ediouro, 1983. pp. 58-61.

PASAMAR, Gonzalo *et al.* *Há estallado la memoria: las huellas de la Guerra Civil em la Transición a la Democracia*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1. ed., 2014.

PEREIRA, Mateus Henrique Faria. Tempo de perdão? Uma leitura da utopia escatológica de Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 19, dez 2015, pp. 66-87.

PLATÃO. Fedro. In: PLATÃO. *Diálogos I: Mênon, Banquete, Fedro*. 20. ed. Tradução de Jorge Paleikat. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, pp. 129-183.

QUINTANA, Mario. *Poesia completa em um volume*. 1. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

RANGEL, Marcelo de Mello; SANTOS; Fábio Muruci dos. Algumas palavras sobre o giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 21, 2015, pp. 7-14.

REIS, José Carlos. Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur. *Locus, Revista de História*, v. 12, n. 1, 2006, p. 17-40.

REIS, Lorena Carvalho dos. *Entre ética e estética: a desmitificação do herói e da guerra em Soldados de Salamina e El Impostor*, de Javier Cercas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Letras, 2017.

REYS MATE. *La herencia del olvido: ensayos en torno a la razón compasiva*. 2. ed. Madrid: Errata naturae editores, 2009.

_____. *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”*. Tradução de Nélio Schneider São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 1. ed. 6. reimp. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. Objetividad y subjetividad en Historia. In: RICOEUR, Paul. *Historia y Verdad*. Tradução de Alfonso Ortiz García, Madrid: Encuentro Ediciones, 1990. pp. 23-40.

_____. *Tempo e narrativa 1: a intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Claudia Berliner. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *Tempo e narrativa 3: o tempo narrado*. Tradução de Claudia Berliner. 1. ed. 2. tiragem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz. *História da historiografia*, Ouro Preto, n.10, dezembro de 2012, pp. 329-349.

_____. *A crítica e a convicção*. 1. ed. 1. reimp. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 2009.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RUBINAT PARELLADA. *Crítica de la obra literária de Javier Cercas. Una execración razonada de la figura del intelectual*. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 2014.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. *Anuario de investigación 2009*, México, UAM-X, 2010. pp. 107-140.

RUIZ TORRES, Pedro. De perplejidades y confusiones a propósito de nuestras memorias. In: ARÓSTEGUI, Julio; GÁLVEZ, Sergio (Eds.). *Generaciones y memoria de la represión franquista: Un balance de los movimientos por la memoria*. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2010. pp. 355-408.

SANTOS JULIÁ. *Hoy no es ayer. Esnsayos sobre la España del siglo XX*. 5. ed. Barcelona: RBA Libros, 2010.

_____. De nuestras memorias y de nuestras miserias. *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. n. 7, 2007, 21 páginas. Disponível em <http://hispanianova.rediris.es/7/dossier/07d018.pdf>. Último acesso 31 jul. 2018.

_____. *Transición: Historia de una política española (1937-2017)*. S. L.: Galaxia Gutenberg, 2017.

_____. “Por la autonomía de la historia”. *Claves de Razón Práctica*, n. 207, nov. 2010, pp. 8-19.

SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. 1. ed. 16. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEGANFREDO, Paulo. Algumas considerações sobre o conceito de trauma psíquico. *Contemporânea – Psicanálise e transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n. 06, Abr/Mai/Jun 2008, pp. 6-8.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio. Edição Kindle, 2012, posições 2065-2329.

_____. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. pp. 59-88.

SEMPRÚN, Jorge. *La escritura o la vida*. Tradução de Thomas Kauf. Barcelona: Tusquets Editores, 2015.

SILVEIRA, Pedro Telles da. História, ação e ética – comentário a respeito de Herman Paul. *História e cultura*. Franca, 2017, v. 6, n. 3, pp. 104-127.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2015.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Tradução de Miguel Salazar. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 2000.

_____. *Memoria del mal, tentación del bien: indagación sobre el siglo XX*. Tradução de Manuel Serrat Crespo. 1. ed. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso: Historia, memoria, política*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

VIEIRA, Beatriz. A Dor da História (I) – *Estudos de História, Historiografia e Literatura: A Perplexidade no Brasil nos Anos 1970*. (Fragmento do Projeto de Pesquisa, Rio de Janeiro, PPGH/UERJ, 2013. Mimeo).

VINYES, Ricard. *J. Cercas o el Tratante de verdades*. Disponível em <http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/12337/15096>. Último acesso em 10 out. 2016.

_____. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (editor). *El estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA Libros, S. A., 1. ed., 2009. pp. 23-66.

_____. *Asalto a la memoria: Impunidades y reconciliaciones, símbolos y éticas*. Barcelona: Los libros del linco, 2011.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. pp. 39-64.

WIEVIORKA, Annette. *The era of the witness*. Tradução de Jared Stark. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

YSÀS, Pere. *Disidencia y subversión: la lucha del régimen franquista por su supervivencia, 1960-1975*. Barcelona: Crítica, 2004.